

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RENATO HEITOR SANTORO MOREIRA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: A TRAJETÓRIA DE
UM GRUPO AO PODER (1976 – 1981)**

**VITÓRIA
2008**

RENATO HEITOR SANTORO MOREIRA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: A TRAJETÓRIA DE
UM GRUPO AO PODER (1976 – 1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação da professora doutora Márcia Barros Ferreira Rodrigues.

**VITÓRIA
2008**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M838m Moreira, Renato Heitor Santoro, 1963-
 O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo : a
 trajetória de um grupo ao poder (1976-1981) / Renato Heitor Santoro
 Moreira. – 2008.
 231 f. : il.

 Orientadora: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
 Centro de Ciências Humanas e Naturais.

 1. Universidade Federal do Espírito Santo – Estudantes. 2. Estudantes
 – Atividades políticas. 3. Movimentos estudantis – História. 4.
 Hegemonia. I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II. Universidade Federal
 do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

RENATO HEITOR SANTORO MOREIRA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: A TRAJETÓRIA DE
UM GRUPO AO PODER (1976 – 1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisição parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social das Relações Políticas, na área de concentração Sociedade e Movimentos Políticos.

Aprovada em de de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profa. Dra. Elizabeth Maria Pinheiro Gama

Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo

A meu pai, Paulo; minha mãe, Heloisa; minha avó, Guanahyra; e meus tios-avós, Humberto e Tudy. Pessoas a quem devo minha formação e caráter e que, tenho certeza, acompanham minha caminhada onde quer que estejam.

A meus filhos, Thiago, Lara e Irene. Razões da minha vida.

A minha esposa, Ana Paula, por ter me incentivado e agüentado meus momentos de estresse em decorrência deste trabalho.

“Todo poder que não se baseia na união é fraco”.
La Fontaine

RESUMO

Este trabalho resgata a gênese do que mais tarde veio a se constituir como um grupo político hegemônico na política institucional do Espírito Santo. Utilizando a história oral, tenta-se reconstruir o movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo, no período entre 1976 e 1981, quando o Diretório Central dos Estudantes é reaberto, tendo como primeiro presidente, nesta nova fase, o então estudante de Economia Paulo César Hartung Gomes. O trabalho mostra o cenário político da época e como o debate da divisão das esquerdas no Brasil refletia diretamente na academia, englobando também as discussões no âmbito do movimento estudantil.

Palavras-chave: movimento estudantil; estudantes; política; história; hegemonia.

ABSTRACT

This work rescues the genesis of what later was constituted as a hegemonic political group in Espírito Santo's institutional politics. Using oral history, it tries to rebuilt the student movement in Espírito Santo's Federal College, between 1976 and 1981, when the Student Central Directory was reopened, having as first president, in this new phase, Paulo César Hartung Gomes, a student of the Economics course. The paper presents the political scenery of the period and how Brazil's opposition divisions debates reflected directly on the academy, also comprising discussions in the student movement.

Key words: student movement; students; politics; history; hegemony.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 – ASSEMBLÉIA DE ESTUDANTES NA UFES	23
FOTO 2 – ASSEMBLÉIA DE ESTUDANTES NA PRAÇA 8.....	25
FOTO 3 - ENCONTRO CIENTÍFICO DE ESTUDANTES DE MEDICINA (1977), EM SANTA CATARINA.	38
FOTO 4 - ENCONTRO CIENTÍFICO DE ESTUDANTES DE MEDICINA (1977), EM SANTA CATARINA.	39
FOTO 5 - SEMANA DE SAÚDE COMUNITÁRIA (1979), NO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFES.	39
FOTO 6 – CONGRESSO DA UNE (1979).	40
FOTO 7 - ANSELMO TOSE NA SEMANA DE SAÚDE COMUNITÁRIA, NA UFES (1979).	41
FOTO 8 – JORNAL DE CAMPANHA DA CHAPA HORA DE MUDAR, COM STAN STEIN NA PRESIDÊNCIA E QUE FOI A VENCEDORA APÓS UM ANO DE GESTÃO DA OPOSIÇÃO NO DCE.	42
FOTO 9 – PANFLETO DE CAMPANHA (1982)	54
FOTO 10 – O AUTO DA COMPADECIDA, MONTADA PELOS ESTUDANTES DA UFES.....	75
FOTO 11- TIME DE HANDBALL DO CCJE.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 SOBRE A METODOLOGIA.....	17
2 OS NOVOS ATORES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL	23
2.1 A GÊNESE DO GRUPO POLÍTICO LIGADO A HARTUNG	26
3 A DIVISÃO DAS ESQUERDAS E A OPÇÃO POLÍTICA ELEITORAL DO PARTIDÃO	43
4 O PARTIDO COMUNISTA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL CAPIXABA.....	58
4.1 O RESSURGIMENTO DO PARTIDÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	61
4.2 RECRUTANDO NOVOS QUADROS	64
4.3 AS NOVAS OPÇÕES POLÍTICAS DO GRUPO	72
4.4 CULTURA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
7 REFERÊNCIAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

O contexto em que se trabalha o presente estudo está compreendido nas décadas de 1970 e 1980, mais especificamente entre os anos de 1976 a 1981, quando o movimento estudantil no Brasil, ainda sob os efeitos da coalizão civil-militar¹, de 1964, lutava contra os sucessivos governos militares durante aqueles que, mais tarde, seriam chamados “anos de chumbo” (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994). Nesse cenário, realizou-se a reconstrução do contexto histórico do movimento estudantil capixaba, sobretudo o ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), liderado por seu Diretório Central dos Estudantes (DCE), tendo à frente o então presidente, Paulo Cesar Hartung Gomes.

À época estudante de Economia, Paulo Hartung, como ficou conhecido no meio acadêmico e político, foi o primeiro presidente do DCE após o fechamento da entidade, em 1972, pela repressão, e sua reabertura, em 1978. Desde então, ingressou definitivamente nos centros de poder institucionais ao se eleger deputado estadual pelo Espírito Santo, em 1982, abrigado sob a legenda do PMDB, e reeleger-se em 1986.

Saindo da Assembléia Legislativa, Hartung vence as eleições para prefeito de Vitória (ES), em 1990, desta vez pelo Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB). Nas eleições seguintes, é eleito senador e, por fim, elege-se, em 2002, governador do Estado, sendo reeleito em 2006 (pelo PMDB).

Entretanto, o recorte temporal no trabalho que se segue está compreendido no período entre os anos de 1976 e 1981, principalmente durante o mandato de Paulo Hartung como presidente do DCE, até sua posterior ascensão na política institucional².

A escolha de tal periodização deveu-se ao fato de ser justamente essa a época em que se originou um movimento forte na política capixaba que, mais tarde, levou

¹ ALVES, Maria Helena M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984), São Paulo: Edusc, 2005

² Entenda-se aqui como política institucional aquela exercida partidariamente, fora dos muros da universidade.

Hartung e todo um grupo de pessoas ligadas politicamente a ele a desenvolverem-se e crescer na política do Estado, de forma hegemônica.

O final dos anos 70 produziu uma geração universitária cuja presença na vida política e cultural do Espírito Santo foi a mais importante e significativa na história do movimento estudantil. Mais ainda, os desdobramentos de sua ação marcam profundamente a realidade e a permanência de sua presença, constituindo um traço marcante de nossa atualidade política. (NETO, 1996, p.141)

Importante frisar que, mesmo não sendo um trabalho de caráter biográfico, não há como deixar de mencionar a trajetória política do personagem em questão, bem como de todo seu grupo, desde a sua gênese – antes mesmo da reabertura do Diretório Central dos Estudantes da Ufes – até a chegada de Hartung ao Governo do Estado, em 2002. A sua trajetória e a do grupo ao qual estava ligado já é suficiente para a realização deste estudo, que se encontra absolutamente consoante às linhas de investigação científica do mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Ou seja, recorta a gênese do movimento estudantil capixaba após 1964 e os desdobramentos políticos desse mesmo movimento no sentido mais amplo das relações sociais na sociedade capixaba.

Nesse sentido, René Rémond diz que:

Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação. (RÉMOND, 2003, p.36)

A realização do presente estudo teve alguns objetivos básicos. O primeiro deles foi o de reconstruir a história do movimento estudantil capixaba entre 1976 e 1981, a partir da reestruturação do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, percebendo implicações que a prática política desse grupo trouxe para a política do Espírito Santo no período a ser estudado. Para tanto, optou-se por fazer tal reconstrução dando voz apenas ao grupo estudado, ou seja, permitir que os próprios entrevistados contem, sob o seu ponto de vista, como tudo aconteceu naquele período de ebulição política vivido por eles dentro da universidade. Não há,

portanto, depoimentos de pessoas que pudessem ter olhares políticos diferentes do grupo em questão. Essa foi uma opção metodológica.

O objeto de estudo desta pesquisa, apesar de poder ser entendido como uma categoria social – um grupo corporativo que trata de interesses próprios –, será tratado aqui como grupo político, numa visão gramsciana. Tal entendimento se dá pelo fato de o grupo em questão extrapolar suas atividades a outros âmbitos que não somente ao dos seus interesses corporativos, por assim dizer. Sua atuação na política e nas lutas sociais da época, conforme mostram os relatos dos entrevistados, deixa bem claro que, até mesmo pelas circunstâncias políticas daquele período, o grupo deixou de lado as atividades meramente “gremistas” para ir à luta contra a repressão política instaurada por setores conservadores da sociedade, aliados aos militares.

Curioso dessa história é que eu entro na Chapa Gota d'Água na posição de diretor. Eu me lembro da Dalva Ramaldes brincando comigo. Hoje professora da Universidade, dizendo ser um desperdício esse rapaz sendo diretor de esportes. Porque tanto no Salesiano, como no período inicial da minha atividade na Ufes, eu tive muita ligação com a parte esportiva: joguei handebol, futebol de salão; ninguém acredita, mas joguei voleibol (baixinho desse jeito). Já com a atuação desta nova diretoria do DA (Quincas era o presidente, Chico, Bragato), o Diretório Acadêmico do CCJE, nós fomos representar o Espírito Santo. Eu, dr. Adalto Emerick e um terceiro estudante de Vila velha. Nós três fomos representar o ES no ENE que era o movimento que se fazia na época para reorganização da UNE. Este encontro foi em Belo Horizonte. Nós já saímos daqui sendo acompanhados pela Polícia Federal. Nós só descobrimos isso no meio da viagem quando o ônibus parava, checava as presenças e os três foram presos na entrada de Belo Horizonte. Fomos levados, acho que para o DOPS de Belo Horizonte. (HARTUNG, 2007, informação verbal)

O segundo objetivo foi o de verificar a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – também conhecido como “Partidão” entre seus membros – como fator de influência decisiva na formação política e ideológica do grupo a ser estudado, vez que praticamente todos os atores desse movimento (senão todos) foram filiados à agremiação, tendo atuado ativamente na mesma.

Por último, objetivou-se também realizar um inventário histórico por meio de depoimentos (história oral) e alguns documentos. Todavia, ao longo do trabalho, a história oral mostrou-se mais valiosa à realização da pesquisa. Com isso, a

utilização de documentos restringiu-se a fotografias antigas, cedidas por alguns dos entrevistados, e que ilustram este trabalho, auxiliando na contextualização histórica do período aqui estudado..

Foram realizadas entrevistas com os membros do grupo político em questão (objeto de estudo desta pesquisa), todas gravadas em áudio e/ou vídeo, permitindo a consulta de outros possíveis pesquisadores não somente ao que foi escrito neste trabalho, mas, principalmente, ao que deu origem a ele: o depoimento de suas fontes.

A escolha dos entrevistados (do grupo) procurou obedecer a um critério que foi o de ouvir as pessoas que exerceram algum grau de liderança no grupo e no movimento estudantil capixaba, à época, dentro da Ufes. Além desse critério, alguns entrevistados foram acrescentados à listagem inicialmente pensada, por sugestão dos próprios entrevistados que, no decorrer de suas falas, demonstravam a importância em se realizar outras entrevistas complementares com pessoas até então não previstas.

A escolha do tema em questão para desenvolvimento da pesquisa deveu-se a alguns motivos. O primeiro deles foi o ineditismo. Não se tem notícia de qualquer estudo/registo histórico feito sobre o assunto, com os objetivos a que se propõe o presente trabalho, já citados anteriormente.

Outro fator decisivo para a escolha do assunto foi a minha vivência política e profissional dentro do referido grupo durante aproximadamente 14 anos. De 1989 a 1992, atuei como assessor parlamentar do então vereador pelo PSDB, Estanislau Kostka Stein, conhecido como Stan Stein. O vereador em questão havia sido presidente do DCE no início da década de 80, sucedendo Paulo Hartung³.

Devido a essa atuação como assessor parlamentar, iniciou-se uma participação no referido grupo, quando Hartung ainda era deputado estadual. Com sua ida para a

³ A sucessão não foi contínua. Houve um intervalo de uma gestão na qual o grupo de Hartung não ficou à frente do DCE, tendo sido derrotado por uma chapa de oposição liderada pelo então estudante conhecido como Shaolin. Após a gestão de Shaolin, o grupo de Hartung volta à liderança do DCE, desta vez com Stan na presidência.

Prefeitura de Vitória, em 1992, passei a atuar, a partir de 1993 (até 2005), como assessor de comunicação na então Coordenadoria de Comunicação Social⁴ da referida prefeitura. Toda essa trajetória levou-me a um estreito contato com aqueles que, agora, são as fontes primárias que permitiram reconstruir o período histórico proposto neste estudo.

Entende-se, ainda, que esse trabalho traz uma contribuição no que diz respeito à documentação histórica de uma época importante na política nacional, cuja participação do Espírito Santo foi marcada pela volta do seu movimento estudantil à ação política.

A esse respeito, ou seja, sobre esse ressurgimento dos movimentos sociais – entre eles o movimento estudantil –, pôde ser encontrado na obra de Maria Helena Moreira Alves (2005), explicação elucidativa dando conta de como isso veio a ocorrer.

A tentativa de evitar e controlar a atividade política desencadeou novas energias oposicionistas de um modo que o Estado não esperava nem pretendia. A profundidade do debate sobre as alternativas políticas e o esforço necessário à reorganização dos partidos políticos após a extinção forçada do MDB e da ARENA integraram as bases à discussão: sindicatos, organizações de camponeses, associações de moradores e comunidades de base participavam cada vez mais dos debates políticos para a determinação de alternativas estratégicas e partidárias. Longe de se verem afastadas da política, portanto, essas organizações da sociedade civil integraram-se ao contexto e se politizaram, além de se envolverem efetivamente na tarefa de reorganização das estruturas partidárias. (ALVES, 2005, p.326)

Certamente, o movimento estudantil não ficou de fora desse contexto.

A extrema violência física com que o Estado esmagou o desafio armado lançou as bases para o período de “política formal” posterior a 1974. Este período foi marcado pela remobilização política e pelas atividades oposicionistas cada vez mais vigorosas de setores de elite, [...]. **O espaço político criado por essas atividades possibilitou, por sua vez, o ressurgimento do movimento estudantil (na UNE reorganizada)** (grifo nosso) e do setor popular, formado por operários e camponeses. (ALVES, 2005, p. 377-378).

⁴ Em 2006, passou de Coordenadoria à Secretaria de Comunicação.

No que diz respeito às hipóteses, o trabalho em questão pretende verificar se as práticas políticas do grupo estudado influenciaram, de alguma forma, os rumos da política capixaba, ainda que dentro de um contexto político conturbado, autoritário e repressivo.

Também se constituiu hipótese procurar saber se, embora lutando por ideais comunistas – ideologicamente não autoritários, democráticos e supostamente desprovidos de quaisquer hierarquias de poder –, o grupo não reproduzia, internamente, algumas (senão todas) dessas características em suas práticas políticas.

Nesse ponto, é preciso destacar que não se trata aqui de confirmar ou não o imaginário social que por muitos anos pairou sobre o comunismo e os comunistas. Nesse imaginário podemos identificar temores de desapropriações de terras, tomada e/ou divisão de casas com famílias menos privilegiadas do ponto de vista socioeconômico, dentre outras práticas que o imaginário social carregava consigo sobre tal sistema. O que se pretende identificar nesta última hipótese diz respeito apenas às práticas políticas do grupo no que se refere a sua organização estrutural e condução de suas ações junto a seus membros por parte de seus líderes.

Em ambas as hipóteses anteriormente citadas, o conteúdo das entrevistas mostrou-se de grande valor, apontando, de acordo com os relatos, para a confirmação das hipóteses, sobretudo quando se fala da influência política do grupo estudado fora dos limites da universidade, como veremos adiante.

Como referencial teórico básico para o trabalho, optou-se por utilizar o marxismo, sob a ótica de Antonio Gramsci. Tal opção deveu-se em função das características observadas pelo autor, dentro do grupo, apontarem diretamente para o conceito de hegemonia. Hegemonia essa que tem seu nascedouro no movimento estudantil e veio a consolidar-se pela via partidária no momento em que o grupo alcança o poder pela primeira vez ao eleger Paulo Hartung prefeito de Vitória, em 1992, e governador do Estado por duas vezes consecutivas, em 2002 e 2006.

Entretanto, é preciso destacar que não se está aqui tratando hegemonia apenas como a conquista e exercício do poder⁵. Mais do que isso.

[...] o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. (Gruppi, 1978, p.3)

“[...] deve-se sublinhar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico e não só político-prático, porque implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética a ela adequada, uma concepção do real que superou o senso comum e se transformou – embora dentro de limites ainda restritos – em concepção crítica.” (GRAMSCI, 1981)

De acordo com o conceito acima, uma das entrevistadas relata, confirmando os primeiros traços no grupo pela busca da hegemonia, que:

“[...] além do movimento, da organização, você tinha também aquela coisa da disciplina, que era a discussão política, estudo. Não era uma coisa da movimentação por si, pura e simples, mas era um movimento com fundamento. Então, a gente tinha discussões acadêmicas, de pegar textos, discutir mesmo. Por exemplo, tinha uma discussão que era dentro do Serviço Social, que, em algum momento, se somava com os outros companheiros dos outros cursos. Isso contribuiu para uma formação e uma militância engajada, comprometida e fundamentada [...]. (STEIN, R. H., 2007, informação verbal).

Gruppi (apud COUTINHO, 1981, p.56) diz ainda que:

“a hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, da solução das massas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo”

Assim, pode-se entender que “a hegemonia é a capacidade de direção, de conquistar alianças [...]” (Gruppi, 1978, p.5). E isso realmente o grupo começava a

⁵ Gruppi (1978) diz que “o termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *eghemoneuo*, que significa ‘ser guia’, ‘preceder’, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar à frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si”.

buscar, pela via partidária, por intermédio do Partido Comunista Brasileiro, abrigado sob a legenda do MDB.

Da mesma forma, a escolha pela linha gramsciana se deve à maior aproximação do grupo político ora estudado com o eurocomunismo que, por sua vez, tinha em Antonio Gramsci um de seus maiores pensadores.

1.1 Sobre a metodologia

Para a realização dos procedimentos investigativos deste trabalho de pesquisa, utilizou-se como metodologia de pesquisa, na coleta de dados, a história oral, pois, após algumas buscas preliminares, percebeu-se que não havia nada documentado e arquivado sobre a época, seja pelo DCE, seja pela própria Ufes.

Nesse sentido, a história oral auxiliou na obtenção de informações, juntamente às fontes de investigação. Fontes essas que foram, ao mesmo tempo, objeto e indícios deste trabalho. Para tanto, foram realizadas entrevistas previamente estruturadas com caráter temático, tal como descrito por Verena Alberti:

Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas. Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma “extraído” da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas. Escolhem-se pessoas que dele participaram ou que tiveram conhecimento para entrevistá-las a respeito (ALBERTI, 2004, p. 23-24)

Foram definidos como fontes (primárias animadas), além de Paulo Hartung, membros-chave do grupo, à época, a saber:

Paulo Cesar Hartung Gomes – nascido no município de Guaçuí, formou-se em Economista, pela Ufes. Foi líder do grupo e presidente do DCE após sua reabertura, em 1978. Atualmente, Hartung está governador do Estado do Espírito Santo.

Neivaldo Bragato – nascido em Colatina, Bragato é economista formado na Ufes. Nunca atuou ou concorreu a cargos eletivos, permanecendo sempre como articulador e homem de confiança de Paulo Hartung. Ocupou cargos de primeiro escalão na administração de Hartung, na Prefeitura de Vitória, bem como na administração que se seguiu (com Luiz Paulo Vellozo Lucas). Atualmente, é secretário de Estado.

Estanislau Kostka Stein (Stan Stein) – Economista e advogado formado na Ufes. Stan foi presidente do DCE em 1980, elegeu-se vereador em Vitória por quatro mandatos consecutivos, na década de 80, e início da década de 90. Em 1992, foi para a Prefeitura de Vitória como secretário de Administração e atualmente trabalha para o Governo do Estado prestando serviços na área jurídica, além de exercer a advocacia autonomamente.

Anselmo Tose – nascido em Castelo, é médico formado pela Ufes. Anselmo destacou-se na política municipal de Vitória ao permanecer como secretário de Saúde durante duas administrações consecutivas (Paulo Hartung e Luiz Paulo Vellozo Lucas). Em sua primeira empreitada para cargos eletivos, Anselmo elegeu-se deputado estadual, em 2002, pelo PPS. Atualmente, está à frente da Secretaria Estadual de Saúde;

Wellington Coimbra (Lelo Coimbra) – formado em Medicina pela Ufes, Lelo, assim como Neivaldo Bragato, sempre atuou como articulador e homem de confiança de Hartung. Foi deputado estadual e, em seguida, candidato a vice-governador pela chapa de Hartung, em sua primeira eleição para o governo do Estado. Após o primeiro mandato de Paulo Hartung, Lelo elegeu-se deputado federal

Robson Leite – advogado, formado pela Ufes, atualmente, trabalha com marketing político. Atuou sempre como articulador dentro do grupo, mesmo durante o movimento estudantil, tendo atuado na diretoria do DCE. Foi assessor de Paulo Hartung, na Assembléia Legislativa do ES.

Fernando Pignaton – médico, formado pela Ufes, atualmente é médico concursado da Prefeitura Municipal de Vila Velha e proprietário de uma empresa de pesquisa

(Fênix). Foi vice-presidente de Paulo Hartung no DCE. Teve participação efetiva dentro do PCB.

Fernando Herkenhoff – médico, formado pela Ufes, atualmente é professor concursado da mesma instituição. Membro de destaque no PCB capixaba.

Rosa Helena Stein – assistente social, formada pela Ufes, irmã de Stan Stein, participou de todo o processo, tendo atuado ativamente no grupo político em questão. Foi secretária de Estado no governo de Max Mauro. Atualmente, é doutora em Sociologia e professora do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB).

Ildeberto Muniz (Paraíba) – médico, formado pela Ufes. Atuou como articulador durante o movimento estudantil, tendo sido presidente do DA de Medicina e um dos principais conselheiros de Paulo Hartung. Atualmente, é professor universitário em Botucatu, São Paulo.

Kátia Moura – médica formada pela Ufes. Participou ativamente no grupo e no DCE. Mais tarde, foi candidata a vice-governadora pelo Partido dos Trabalhadores. Atualmente, exerce a medicina como pediatra.

Lauro Ferreira Pinto Neto – médico, formado pela Ufes. Sempre atuou como articulador e formulador dentro do grupo. Também teve forte participação dentro do PCB, sendo um de seus dirigentes à época. Até hoje é um dos principais conselheiros de Paulo Hartung, além de seu médico particular.

Após a realização de algumas entrevistas e a citação de alguns nomes em comum por todos, percebeu-se que seria também interessante entrevistar outros personagens do grupo que tiveram papel importante à época, tais como Ernesto Negris, Claudino de Jesus, Dayse Lemos Osleguer, Marli Alves dos Santos e Merli Alves dos Santos. Entretanto, face à quantidade de entrevistas feitas (12 ao todo) e também face às respostas das mesmas começarem a não apresentar variações de conteúdo, decidiu-se por trabalhar apenas com os depoimentos já recolhidos.

Dentro desta perspectiva, foram estabelecidas algumas categorias de análise que trataram de caracterizar a geração do grupo estudado, bem como sua trajetória política e biografia de alguns membros-chave já listados aqui, mostrando quem são essas pessoas, qual sua importância em relação ao contexto histórico a ser registrado e qual o seu papel no grupo.

Inicialmente, também pretendia-se utilizar, como fontes secundárias, os arquivos dos jornais e revistas de maior circulação estadual da época. Com tais fontes, ter-se-ia um complemento contextualizador do período estudado para possibilitar um diálogo do objeto de estudo com análises mais generalistas sobre o momento político por que passava o país.

Entretanto, ao longo da pesquisa, observou-se que os depoimentos orais tornaram-se mais importantes, na medida em que faziam exatamente o que se deseja com este trabalho: deixar que a história do movimento estudantil capixaba, daquele período, seja contada por seus atores. Com isso, optou-se por não utilizar a documentação impressa de forma exaustiva e comprobatória, mas sim de forma ilustrativa, com maior destaque para fotografias cedidas por membros do próprio grupo.

Quanto à análise das fontes orais e documentais, entendeu-se ser o paradigma indiciário o mais apropriado. O indiciarismo, que remonta ao início da civilização, ressurge a partir do final do século XIX, no âmbito das ciências humanas. Atualmente, seu maior ícone é o historiador italiano, Carlo Ginzburg.

Tem (o método ou paradigma⁶) como característica principal trabalhar a pesquisa científica a partir de sinais, indícios e fragmentos de informação que, numa perspectiva positivista, seriam deixados à margem pelos pesquisadores.

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas da lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez

⁶ Pelo fato de não ser teorizado, o indiciarismo não é considerado um método por alguns autores.

fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. (GINZBURG, 1989, p. 151)

Pelo fato de trabalhar essencialmente com a sensibilidade, a subjetividade, o acaso, a intuição e a dedução, o paradigma indiciário rompe com o rigor inflexível do positivismo, dando margem a abordagens mais apropriadas ao estudo que se segue, na medida em que foi feita uma reconstrução do passado com base em informações de fontes diversas para, em seguida, realizar-se uma análise interpretativa e dedutiva dos fatos.

Corroborando o raciocínio metodológico acima, Coelho⁷ (2006, p.9) afirma que “este método está fundamentado na investigação de fatos – ou dados – pequenos, isto é, pormenores geralmente menosprezados pelos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento”.

Devido à falta de registros, a proposta foi, a partir de uma perspectiva sócio-historiográfica, reconstituir e entender uma época utilizando-se de fragmentos de informação, buscando o passado histórico do objeto de estudo, tentando verificar suas implicações na contemporaneidade.

Tendo em vista o exposto, é cabível trabalhar com a definição de paradigma indiciário feita pela professora doutora em História, Márcia Barros Ferreira Rodrigues (2005, p.213)⁸, como sendo um “conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios [...]”.

O indiciário, portanto, mostrou-se bastante adequado para este estudo, já que a utilização de fontes variadas – com as quais se trabalhou na pesquisa em questão – é um princípio seu. O método trabalha com aquilo que já foi vivido na prática historiográfica, permitindo, a partir de fragmentos, compreender toda uma rede de relações sociais dentro de uma temporalidade específica.

⁷ RODRIGUES, Marcia B. F. (Org.). **Exercícios de indiciário**. Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, 2006, 93 p., Rumos da história; v. 6

Permite ainda trabalhar de forma conjectural e interpretativa, sem, no entanto, abrir mão da cientificidade, estabelecendo um ponto de equilíbrio entre o rigor científico e a flexibilidade necessária à utilização da sensibilidade do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa.

⁸ RODRIGUES, Marcia B. F.. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. In: **Dimensões – revista de História da Ufes: Estado, sociedade e poder**. Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, 298p, 2005.

2 OS NOVOS ATORES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A retomada do movimento estudantil no Espírito Santo remonta aos anos de 1975 e 1976. Nestes anos, houve as primeiras articulações no sentido de se reerguer alguns diretórios acadêmicos e criar outros para, em seguida, proceder à realização de eleições e a conseqüente consolidação dessas entidades.



Foto 1 – assembléia de estudantes na Ufes

Fonte: arquivo pessoal de Paulo Hartung

Em 1976, os estudantes da Ufes já possuíam os seguintes diretórios acadêmicos devidamente estruturados⁹:

- 1) Diretório Acadêmico Dido Fontes (Engenharia). Fundado em 1952. À época (1976) dirigido por Antonio José Oliveira Santos, reunia cerca de 1.200 estudantes do Centro Tecnológico;

⁹ A Gazeta, 2 nov. 1976. Arquivo Público Estadual

- 2) Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Eleito em 1976, tem como presidente o estudante de Direito Joaquim Silva e reunia cerca de 2.000 estudantes de sete cursos diferentes. Foi nesta entidade que despontaram aquelas que, mais tarde, viriam a ser as maiores lideranças políticas do movimento estudantil e da política estadual, a saber: Paulo Hartung, Neivaldo Bragato, Stan Stein, José de Arimathéa Campos Gomes, dentre outros;
- 3) Diretório Acadêmico Professor José Leão Nunes (Centro de Estudos Gerais). Representava aproximadamente 3.000 alunos espalhados por sete cursos. Era dirigido por uma diretoria exclusivamente feminina, tendo Mariana Siqueira Faria na presidência, Fabíola Gouveia Limeira na vice-presidência, Maria Marta Fundão Pimenta na tesouraria, Silvana Moreira na secretaria, Genoveva Peisine como secretária adjunta, Maria do Socorro Guimarães como tesoureira adjunta e Maria Beatriz Araujo Zamprogno no departamento cultural. O D.A. do CEG existia desde a época da antiga Faculdade de Filosofia (Fafi);
- 4) Diretório Acadêmico de Pedagogia. Fundado em agosto de 1976, reunia cerca de 300 estudantes fixos do curso de Pedagogia. Sua presidente era Maria de Lourdes Andrade, e Marcelo Andrade o diretor da Assessoria Cultural;
- 5) Diretório Acadêmico Carlos Cavalcanti (Centro de Artes). Presidido por Marcia Braga Capovilla, que havia sido eleita em agosto de 1975. A entidade foi fundada na década de 1950. Reunia 980 alunos, sendo 475 do Centro de Artes e o restante distribuído entre alunos dos cursos de Engenharia, Matemática e Biblioteconomia;
- 6) Diretório Acadêmico do Centro Biomédico. Após sua interdição no início da década de 1970, a entidade foi reaberta no segundo semestre de 1975, sob a presidência de Aloísio Falchetto.

Daí para frente, o processo de reabertura do DCE foi apenas uma questão de tempo, tendo como objetivos principais – ao menos aparentemente – a luta pela melhoria das condições de ensino dentro da universidade, como nos mostra a

reportagem feita pela Revista Agora, no ano das primeiras eleições para o DCE, após seu fechamento.

A eleição para o DCE, realizada dia nove último, não foi um acontecimento abrufo [sic]: do estado de completa inconsciência de sua própria condição e situação, o estudante capixaba passou para o equacionamento de fórmulas que viabilizassem a defesa de seus interesses; isto num espaço de tempo que se estendeu por mais de dois anos. (AGORA, nov. 1978)

Todavia, vamos ver, mais tarde, que o movimento pela reabertura do DCE e a retomada do movimento estudantil no Espírito Santo teve seus objetivos ampliados, saindo das questões meramente universitárias e passando para temas de maior alcance social.



Foto 2 – Assembléia de estudantes na Praça 8
Fonte: arquivo pessoal de Paulo Hartung

2.1 A gênese do grupo político ligado a Hartung

A história da formação do grupo político ligado a Paulo Hartung mostrou-se, no mínimo, curiosa, principalmente após a revelação de sua gênese feita no depoimento de Lauro Ferreira Pinto Neto, então estudante de medicina.

Durante sua entrevista, Lauro conta que a primeira aproximação da turma do biomédico com a turma do campus de Goiabeiras advém de um conflito, oriundo de posturas políticas totalmente antagônicas. Tudo isso em um momento de ebulição política e às vésperas da visita do então ministro da Educação, Nei Braga.

[...] Vinha um ministro da ditadura visitar o Estado. [...] E nós começamos: ora, o ministro vem, vem aqui na universidade... E começou a surgir um movimento de fazer um manifesto ao Nei Braga. Imagina, que isso, naquela época, era uma coisa absolutamente proibida. Então, nós criamos algumas discussões e conseguimos elaborar algum tipo de texto. Foi o primeiro texto do movimento estudantil, foi o manifesto à visita do ministro Nei Braga ao Espírito Santo. Mas aí, foi que aconteceu uma coisa muito interessante, na minha lembrança, que foi a aproximação do grupo da Medicina com o grupo da Ufes. Porque havia uma ciúmeira do campus de Maruípe com o campus da Ufes. E quem puxou esse primeiro embrião de movimento contra o Nei Braga fomos nós da Medicina. Fizemos o texto e, quando nós íamos entregar, chegou aos nossos ouvidos que a turma do CCJE não concordava e ia fazer um contra manifesto. Aí, nós ficamos pra morrer – e era a turma da atlética do CCJE. Então, nós soubemos que eram liderados por um tal de Paulo Hartung (risos). Eu lembro que isso criou um clima...”desgraçado”. A primeira sensação da gente foi que “ah, esse pessoal da atlética ó, é um pessoal de cabeça assim (faz gesto mostrando algo pequeno)... não estão nem aí”. A gente ficou achando que era coisa de direita, de reacionário. E aí, a Merli, na época, falou o seguinte: “olha, esse cara não é um cara reacionário não. O pai dele tem um histórico, foi participante do Partidão. Por que a gente não faz uma visita a ele?”. “Ah, esse pessoal da Ufes são todos metidos”, e tal. “Então vamos fazer a visita”. Ele morava na Beira-Mar. Fomos um grupo da Medicina visitar a turma do CCJE, e chegamos beligerantes. [...] E assim, nós tivemos uma conversa muito ruim, muito agressiva. Eles muito desconfiados e a gente... Ficou um clima ruim, sabe. A gente falou “pô, vocês só pensam em atlética”; e eles diziam “ah, vocês estão querendo puxar, a Medicina está querendo mandar em tudo”. Ficou uma coisa muito ruim. E o pai dele fez algum tipo de interferência, tipo assim: “bando de garotos, ponham juízo na cabeça e conversa”. Algum tipo de interferência assim que eu não lembro, que o pai dele fez, e quase que sai faísca. E ali, eles toparam não soltar nenhum contra-manifesto. Quer dizer, a gente fazia o manifesto ao Nei Braga, mas o que aconteceu de muito interessante ali. Foi o primeiro momento que o embrião do movimento estudantil em Maruípe se aproximou do embrião do movimento estudantil do campus. E era atlética, imagina, uma coisa bem despolitizada. [...] Foi quando eu conheci o governador e foi quando começou a haver uma proximidade de Maruípe com o campus do CCJE. E ali houve um tipo

de pacto, quer dizer, a gente soltou o manifesto ao Nei Braga. Logo depois, pouco tempo depois, teve a primeira assembléia da Ufes. Eu lembro que foi a primeira assembléia – ainda não havia DCE – que eu fui mesário. A gente não sabia nem como fazer isso. Aquela multidão de alunos e eu fui o que conduziu. Eu não sabia nem como fazia aquele negócio, como conduzir uma assembléia daquela magnitude. Mas eu lembro que a primeira assembléia da Ufes aconteceu na Medicina. E, de certa forma, a gente passou a respeitar a turma do CCJE no sentido de não impor a condução. E começou a haver ali uma aproximação de respeito, de dois grupos que começaram a querer entrar em beligerância. Essa questão do primeiro contato, com a interferência do pai do governador, na casa dele, quando morava na Beira-Mar, com a visita do ministro Nei Braga, eu relaciono muito bem como o momento que eu conheci o Paulo. Foi o momento que começou a criar o movimento estudantil na Ufes (referindo-se ao campus de Goiabeiras). Porque, até então, tinha alguma coisa no campus de Maruípe e alguma coisa no CCJE. Então, a partir daí, passou a haver, de uma forma muito desconfiada, uma coisa legal de aproximação. (NETO, L. F. P., informação verbal, 2008)

Estava, ali, iniciado, um grupo político que, mais tarde, iria reerguer o movimento estudantil capixaba; o Partido Comunista Brasileiro; além de influenciar, ainda dentro dos muros da universidade, a política institucional do Espírito Santo, chegando, vinte anos depois, ao governo do Estado.

O Diretório Central dos Estudantes da Ufes, por sua vez, tem origem em 1963, ano em que a Universidade passa por um processo de reestruturação para se federalizar (NETO, 1996). Não demorou muito tempo para que o “jovem” movimento estudantil ali iniciado – ainda bastante tímido – tivesse que enfrentar seus primeiros (e grandes) obstáculos, quando o país foi tomado por uma coalizão civil-militar, no dia primeiro de abril de 1964¹⁰, que impôs forte repressão política a toda sociedade, retirando-lhe seus direitos civis de liberdade, cidadania e livre expressão.

Concretizava-se o golpe de Estado que depôs o então presidente João Goulart e instituiu-se o regime de repressão comandado pelos militares e sua Doutrina de Segurança Nacional. Tudo sob o pretexto de livrar o país das ameaças do comunismo.

A essa altura, faz-se necessário explicar o porquê da utilização do termo “coalizão civil-militar”. Optou-se aqui pela referida terminologia por entendermos, tal qual o fez

Maria Helena Moreira Alves (2005), que, no caso brasileiro, ao contrário do que ocorreu em outros países da América Latina, não houve exatamente o que se pode chamar de ditadura.

Uma das principais características de um regime ditatorial é a dissolução de instituições de representação da sociedade civil. Tal fato não ocorreu no caso brasileiro, embora as referidas instituições (sobretudo o Congresso Nacional e o Poder Judiciário) tenham permanecido em funcionamento com restrições.

À diferença de seus colegas do Chile, do Uruguai ou da Argentina, os generais brasileiros utilizaram a linguagem da democracia para implantar um sistema ditatorial. A defasagem entre a linguagem da democracia e a necessidade prática de repressão teve duas conseqüências importantes. Primeiro, forçou o governo militar a buscar legitimidade com base num consenso estabelecido em instituições formais de representação política. Ele não pôde, assim, eliminar instituições como o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e municipais e a atividade político-partidária. Embora manipuladas, as eleições continuaram sendo realizadas regularmente, pois ainda eram necessárias à preservação de um mínimo de legitimidade. Da mesma forma o Judiciário, embora mantido sob controle, logrou preservar certo grau de autonomia, que exerceu com intensidade variável em diferentes períodos. Segundo, a defasagem entre a linguagem e a realidade institucional abriu espaço para que a oposição manobrasse, se organizasse e até mesmo negociasse no interior do sistema. A oposição pôde utilizar esse espaço para forçar maior liberalização e organizar um amplo movimento social de bases. (ALVES, 2005, p.379)

O processo que culminou no fechamento do Diretório Central dos Estudantes da Ufes teve início em 1968, no auge da repressão ao movimento estudantil pelos militares. No ano seguinte, a entidade foi invadida várias vezes pela polícia até ser fechada, em 1969.

Quase dez anos depois, num contexto histórico tumultuado, compreendido em meados dos anos de 1970, é que as lideranças estudantis capixabas iniciam um processo de mobilização para reorganizar suas entidades. Primeiro os Diretórios Acadêmicos, como visto anteriormente.

¹⁰ Apesar dos militares terem comemorarem a data sempre no dia 31 de março, o golpe ocorreu no dia primeiro de abril. Ocorre que para não ser objeto de piadas jocosas em relação à data (dia da mentira), optou-se por determinar o dia 31 de março como o dia em que os militares fizeram a “revolução” (ALVES, 2005).

No caso da Universidade Federal do Espírito Santo, os diretórios de maior destaque e atuação política existentes eram o de Medicina, no Centro Biomédico (CBM); o de Engenharia, no Centro Tecnológico (CT); e o de Economia, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). De acordo com um dos entrevistados¹¹, também no antigo Centro de Estudos Gerais (CEG) havia movimentações importantes, porém sem destaque específico para um determinado Diretório. No entanto, ainda entre esses diretórios, os mais atuantes – e que, portanto, mais se destacavam dentro da Ufes por sua atuação política – eram o DA do Centro Biomédico e do DA do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. A esse respeito, a revista Agora nos diz que

(...) Este trabalho brotou, inicialmente, no CCJE (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas) e no Centro Biomédico. Estes são, sem dúvida alguma, os centros mais ativos de toda a universidade. Por sinal, o CCJE sempre teve eleições bastante movimentadas para a constituição ao diretório, marcadamente com as chapas Grito e Gota D'Água, em contraste com a apatia que sempre marcou as eleições para o diretório dos demais centros.(...)

(...) O maior passo para a concretização de um movimento em torno do DCE, aparentemente, foi dado na greve do Centro Biomédico, no segundo semestre deste ano. Pela primeira vez em muito tempo, pode-se ver um movimento que reunisse todo um centro – foram mais de mil alunos que pararam de assistir às aulas, diariamente se reunindo no próprio Centro Biomédico. (AGORA, nov. 1978)

Nesta mesma época, o país passava por uma ebulição política e econômica. O movimento sindical ressurgia com toda força, mediante as inúmeras mudanças na economia brasileira que, invariavelmente, esbarravam na questão salarial dos trabalhadores.

A perda do poder aquisitivo em função da inflação e dos seguidos “pacotes econômicos” editados pelo governo fizeram com que, a partir de 1978, o Brasil testemunhasse uma onda de greves, oriundas e capitaneadas pela região do ABC Paulista. Também a igreja com suas pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) passa a ter forte participação política.

A conjuntura era de reivindicação por direitos de cidadania subtraídos da sociedade, anistia política ampla, geral e irrestrita; fim da coalizão civil-militar; liberdade de

¹¹ Fernando Pignaton

expressão; eleições diretas em todos os níveis¹² e respeito aos direitos humanos. Estes temas articularam praticamente todos os segmentos da sociedade civil organizada. Era a fase conhecida como período de distensão, iniciada pelo então presidente e general do Exército, Ernesto Geisel, em 1974, e que teve continuidade com o também presidente e general do Exército, João Batista Figueiredo.

Como a política de “distensão”, a de “abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e cuidadosamente controladas pelos estrategistas políticos do Estado. Seria aberto um espaço político suficiente para conter a oposição de elite, na esperança de obter para o Estado de Segurança Nacional maior estabilidade e apoio. Por outro lado, os parâmetros da “democracia forte” eram definidos de modo a limitar a participação de setores da população até então excluídos e permitir que o Estado determine qual é a oposição aceitável, e qual é intolerável. Grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses, fossem seculares ou vinculados à Igreja, enfrentaram repressão contínua e sistemática. Outros setores, que não eram considerados suficientemente organizados para configurar “antagonismo” ou “pressão” – tal como são definidos na Doutrina de Segurança Nacional –, puderam reorganizar-se e participar das decisões governamentais. Era esta a política de “mão estendida” do General Figueiredo. (ALVES, 2005, p.273)

Paradoxalmente, o que se pôde notar nesse mesmo período de repressão foi que quanto mais os militares impunham restrições, mais os segmentos organizados da sociedade civil passavam a discutir alternativas políticas, dando condições ao movimento estudantil para se reerguer enquanto movimento social.

Investidas contra a autonomia das Universidades e organizações estudantis intensificaram a resistência no setor. A constante política de intervenção nos sindicatos, embora inicialmente desmantelasse as organizações dos trabalhadores, estimulou os esforços de organização e reconquista do controle dos sindicatos. Um dirigente sindical entrevistado observou que o período de intervenção do Estado foi aquele em que os trabalhadores participaram mais ativamente da vida sindical, estimulados pelo desejo de recuperar o seu controle. (ALVES, 2005, p.377)

Pode-se dizer que o mesmo ocorreu com o movimento estudantil. Basta observar sua participação política no período a que se refere esta pesquisa e como ele está agora, em meio a um sistema democrático estabelecido.

¹² Até este período, os cargos executivos de presidente da República, governadores e prefeitos de capitais eram escolhidos por indicação do Congresso Nacional, da Presidência da República e dos governadores, respectivamente. Sem falar nos famosos senadores “biônicos”.

O movimento estudantil constituíra-se, efetivamente, nesse contexto, como um movimento social de massa, que atuou não somente dentro dos muros das Universidades, mas, também, fora deles. Dentro dessa perspectiva, elimina-se aqui o ponto de vista funcionalista na análise do movimento estudantil, que, fatalmente, levaria o estudo para o campo das reações temporárias – consideradas como sendo próprias da juventude sob a ótica conservadora. Trata-se sim de um movimento social que luta contra um sistema de contradições produzidas pelo capital e cuja teoria marxista trata de explicar.

O movimento era considerado de caráter social e de massa. Por meio dele, os estudantes lutavam pelos seus direitos e também dos imensos segmentos da população brasileira que ansiavam pelo retorno do Brasil à democracia. As principais forças politicamente atuantes na época do movimento estudantil sempre buscaram a sua identidade segundo os conceitos de esquerda. (RABELO, 2004)

No caso do movimento estudantil capixaba, a participação política em questões que ultrapassavam as fronteiras da Ufes também foi uma realidade. A fala de todos os entrevistados confirmou tal atuação. As de maior destaque, segundo as fontes, foram a mobilização de auxílio aos desabrigados pelas enchentes de 1979; o apoio à greve da construção civil; o protesto contra a vinda de material nuclear para o litoral do Espírito Santo, que teve como consequência (positiva) a criação da Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (Acapema); participação em passeatas pela anistia e contra o regime de repressão; reivindicação por melhor qualidade de ensino; atuação efetiva nas eleições de políticos locais; acompanhamento dos movimentos de ocupação nos lixões da cidade, dentre outras.

Nós demos contribuição de organização social, de mostrar à sociedade capixaba o quanto era importante apostar nas suas instituições. Contribuições de como era importante uma sociedade democrática ter uma imprensa livre, apontando os defeitos dos governos, de como era importante ter o parlamento atuando com liberdade. São todos exemplos que eu vejo de como contribuimos para a sociedade capixaba. (LEITE, informação verbal)

Dentre os estudantes ativistas desta época, destacaram-se como lideranças citadas por boa parte dos entrevistados os nomes de Marli e Merli Alves (Medicina), Lauro Ferreira Pinto Neto (Medicina), Ernesto Negris (Medicina), Fernando Pignaton (Medicina), Estanislau Kostka Stein (Stan Stein - Economia), Robson Leite

(Engenharia/Direito), Anselmo Tose (Medicina), Paulo Hartung (Economia), Ildeberto Muniz (Paraíba - Medicina), José de Arimathéia Campos Gomes (Direito), Rosa Helena Stein (Serviço Social), Joaquim Silva (Direito), Neivaldo Bragato (Economia), Wellington Coimbra (Lelo - Medicina), Fernando Herkenhoff (Medicina), Adalto Emerich (Medicina), Geraldo Corrêa Queiroz (Medicina), Luiz Carlos Peruchi (Medicina), Kátia Moura (Medicina).

Aqui, percebe-se claramente (mais uma vez), ainda que de forma preliminar, a importância do Centro Biomédico no movimento estudantil capixaba. Dos 20 nomes citados acima, 13 foram estudantes de Medicina. Em segundo lugar viria o curso de Economia, com três nomes; o curso de Direito com dois e os cursos de Engenharia e Serviço Social com um nome cada. Isso, no entanto, não significa dizer que somente as lideranças do Centro Biomédico eram as mais importantes ou as que mais se articulavam politicamente. Tanto isso não é verdade que o presidente da chapa vencedora das eleições para a reabertura do DCE foi um estudante de Economia (Paulo Hartung). Dois anos depois, novamente um estudante de Economia viria a ocupar o mesmo cargo (Stan Stein).

A reabertura do DCE era o que unia todo mundo, e isso só se deu em 1979. Talvez a eleição tenha sido em 1978 e a posse em 79. Mas, em 1976 começou, e o curso responsável foi o de Medicina. Foi lá que surgiu o primeiro grupinho, com influências políticas de São Paulo. (LEITE, informação verbal)

Tabela 1 - classificação de lideranças por curso

<i>Cursos das lideranças mais citadas</i>	<i>N^o de lideranças por curso</i>	<i>(%)</i>
Medicina	13	65
Economia	3	15
Direito	2	10
Serviço Social	1	5
Total	20	100%

Até o final dos anos de 1970, o movimento estudantil passou por um forte período de restrições políticas, tendo conseguido se rearticular somente a partir de 1976.

A partir de 1976, começa um lento trabalho de reativação do movimento estudantil na Ufes, com o surgimento de grupos de oposição que indicavam o caminho da renovação das orientações políticas até então prevaescentes. (NETO, 1996, p.151)

Neste mesmo período, como já citado anteriormente, a reconstrução dos Diretórios Acadêmicos (DAs) por cursos foi um fator marcante na reorganização dos estudantes, sobretudo em se tratando do Diretório Acadêmico do curso de Medicina, no qual se originaram as primeiras lideranças e de onde surgiram embates importantes do ponto de vista político.

O primeiro movimento que eu me lembro, foi o de tentar reabrir o DA da Medicina. E esse movimento estava muito ligado às próprias questões que os estudantes viviam. (NETO, Lauro F. P., 2008, informação verbal)

O DA de Medicina também, como o DCE, sentiu na pele os efeitos da repressão. Foi fechado pelos militares, em 1972, devido a um movimento iniciado no ano anterior, reivindicando um pronto-socorro no Hospital das Clínicas. À época, além da repressão policial, os estudantes enfrentaram ainda a repressão institucional do Decreto-lei 477, que permitia a expulsão de qualquer estudante por atividade política. Não bastasse isso, o referido decreto determinava também que todos aqueles penalizados pela expulsão também estariam, automaticamente, proibidos de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por um período de três anos¹³.

Em meio a discussões políticas e participações em eventos nacionais¹⁴, os estudantes, reunidos em suas entidades representativas de curso iniciam o processo de reabertura de sua entidade maior: a União Nacional dos Estudantes (UNE). Paralelamente, tenta-se ainda a abertura, em nível estadual, dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) em suas respectivas instituições de ensino, e, havendo fôlego político, a União Estadual dos Estudantes (UEE). No Espírito Santo, todavia, apenas o DCE foi constituído.

A primeira meta era assegurar a reabertura dos diretórios centrais dos estudantes, e onde tivesse força política acumulada,

¹³ NETO, 1996, p.150 citando revista ES-Agora, de outubro de 1978.

¹⁴ Na grande maioria das vezes o faziam burlando a polícia, que procurava impedir a organização dos estudantes

representatividade no conjunto da sociedade estudantil de um Estado, reabrir a sua União Estadual de Estudantes. No Espírito Santo, nós não acumulamos força por uma representatividade globalizada de uma União Estadual dos Estudantes, naquela época. A gente entendeu que passava por assegurar que o maior espaço político, que era a Universidade Federal do Espírito Santo, tivesse o seu DCE reaberto e que o DCE pudesse ter esse aspecto de águia com asas longas para defender as outras entidades estudantis e assegurar a ampliação do movimento em todas as faculdades isoladas. (STEIN, informação verbal)

O congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes¹⁵ ocorreu em Salvador (BA), em 29 de maio de 1979, tendo sido aberto por um ex-presidente de nome José Serra, eleito, em 2006, governador de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Dois mil e trezentos estudantes de todo o Brasil estiveram presentes¹⁶, mesmo sendo o encontro não autorizado pelo governo militar – que apesar disso não conseguiu deter o evento.

Antes disso, no entanto, os estudantes realizavam encontros nacionais e locais de cursos que, na verdade, serviam como pano de fundo para a discussão de temáticas referentes à política nacional, à repressão e à luta pela volta do estado de direito no Brasil. O Espírito Santo também participaria ativamente dessas reuniões.

Em um desses encontros de caráter nacional eu tomei conhecimento da chamada Sesac, que era um encontro que tinha forte poder de mobilização, porque era multidisciplinar. Não era um encontro de estudantes de Economia, ou de Medicina, de Engenharia. Sesac era uma Semana de Estudos de Saúde e Atenção Comunitária. Dela participavam estudantes de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Engenharia, Economia, porque sob o foco da saúde, visava-se ter a participação de todos que, direta ou indiretamente, teriam ligação na questão da saúde. O pessoal da Engenharia participava, e ali nós já ouvíamos dizer que para cada mil dólares investidos em saneamento básico, evitava-se o gasto de cinco mil na Medicina corretiva. O efeito do investimento no saneamento básico tinha um resultado muito maior, no nível da saúde, antes da doença ocorrer. Isso tornaria mais viável para o país, assegurar saúde para todos, não porque teria recursos para atacar as doenças, mas pelo contrário, evitar que elas ocorressem. Era interessantíssimo isso, porque em questão de você ter estudantes das áreas de humanas, tecnológicas, das áreas sociais, de todos esses ângulos da vida acadêmica tornava o encontro muito mais atraente, porque você recebia visões diferentes. A linguagem, o jargão do núcleo da Psicologia, do pessoal da Enfermagem, do pessoal da Medicina, da Engenharia. Os palestrantes que eram trazidos para esses eventos tinham autoridade técnico-científica nessas diferentes áreas. Era um show. Encontros da Sesac eram uma sedução geral do ponto de vista de novidade, do

¹⁵ XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes

¹⁶ História imediata – a volta da UNE, 1979, p.4

comprometimento político-científico com a mudança da sociedade. Em função da Sesac nós fizemos mobilizações para participar com a delegação de estudantes do Espírito Santo. Se não me engano, essa reunião aconteceria em Santo André, São Paulo. A nossa reunião foi abortada pela ação da Polícia Federal que deteve os motoristas e os determinou conduzir os ônibus de volta à garagem. A alternativa para se fazer chegar estudantes lá era trazer de volta as informações que estavam sendo discutidas nesses eventos. Sempre se trazia um conjunto de discussões que tinha um foco acadêmico, de melhoria dos currículos dos diferentes cursos, e o foco político, das análises de conjuntura, de como estava a ditadura, o próprio poder de pressão, de coação ou as brechas que se tinha. Tudo isso era produto desses encontros. Tinham os encontros dos estudantes de Economia, tinham os encontros dos estudantes de Enfermagem, depois dos estudantes de Comunicação, que é mais à frente, no final da década de 70. Enfim, os encontros nacionais de estudantes, os específicos, também eram fóruns importantíssimos de discussão sobre essa perspectiva da política, o estudante vendo a sociedade brasileira e discutindo como ele poderia ampliar a sua participação como um todo além do seu aspecto acadêmico, o *stricto sensu* da política estudantil, da melhoria da qualidade do ensino. (STEIN, informação verbal, 2007)

Após a reorganização das entidades de cursos, cria-se, em 1978, a chamada “Comissão Pró-DCE”, que após as discussões políticas vai viabilizar a primeira eleição para a nova diretoria da entidade, cuja disputa contou com cinco chapas. A participação nas urnas foi expressiva, maior até que em outras universidades brasileiras tidas como mais atuantes do país.

Em outubro de 1978, foi realizada a primeira eleição para a diretoria do DCE. Cinco chapas concorreram: Construção, Ação Popular Estudantil, Retornando, Liberdade e Anistia e Frente de Libertação Estudantil. O caráter de massas e a representatividade obtida pelo emergente movimento estudantil estavam expressas [SIC] nos números da eleição. Dos aproximadamente oito mil alunos da Ufes, 6.247 votaram, uma participação em torno de 70%, embora o voto não fosse obrigatório. Para se ter uma idéia do volume da participação, basta lembrar que no mesmo ano, na USP, uma das Universidades mais politizadas e organizadas do país, para cerca de trinta mil alunos votaram na eleição do DCE aproximadamente cinco mil. (NETO, 1996, p.157)

A chapa vencedora foi a Construção, que tinha na presidência Paulo Cesar Hartung Gomes, estudante de Economia, e na vice-presidência Fernando Pignaton, estudante de Medicina. Os demais cargos eram ocupados por Neivaldo Bragato, Paulo Perdigão, Ildeberto Muniz (Paraíba), Hélio Castro e Evandro Brozeghini. Ao todo, Paulo Hartung e sua diretoria arrebanharam 73% dos votos, o equivalente a 4.557 votos.

[...] o segundo lugar ficava repartido entre as chapas Frente de Libertação Estudantil e Liberdade e Anistia, ambas com 413 votos. Em quarto ficaria a APE com 271 votos e em último a Retornando, com 265. Uma diferença de praticamente quatro mil votos do primeiro para os segundos colocados. (NETO, 1996, p.158)

Mas a que se poderia atribuir uma vitória tão substantiva como essa? Certamente, havia toda uma conjuntura favorável ao retorno do movimento estudantil. No entanto, Paulo Hartung e seu grupo souberam, melhor que os demais grupos de oposição, capitalizar esse momento com uma estratégia de abordagem menos radical que as demais chapas concorrentes.

A chapa Construção venceu as eleições a partir do momento em que foi clara e objetiva em seus propósitos e fez com que esses fossem conhecidos por todos os estudantes. Gorou, deste modo, a tática da APE, voltada para um radicalismo excessivo e até incoseqüente e uma certa vagueza em suas idéias. Quanto às demais chapas, também não forneceram nenhum material que tornasse cristalino suas plataformas. (AGORA, nov. 1978)

Apesar de Paulo Hartung ter sido eleito presidente por ampla maioria dos votos, o que se pode perceber, a partir da fala dos entrevistados, é que havia uma preocupação em contemplar todos os centros da universidade, de modo a garantir ainda mais a representatividade dos estudantes que iriam liderar o movimento na Ufes. Assim, na diretoria eleita, pode-se identificar os cursos de Medicina, Engenharia, dentre outros.

Ficou assim: o Centro Biomédico e o CCJE vão dar a cabeça do processo. Como o CCJE tinha mais gente lá dentro do campus, ficou decidido que indicaria a presidência e o Centro Biomédico indicaria a vice. O CEG indicaria um membro da Secretaria, o CT outro membro e o Centro de Artes outro membro. Então do CT foi Evandro Brozeguini. Do Centro de Artes foi Chailhub, e do CEG foi Adilson Villaça. Paulo Hartung presidente e eu vice-presidente. (PIGNATON, informação verbal)

Fica nítido como a experiência adquirida pelo grupo efetivamente influenciou em suas atitudes mais tarde, ao sair para a política partidária. Em todas as eleições que Hartung participou, sobretudo naquelas para cargos executivos¹⁷, houve composições de modo a contemplar também os seus apoiadores.

¹⁷ Candidato a prefeito de Vitória (ES), em 1993, e a governador do Espírito Santo, em 2002 e 2006

É assim que o movimento estudantil capixaba, no final dos anos 70, dá um passo decisivo para se tornar, mais tarde, responsável pela formação de uma das gerações mais importantes do ponto de vista político para o Estado do Espírito Santo, diferenciando-se, inclusive, daquela geração de 1968, cujo pensamento político era outro: o de produzir uma ruptura no sistema.

(...) Este fato reforça a idéia de que o meio estudantil, pelo menos no Espírito Santo, não quer fazer guerra aberta ao sistema, como em 1968, optando mais pelas vias institucionais para que seus problemas sejam resolvidos. (AGORA, nov. 1978)

Agora, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a mentalidade era outra completamente diferente (embora ainda com os mesmos ideários políticos). As lutas travadas não só pelo movimento estudantil, mas também por outros movimentos sociais de esquerda, tinham como objetivo a retomada da democracia no Brasil, o fim da repressão imposta pelos militares, a anistia política e a realização de eleições diretas em todos os níveis¹⁸.

O movimento estudantil do final dos anos 70 e início dos 80 representou o momento mais importante e significativo desse movimento na história do Espírito Santo. Assumiu realmente o caráter de um movimento de massas, que ultrapassou em muito a “bolha” de mobilização de 1968. Transcende os muros da Universidade, obtendo reconhecimento da sociedade e dando uma legitimidade pública às reivindicações colocadas pelos estudantes.

A geração universitária responsável por esse processo produziu uma presença na vida política do estado cujos desdobramentos ainda hoje se fazem presentes. O movimento estudantil, juntamente com a Igreja, simbolizou a voz de uma sociedade amordaçada, colocando-se na vanguarda da luta pelas liberdades e cumprindo um papel de relevância no processo de reorganização da sociedade civil.

Os quadros políticos oriundos da luta pela reconstrução do movimento cumpriram um papel de relevância no processo de organização, ativação e renovação dos movimentos populares e sindicais. Constituíram, também, a militância que impulsionou os partidos que compunham o campo democrático-popular, permitindo o surgimento de lideranças políticas de grande impacto hoje na vida da cidade e do estado. (NETO, 1996, p.169)

Essas características até agora citadas a respeito do movimento estudantil, sobretudo aquele que se desenvolvia no Espírito Santo, são fruto da maneira pela qual os estudantes definiram seus objetivos dentro do movimento e de sua

organização, em meio ao ambiente de repressão imposto pela coalizão civil-militar. Nesse sentido, “[...] a organização não é estrutura real nem indivíduos reunidos, mas articulação de projetos” (TOURAINÉ, apud ALBUQUERQUE, 1977, p. 82). Projetos estes que, mais tarde, por ocasião da reorganização do DCE, passam a caminhar paralelamente aos projetos do Partido Comunista Brasileiro e do qual trataremos em outro capítulo.



Foto 3 - Encontro Científico de Estudantes de Medicina (1977), em Santa Catarina.
Na foto, Ernesto Negris (1), Fernando Pignaton (2) e Anselmo Tose (3).
Fonte: arquivo pessoal de Anselmo Tose

¹⁸ Que mais tarde veio a desembocar na campanha pelas Diretas Já



Foto 4 - Encontro Científico de Estudantes de Medicina (1977), em Santa Catarina.

Na foto, Luiz Carlos Peruchi (Tampinha, prefeito de João Neiva no mandato de 2005/2008), ao violão (1); Fernando Pignaton (2).

Fonte: arquivo pessoal de Anselmo Tose.



Foto 5 - Semana de Saúde Comunitária (1979), no Centro de Educação Física da Ufes.

Na foto, Anselmo Tose (1), Isildo Alvarino (2) e Marcos Prudêncio (3).

Fonte: Foto de Romero Mendonça (arquivo A Tribuna – 01/04/1980), cedida a Anselmo Tose.



Foto 6 – Congresso da UNE (1979).

Paulo Hartung (1), Maria Angela Coser (2) e Anselmo Tose (3)

Fonte: Centro de Documentação e Memória Política e Social do Espírito Santo. Disponível em <<http://www.indiciarismo.net/cedoc/gotadagua/fotos.htm>>. Acesso em 08 jun 2008.



Foto 7 - Anselmo Tose na Semana de Saúde Comunitária, na Ufes (1979).
Fonte: foto de Marta Baião (arquivo pessoal de Anselmo Tose).

Letras na Hora do Mudar

HORA DE MUDAR

VOTE PARA DCE – ELEIÇÕES DIAS 12 E 13 DE NOVEMBRO



POR UM DCE ATUANTE E DOS ESTUDANTES

CHAPA HORA DE MUDAR PARA DIRETORIA DO DCE:

PRESIDENTE:
ESTANISLAU KOTSKA – STAN
Economia.

1º VICE-PRESIDENTE:
ERNESTO NEGRIS NETO – Medicina.

2º VICE-PRESIDENTE:
ROBSON LEITE NASCIMENTO – Eng. Médica.

SECRETÁRIO GERAL:
FERNANDO REGO – Básico CEG.

1º SECRETÁRIO:
JOSÉ ARIMATHÉA GOMES – Direito

DIRETOR CULTURAL:
JOSÉ ANTÔNIO CHALHUB – Arquitetura.

DIRETOR DE IMPRENSA:
MÁRIA ÂNGELA – MIRIKI – Pedagogia.

DIRETOR DE ESPORTES E LAZER:
YASMIN POLTRONIERI – Física.

DIRETOR CIENTÍFICO:
GLECIARA RAMOS – Básico Civil

DIRETOR DE ASS. COMUNITÁRIOS:
ROSA STEIN – Serviço Social

DIRETOR DCE NO CAMPUS DE ALEGRE:
JOÃO LUIZ BARONE – Eng. Agrônoma.

1º TESOUREIRO:
JACY MORANDI – Odontologia

2º TESOUREIRO:
JOEL RIBEIRO SANTOS – C. Contábeis.

Companheiros, chegou a nossa hora de mudar, refazer, olhar o tempo e caminhar.
Companheiros, chegou a hora de transformar, refazer, mudar o dia, cultivar e
meu amigo chegou a hora de dizer que somos fortes pra pagar

PORQUE É HORA DE MUDAR

Se fizermos um balanço do que foi feito nesta última gestão do DCE, será fácil verificar que um grande número das promessas feitas durante (e logo após) as eleições passadas foram esquecidas com o desenrolar do ano, **AS PROMESSAS NÃO SAÍRAM DO PAPEL.**

Quando constituía apenas uma chapa, a atual Diretoria, em sua carta-programa, fazia uma série de propostas em relação ao DCE. Que se estruturasse de forma democrática, que participasse das lutas de cada curso, que tivesse seus Departamentos funcionando (publicação constante do **JORNAL DO DCE**, promoção de palestras e seminários; promoções culturais, como a Mostra de Teatro; realização de Olimpíadas etc). Propunha-se enfim, que estivesse presente no dia-a-dia dos estudantes, garantindo uma direção segura aos movimentos travados em nossa universidade.

Acreditamos que tais objetivos não foram efetivados. Os Departamentos do DCE estiveram paralisados; sua diretoria não colaborou com diversas lutas setoriais (como as levadas no CEG, CBM, CP, etc.) e não exerceu seu papel de unificadora do movimento nos seus momentos mais importantes, como as greves, por exemplo.

A partir dessas constatações é que se iniciou um processo de discussão nos diversos Cursos e Centros, com vistas às próximas eleições da nossa entidade central. O

cussões era a necessidade de **MUDAR** a direção do DCE garantindo-lhe uma atuação firme. Entendemos que é **HORA** das mesas das assembleias organizarem-nas, ao invés de as tumultuarem; é **HORA** de garantias efetivas de **CURSOS DE VERÃO**; é **HORA** de acabar com as "briguinhas" de tendências dentro de nossa entidade; é **HORA**, enfim, de um DCE que responda às nossas reais necessidades.

NASCE UMA CHAPA, DEMOCRATICAMENTE

Assim, por entender, que o DCE precisa, hoje, de uma Diretoria que consiga superar estes problemas é que decidimos não aceitar chapas formadas a partir de conchavos cupulistas ou acordos de tendências, mas, sim, que os futuros diretores de nossa entidade sejam escolhidos com base no critério do trabalho e representatividade. Por tudo isso, realizamos uma **CONVENÇÃO**, que decidiu nosso programa, e uma Assembleia da Chapa (realizada em local aberto na Cantina do CEG), onde um grande número de pessoas participou na escolha dos membros de nossa chapa.

Acreditamos que a partir desses critérios, poderemos construir a presença *efetiva* do DCE dentro da Universidade. É **HORA**, portanto, de **MUDAR** a Diretoria de nossa entidade, para melhor conduzir a nossa luta em prol de um ensino que atenda aos nossos interesses e aos do povo brasileiro. É **HORA**, portanto de um DCE

Foto 8 – Jornal de campanha da chapa Hora de Mudar, com Stan Stein na presidência e que foi a vencedora após um ano de gestão da oposição no DCE.

Na foto, além de Stan, Ernesto Negrís (1º vice-presidente – Medicina), Robson Leite (2º vice-presidente – Engenharia), Fernando Rego (secretário Geral – Básico CEG), José de Arimathéa Gomes (1º secretário – Direito), José Antônio Chalhub (diretor cultural – Arquitetura), Maria Ângela Miriki (diretora de imprensa – Pedagogia), Yasmin Poltronieri (diretora de esportes e lazer – Física), Gleciara Ramos (diretora científica – Básico Civil), Rosa Stein (diretora de assuntos comunitários – Serviço Social), Jacy Morandi (1º tesoureiro – Odontologia), Joel Ribeiro Santos (2º tesoureiro – Ciências Contábeis).

Fonte: arquivo pessoal de Rosa Stein

3 A DIVISÃO DAS ESQUERDAS E A OPÇÃO POLÍTICA ELEITORAL DO PARTIDÃO

Embora o grupo em questão tivesse uma forte capacidade de articulação política, já no movimento estudantil, estava longe de poder ser considerado hegemônico. As tendências de esquerda e suas respectivas divisões já eram latentes e facilmente perceptíveis.

Matéria publicada em A Gazeta, na edição do dia 4 de outubro de 1979¹⁹, intitulada “Estudantes – a volta à política e às divisões”, retratava as dissidências internas do movimento estudantil, por ocasião das eleições para a diretoria executiva da União Nacional dos Estudantes (UNE).

De um lado, estudantes ligados a uma ala considerada mais moderada, da qual faziam parte Hartung e seu grupo político. De outro, estudantes alinhados a tendências mais radicais – tais como Ação Popular Estudantil (APE) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), que reclamavam da falta de discussão política para as deliberações que vinham sendo tomadas pelo DCE, presidido por Hartung.

Em um dos trechos da matéria acima citada, o jornalista observa que a divisão era tão perceptível que chegava a ser “geográfica”.

“(…). É até interessante notar que, se o estudante sai do DA do CEG, ou se ele vem do chamado Centro Tecnológico, a camisa que traja é da chapa Mutirão; caso venha do lado oposto, do DCE, é da Unidade. Visualmente, de qualquer forma, a chapa Unidade parece estar levando vantagem. Um estudante ligado à chapa Mutirão retruca: ‘eles têm uma máquina na mão deles; em termos de propaganda, conseguem muita coisa. Agora, as propostas deles não têm sido muito aceitas’. Por seu lado, pessoas do DCE chegam a dizer que o pessoal da Mutirão está pagando funcionário da universidade para retirar seus cartazes”. (A GAZETA, 4 out. 1979)

A turma do DCE tentava reagir, argumentando que muitas das diferenças eram oriundas não de questões políticas, mas sim de problemas pessoais entre aqueles que faziam oposição ao grupo.

“Com relação ao problema específico das dissensões verificadas atualmente no Espírito Santo, Artung [SIC] é enfático: ‘existem questões pessoais, picuinhas que o movimento vai criando’. (...) E acrescenta: ‘na verdade, o que falta às pessoas que fizeram as críticas é um conhecimento maior do movimento estudantil. Essas críticas deveriam ser análises e não críticas propriamente dito. Afinal, o Espírito Santo foi um dos últimos estados a arrancar no movimento estudantil. Aqui, ele teve seu primeiro estágio nos temas mais simples e de maior alcance, porque, entre outras coisas, a repressão vida de dentro da universidade era forte”. (A GAZETA, 4 out. 1979)

O agravamento dessas divisões fica nítido logo após o término do mandato de Hartung à frente do DCE. Paulo Hartung não consegue fazer seu sucessor (que seria seu então vice-presidente, Fernando Pignaton, estudante de Medicina) e a oposição vence as eleições.

Logo em seguida, o grupo volta ao comando da entidade estudantil, com Stan Stein (Economia) na presidência e Robson Leite (Engenharia/Direito) na vice-presidência. Após o mandato de Stan, José de Arimathéa Campos Gomes (Direito), também aliado ao grupo, assume o DCE.

Por fim, em 1984, a oposição volta a vencer, Com Arthur Viana (Educação Física) já trazendo o Partido dos Trabalhadores de forma bem definida enquanto partido político para dentro do movimento estudantil e da universidade²⁰. Daí em diante – não por culpa do PT – o movimento estudantil entra em um processo de crise com a falta de uma bandeira de luta que unisse novamente os ideários esquerdistas.

Já não era mais preciso lutar contra o regime militar, pois ele havia deixado o poder para os civis. Já não era mais preciso lutar pela anistia, pois ela já era uma realidade. Enfim, a conquista pelas liberdades democráticas, a essa altura, encontrava-se praticamente consolidada pela sociedade civil organizada.

A esse propósito, pode-se observar que a reconquista das liberdades democráticas e a saída de cena dos militares do poder, paradoxalmente, levaram a um contínuo enfraquecimento político do sindicalismo e do movimento estudantil.

¹⁹ Arquivo Público Estadual

²⁰ Nesse período, a grande maioria dos membros do grupo político aliado a Hartung já havia deixado a Universidade Federal do Espírito Santo.

Nesse contexto, o cenário político que servia como pano de fundo dentro da academia – e que se refletia nas diversas tendências de esquerda do movimento estudantil – era justamente esse, da divisão das esquerdas no Brasil. Este debate fazia-se presente por meio, principalmente, de dois cientistas sociais, a saber: Luiz Jorge Werneck Vianna e Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida.

A diferença fundamental de abordagem entre os dois era que Vianna defendia a participação das esquerdas a partir das vias políticas, democráticas, institucionais, partidárias, ao passo que para Maria Hermínia o processo se daria a partir das fábricas.

Werneck diz que:

O necessário enraizamento, hoje, vital para o futuro dos comunistas brasileiros, nas classes populares e no movimento operário e sindical, não implica, porém, uma mudança de rumos, afastada a frente democrática em favor de uma frente popular, mesmo que concebida como mero “motor” da primeira. [...]

[...] Não se trata de se operar uma virada “à esquerda”, mas sim de aprofundar, sob novas condições, um caminho que foi e é vitorioso. Atingir o social e o nacional pelo desenvolvimento da frente democrática. É lição antiga a de que o popular e o operário não consistem num universo fechado. Somente chegaremos a eles pelo caminho da política, uma política que se fundamenta na disposição de todas as classes, frações de classe e camadas sociais entre si e em relação ao poder do Estado, e não de parte delas, como se existissem soltas no mundo. [...]

[...] A história dos comunistas brasileiros estará reposta em seu lugar, quando a sua maior conquista – a estratégia democrática, a que chegaram pelo pior e mais longo caminho do ensaio e do erro – consistir no centro organizador da sua teoria e da sua prática. Não limitada à arena política oficial, mas presente em todas as dimensões da vida social, nos sindicatos, no campo, na cultura, nas escolas e na fábrica. Porque, aqui, faz parte da experiência sabida que o movimento operário e popular avança na luta pela democracia. (VIANA, 1986, p.145)

Vianna, explicando o ponto de vista de Maria Hermínia Brandão Tavares²¹, diz que, para a autora,

[...] O novo sindicalismo se caracterizaria por assumir uma pauta preponderantemente econômico-corporativa – diverso do sindicalismo

²¹ BIB, Rio de Janeiro, n. 17, p. 53-68, 1º semestre 1984

pré-64, cuja orientação política resultaria menos da sua problemática interna e mais da perversão populista de que seria objeto –, “em resumo, (...) o ideal dessa nova corrente sindical seria algo próximo ao ‘sindicalismo de negócios’ (*business union*) norte-americano: combativo, ‘apolítico’, solidamente preparado para enfrentar e resolver os problemas gerais e específicos de seus representados” (ALMEIDA, apud VIANNA, 1984, p.55)

Vianna (1984, p.57) referenda sua crítica aos postulados teóricos de Maria Hermínia Tavares, afirmando que, ao valorizar a fábrica, em sua análise, a autora subestima aquele espaço enquanto um local político, que tende até mesmo a romper com o sindicalismo classista, voltado apenas para seus próprios interesses econômicos.

“A valorização da fábrica, em sua análise, porém, ocorre num contexto em que as práticas sindicais ao nível da empresa contêm, em si, um latente, mas poderoso impulso de ruptura com um sindicalismo de categoria. No limite, este impulso tende à manifestação de uma motivação sindical não-classista e em favor de um sindicalismo de barganha, o qual parece não se realizar por se defrontar com obstáculos externos – a política do regime autoritário e a CLT. Notar, ainda, que a fábrica é referida restritivamente como um novo espaço sindical, subestimando-se o fato de que ela é também um *locus* político”.

Isto posto, é preciso saber distinguir os verdadeiros papéis políticos desempenhados à época. Embora muitos não admitam, nem tenham declarado em seus depoimentos, a busca pela hegemonia deste grupo político seguia a linha gramsciana, defendida por Luiz Werneck Vianna. Qual seja, a de chegar ao poder pelas vias da política partidária, eleitoral, sem rupturas, mas sim infiltrando-se e trabalhando dentro dos partidos, dentro das instituições tradicionais, na tentativa de minar, por assim dizer, as velhas estruturas.

Devido a esta postura gramsciana, o grupo político ligado a Hartung era considerado, pela oposição, dentro do movimento estudantil, como a ala direitista, ou como os *reformistas*, que se contrapunham aos de tendências mais extremistas, que consideravam-se e autodenominavam-se como os pretensos *revolucionários*²².

²² Em seu ensaio intitulado “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis explicam assim os reformistas e revolucionários: “De um lado, os reformistas asseguravam que o Brasil vivia ainda a etapa da revolução burguesa e era prematuro pensar em ir além. De outro, os revolucionários sustentavam que o país poderia marchar desde logo para o socialismo, ou pelo menos para um governo de tipo popular-revolucionário, a partir do qual, em pouco tempo, se daria o grande salto para o socialismo, a exemplo de Cuba. Para eles, a luz vinha também da Ásia, da China de Mao e do Vietnã de Ho Chi Minh”.

Nós tínhamos uma vinculação importante com a reitoria comunitária, que era um parceiro importante, então nós éramos um grupo dentro daqueles conceitos clássicos de pelego... O nosso grupo, dentro da universidade, comparado com os outros, Libelu, era considerado de direita. Tanto que a política dos Centros Acadêmicos não vem pela nossa mão. Elas vêm pela mão da esquerda trotskista, que entende do conceito CA e CA livre, versus os Diretórios Acadêmicos. (COIMBRA, 2006, informação verbal)

Mesmo o Partidão, após o retorno de seus velhos líderes do exílio, não comungava com a ideologia daqueles jovens gramscianos, fato que será abordado em detalhe mais à frente, quando trataremos da influência do Partido Comunista sobre o movimento estudantil.

Retomando a discussão sobre como se dava a busca da hegemonia pelo grupo, os seis primeiros entrevistados²³ – no intuito de fazer afirmar a capacidade de articulação e atuação do grupo dentro dos movimentos sociais – foram unânimes em falar da participação da turma do DCE (e do Partidão) na ajuda às vítimas da grande enchente de 1979, ocorrida no Estado.

O movimento não ficava restrito. A gente recebia influência desse grupo de fora. Isso vai culminar na nossa participação, no início de 79, num amplo movimento de solidariedade, quando ocorrem aquelas enchentes em Fundão, Ibirajú, Barra do Riacho, essa parte do meio-norte do Estado onde a enchente foi avassaladora. Pelo fato de a gente já ter acumulado essa experiência de reuniões e compartilhar informações, a nossa percepção de sofrimento veio muito mais rapidamente à tona. Ficou mais fácil, naturalmente, desabrochar um movimento de solidariedade, que depois veio de acordo com o movimento da Igreja Católica e o arcebispo de Vitória naquele momento. O governo do Estado, preocupado com o aspecto do desenvolvimento, não queria enxergar a crise das enchentes, e se efetivamente reagisse com a mesma sensibilidade que nós, teria declarado estado de calamidade, e as disponibilidades financeiras poderiam ser alocadas para fazer o socorro das pessoas e, no futuro, depois acertaria a questão do orçamento. [...] porque transcendeu os limites de Vitória, foi além do Estado do Espírito Santo, tanto que a comunidade de Tubarão, de Santa Catarina, retribuiu atos anteriores de solidariedade do povo capixaba quando lá eles foram vítimas de enchentes. **A comunidade de lá colheu donativos e encheu um avião enorme da FAB que chegou aqui no Espírito Santo com a recomendação de que não fossem entregues aos órgãos do Governo do Estado. Dentre as entidades recomendadas para descarregar o avião estava o Diretório dos Estudantes da Universidade Federal, aberto em novembro de 1978** (grifo nosso). Poucos meses depois nós estávamos lá no aeroporto ajudando a descarregar o avião. As igrejas de Vitória ficavam como centrais de coleta, eu fiquei responsável lá em Vila Velha, no santuário de Vila

²³ Até a presente data, foram entrevistadas cinco pessoas em 2006 e uma em 2007

Velha, fazendo arrecadação de roupa, remédio, sapato, água, o que fosse, e dali tinha o grupo da própria comunidade fazendo a triagem; uma cesta para uma família de tantos adultos, tantas crianças. (STEIN, 2006, informação verbal)

Sobre o mesmo assunto, Rosa Helena Stein (irmã de Stan Stein e uma das lideranças do movimento estudantil da época, sobretudo dentro do curso de Serviço Social) confirma essa atuação do grupo também fora dos muros da universidade, na defesa de reivindicações de outros estratos da sociedade.

“Eu me lembro de uma época, [...], não sei que ano foi, mas acho que era ainda Paulo na presidência, que houve uma grande chuva e alagamentos. Foi em 1979 e eu me lembro que o DCE teve um papel importante de entrar, de se envolver com a Defesa Civil, de mobilizar estudantes. Então, era a importância de fazer o link entre a universidade e a sociedade. Acho que isso o grupo, não só nesse momento que era solidariedade a uma situação que a sociedade passava em relação a essa questão das enchentes, mas era de, em outros momentos, estar envolvido na luta mesmo, junto com os movimentos sociais [...]. O que eu me lembro agora, ocorrido em São Pedro, foi uma ação da administração municipal (acho que era o Carlito Von Schilgen) que foi para lá com a polícia derrubar as invasões. A gente foi para lá ficar junto com a população. A coisa da democracia. Acho que a gente estava com a presença muito forte ainda da ditadura, apesar de estar vivendo momentos já da abertura”.

Ocorre que a opção pela busca da hegemonia via movimentos sociais não era exatamente a característica do grupo em questão. Essa era, sim, uma característica mais marcante dos grupos mais à esquerda e que faziam oposição ao grupo de Hartung, mais especificamente das tendências que, mais tarde, deram origem ao Partido dos Trabalhadores, com apoio de uma facção da igreja católica.

Não se quer dizer com isso, todavia, que a turma do movimento estudantil ora estudada fosse totalmente desligada dos movimentos sociais, mas sim que seu foco de ação era outro, que, como já se falou anteriormente, passava por eleições, partidos políticos, política institucional.

O contato com os movimentos sociais se dava como consequência, sobretudo em momentos extremos e/ou específicos como greves, eleições, tragédias e situações do gênero.

O Partido dos Trabalhadores, por outro lado, estava totalmente inserido nos movimentos sociais, sobretudo no movimento sindical e na igreja Católica²⁴, independente de ser ou não ano eleitoral. Esse era seu dia-a-dia. A eleição de seus membros viria, ao contrário do grupo de Hartung, como consequência deste trabalho de base.

Alguns dos entrevistados, embora não tenham concordado explicitamente com a afirmação acima, deixam-nos algumas pistas e indícios que levam a esta conclusão, como foi o caso do depoimento da médica Kátia Moura.

Nós tínhamos a tese de que era importante voltar a ter eleições livres e democráticas. Nós defendíamos essa tese. Então, quando nós achávamos importante ocupar o espaço das entidades no movimento social, nós fazíamos isso como um veículo de se chegar à defesa das eleições democráticas. Nós não usávamos, não aparelhávamos as entidades pelo bel prazer de aparelhar as entidades. Nós não tínhamos essa visão golpista de aparelhamento. Muito se discutia, na época, essa questão de aparelho, aparelho, aparelho... e, na verdade, sem sombra de dúvida, lógico que as entidades se tornavam (entre aspas) aparelhos, no sentido de que eram veículos para você expor as suas teses. (MOURA, 2007, informação verbal)

Aqui, percebe-se claramente como o grupo agia, qual era seu objetivo e sua prática de ocupação dos espaços políticos. Não se quer aqui dizer com isso que as outras tendências que deram origem ao Partido dos Trabalhadores eram melhores ou piores que o grupo do Partidão. Mas sim mostrar a diferença das estratégias em determinado momento da história. Estratégia essa que, mais tarde, as próprias tendências oposicionistas ao grupo de Hartung adotariam, disputando eleições após a criação do PT.

Por outro lado, Fernando Herkenhoff reconhece como sendo do PT a característica do trabalho de base mais intenso como estratégia política. E foi mais além, relatando que boa parte da penetração que o Partido Comunista Brasileiro conseguiu junto a entidades sindicais, à época da retomada do movimento estudantil no Estado, foi por intermédio de um advogado, simpatizante do Partidão, que trabalhava como assessor jurídico para a maioria dos sindicatos mais importantes do Espírito Santo.

²⁴ Tal participação se dava sobretudo por meio das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais

Outro dado importante nessa história que foi uma coincidência histórica. Tem um cara chamado Cizenando Pechincha, um cripto-comunista. Ele gostava muito do “Partidão” e nos prestigiava muito (depois faleceu precocemente em um acidente de avião). E ele tinha uma influência enorme no movimento sindical. Ele era advogado de 60% ou 70% dos sindicatos importantes aqui do Estado. Se não me falha a memória, eu e o Lauro Ferreira Pinto – não sei se o Paulo Hartung (acho que nessa não) – começamos a entabular conversa com o Pechincha. De repente, a gente estava reunindo aí com 40 sindicatos, de cima pra baixo. Então, nós não fomos conquistando sindicato, formando gente na luta sindical. O Cizenando Pechincha colocou assim, no nosso colo, 40. (HERKENHOFF, informação verbal, 2007)

Outro membro do grupo, o médico Lauro Ferreira Pinto Neto, considerado como um dos principais formuladores do movimento estudantil e que depois veio a ser peça de maior destaque no reerguimento do Partidão no Estado, também rechaça a hipótese de que o grupo optou pela busca da hegemonia somente por intermédio das vias eleitorais.

Eu acho que a gente tentou entrar em movimento social, a gente teve papel em movimento social. E tivemos. A gente teve contato com associações de bairro, movimentos de bairro, movimento sindical. Só que houve um momento em que o surgimento do PT amalgamou essas coisas junto com a esquerda católica – está aí o Vereza (...) muito bem. E a gente ficou um pouco batendo espaço com esse pessoal. E isso nos empurrou mais, vamos dizer assim, para governo, disputar eleição, por aí afora. Não foi uma questão de opção não. Te digo isso com muita clareza. Foi uma questão de sobrevivência. (NETO, L. F. P., 2008, informação verbal)

Como se pode notar, seu depoimento mostra que, ao final, houve uma opção devido a, digamos, uma falta de espaço político no qual o grupo pudesse, naquele momento, se desenvolver, em função do trabalho feito pelo PT e pela Igreja Católica dentro dos movimentos sociais.

Esta discussão caracteriza-se como a grande pergunta a ser respondida neste trabalho. E para se chegar a uma conclusão mais satisfatória e historicamente embasada, é preciso entender melhor o Partidão em uma de suas principais teses.

Será necessário, para tanto, voltar à década de 50, mais especificamente aos debates internos ocorridos nos anos de 1956 e 1957 no Partido Comunista Brasileiro que, em seguida, levaram-no à famosa Declaração Política de Março de 1958, elaborada pelos dirigentes comunistas brasileiros de então, a saber: Giocondo Dias,

Mário Alves, Jacob Gorender, Armênio Guedes, Dinarco Reis, Orestes Timbaúba e Alberto Passos Guimarães.

A Declaração de Março dá ao Partidão uma nova orientação política, rompendo com o dogmatismo stalinista internacional. É considerada um divisor de águas na história do comunismo brasileiro. É o documento que vai refundar o partido²⁵.

Trata-se de um marco na luta para libertar o pensamento político dos comunistas brasileiros das malhas do sectarismo e do dogmatismo... O que permite qualificá-la precisamente de “ruptura” é o fato de que ela aceita a tese de coexistência pacífica a nível [sic] internacional, recusa uma leitura catastrófica do capitalismo, admite, ainda que timidamente, que ele se desenvolveu no Brasil e, a partir daí, retoma a questão da democracia e do caminho da revolução brasileira. E afirma taxativamente que o caminho pacífico é que convém à classe operária e provavelmente será esta a única vez em que isto é dito com todas as letras na história do PCB depois da legalidade. (FALCÃO, J. apud VINHAS, M., 1993)

A partir da Declaração de Março de 1958, o Partidão opta por uma atuação que iria eleger a democracia como a forma mais adequada ao Brasil para se chegar ao poder e, em seguida, adotar as reformas necessárias à implantação do socialismo. Deixa para trás, portanto, as concepções golpistas, com uso da força e das armas, para conquistar a hegemonia e implantar um novo regime dirigido pelo proletariado.

Reforçando essa opção política, Dulce Pandoffi (1955), explicando o que chamou de “refundação do PCB”, diz que

Segundo as novas concepções, o estágio que o Brasil atravessava era favorável ao fortalecimento das tendências nacionalistas e democráticas. Reconhecia-se a importância da participação nas instituições pertinentes à liberal-democracia. **As eleições não eram mais vistas apenas como meio de agitação e propaganda mas, também, como um importante instrumento de intervenção política** (grifo nosso). As alianças eleitorais e a atuação no movimento sindical deveriam ficar subordinadas à formação de uma ampla frente, congregando todos aqueles que se opunham ao latifúndio e ao imperialismo. Através do voto era possível conquistar um governo que implementasse reformas estruturais na sociedade. Priorizava-se a via pacífica para transformar o regime.

²⁵ PANDOFFI, D. **1958: A refundação do PCB**. Disponível em: <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2008.

A opção pelas vias eleitorais estava posta já a partir da Declaração de Março, o que viria a explicar e reafirmar a postura do grupo político de Paulo Hartung, vez que, como foi visto, teve o Partidão como escola política. Em outras palavras, o grupo político ora estudado tinha sim uma postura de privilegiar a conquista da hegemonia pelas vias democráticas, partidárias e eleitorais. Mas isso, ao que tudo indica, vinha de uma orientação do Partido Comunista, que, paralelamente, coincidia com a linha de pensamento dos membros do grupo político ligado a Hartung.

Em seu texto original, a Declaração de Março diz, em um de seus trechos, que

As concepções dogmáticas e sectárias, que nas condições atuais de nosso Partido constituem o perigo fundamental a combater, se opõem de modo radical ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. **A frente da classe operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas** (grifo nosso). A esta característica essencial se subordinam as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e de organização do Partido. (...) É indispensável, por conseguinte, tomar as medidas adequadas para que o maior número possível de quadros, militantes e dirigentes, realizem [sic] atividades legais entre as massas. Participando das lutas de massas nos movimentos reivindicativos, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não tem outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram. (COMITÊ CENTRAL do PCB, 1958)

Toda essa mudança de rumos do Partidão, iniciada com a Declaração de Março, não impediu, entretanto, que o PCB lutasse contra forças dissidentes. Forças essas que ainda previam o uso da força para conquistar o poder. É o que nos mostra Dulce Pandoffi em seu texto intitulado 1958: A refundação do PCB²⁶.

Contudo, nos anos 60, documentos da época indicam que, diferentemente do que é veiculado pela memória oficial da organização, o PCB não tinha uma visão muito clara a respeito da “revolução”. A transformação do regime, ou seja, a substituição no poder de uma classe por outra, era percebida ora como um processo lento e gradual, ora como uma insurreição, uma ruptura brusca. Em relação à primeira etapa da revolução, considerava-se possível e desejável a utilização da via pacífica. Entretanto, além da possibilidade do caminho institucional, o PCB apostava também numa solução de confronto. Efetuada essa primeira etapa, deveria ser avaliada a conveniência de acelerar o percurso para o rompimento

²⁶ PANDOFFI, D. **1958: A refundação do PCB**. Disponível em: <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2008.

total com o capitalismo. Sem uma definição mais precisa, a expectativa era de que a revolução nacional-democrática rapidamente se convertesse em revolução socialista

Isso explicaria – não obstante as novas resoluções do Partido Comunista – alguns movimentos mais radicais ocorridos na década de 60, durante o regime militar, nos quais grupos comunistas executaram operações armadas contra o governo, sendo uma das mais conhecidas o seqüestro do embaixador americano no Brasil, que teve como um de seus protagonistas o atual deputado federal pelo Partido Verde, Fernando Gabeira.

Outro fator que chama a atenção na Declaração de Março e que se reflete no comportamento político do grupo de Hartung, era a forma como o Partidão entendia ser a mais apropriada para alcançar a vitória em seu processo hegemônico, por meio das vias eleitorais. Buscava-se a construção daquilo que os comunistas passaram a chamar “frente única nacionalista e democrática”²⁷, ou, simplesmente, “frente única permanente”²⁸.

Este novo instrumento consistiu na descentralização de sua prática política voltada apenas para a revolução *strictu sensu*, partindo para um processo de alianças com todos os setores sociais, cujo objetivo maior fosse o de combater o imperialismo socioeconômico representado pelos Estados Unidos. Incluíam-se nessa frente única permanente, além dos comunistas e outros setores de esquerda, também a burguesia e latifundiários, desde que tivessem posturas contra aquilo que era imposto pelos norte-americanos ao Brasil.

Trazendo o conceito pluralista de frente única para o objeto de estudo ora pesquisado, pode-se observar (e entender por meio da história) que algo semelhante foi feito durante a época da repressão, enquanto durou o bipartidarismo no Brasil. Com apenas dois partidos – um representante da situação e outro da oposição – todas as frentes políticas contrárias ao regime militar agruparam-se sob a legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). E foi dentro dessa frente única

²⁷ COMITÊ CENTRAL do PCB. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, 1958. Disponível em <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>> . Acesso em 29 maio 2008.

²⁸ SEGATTO, J. A. e SANTOS, R. A valorização da política na trajetória pecebista – dos anos 1950 a 1991. Disponível em <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>> . Acesso em 29 maio 2008.

de oposição que Hartung, Stan, Felício Correa, Gerson Camata (este último não pertencente ao grupo de Hartung, mas tinha o seu apoio) e Mirtes Bevilácqua elegeram-se, em 1982, deputado estadual, vereador de Vitória, vereador de Vila Velha, governador e deputada federal, respectivamente.

Mirtes e Paulo Hartung Apoiam Hermes e Pelaes

OU VOCÊ PULA PRA FRENTE OU VITÓRIA ANDA PRA TRÁS

A democracia precisa se consolidar em 15 de novembro.
Em Vitória, vamos dar mais um passo neste sentido com a eleição de Hermes e Pelaes para a Prefeitura.

A conquista das eleições diretas pelo povo teve no PMDB o canal maior da sua luta, sob a liderança de Tancredo Neves. E para a eleição de novembro o nosso partido escolheu os companheiros Hermes e Pelaes como símbolo das recentes conquistas democráticas do povo, através da Nova República.

Vamos, portanto, elegê-los, dando continuidade à luta que antes era contra os governos autoritários do PDS, sua violência contra os trabalhadores e os estudantes, seu desrespeito aos mais elementares direitos do homem, e que hoje é uma luta contra o retrocesso.

Vitória e o seu povo não querem voltar ao passado. O compromisso da cidade é com o futuro.

Um futuro de justiça social e de liberdade.

VOTE HERMES E PELAES PARA VENCER

Foto 9 – panfleto de campanha (1982)

Fonte: arquivo pessoal de Paulo Hartung

Da mesma forma, mais tarde, iniciou-se o movimento das Diretas Já, que reivindicava eleições diretas em todos os níveis, mas, sobretudo, para a Presidência da República. Este movimento foi desenvolvido e liderado por diversos setores da esquerda que, à época, formaram uma ampla “frente única” na defesa de um ideal maior e comum a todos.

Junte-se à Declaração de Março de 1958 e suas influências políticas sobre o Partidão e seus militantes – especificamente os ditos “reformistas” – as novas tendências (à época) do eurocomunismo, tratado por Carlos Nelson Coutinho em seu artigo “A democracia como valor universal”²⁹.

São pequenos “textos-eventos”, que podem ser tomados – pela reação que o eurocomunismo que aí estaria sendo exposto provocou não só no PCB, mas também em outros grupos de esquerda – como pontos de referencia de um novo arejamento que o marxismo pecebista experimentaria no ocaso do regime militar. (SEGATTO, J. A. e SANTOS, R.)³⁰

Para Coutinho (1979), o eurocomunismo chega como uma nova forma dialética de “conceber essa relação entre socialismo e democracia”, ao que parece tão assimilada ideologicamente pelo grupo de Hartung. O autor afirma que os novos postulados trazidos pelo eurocomunismo, que tratam da importância da democracia, são universais, pluralistas e, embora ainda possam causar polêmicas internas (o que é perfeitamente normal), também unificam.

Uma prova dessa universalidade são as acesas polêmicas que têm hoje lugar entre as forças progressistas brasileiras, envolvendo o significado e o papel da luta pela democracia em nosso País. Pode-se facilmente constatar, nesse sentido, a presença de diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia entre as correntes que se propõem representar os interesses populares e, em particular, os das massas trabalhadoras. Trata-se de um fato normal e saudável, contanto que não se perca de vista a necessidade imperiosa de acentuar – na presente conjuntura – aquilo que une a todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção que, malgrado a fase de transição que se esboça, ainda domina em nosso País. (COUTINHO, 1979, p.34)

²⁹ Artigo publicado pela revista Encontros com a Civilização Brasileira n.o 9, em março de 1979.

³⁰ A valorização da política na trajetória pecebista – dos anos 1950 a 1991. Disponível em <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>>. Acesso em 29 maio 2008.

Coutinho vai mais além, ao afirmar que, para o eurocomunismo e seus seguidores, a democracia não era apenas um elemento político-instrumental tático de transição para o socialismo, mas sim um “valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade” (1979, p.37).

Finalizando essa análise, pode-se concluir que o problema levantado neste capítulo mostrou-se pertinente e comprovado. O grupo político de Paulo Hartung, como parte integrante e ativa do Partido Comunista Brasileiro, identificava-se com as diretrizes da agremiação no que diz respeito aos termos de suas novas metas, traçadas pela Declaração de Março de 1958 e, mais tarde, reforçadas pelo eurocomunismo.

A esse respeito, o depoimento de Fernando Herkenhoff é bastante esclarecedor.

Eu tenho convicção que nós vínhamos da idéia do eurocomunismo, um socialismo, um caminho para o socialismo, para o comunismo através da via democrática, pela via gramsciana de conquista de hegemonia no debate, no contraditório. Era uma geração que já tinha ouvido Beatles, Rolling Stones, Pink Floyd, entendeu? Então, aquela mitologia soviética durante a Guerra Fria não nos era atraente. E os velhos comunistas daqui ficavam até meio incomodados, porque eles eram muito fiéis à União Soviética, ao Exército Vermelho, ao papel que o Exército Vermelho teve na Segunda Guerra Mundial (que foi quem ganhou a guerra. Não foi Estados Unidos porra nenhuma). Então, já tinha essa idéia de democracia, quer dizer, a unidade democrática para nós não era uma unidade golpista. Unidade você junta para depois instalar um regime autoritário. Claramente, eu posso falar por mim, mas acho que também na cabeça dessas pessoas a coisa da liberdade democrática era nossa palavra de ordem. (HERKENHOFF, informação verbal, 2007)

Isso, é bom que se repita, não significa que a opção pelas vias político-eleitorais excluam o grupo em questão dos movimentos sociais. Ao contrário. Entretanto, como já vimos no início deste capítulo, a estratégia tinha outros contornos.

Mesmo assim, os membros do grupo entrevistados no presente trabalho mostraram certo incômodo quando questionados sobre isso. A pergunta sobre o tema em questão parecia, na maioria das vezes, soar como uma crítica (o que não era) à atividade política por eles desenvolvida, à época, em prol da luta pela democracia.

No entanto, o que se pretendeu com tal questionamento foi somente verificar as diferenças de ação política entre os grupos de esquerda então existentes e suas opções políticas de busca pelo poder e pela hegemonia.

A opção acima descrita, adotada pelo Partidão, no que diz respeito ao grupo político de Paulo Hartung, mostrou-se eficaz e obediente às normas partidárias e absolutamente congruentes aos postulados eurocomunistas, não obstante as posteriores desavenças do grupo com os contornos tomados pelo partido após o retorno de seus líderes do exílio.

4 O PARTIDO COMUNISTA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL CAPIXABA

Toda essa movimentação até então ocorrida dentro da universidade, levou os estudantes envolvidos no processo político de luta pelas liberdades democráticas a adquirir uma consciência crítica duradoura que, mais tarde, veio a acarretar numa opção ideológica da qual passamos a tratar neste capítulo: a adesão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – até então na clandestinidade, mas abrigado sob o “manto” do único partido de oposição da época, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – e sua influência no capital político-intelectual adquirido, bem como nos rumos político-ideológicos seguidos posteriormente pelo grupo em questão.

Mas, antes, não seria justo e historicamente correto, tratar de tal assunto sem retornar no tempo e resgatar um pouco da história do Partido Comunista Brasileiro no estado do Espírito Santo. Para isso, buscou-se ajuda em um de seus representantes mais antigos e de maior importância, seja em nível regional, seja em nível nacional: Antônio Ribeiro Granja, um pernambucano nascido a 600 quilômetros da capital, Recife, em uma cidadezinha chamada Exu. Hoje, aos 95 anos de idade, Granja (como é conhecido no meio político), mora no município da Serra e trabalha na assessoria da Secretaria Estadual de Agricultura.

Em seu depoimento, gentilmente prestado para esta pesquisa, Granja conta que entrou no Partidão em 1934, como simples militante. Já a partir de 1940, passou a ser dirigente. Ressalta que só não ocupou o cargo de presidente nacional do partido, mas que exerceu todas as outras funções existentes dentro da agremiação.

Antônio Granja conta que, ao chegar no Espírito Santo, em 1942, encontrou aqui pessoas ligadas ao partido. “Eu encontrei aqui, em 1942, quando vim para o Espírito Santo, o Meirelinho (Vespaziano Meireles), encontrei o Clementino... O Clementino trabalhava na Estiva”.

Apesar de haver alguma atividade político-partidária no Espírito Santo, já nessa época (1942), Granja relata que o Partido Comunista Brasileiro não tinha uma estrutura formal organizada no Estado. As movimentações para que isso ocorresse tiveram início com o término da segunda grande guerra e já com a participação ativa de estudantes e de trabalhadores da então Companhia Vale do Rio Doce, da qual Granja era funcionário.

“Cheguei aqui em 1942, eu trabalhava na Vale do Rio Doce, na oficina de Itacibá. Eu vim construir os 1.200 vagões. Fui apresentado ao Clementino (tenho amizade com ele até hoje). O Vespaziano Meireles estava no Rio e nós mandamos buscar. O partido tinha comunistas daqui. Igreja, Vespaziano, alguns estivadores, etc. Mas nunca teve um comitê, uma direção formal. Nós começamos a fazer o movimento aqui – eu já participando, e eu tinha muita força por causa da oficina de Itacibá, que tinha 1.200 homens. Aí, veio o movimento da vitória da segunda guerra e nós aqui começamos a nos mobilizar. **Começamos a nos reunir na Casa do Estudante Capixaba** (grifo nosso), que era o Orlando Carrier o presidente. E lá, nós conseguimos fazer um início, um poleiro, para conseguir uma candidatura depois da Guerra, uma candidatura nacional”. (GRANJA, A. R., informação verbal, 2008)

Possuidor de uma ótima memória longínqua (apesar dos 95 anos), mas com algumas falhas para fatos ocorridos em tempos mais recentes, Granja relata alguns nomes que deram, juntamente com ele, início ao Partidão no Espírito Santo. Alguns desses mesmos nomes, serão confirmados à frente, por ocasião do depoimento feito pelo médico e maior articulador e formulador do grupo liderado por Paulo Hartung desde os tempos de estudante, na Ufes, Lauro Ferreira Pinto Neto. Entre esses nomes estão os já citados Vespaziano Meireles e Clementino. Granja conta ainda que Vespaziano, já falecido, era chamado de Meirelinho por amigos e familiares. Entretanto, como jogador de futebol do Rio Branco, era conhecido pelo apelido de Parafuso. Meireles, que era bombeiro hidráulico, foi trazido do Rio de Janeiro por seus companheiros comunistas para auxiliar na constituição formal do partido em terras capixabas.

Clementino, por sua vez, trabalhou na estiva. Segundo Granja, apesar de não ser dos quadros do partido e não se dizer membro da agremiação, era ele quem realizava diversas tarefas solicitadas pelo Partidão.

O Clementino, que era estivador, tinha a tarefa de receber o que vinha para o Espírito Santo. Se fosse encomenda escrita – jornais, revistas, etc – ou pessoas. Porque ele não era do partido, não era conhecido como do partido e aceitou a tarefa. Por isso ele fazia o trabalho, mas não era do partido. Ele disse que não queria ser. (GRANJA, informação verbal, 2008)

Benjamin de Casado Campos foi outro membro citado por Granja. Este, por sua vez, morava em Macaé e também foi trazido pelos comunistas para o Espírito Santo. Benjamin, segundo conta Granja, foi candidato do Partidão à Assembléia Legislativa e conseguiu ser eleito.

Além desses personagens, Granja também cita Miguez, antigo fazendeiro no distrito de Amarelo (Guarapari) e dono de terras em Capuaba; o pai do ex-governador do Espírito Santo, Élcio Álvares (este, por sua vez, não atuava como militante, mas como contribuinte financeiro); André Carloni (construtor italiano que, mais tarde, construiu o Teatro Carlos Gomes); o filho de André Carloni; Hermes Carloni (que mais tarde veio a ser tesoureiro do partido); Érico Neves (químico industrial); Ademar Neves (médico e prefeito de São Mateus, à época); Moisés Galina; os Feghali (pai da deputada carioca Jandira Feghali); Pedro Reis e José Bento (de Cachoeiro de Itapemirim); André Germano (de Colatina, trabalhava como vigia da ferrovia Vitória-Minas); Júlio Moreira (de Itarana, trabalhava como sapateiro); Waldemar Navega (comerciante de Alegre); Raul Moreira Gomes (Guaçuí)³¹; e Magalhães³² (médico mineiro), entre outros.

Assim foi que, com esse grupo de comunistas capixabas, no dia 23 de maio de 1945, reunido no Teatro Carlos Gomes, foi eleito o primeiro diretório estadual do PCB. Clementino seria o presidente; Antonio Ribeiro Granja secretário de Organização; Vespaziano Meireles delegado sindical; e Calazans secretário de

³¹ Vale destacar que o município de Guaçuí já tinha formado um diretório municipal antes mesmo do diretório estadual fundado em 23 de maio de 1945. Segundo Granja, seus membros eram, ao mesmo tempo, do partido e da Maçonaria. São eles: Raul Moreira Gomes (dono de uma selaria); Chavinho (trabalhava na selaria de Raul Moreira Gomes); Matatias (dono da padaria); Hermes Carvalho (comerciante); José Ribeiro Filho (professor); Jaci Fraga (dono da bomba de gasolina); e o médico Custódio Tristão (mais tarde eleito deputado estadual).

³² Segundo Granja, Dr. Magalhães, como era conhecido, veio de Minas Gerais para Colatina, onde exerceu a medicina com ajuda de outros médicos comunistas da cidade. Tempos depois, veio para Vitória, onde conheceu Lauro Ferreira Pinto (avô de Lauro Ferreira Pinto Neto), que, por sua vez, foi eleito deputado estadual pelo Espírito Santo, tendo sido presidente da Assembléia Legislativa.

Comunicação³³. De 1945 até hoje, segundo Granja, Clementino – que apesar de vivo até o dia da entrevista (28/05/2008), não encontrava-se lúcido o suficiente para trabalhar e dar depoimentos como Granja – ainda é o presidente de honra do partido, atualmente sob a sigla do Partido Popular Socialista (PPS), e Antonio Granja permanece atuando ativamente na agremiação.

4.1 O ressurgimento do Partidão no Espírito Santo

O Partido Comunista Brasileiro reinicia sua história no Espírito Santo, na década de 70, simultaneamente à retomada do movimento estudantil no Estado. Apesar de, à época, não estar totalmente extinto, encontrava-se completamente desarticulado. Sobre a situação do Partidão nesse período, Granja diz que

Era uma situação muito difícil. Toda a direção clandestina. Eu estava fora do Estado. Saí do Estado em 1952, quando acabou meu mandato de vereador em Cariacica³⁴. Eu tive que ir embora porque iam me meter na cadeia, a briga era de cachorro grande (...). Eu era preso toda hora e me soltavam porque eu tinha mandato. (GRANJA, informação verbal, 2008)

A participação ativa do movimento estudantil no Partidão, não foi algo que tenha acontecido ao acaso. Segundo o relato feito por Granja, foi uma iniciativa estratégica. Ou seja, o movimento estudantil foi alçado pelos comunistas como forma de sobreviver politicamente na sociedade, já que o regime de repressão impedia a participação institucional legalizada.

Estudamos que a forma de aparecer na sociedade – porque o partido estava com o registro caçado, os parlamentares todos sendo caçados, o partido não podia se organizar porque a polícia estava em cima. Então, tinha que ter um respiradouro, que seria o movimento sindical. Mas o movimento sindical tinha sido muito abatido pela ditadura militar (...). Muito bem, só tinha um respiradouro: era pegar a juventude, porque a juventude podia lutar pelas liberdades democráticas, lutar pelos direitos dos estudantes. E nisso aí o partido fazia seu envolvimento e aparecia na sociedade (...). Aí, nós fizemos aqui o movimento de filiar jovens, criar o DCE e começar a luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas. Começamos por aquelas pessoas filhas de pessoas nossas. O pai de Paulo Hartung era membro partido, 50 anos contribuiu para o partido (...). O filho dele, veio o Paulinho (...) e toda aquela gente que hoje você conhece aí:

³³ Muitos nomes citados por Antonio Granja eram de forma incompleta. Mesmo assim, optou-se por manter tais nomes a fim de garantir o registro para possíveis futuras pesquisas.

³⁴ Antonio Ribeiro Granja foi vereador por Cariacica, na década de 50, tendo ocupado a presidência da casa.

Paulo Hartung, Cesar Colnago, Anselmo Tose, Isaías Ramos, os Capilas, Jarbas Assis, Stan Stein, Ferreira Pinto. (Lauro Ferreira). Isso tudo eu estou agindo por detrás dos panos, era o que se chamava “capa-preta”, porque não aparecia. (GRANJA, informação verbal, 2008)

E, assim, foi pelas mãos dos novos atores políticos, oriundos do movimento estudantil, que o Partidão é reerguido em terras capixabas, levando até ele nomes expressivos entre as lideranças estudantis, tais como Merli Alves dos Santos, Fernando Herkenhoff, Paulo Hartung e Lauro Ferreira Pinto Neto, dentre outros que, depois, vieram a se juntar aos quadros da agremiação, ainda clandestina.

O ressurgimento do partido, segundo outros relatos colhidos durante a fase de entrevistas, se deu a partir da necessidade que o grupo político oriundo do movimento estudantil que reabriu o Diretório Central dos Estudantes – liderado por Paulo Hartung – sentiu de se filiar a uma agremiação partidária com a qual já vinha sendo identificado, mesmo sem que tivesse qualquer ligação com a mesma, qual seja, o Partidão.

A gente sempre teve a noção de tentar fazer um movimento amplo, que não tentasse queimar etapas. E quem tinha um discurso mais amplo, menos sectário, era o pessoal do Partidão. Então, nós passamos a ser identificados nos encontros como a turma do Partidão do Espírito Santo sem ter nada a ver, nenhuma ligação. E ficava uma situação... até que alguém chegou e disse: “vem cá, nós temos que resolver essa história, porque nós passamos por Partidão em tudo quanto é lugar e nós não temos contato nenhum”. Então, o que a gente precisava fazer? Assinar carteirinha? Fazer filiação? Mas, ao mesmo tempo, a gente tinha um certo preconceito de alguém vir fazer a cabeça da gente. A gente achava que estava bem assim. Mas a coisa foi caminhando, caminhando, e eu penso que a gente demorou muito pra ter coragem de ter algum tipo de aproximação partidária. (NETO, L.F.P., 2008, informação verbal)

Os primeiros novos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro no Estado foram Lauro Ferreira Pinto Neto e Paulo Hartung. Além dos dois novatos oriundos do movimento estudantil, também foram incluídos, por orientação da direção nacional do partido, dois militantes da velha guarda do Partidão, formando assim uma direção de quatro, tendo Lauro Ferreira Pinto Neto como primeiro secretário e homem forte do Partido Comunista Brasileiro no Espírito Santo.

[...] nós descobrimos que havia alguma coisa de Partidão aqui antiga. Nós não sabíamos. Nós recebemos a informação e disseram: “você têm que fazer contato com os ‘velhinhos’”. Aí, nós fomos atrás do Parafuso (Vespaziano Meireles), do Clementino, do dr Magalhães – que era um médico antigo – e deve ter mais algum que eu não lembro mais. Então, nós fomos procurar esse pessoal e foi emocionante, porque eles choraram, se emocionaram, eles ficaram assim extremamente sensibilizados. E a orientação que nós recebemos de fora foi: “você criam a direção e absorvem essa turma”. Aí a gente falou: “poxa, que coisa chata, vamos criar uma direção de quatro, dois velhos e dois novos”. Então, a primeira direção dos quatro foi eu, Paulo e dois velhos. Só que os dois velhinhos ficaram assim tão felizes, tão embevecidos, que tudo que a gente queria eles tavam concordando, sabe? Imagina, eles estavam recriando aquilo que foi a vida deles por setenta e poucos anos. Eu tenho a impressão que a direção era ou Clementino, ou Magalhães, Vespaziano eu e Paulo. Nós quatro. (FERREIRA, L. F. P., 2008, informação verbal).

A estrutura do Partidão no Espírito Santo não era diferente da estrutura tradicionalmente encontrada em nível nacional e internacional. Assim nos relata Chilcote (1982), ao falar da manutenção da estrutura partidária do PCB tal como a do Partido Comunista da União Soviética.

Sua estrutura piramidal se assemelha à do Partido Comunista da União Soviética, as diferenças ficando por conta dos estatutos. No ápice da estrutura piramidal do partido fica uma organização nacional centralizada. Na base estão as unidades locais ou células – subdivisões organizadas segundo critérios ocupacionais ou geográficos nos locais de moradia ou de trabalho. A estrutura vertical do partido consiste em divisões nacional, regionais ou territoriais, estaduais, zonais ou municipais e distritais, que geralmente permanecem intactas enquanto o número e a ordem hierárquica das organizações horizontais variam com a expansão ou a contração do partido. (CHILCOTE, R. H., 1982, p. 165)

Essa estrutura de que trata Chilcote é provida – assim como outra qualquer – de uma hierarquia entre os membros do partido, seja em nível nacional, seja em nível regional. Isso pode soar estranho em se tratando de um partido que, teoricamente, diluiria suas decisões entre os comunistas. Mas voltaremos a esse tema mais adiante, nas considerações finais deste trabalho, vez que tal assunto faz parte de uma das hipóteses levantadas.

4.2 Recrutando novos quadros

O processo de recrutamento para ampliar os quadros do Partidão e a iniciação ao partido, de acordo com os entrevistados, dava-se pelo estudo de textos sobre o marxismo, socialismo e outros temas ligados à ideologia do “Partidão”.

Tal prática ficou conhecida entre os membros do grupo e do partido como circulismo. Entre os autores lidos estavam Karl Marx, Lênin, Engels, Marta Harnecker, Antonio Gramsci, Carlos Nelson Coutinho, Werneck Sodré, Tr tski, entre outros. No entanto, foi praticamente um consenso entre todos os entrevistados a citação às “cartilhas de Marta Harnecker”.

Eu li quatro dos seis volumes de "O Capital". Não por apologia, por alternativa. O grupo tinha o hábito de estudar texto. Tinha a iniciação da Marta Harnecker, aos nossos olhos da época, era nosso primeiro estágio. [...] A gente tinha esse corte teórico também. Os clássicos do Lenin eu também li todos. A gente lia também por disciplina. *Dois passos atrás e um adiante*, do Lênin, o período do Kerenski, todo aquele período que tratava de 1888 a 1912/17, nós líamos, com resistência à literatura trotskista. [...] A gente entra na leitura de Gramsci, na nossa revolução a gente começa com a leitura de Marta Harnecker, vai por Lenin, Marx, até entrar no debate do Gramsci, quando nós nos envolvemos com temas já profissionais, do *Partidão*, com o tema do eurocomunismo. Mas aí já é um corte no *Partidão*. (COIMBRA, informação verbal)

Stan Stein lembra dos estudos já citando autores italianos, mostrando mais indícios da identificação do grupo com o eurocomunismo e da aplicação das teorias com a realidade brasileira, discutidas por autores nacionais.

Nós tínhamos, além do estudo da teoria política, Marx, Engels, e todos aqueles teóricos italianos mais recentes da reflexão marxista, também o estudo de realidade brasileira. Tinham discussões de realidade que passavam pela leitura da *Geografia da fome*, de Josué de Castro, Josué Monteiro, algo assim... E uma coleção de outros livros. Não chegava a ser uma sumidade do campo científico, mas que a gente acabava se seduzindo, era muito interessante na ótica com que fazia a leitura dos fatos... o Leônio Dadalmo, *História sincera da República*, uma coleção de três ou quatro volumes que tentava ser um enfoque de interpretação da história brasileira pelos olhos do trabalhador, do escravo, pelo olho de quem colocava a mão na massa. Me recordo muito desses dois livros que tinham a forma que a gente tinha contato com a realidade brasileira, pois tinha informações do norte, do cerrado, do nordeste, o sul, as polêmicas que surgiam nas regiões industrializadas, a região portuária de Santos, a indústria de São Paulo, as contradições, as lutas dos operários. Através desses livros a gente tinha um enfoque prático,

nacional, dentro de uma visão que eu acredito que tenha advindo de uma visão marxista, do materialismo histórico. Pelas mãos desses dois autores, depois alguns outros. Também na questão da literatura, Jorge Amado era um autor muito recomendado. A gente procurava na coleção do sebo do CCJE, disponibilizar literatura. Eram romances que tinham como plano de fundo um enfoque histórico, social, uma visão política que se somava a esse esforço, dentro desse circuísmo, que preparava os jovens para uma visão mais ampla da sociedade que não fosse somente a "estreiteza" dos limites científicos da sua carreira. Que ele pudesse sair dali com uma visão mais ampla, e isso sim, permitiria um exercício mais amplo, mais fecundo, mais dinâmico da cidadania por parte deste jovem. (STEIN, 2007, informação verbal)

O estudo de textos, no entanto, não era a única forma de “sedução” utilizada pelos estudantes e membros do Partidão para recrutar novos quadros ou ganhar eleições dentro da Ufes. Nesse sentido, as mulheres tinham um papel complementar (mas não menos importante) a ser executado. Em sua entrevista, Kátia Moura nos conta que em épocas de eleições, por exemplo, a participação das mulheres mais bonitas do grupo era algo estratégico, principalmente nos centros em que a presença masculina era mais forte (tal como o Centro Tecnológico).

(...) A gente percebia que, muitas vezes, as mulheres – se tivessem um pouquinho mais de atrativos – isso era usado na época de eleição, na época de campanha. Isso era muito nítido. Eu e Gleciara, fomos muito usadas para entrar mudas e sair caladas. Principalmente em alguns centros da Ufes, nós éramos destacadas.

Tal estratégia, todavia, não era utilizada exclusivamente com as mulheres, mas, segundo Kátia, também com os homens em situações nas quais os locais a serem visitados – fosse para campanha, fosse para convocação de assembléias, ou, ainda para recrutamento – tinham uma presença feminina mais forte. Era o caso de cursos como Serviço Social e Pedagogia, por exemplo.

Como se pode observar, todo conhecimento e consciência adquiridos são oriundos não somente da vivência que os estudantes tiveram no movimento e/ou junto ao Partidão, mas sim da experiência que acumularam, seja pela leitura de textos, seja pelas atividades políticas.

Os conceitos de vivência e experiência são discutidos por Walter Benjamin (2004). O autor deixa claros esses dois conceitos ao definir vivência como tudo aquilo que acontece, o que passa pelo indivíduo sem, no entanto, deixar marcas mais

profundas. Já a experiência é tudo aquilo que realmente é assimilado, que fica marcado no indivíduo e que se pode transformar em conhecimento a ser aproveitado no decorrer de sua vida.

No estudo em questão, tal diferenciação se faz importante para deixar claro que o que se pretende aqui é reconhecer no ator social ora abordado mais do que sua capacidade de reagir a uma determinada situação – tal qual o contexto político vivido pelos estudantes à época da repressão. Não se trata, portanto de uma análise funcionalista, mas sim de uma análise que mostra os estudantes como atores que definem o sentido das organizações e superam ou não os limites a eles impostos por intermédio de sua atuação no seio do que seria um movimento social – o movimento estudantil.

Aqui, no entanto, cabe discutir se o movimento estudantil é ou não um movimento social. E para tanto, Albuquerque (1977, p. 16), nos trás sua contribuição, na tentativa de mostrar a relação entre a origem social dos estudantes e o movimento estudantil, o que justificaria classificá-lo como movimento social.

O problema que se coloca aqui é o de saber se o movimento estudantil pode ser interpretado como um movimento social sem base social, presente somente em negativo na origem ou no futuro sócio-econômico [SIC] dos próprios estudantes. Tentaremos mostrar [...] que a falta de base social do movimento estudantil é devida, por um lado, à sua origem social e, por outro lado, ao do fato de que os estudantes estão em *mobilidade*. Entretanto, tentaremos mostrar também que as orientações do movimento estudantil explicam-se em parte pela origem social dos estudantes (as camadas médias urbanas) e pelo papel que são chamados a desempenhar na sociedade. Desta forma, não se pode reduzir esse tipo de movimento, pelo menos na América Latina, a um simples movimento de idéias. Com efeito, mais do que uma base social, o que falta ao movimento estudantil é a possibilidade de definir tal base social de maneira autônoma.

Por outro lado, também não é pertinente tratar os movimentos sociais tal qual em épocas passadas, quando se associava tal conceito a

“movimentos revolucionários, entendidos como mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico. De acordo com essa concepção, o objetivo dos revolucionários é substituir uma forma opressora de poder estatal por outra voltada para um fim distinto, mas que se utiliza de meios semelhantes”. (ALEXANDER, 1998)

Partindo para uma análise mais contemporânea, Alexander (1998) vai definir que

o termo movimentos sociais diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo freqüentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.

Tomando esse conceito como norte, não há como deixar de entender o movimento estudantil como um movimento social, sobretudo no que se refere ao objeto de estudo do presente trabalho e o contexto histórico em que se passa. Ainda que os estudantes não se constituam numa classe social específica, são pertencentes, na sua grande maioria, às classes urbanas medianas, como bem observou Albuquerque (1977).

No caso específico deste estudo, essa era uma característica (a de classe) comum a todos os membros do grupo político em questão, ou seja, pertenciam a um mesmo estrato social. Além disso, possuíam um alto grau de engajamento político que definiu os objetivos de sua organização, tal qual mencionado na obra de José Augusto Guilhon de Albuquerque (1977), e influenciou outros a se juntarem à mesma luta. “A participação dos estudantes é tanto mais intensa quanto a organização estudantil a que estão afiliados é mais politizada” (ALBUQUERQUE, 1977)

O caráter essencialmente político do movimento estudantil é um fato, mas o interessante é perceber que independente da identificação ou não dos estudantes com o projeto social do PCB, o movimento estudantil capixaba (pela experiência definida por Benjamin) assume um caráter decisivo para que se entenda o sentido da ação do grupo aqui estudado, enquanto categoria social, em um outro momento de sua vida política.

É unanimidade na fala dos entrevistados a concordância de que o Partido Comunista Brasileiro influenciou de maneira decisiva todos os membros do grupo, seja na sua atuação política, seja na sua vida particular. Segundo Anselmo Tose, atual secretário Estadual de Saúde, a influência do “Partidão” sobre o grupo era

“Total, porque a disciplina rígida, a questão dos princípios, o coletivo, a visão da sociedade, era uma abnegação quase total. Nós não abríamos mão de sermos bons alunos, nos matávamos estudando à noite, compensávamos em mutirões, íamos para a casa do Bigode, do Ernesto, do Fernando Pignaton, em Vila Velha. A mãe dele cozinhava para a gente, para a gente estudar. Tinha também a Kátia Moura, íamos para a casa dela, em frente ao Palácio. Kátia era muito organizada tinha os rascunhos. A gente tirava boas notas também, obviamente que tinha prejuízos. Passar nas salas de aula da Ufes demorava mais de um mês, então nós dividíamos; um lá, outro cá [...]”. (Informação verbal, 2007)

A avaliação do também médico e então vice-presidente na chapa de Hartung no DCE, Fernando Pignaton, não é diferente a esse respeito.

“Naquela época, nós tínhamos um compromisso com o social maior que o compromisso com a gente. A gente dedicava a vida, aquilo era 24 horas por dia. Nós fazíamos reuniões secretas, tinha que pegar pessoas de kombi, de carro, botar a venda nos olhos e levar para os lugares. As convenções estaduais do Partidão eram num sítio do meu pai, em Domingos Martins. Todo mundo saía vendado, o carro rodava, rodava, era tudo clandestino. Acho que foi em 1978. Essa reunião lá em Domingos Martins mesmo, que foi um Congresso Estadual do PCB, foi feita dessa maneira. Eu lembro que o Prestes voltou da anistia em 79 e a gente saiu daqui numa kombi, fez uma festa no Saldanha para disfarçar, pegou a kombi do meu pai, que é um cara integralista, de direita, e a gente usava a kombi do meu pai para fazer movimento de esquerda. Saímos por estradas sem sinais, estradas de chão, até chegar ao aeroporto do Rio de Janeiro”. (Informação verbal)

Robson Leite vai mais além ao atribuir ao engajamento dos membros do grupo no Partido Comunista a eleição de vários “companheiros”, em 1982, quando a população brasileira pôde, novamente, votar para eleger seus governadores.

“Foi com o partido que descobrimos que a política é uma ciência. Foi com os primeiros livros da socióloga chilena, Marta Harnecker, que a gente aprendeu os primeiros passos do marxismo e tentava, de forma romântica, passar da teoria à prática com muita rapidez. Em algumas ações, com muito sucesso. A questão de criarmos no PMDB a Comissão de Mobilização Popular fez com que elegêssemos, em 1982, os dois vereadores mais votados do Estado e o deputado estadual que viria a ser governador depois. Os vereadores eram o Estanislau Kostka Stein e o Felício Corrêa. Elegemos o Paulo Hartung deputado estadual, Mirtes Bevilacqua deputada federal e criamos as condições para que o Berredo se tornasse prefeito de Vitória”. (LEITE, 2006, informação verbal)

Todavia, os membros mais antigos do Partidão, tinham visões diferentes sobre o grupo e seu posicionamento político quanto ao que pregava a agremiação. Segundo

Régis (1996)³⁵, no período em que ressurgiu na Ufes o movimento estudantil, o PCB também passava por um processo de reorganização no Estado.

[...] Tínhamos de tocar a vida, os planos. Que não eram só de garantir o sustento da família, mas, também, continuar nossa luta de comunistas: reorganizar o PCB no Espírito Santo. [...] O PCB, que em nível nacional lutava pela legalidade, só teria como obtê-la com um mínimo de organização. **Mas os comunistas da ala jovem, de Gramsci em punho, rejeitavam as regras, as normas de um partido que se mantivera vivo graças à estrutura marxista-leninista em que se pautava. A luta interna era grande. A ala jovem tinha seu foco de atividade principal na Universidade e em Vila Velha. Era um partido de estudantes, embora muitos de seus adeptos já estivessem longe dos bancos escolares há bastante tempo** (grifo nosso). Na nossa visão, não era um partido. Era um movimento. (RÉGIS, 1996, p.46)

Com a anistia e a volta dos antigos líderes do Partidão ao Brasil, Paulo Hartung e seu grupo político começam a perceber que seus valores ideológicos de busca pelas liberdades democráticas, pelas vias da democracia e sem a produção de quaisquer rupturas não eram os mesmos que os defendidos pelos dogmas marxistas e leninistas de figuras como Gregório Bezerra e Luis Carlos Prestes – não obstante os termos da Declaração de Março de 1958 terem sido aprovados pelo partido, como já foi visto anteriormente, bem como o avanço dos postulados eurocomunistas em todo o mundo.

Quando Luiz Carlos Prestes veio ao Brasil, com a anistia, eles convidaram dirigentes do partido. Nós fomos ao Rio reunir com o Prestes, eu e o Paulo. E foi muito interessante porque nós fomos reunir com o Prestes – um velhinho de memória espantosa. E na época que estivemos lá – estava a Anita Leocádia Prestes – eu lembro que estava começando a acontecer as questões do Solidariedade, na Polônia. E a gente apavorado com aquilo tudo. Eu falava: “Paulo, esse é o comunismo que a gente quer? A gente lutou pela democracia! A gente quer ditadura? Que coisa estranha, vamos perguntar, vamos conversar?” Aí, nós batemos um papo muito interessante, me contou as histórias dele; o Prestes irradiava um carisma muito grande. Lá pelas tantas, eu falei assim: “comandante, deixa eu lhe fazer uma pergunta. Nós estamos aí todos empolgados, recriamos o partido no Estado, trouxemos os antigos militantes (naquela época já estava começando uma base operária com bancários, metalúrgicos), mas a gente está um pouco assustado com isso que está acontecendo na Polônia. Quer dizer, está havendo um movimento operário contra o partido. O que está acontecendo?” Ele virou e disse assim: “Meu filho, você está vendo muito jornal e muita televisão também. Isso é coisa do imperialismo”. Aí, eu falei assim: “mas comandante, as notícias estão aí, aquele partido vai acabar”. E

³⁵ Escritos de Vitória – movimentos sociais

ele disse: “Não meu filho, não se preocupa. O Imperialismo fica divulgando essas coisas da gente. Não acredita em tudo que você vê na imprensa não”. Mas foi um banho de água fria. Ele falou a cartilhazinha dele. E quando nós saímos no elevador, eu olhei para o Paulo e disse: “Paulo, nós estamos numa fria”. Paulo respondeu: “É”. E agora?. (NETO, L. F. P., 2008, informação verbal)

Isso, segundo conta Paulo Hartung em sua entrevista, foi fator determinante para a saída do grupo (ou pelo menos boa parte dele) do Partidão. Tal fato ocorreu às vésperas das eleições que levaram Hartung a se eleger, pela primeira vez, deputado estadual³⁶.

Há um grande choque quando vem a anistia e a direção volta ao país e agente vai conversar com a direção. Um grande choque, uma grande decepção, porque a turma que estava estudando tudo isso, quando a direção volta trazendo como fato principal as disputas, as brigas muito pessoais entre eles, Arminio (?), Giocondo Dias. Quando a gente vê a baixa qualidade da briga que tinha de direção, muitas vezes vinculadas a questões pessoais, pouca formulação política, foi um banho de água fria. Aqui e em outras partes do Brasil. É diferente a figura legendária de Gregório Bezerra quando nós o trouxemos aqui era um amor de pessoa, uma figura humana belíssima. Mas era um quadro vindo do movimento social, da luta social. Não era um quadro formulador. Ao conhecer o que o partido tinha de quadros formuladores, era um pensamento que tinha ficado no tempo. Tinha como pano de fundo não uma luta em torno de teses, de idéias e propostas, mas era uma luta muito pequena, em torno de questões pessoais. Isso foi um choque de decepção. (HARTUNG, 2007, informação verbal)

Toda essa reação provocada pelos maiores dirigentes do Partidão ocorre devido a uma absoluta incongruência entre o pensamento político e ideológico do grupo e os fundamentalistas da agremiação.

Como já se pôde constatar anteriormente, Paulo Hartung e seus aliados sempre optaram por uma linha ideológica gramsciana, voltada para o centralismo democrático na busca da hegemonia a partir do engendramento político dos indivíduos nas instituições – entrava em cena o eurocomunismo. Paralelamente, os “figurões” do PCB ainda persistiam na ditadura do proletariado, ou seja, buscavam o socialismo por meio de revoluções traumáticas e radicais.

A luta do grupo em questão era pela consolidação de estado democrático de fato e de direito, pelo fim do regime militar e retorno das liberdades individuais. Já os

conservadores comunistas, viam a democracia apenas como uma ferramenta, uma correia de transmissão para o socialismo.

No entanto, esse não era um conflito exclusivamente capixaba, mas sim mundial. Carlos Nelson Coutinho (1979)³⁷ aborda o tema com clareza ao afirmar que tal discussão já vinha ocorrendo desde a virada do século XIX para o século XX.

[...] A questão do valor universal da democracia está na base não apenas das polêmicas entre “revisionistas” e “ortodoxos”, na virada do século, mas reaparece igualmente entre os principais representantes da esquerda marxista na época imediatamente subsequente à Revolução de Outubro: basta aqui recordar a polêmica entre Rosa Luxemburgo, por um lado, e Lênin e Trótski, por outro, acerca da conservação de certos institutos democráticos sob o governo proletário que surgira daquela Revolução.

O autor esclarece ainda, no mesmo artigo, que aqueles que lutaram e lutam em nome dos trabalhadores pela implantação do socialismo, não devem enxergar a democracia política apenas como um princípio tático, mas sim como “valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade”. E essa era, pelo que se pôde observar nos depoimentos, exatamente a proposta do grupo.

Mesmo assim, apesar dos conflitos vividos, todos os entrevistados são unânimes ao falar do Partidão de forma bastante carinhosa e o tem como uma escola de conscientização política, desenvolvimento de espírito crítico, participação social, formação de quadros políticos de qualidade e de disciplina.

O velho Partido Comunista, eu posso dizer, que foi uma escola de formação de quadros no Brasil ao longo do tempo. E particularmente no período que nós militamos, a questão da democracia foi ganhando um contorno muito interessante na formulação do partido. [...] é uma escola que valoriza a política. A política no sentido forte do termo. A política como alguma coisa que substitui a luta de todos contra todos. Acho que o partido ensinou isso para esta geração. (HARTUNG, 2007, informação verbal)

Prova disso é que boa parte dos entrevistados para esta pesquisa ainda se encontra em plena atividade política, seja de forma direta ou indireta, por meio de algum tipo

³⁶ Mesmo tendo saído do PCB, Hartung candidatou-se e elegeu-se deputado estadual com o apoio do Partidão

de prestação de serviços, a saber: Paulo Hartung, Anselmo Tose, Neivaldo Bragato, Cesar Colnago, Stan Stein, Lelo Coimbra, dentre outros.

4.3 As novas opções políticas do grupo

Ultrapassado em alguns poucos anos o período de tempo aqui estudado (1976 a 1981), o grupo em questão passa por um processo de reformulação política, sobretudo no que diz respeito às escolhas partidárias. Do antigo MDB e posterior PMDB, a maioria aderiu ao novo partido oriundo da cisão ocorrida no PMDB e que veio a dar origem ao Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB).

Dentro do PSDB, Hartung e seu grupo, apesar de fundadores do partido no Estado, estiveram em minoria e, portanto, sem a necessária hegemonia partidária para que pudessem por em prática suas estratégias de chegada ao poder. Mesmo assim, em 1993, chegam à Prefeitura de Vitória, sucedendo o petista Vitor Buaiz.

Com o fim de seu mandato à frente da Prefeitura de Vitória, em 1997, Hartung e seu grupo travam uma verdadeira batalha dentro do PSDB para que Hartung fosse o candidato a governador pelo PSDB, o que não consegue. Mais do que isso, a ala dominante – e conservadora – do partido, liderada por José Ignácio Ferreira, então presidente da agremiação, define o próprio Ignácio como candidato ao governo.

A partir de então, com o acirramento dos conflitos internos no PSDB capixaba, Hartung e seu grupo deixam a sigla. E, ao contrário de épocas passadas, alguns optam por partidos diferentes. Hartung passa pelo PSB, PPS e, por fim, retorna ao PMDB. Lelo Coimbra, um de seus mais importantes articuladores, vai direto para o PMDB. Os demais, fizeram suas escolhas livremente.

É bem verdade que, muitas vezes, certas alocações partidárias eram executadas estrategicamente, o que demonstrava uma unidade ideológica dos membros do grupo, ainda que em partidos diferentes. Mas o que se pode notar, a partir principalmente da eleição de Hartung ao senado, é que o grupo de militantes existente até o final de seu segundo mandato como deputado estadual já não existia

³⁷ A democracia como valor universal

mais. Pelo menos não com as mesmas configurações anteriores, quando era freqüente a realização de amplas reuniões para que o grupo, juntamente com os militantes, debatessem questões referentes ao mandato de Hartung ou posicionamentos políticos necessários de serem tomados.

Há, portanto, como se pode observar, dois eventos transformadores relevantes ocorridos dentro do grupo: o primeiro, sua divisão no que diz respeito à ida para agremiações políticas diferentes; e, segundo, a fragmentação da militância – que, desde o movimento estudantil sempre foi o ponto forte da ação política de Hartung.

Embora fragmentada, a militância manteve-se fiel a Hartung nos momentos de campanha eleitoral. No entanto, as reuniões da militância para discutir assuntos importantes da política local, bem como deliberar sobre os rumos políticos a serem tomados pelo grupo e por seu líder maior não mais aconteceram a partir da eleição de Hartung a deputado federal.

4.4 Cultura e relações interpessoais

Nem só de política, protestos, passeatas e leituras marxistas viveu o movimento estudantil. Ao contrário. Todo esse leque de atividades proporcionava uma intensa convivência entre os militantes do grupo político ligado a Paulo Hartung.

A cultura era algo bastante presente entre os jovens universitários, que promoviam desde palestras com personagens de renome nacional até peças teatrais encenadas por eles mesmos.

Assim foi que, em 1976, os estudantes realizaram a Semana Cultural Universitária. Neste evento, estiveram presentes Zuenir Ventura, falando sobre jornalismo; Fortuna, sobre humor e história em quadrinhos; Luiz Carlos Ripper, sobre teatro; Ricardo Cravo Albim, sobre música; e Sergio Santero, sobre cinema³⁸.

Neste mesmo ano, o departamento de Letras (Centro de Estudos Gerais) promoveu o I Ciclo de Conferências sobre Língua e Literatura. Na ocasião, os estudantes

trouxeram os escritores João Antonio Iva Cavalcanti, Pedro Paulo Sena Madureira, Anthony Denaro, Luíza Lobo e Luiz Costa Lima³⁹.

Ainda em 1976, os estudantes da Ufes puderam ver shows de música que reuniram personalidades nacionalmente conhecidas por sua obra e engajamento político, tais como Gilberto Gil, Novos Baianos, Macalé, Tom Zé, Belchior, Luiz Gonzaga Júnior (Gonzaguinha) e Sueli Costa⁴⁰.

O teatro também foi contemplado. A Primeira Mostra de Teatro, realizada pelos estudantes neste mesmo ano, proporcionou a montagem de peças como Guernica, do espanhol Fernando Arrabal; do monólogo Diário de um Louco, de Gogol; O Urso, de Tehekov; As Interferências, de Maria Clara Machado⁴¹.

Ainda sobre teatro, o grupo de Hartung encenou a peça O Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna, na qual participaram Neivaldo Bragato (Economia) e Joaquim Silva, entre outros.

Outros eventos como a Semana Cultural Universitária e a Semana Científica também mobilizaram os estudantes. A Semana Científica, realizada no edifício Fábio Ruschi, no Centro de Vitória, abordou temas como Fome e Ciência, Ciência da Educação, A Indústria Farmacêutica, A Criança e Todos Nós, Homeopatia e Odontologia Preventiva. Os palestrantes foram Joaquim Beato, Manoel Ceciliano de Almeida, Andrejus Korolkoyas, Léo Siqueira, Alfredo Eugênio Vervloet e Aprígio Freire, respectivamente.⁴²

O esporte também ocupava um espaço fundamental entre as atividades da Ufes. Mesmo diante de tantas ações políticas efetuadas pelos estudantes, os Jogos Universitários (Junes) não deixavam de ser realizados.

³⁸ A GAZETA, 2 nov 1976

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

⁴² Ibid.

Paulo Hartung, por sua vez, tinha um histórico de atleta. Apesar de ter jogado várias modalidades esportivas como futsal e até mesmo vôlei, destacava-se no handball.



Foto 10 – O Auto da Compadecida, montada pelos estudantes da Ufes

Entre os atores, Neivaldo Bragato (1), Robson Moreira (Chicó) (2), Nazaré Martins (3), Joaquim Silva (Quincas) (4) e Hugo Brandião Júnior (5).

Fonte: Centro de Documentação e Memória Política e Social do Espírito Santo. Disponível em <<http://www.indiciarismo.net/cedoc/gotadagua/fotos.htm>>. Acesso em 16 jun 2008.



Foto 11- Time de handball do CCJE

Paulo Hartung (segundo em pé, da direita para esquerda), segura o troféu do time do CCJE.

Por último, mas não menos importantes, também havia as festas realizadas tanto pelo Diretório Central dos Estudantes quanto pelos Centros. Isso sem esquecer os filmes exibidos pelo cine-clubes. As festas realizadas por cursos como Engenharia, Pedagogia, Serviço Social e Artes costumavam ser as mais animadas entre todas as demais. As da Engenharia porque, segundo as meninas, levaria um grande número de rapazes. As da Pedagogia, Serviço Social e Arte porque, ao contrário, certamente teriam um grande número de universitárias.

Em meio a essa gama de atividades culturais, as relações interpessoais dentro do grupo aqui estudado iriam se formando, de modo que a política e a defesa pelas liberdades democráticas deixaram de ser o único elo de ligação existente entre seus membros. Segundo os entrevistados, era muito mais do que isso.

“Havia laços de amizade a preencher a dimensão humana, cumplicidade no trato de dilemas pessoais, um suporte interpessoal que surgia, naturalmente, a partir das atividades que dava a cada um e ao grupo alta sensação de alegria e prazer, fosse acompanhando, articulando com a Universidade ou promovendo, diretamente, eventos culturais, shows, teatro, encontros de lazer, em acampamentos na beira de praia (Nova Almeida, Piúma, Marataízes, Barra do Jucú) e, igualmente, muita satisfação permeando os desafios de planejar e fazer acontecer, também, os debates acadêmico e científico com colegas de quase todos os cursos, ao largo de toda a discussão política acerca da realidade brasileira e local. Sentíamos jovens com **causa** e uma boa dose de satisfação e alegria em pertencer ao grupo”. (STEIN, informação verbal, 2007)

A médica Kátia Moura tem opinião semelhante à de Stan.

“Talvez tudo tenha começado pela luta política. Mas nós fomos nos identificando como iguais. Éramos jovens, éramos ousados. Estávamos vivendo um momento de pensamento mágico, de construção de valores, de negação de alguns valores do *status quo*. E tínhamos uma vida pessoal, uma vida cultural, uma vida social sempre muito juntos. Então eu creio que não era só a questão da luta política. Por isso, os vínculos existem até hoje. Eu acho que todos sentem saudades uns dos outros. Todos querem saber como fulano ou cicrano está quando fica sem saber notícia muito tempo. Eu acho que é isso que nos faz nos regozijarmos, termos uma alegria muito grande quando nos vemos. É isso que faz Paulo Hartung dizer quando recebeu o título de Honoris Causa da universidade, que recebia ali junto com todas as pessoas que têm construído com ele a construção que o levou a receber aquele título. É isso que faz com que ele, hoje no poder, não faça o discurso de que ele é o governador, mas que não estaria fazendo esse trabalho se não tivesse pessoas junto com ele. Então, eu creio que talvez a primeira argamassa tenha sido isso, mas outras se juntaram e fizeram esse

cimento, que nos une até hoje, com certeza”. (MOURA, K, informação verbal, 2007)

Mas o depoimento que mais impressionou a esse respeito – das relações interpessoais criadas durante a repressão – foi o do médico Lauro Ferreira Pinto Neto ao contar como se deu o pedido de casamento de Hartung ao pai de sua então namorada, Cristina, hoje sua esposa.

“Eu acho que tinha muita afetividade. A gente aprendeu a fazer política sem negar os valores pessoais. Cada um tem o direito de ser feliz, de poder gostar de fazer festa, de estar apaixonado, de ter namorada. O Paulo, na época, eu namorava a irmã dele – mais velha – quando ele começou a namorar a Cristina. E eu lembro que quando ele começou a namorar a Cristina eu dei um pulo. Falei: “você está namorando uma criança”, ela é bem mais nova. Depois, essa coisa foi melhorando, se aproximando. Depois, quando ele quis casar com a Cristina, eu lembro que, nossa relação de amizade... éramos quase irmãos, ele falou: ‘quem vai pedir ao pai é você’ (risos). E eu fui pedir a seu Custódio. Fui junto com ele. Eu falei: ‘seu Custódio, eu namorei sua filha – tinha acabado meu namoro com a filha dele – o senhor sempre me respeitou e o Paulo quer pedir a mão de sua filha em casamento. Eu estou aqui em nome dele (risos)’. Entendeu, então foi assim. A gente tinha essa questão afetiva muito legal, de muita proximidade. (...) Eu acho que além de uma questão política havia uma questão de amizade verdadeira, uma questão de vida comum”. (NETO, L. F. P., informação verbal, 2008)

Assim, pode-se observar que além dos laços de amizade (ou mesmo em função deles), também os relacionamentos amorosos tinham lugar na convivência diária entre os membros do grupo, sem qualquer prejuízo para suas atividades políticas.

Foi dessa forma que alguns casais ali se formaram (além de Paulo e Cristina Hartung), ainda que, mais tarde, tenham se separado. Entre esses casais podemos citar Anselmo Tose e Dayse Osleguer, Kátia Moura e Fernando Pignaton – que mais tarde vieram a se casar⁴³ –, Neivaldo Bragato e Maria Angela Coser (casaram-se, tiveram uma filha e se separaram), dentre outros.

Relacionamentos dessa ordem em meio a atividades políticas contra a repressão, não eram nada de muito extraordinário. A história recente nos mostra isso com casos marcantes como os de Olga Benário e Luiz Carlos Prestes e Carlos Lamarca e Lara Lavelberg, por exemplo.

⁴³ Hoje, estão separados e Kátia é casada.

O fato é que, definitivamente, o movimento estudantil no período estudado trouxe, aos membros do grupo em questão, mais que experiências e vivências políticas. Possibilitou que as pessoas ali inseridas criassem laços de afetividade entre si. Laços esses que permanecem vivos até hoje, na maioria dos casos. Laços que a cada encontro do grupo (ou pelo menos de parte dele) os remete aos tempos de glória do movimento estudantil.

Não por outro motivo que Paulo Hartung destaca sempre, em seus discursos, sua participação como estudante na luta pela democracia, à época da repressão. Por esse mesmo motivo é que Hartung, não raro, destaca que não chegou até o cargo de governador do Espírito Santo sozinho, mas sim com a participação e a ajuda de todos aqueles que o acompanharam desde os tempos do DCE.

Assim foi que, no dia 5 de maio de 2006, ao receber o título de Doutor *Honoris Causa*, em uma homenagem prestada pela Universidade Federal do Espírito Santo, Hartung, em seu pronunciamento, dividiu o título com todos aqueles que sempre estiveram ao seu lado, em sua caminhada política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após traçar todo esse cenário sobre o movimento estudantil entre 1976 e 1981, bem como de suas características e respectiva gênese, a partir daqui tentar-se-á verificar se os objetivos a que se propôs este trabalho foram ou não alcançados e, ainda, se as hipóteses levantadas confirmaram-se ou não no decorrer da análise.

O primeiro objetivo do qual trataremos diz respeito às implicações que a prática política do grupo ligado a Paulo Hartung trouxe para o cenário político capixaba, à época em que se restabeleceu, no Estado, o movimento estudantil dentro da Universidade Federal do Espírito Santo.

Para tentar verificar tal questão, os entrevistados foram submetidos à seguinte pergunta durante as entrevistas: “Você acha que conseguiram, de alguma forma, influenciar os rumos da política capixaba, à época? Se SIM, como?”. As respostas foram unânimes em dizer que sim.

Analisando os depoimentos, pode-se notar que realmente houve uma contribuição significativa desse grupo político desde sua atividade no movimento estudantil, seguida de seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro e, por fim, a entrada de alguns de seus líderes na política partidária.

Não há como negar que a eleição de Paulo Hartung, Stan Stein e Felício Corrêa aos cargos de deputado estadual, vereador de Vitória e vereador de Vila Velha, respectivamente, com as maiores votações já vistas no estado do Espírito Santo, seja um elemento comprobatório da influência exercida pelo movimento estudantil na política capixaba, já àquela época.

Foi justamente todo o trabalho desenvolvido pelos estudantes, dentro da Ufes, e suas ações políticas fora dos muros da universidade, o que determinou a eleição de seus representantes nas urnas, bem como de outros políticos que, apesar de não serem do movimento estudantil, eram seus aliados.

Mas não somente à eleição deles pode ser creditada tal influência. Esse mesmo grupo, então ligado ao Partido Comunista Brasileiro, teve participação ativa em eleições de políticos da época como Gerson Camata (eleito governador do Espírito Santo em 1982). A própria definição da candidatura de Camata dentro do partido – PMDB – (antes de sua eleição) deveu-se a esse grupo ligado a Hartung.

A esse respeito, depoimentos como os dos médicos Fernando Pignaton, Kátia Moura e do economista Neivaldo Bragato, por exemplo, nos trazem informações que confirmam a importância das interferências do Partidão dentro do PMDB, na sua convenção que iria definir o primeiro governador eleito pelo voto popular após o fim do regime de repressão, em 1982. Fernando Pignaton chega a dizer, por exemplo, que o grupo entendia ser Camata o nome com mais chances de derrubar os representantes da situação no Espírito Santo⁴⁴

Kátia Moura destaca o trabalho do grupo dentro do PMDB, mesmo antes da eleição de Paulo Hartung ao cargo de deputado estadual, pela primeira vez⁴⁵. Isso teria ocorrido por intermédio de alguns legisladores com quem tinham algum grau de identidade política, tais como Roberto Valadão, Nelson Aguiar e Berredo de Menezes. Todos trabalhavam, na Assembléia Legislativa de então, como correia de transmissão dos ideais do grupo contra o regime militar, pois essa era também a postura política desses legisladores à época.

O economista Neivaldo Bragato vai mais além, ressaltando o trabalho forte de militância realizado por aquele grupo de estudantes, membros do Partido Comunista Brasileiro⁴⁶. Era, segundo Bragato, uma mão-de-obra que todo político queria trabalhando para si devido ao seu grau de comprometimento e capilaridade política.

Por todos esses depoimentos é que podemos perceber como o grupo realmente exerceu forte influência sobre a política capixaba já naquela época. O que não se sabia ainda era se tal influência perduraria até os dias de hoje, ou seja, se aquela

⁴⁴ Informação verbal, 2007

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

turma que reergueu o DCE viria a galgar espaços mais importantes, tais como a Câmara dos Deputados, Senado e Governo do Estado.

Durante o período de entrevistas, foi-se percebendo que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era como que o elo político de ligação entre todos os membros do grupo. Não houve uma só entrevista em que a agremiação não fosse citada com boa dose de importância no que diz respeito às atividades políticas do grupo em questão, bem como a sua formação ideológica e mesmo de vida pessoal.

Para fazer tal checagem, de forma metodologicamente correta, foi inserida, no roteiro de entrevistas, a seguinte pergunta: “Qual foi a influência do Partido Comunista sobre o grupo, tanto do ponto de vista da ação política, quanto na construção de uma ideologia de vida?”

Depoimentos que comprovaram a questão acima já foram anteriormente citados. Entretanto, faz-se necessário, aqui, destacar algumas falas importantes que dão a real idéia deste tópico. Assim, o médico Lauro Ferreira Pinto Neto nos fala dessa influência, ressaltando a disciplina entre os principais fatores⁴⁷.

Já o também médico Ildeberto Muniz (Paraíba), assim como todos os demais entrevistados, destaca como importante fator de influência nessa formação ideológica os primeiros contatos com as leituras marxistas, tão necessárias, à época, para o entendimento daquilo pelo qual se lutaria até o final da década de 1970 e início da década de 1980.

Em alguns casos, como do próprio Ildeberto Muniz, o envolvimento com o Partido influenciou até mesmo em sua vida pessoal, já que em seu depoimento ele destaca ter sido, quando universitário, uma pessoa muito tímida, característica que foi superando a partir de sua atividade política no movimento estudantil e no PCB.

Fazendo uma leitura global dos depoimentos em relação a este quesito, o que se pode observar é que a grande maioria dos entrevistados valorizava sobremaneira a disciplina e o conhecimento mais aprofundado das teses socialistas adquiridos por

intermédio das leituras dos autores já citados, como Karl Marx, Engels, Lênin, Carlos Nelson Coutinho, Antonio Gramsci, Marta Harnecker, dentre outros.

O presente trabalho levantou duas hipóteses. A primeira consiste no fato de que as práticas políticas do grupo estudado influenciaram os rumos da política capixaba. A segunda trata de verificar se o mesmo grupo reproduzia práticas como hierarquia, disciplina, exercício de autoridade e poder entre seus membros e no interior do Partidão.

Sobre a primeira hipótese – se o grupo estudado influenciou nos rumos da política capixaba –, entende-se que pouco mais há que se argumentar sobre isso. A conquista da hegemonia por Hartung e seu grupo político no Espírito Santo é um fator marcante na história política capixaba. Como já visto anteriormente, no tópico acima e mesmo no decorrer desta pesquisa, a interferência do grupo político aqui estudado, na composição das forças políticas do Estado é incontestável. Muitos dos depoimentos já citados comprovam tal hipótese. O dirigente comunista, Antonio Ribeiro Granja, por exemplo, chega a dizer que a política no Espírito Santo se divide em duas fases: “antes e depois de Paulo Hartung”⁴⁸.

Entende-se ainda que o próprio fato de Hartung ter chegado a cargos eletivos de âmbito legislativo e executivo, a partir do trabalho desenvolvido no movimento estudantil, já confirma, por si só, a hipótese ora tratada. Assim como ele, muitos de seus companheiros ainda o acompanha na política, entre eles Neivaldo Bragato, Anselmo Tose, Lelo Coimbra, Cesar Colnago, Dayse Osleguer, Teresa Colnago (irmã de Cesar Colnago), dentre outros.

Isso trouxe uma nova vertente de se fazer política no Espírito Santo. A escola política formada pelo Partido Comunista Brasileiro introduz no Estado quadros que, mais tarde, mesmo saindo do Partidão, levam consigo toda a bagagem adquirida na agremiação e que, na maioria dos casos, mostram-se, de acordo com os depoimentos de alguns entrevistados, verdadeiros servidores públicos, primando pela qualidade dos serviços a serem prestados.

⁴⁷ Informação verbal, 2008

⁴⁸ Informação verbal, 2008

Não por outro motivo, podemos inferir que Paulo Hartung, juntamente com sua equipe, deixou a Prefeitura Municipal de Vitória como o prefeito com maior índice de aprovação do País (93%)⁴⁹.

Entre os motivos listados pela mídia local e nacional para o sucesso alcançado por Hartung e seu grupo político, encontravam-se itens como redução da taxa de mortalidade infantil; ampliação do serviço de atendimento à saúde em aproximadamente 150%; investimentos na educação com a ampliação de mais de 50% da rede escolar municipal e conseqüente ampliação do número de vagas; e aplicação de 35% da receita municipal na educação, conforme previsto na Lei Orgânica de Vitória, durante seu mandato.

Como se pode perceber acima, os fatores aos quais se creditam o sucesso de Hartung e seus aliados à frente do executivo municipal estavam ligados às áreas da saúde e da educação. Esses dois setores foram justamente os que mais impulsionaram as atividades do grupo político em questão na época do movimento estudantil. Vale lembrar, que os primeiros e mais importantes eventos realizados pelos estudantes da Ufes foram os da greve pelo Hospital das Clínicas e a luta constante por melhorias das condições de ensino na universidade.

À frente do Governo do Estado, o desempenho não tem sido diferente. Pesquisa realizada pelo Instituto Flexconsult⁵⁰ aponta uma aprovação de 70,25% do governador por parte da população.

Em relação à segunda hipótese levantada – se o grupo reproduzia práticas como hierarquia, disciplina, exercício de autoridade e poder entre seus membros e no interior do Partidão – alguns depoimentos deixaram indícios de que havia sim tais práticas.

Sobre a hierarquia e a disciplina (da qual já se falou), praticamente todos os entrevistados confirmaram a existência de tais práticas. Entretanto, ao falar da hierarquia muitos depoimentos ressaltaram o fato de tal característica não interferir

⁴⁹ Pesquisa realizada em 1996 pelo Ibope.

⁵⁰ Disponível em <<http://www.flexconsult.com.br/eleitoral.htm>>. Acesso em 25 jun 2008.

negativamente no momento das discussões, fosse em assembleias, fosse em reuniões do grupo.

O advogado Robson Leite afirmou que tanto dentro do partido, quanto no movimento estudantil havia hierarquia. No partido, devido à estrutura dos comitês e diretórios, normais a qualquer agremiação política semelhante. Já na universidade, havia o Comitê Universitário (ligado diretamente ao PCB), ao qual se subordinavam as chamadas “bases”, formadas por estudantes de um mesmo curso⁵¹.

Todavia, a existência de uma hierarquia em um partido como o PCB não deveria soar tal qual as hierarquias existentes nos modelos tradicionais de partidos políticos verticalmente estruturados. A esse respeito, Chilcote (1982) esclarece que os modelos são basicamente os mesmos e, ainda, que a estrutura de poder dentro do Partidão existe teoricamente de uma forma, mas acontece, na prática, de outra maneira. Essa prática a que o autor se refere não é outra senão a das tendências oligárquicas que produzem indivíduos poderosos dentro do partido.

O surgimento desses “indivíduos poderosos” a que Chilcote se refere, se dá em todos os âmbitos do Partidão, incluindo os núcleos regionais. No Espírito Santo não foi diferente. Isso, de alguma forma, se refletia no processo democrático interno do PCB e, mesmo, do movimento estudantil.

Quando perguntados sobre como se davam as tomadas de decisão dentro do grupo, alguns entrevistados reconheceram que, nessas ocasiões, os temas a serem “discutidos” já tinham uma decisão tomada antes mesmo de serem levados às assembleias ou reuniões ampliadas. A esse respeito, o advogado Robson Leite chega a justificar o fato dizendo que “todos nós éramos filhos da ditadura”.

Durante sua entrevista, Robson destacou ainda que a direção do DCE encaminhava previamente aproximadamente 90% de todas os temas que eram levados às assembleias. Portanto, o grau de democracia, segundo ele, era pequeno⁵².

⁵¹ Informação verbal, 2007

⁵² Ibid.

Apesar de não ter sido tão explícito em sua resposta como o foi Robson Leite, o médico Lauro Ferreira Pinto Neto, em sua entrevista, chega a hesitar e rir antes de iniciar a resposta. Para Lauro, essa era uma característica da ideologia comunista de então, sobretudo àquela desenvolvida a partir do eurocomunismo: o centralismo democrático. Em sua opinião, há que se contextualizar tais posturas, pois o que se entende por democracia hoje é completamente diferente do que se entendia naquela época⁵³.

O depoimento do médico Ildeberto Muniz (o Paraíba) também não deixa dúvidas quanto à prática centralista dos estudantes e membros do Partidão. Ele conta que os estudantes, dirigentes do DCE, realizavam reuniões prévias no partido, de onde já se tiravam propostas a serem encaminhadas nas assembléias. E caso suas propostas fossem de alguma forma questionadas e levadas ao perigo de derrota, uma nova estratégia era feita na mesma hora para que se fizesse valer a ideologia do grupo e do Partidão⁵⁴.

Isso nos revela uma prática política diferente dos padrões democráticos que se poderia pensar para um partido que se propõe socialista. Entretanto, grande parte dos entrevistados justifica tal procedimento como algo normal no jogo da política. O próprio Hartung nos revela isso em sua entrevista. Segundo ele, havia uma discussão prévia e uma estratégia que era passada pelos formuladores aos oradores. Essa estratégia era para garantir que tudo corresse dentro do planejado pelo grupo⁵⁵.

Em âmbito nacional, essa prática também era comum. Se observarmos a estrutura do Partido Comunista Brasileiro, veremos que sua maior autoridade estava, teoricamente, em seus congressos. No entanto, o que ocorria na prática era que tal evento mostrava-se bastante limitado, fazendo com que, na prática, as decisões dos congressos fossem tomadas previamente por seus dirigentes maiores, também conhecidos popularmente como os “capas-pretas”.

⁵³ Informação verbal, 2008

⁵⁴ Informação verbal, 2007

⁵⁵ Informação verbal, 2007

“Antes de cada Congresso, todos os problemas e documentos são apreciados pelos delegados e amplamente discutidos em cada instância do partido de forma tal que o Congresso tenda a sancionar as decisões e práticas já estabelecidas pelo Comitê Central ou por uma facção dominante deste Comitê. Somente nas ocasiões em que há luta interna no partido é que o diálogo e o debate repercutem mais na estrutura organizatória e na política. A oposição, porém, foi rapidamente eliminada quando, nos III, V e VI Congressos, a liderança máxima exerceu suas prerrogativas para expulsar ou disciplinar membros de facções dissidentes”. (CHILCOTE, R., 1982, p.166)

Não se quer com isso afirmar, no entanto, que o Partido Comunista Brasileiro e, no caso, o grupo político ligado a Hartung, não eram democráticos em suas práticas políticas. Há que se considerar o momento histórico então vivido, no qual o centralismo democrático era uma característica marcante dentro do Partidão. E era com base nessa característica, destacada pelo médico Lauro Ferreira Pinto Neto, que o partido e o movimento estudantil da época balizavam suas práticas. Práticas essas que formatavam as atividades políticas exatamente como descrito nos depoimentos acima.

O que fica claro, no entanto, é que algumas práticas políticas tinham, dentro do Partidão, a mesma forma estrutural que os demais partidos. Assim, tal prática era também exercida dentro do movimento estudantil, por mais paradoxal que hoje possa parecer.

Em alguns momentos, todavia, apesar de todos os esforços do PCB e do DCE, as articulações entre os dirigentes estudantis da época não logravam êxito. Um desses momentos foi justamente quando, em assembléia no ginásio da Ufes, os estudantes votaram pela invasão do Restaurante Universitário (RU).

A diretoria do DCE, tendo José de Arimathéia Campos Gomes (Direito) na presidência, não conseguiu fazer valer seu entendimento, anteriormente discutido e articulado dentro do DCE. Arimathéia e sua diretoria, mesmo contrariados, foram obrigados a apoiar e acatar a decisão da assembléia e, juntamente com todos os presentes, sair do ginásio de esportes em marcha para a invasão do RU. Invasão que, aliás, perdurou por vários dias em que os próprios estudantes fizeram a comida e serviram a todos gratuitamente. E tudo isso porque a reitoria reajustara o valor do tíquete em alguns centavos.

Casos como o acima citado realmente aconteciam, mas é bem verdade que eram bastante raros. O direcionamento dado pelos diretores do DCE, anteriormente discutido entre eles, normalmente saía vencedor.

Finalizando este trabalho, algumas questões interessantes foram aventadas no decorrer deste estudo e que, certamente, poderão ser objetos de pesquisas futuras.

A primeira delas diz respeito à participação intensa dos estudantes do Centro Biomédico na retomada do movimento estudantil da Ufes. Como já pudemos constatar nesta pesquisa, a maioria dos entrevistados e, portanto, líderes políticos entre os estudantes à época, estava no Centro Biomédico, sendo a maioria estudantes de Medicina.

Do ponto de vista indiciário, tal observação poderia nos levar a crer que havia uma estratégia do Partido Comunista Brasileiro em se reerguer, pelo menos no Espírito Santo, a partir dos atores políticos ligados à área da saúde. Todavia, essa suspeita não foi exaustivamente investigada no presente trabalho. Alguns entrevistados chegaram a ser questionados sobre isso, mas nenhum deles soube dar qualquer tipo de afirmação mais conclusiva que pudesse confirmar a questão.

Com base no fato acima descrito, entende-se que não só este seria um estudo a ser feito, mas também um outro somente sobre a participação e a influência do Centro Biomédico na formação de lideranças políticas estudantis e partidárias seria um tema bastante intrigante a ser investigado.

Outra questão interessante diz respeito a gênero. Embora as mulheres tivessem participação ativa no movimento estudantil e dentro do Partidão, isso acontecia em número bem menor. É fato, por exemplo, que, no período estudado, nenhuma mulher chegou a ser presidente do DCE, ou mesmo candidata ao cargo. Viu-se no depoimento de Kátia Moura que o papel das mulheres, muitas vezes, era, também, o de atrair os rapazes para o movimento com seus, digamos, dotes femininos. Tal fato nos deixa indícios de que o comportamento machista ainda era predominante mesmo dentro de uma ideologia que se pretendia igualitária. Esta é uma

investigação que também precisaria ser feita de forma aprofundada em um outro trabalho de pesquisa.

Por último, observou-se ainda que também um estudo sobre a história do Partido Comunista Brasileiro no Espírito Santo e sua influência na política capixaba seria de extrema valia para a história política do Estado.

Durante as entrevistas para a elaboração desta pesquisa, foi possível perceber o quão valoroso foi o PCB na formação dos maiores líderes políticos capixaba, inclusive com a participação de seus membros mais antigos, ainda vivos, e que, portanto, constituem-se fontes formidáveis a serem ouvidas, analisadas e registradas para o futuro.

7 REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar** – textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Movimento estudantil e consciência Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Maria H. T. de, WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: _____. **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 5, p. 319-410.

ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil** (1964 – 1984). Bauru, SP: Edusc, 2005.

ALEXANDER, Jeffrey C.. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 Maio 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-69091998000200001

ANJOS, Edvaldo dos. Os diretórios da Ufes: o que fazem os representantes estudantis? **A Gazeta**, Vitória, Caderno Dois, 2 nov. 1976.

BIB, Rio de Janeiro, n.17, p. 53-68, 1º semestre 1984

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**: pensamento político. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARROS, Márcia F. R. **A atualidade do pensamento de Antônio Gramsci para a História Política**. Vitória: PPGHis, 2005.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Brasília: Brasiliense, 2004

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos políticos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998

CHILCOTE, Ronald H.. **Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci – fontes do pensamento político**. Porto Alegre (RS): L&PM, 1981.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, E. et al. **Encontros com a civilização brasileira**. V. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. P. 33-47

D'ARAUJO, Maria C.; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DUTRA, Eliana de Freitas. “O exorcismo do mal”. In: **O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: UFRJ, Belo Horizonte: UFMG, 1997, pp. 33-88.

_____. “As armadilhas do bem”. In: op. Cit. Pp. 89-146.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

FABRIS, Júlio. Estudantes: a volta à política e às divisões. **A Gazeta**, Vitória, Caderno Dois, 4 out. 1979.

FALCÃO, J. **A declaração de março**. Disponível em <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>>. Acesso em 29 maio 2008. Acesso em: 29 maio 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, G. C. e NEDER, Gizlene. **Emoção e política**: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

FLEISCHER, David V. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Cadernos da UnB, Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais** – morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989;

GONÇALVEZ, L. G. **Uma reinvenção dos saberes imemoriais nos contos de investigação criminal**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/trabalhos/06tluigg.pdf>> . Acesso em: 10 de out. 2005;

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, sd.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978;

MACCIOCCHI, M. A. **A favor de Gramsci**. São Paulo: Paz e Terra, 1980;

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

FABRIS, Julio. Na Ufes, uma nova consciência. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, p. 32, nov 1978.

NETO, Roberto A. Beling. Escritos de Vitória – movimentos sociais. Vitória, ES, p. 141-169, ago. 1996, n. 16, 1996.

PANDOFFI, Dulce. **Camaradas e companheiros – história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1955.

_____. **1958: A refundação do PCB**. Disponível em <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2008.

PCB. **Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro – março de 1958**. Disponível em <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>>. Acesso em: 29 maio 2008.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem** – história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

RABELO, Jane. Caminhando e cantando. **Página**, Belo Horizonte (MG), p.9, dez.2004.

RÉGIS, Dionary Sarmiento. Escritos de Vitória – movimentos sociais. Vitória, ES, p. 45-53, ago. 1996, n. 16, 1996.

REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Lino Geraldo. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia** - a ação do jornal Posição no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

RODRIGUES, Márcia B. F. (Org.). **Exercícios de indiciamento**. Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, 2006, 93p. – (Rumos da história; v. 6)

RODRIGUES, Marcia B. F.. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. In: **Dimensões – revista de História da Ufes: Estado, sociedade e poder**. Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, 298p, 2005.

ROMAGNOLI, L.H. e GONÇALVES, Tânia. A volta da Une – de Ibiúna a Salvador. **História imediata**, São Paulo: Alfa-Omega, vol.5, 1979.

SEGATTO, J. A. e SANTOS, R. **A valorização da política na trajetória pecebista – dos anos 1950 a 1991**. Disponível em <<http://www.declaracaomarco1958.org.br>>. Acesso em 29 maio 2008. Acesso em: 29 maio 2008.

VIANNA, L. W. **Travessia** – da abertura à constituinte. Rio de Janeiro : Taurus Editora, 1986.

ZIMMERMANN, E. Macropesquisa comparativa sobre o protesto político. In: GURR, T.R. **Manual do conflito político**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985, p. 195-271.

APÊNDICE A

Roteiro de perguntas para entrevistados membros do grupo político de Paulo Hartung

1. Como e quando se iniciaram as articulações políticas dentro do movimento estudantil, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que culminaram com a reabertura do Diretório Central dos Estudantes (DCE)?
2. Quem eram os principais líderes estudantis do grupo, na época, dentro da Ufes e quais suas atividades políticas e acadêmicas?
3. A que partido(s) pertenciam?
4. Qual foi a influência do Partido Comunista sobre o grupo, tanto do ponto de vista da ação política, quanto na construção de uma ideologia de vida?
5. Vocês estudavam a teoria marxista, o socialismo, o comunismo? Como?
6. Como eram organizadas as ações políticas do grupo ainda no movimento estudantil?
7. Quais foram, na sua opinião, nesse período entre 1976 e 1981, as principais ações políticas nas quais o grupo se envolveu, seja dentro da Ufes ou fora dela?
8. Existia algum tipo de hierarquia entre vocês?
9. Como eram feitas as tomadas de decisões entre os membros do grupo? Era um processo democrático, aberto e participativo ou as decisões já vinham tomadas previamente, apenas em busca de legitimação por parte do grupo?
10. Era difícil, para alguém de fora, entrar no grupo? Por que?

11. Você acha que conseguiram, de alguma forma, influenciar os rumos da política capixaba, à época? Se SIM, como?
12. Havia, na sua família, alguém com essa orientação política e ideológica de esquerda? Se não, como você foi influenciado por essas tendências?
13. (CASO MULHER) Você percebia algum tipo de preconceito dentro do movimento por você ser mulher?

APÊNDICE B

Entrevista com Robson Leite

Como e quando se iniciaram as articulações políticas dentro do movimento estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) que culminaram com o processo de reabertura do Diretório Central dos Estudantes (DCE)?

RL- Eu não fui um dos primeiros a participar, mas as informações que tenho são de que 1976 foi uma espécie de marco, porque começaram-se a travar discussões entre várias pessoas de cursos diferentes, no sentido de buscar a reorganização do movimento estudantil e a reabertura do DCE. A reabertura do DCE era o que unia todo mundo, e isso só se deu em 1979. Talvez a eleição tenha sido em 1978 e a posse em 79. Mas, em 1976 começou, e o curso responsável foi o de Medicina. Foi lá que surgiu o primeiro grupinho, com influências políticas de São Paulo.

Quem eram os principais líderes do grupo, na época, dentro da Ufes e quais as atividades políticas e acadêmicas que eles realizavam?

RL- A Marli fazia Medicina, o Paraíba (Idelberto Muniz) também. Tinha o Quincas (Joaquim Silva), que fazia Direito. Era um grupo pequeno, não me lembro todos... tem um que foi embora daqui. A maioria era mesmo dos cursos de Medicina e Direito. Dos outros cursos quase não tinha contribuição de ninguém.

Em termos de atividades políticas, o que essas pessoas faziam?

RL- Essas pessoas... ainda não tinha! Estávamos no centro da ditadura, 76, 77, então essas pessoas ainda não tinham partido. Quando muito, uma parte tinha tendências ao velho Partidão, outra parte tinha influências, idéias de esquerda, mas não chegavam a compor partidos. Hoje não sei mais como se chama, mas eram movimentos ligados à esquerda da Igreja, grupos de esquerda do campo, grupos trotskistas. Ainda não tinha partido, mais lá na frente, em um congresso em Salvador, de reconstrução da UNE, começam a aparecer as tendências do movimento estudantil. Uma tendência se chamava Unidade, com pessoas ligadas ao

velho Partidão, PCB. Outra tendência, que não vou lembrar o nome, era formada por pessoas do grupo de estruturação do PT, que ainda não tinha muita formação, mas que começa a aparecer. O congresso da UNE é um marco, vocês precisam ver em que data foi. Eu não fui, mas o Pignaton foi. O Lelo eu não sei, estava estudando em São Paulo. Lembrei de outro nome: Lauro Ferreira Pinto.

Você falou da questão do anonimato. Na sua época, (a política vigente) era o bipartidarismo, mas nesse grupo eram todos do Partidão ou havia algum outro partido?

RL- No chamado Comitê de Reconstrução do DCE, não sei se o nome dado era comitê, mas tinha gente de todo jeito. O início do grupo Paulo Hartung não tinha partido ainda. Éramos todos da chamada Unidade, que era uma tendência do Movimento Estudantil. Mais tarde, pouco a pouco, muitos foram sabendo que era organizada pelo Partidão. Nessa época, duas ou três pessoas só sabiam que o Partidão estava por trás disso, em 76 e 77: a Marli, o Lauro, logo depois o Idelberto Muniz e mais à frente o Paulo Hartung. Na verdade, isso só se abre mais com a eleição do DCE, aí escancara quem é quem na Universidade e a gente passa a organizar o partido junto com as organizações estudantis. Passa a ter dois trabalhos, na verdade, três. A gente organiza os diretórios estudantis, as chamadas bases, que eram grupos de pessoas em cada curso, e depois organiza o partido na sociedade. Como ele era clandestino, a gente vai para o PMDB. E lá a gente faz um núcleo que era chamado de Comissão de Mobilização Popular no PMDB. Isso tudo acontece de 1978 a 1980. Em 1980 começa a filiação ao partido.

Qual foi a influência do Partido Comunista dentro do grupo, tanto do ponto de vista da ação política quanto na construção de uma ideologia de vida?

RL- Foi total. Foi com o partido que descobrimos que a política é uma ciência. Foi com os primeiros livros da socióloga chilena, Marta Harnecker, que a gente aprendeu os primeiros passos do marxismo e tentava, de forma romântica, passar da teoria à prática com muita rapidez. Em algumas ações, com muito sucesso. A questão de criarmos no PMDB a Comissão de Mobilização Popular fez com que elegêssemos, em 1982, os dois vereadores mais votados do Estado e o deputado

estadual que viria a ser governador depois. Os vereadores eram o Estanislau Kostka Stein e o Felício Corrêa. Elegemos o Paulo Hartung deputado estadual, Mirtes Bevilacqua deputada federal e criamos as condições para que o Berredo se tornasse prefeito de Vitória. Ele perdeu a eleição apoiado por nós, mas depois veio a ser prefeito da capital indicado pelo Camata. Foi um sucesso eleitoral muito maior que a nossa força política. Nessa época, as prefeituras das capitais era voto indireto. O voto direto só foi conquistado em 1985. O Berredo foi prefeito de 1982 a 1985, e a legislação dizia que o governador era quem indicava o prefeito.

Como eram organizadas as ações políticas do grupo ainda no movimento estudantil?

RL- A tendência ficou aberta. O mundo universitário passou a saber que havia um grupo de estudantes, de diferentes cursos, que se organizava através de uma tendência chamada Unidade. Nós fazíamos, semanalmente, reuniões do grupo Unidade. Lá eram discutidas ações da Universidade e fora dela. Nas greves do ABC, foi o grupo Unidade que tirou as linhas gerais de como a gente ia agir em solidariedade aos líderes sindicais presos. Quando houve a cheia de Colatina, em 79, foi o grupo Unidade, e já tinha um pouquinho do Partidão por trás, que orientou como seria nossa participação naquele movimento da época.

E dentro da Universidade?

RL- Dentro da Universidade a primeira grande luta foi um conjunto. Foi, inclusive, o que estabeleceu as pontes para que o Paulo Hartung fosse o presidente. A primeira, era para tirar o “R” do currículo. Era o seguinte: toda vez que um cara era reprovado, vinha um “R” colocado na disciplina que era reprovado. Aí ele fazia uma reavaliação, passava, mas o “R” continuava lá. Então, por que manter aquilo? A segunda, era manter a média 7. Quem mantivesse a média 7 durante o semestre não precisaria fazer a prova final. Depois, quando já estávamos no DCE, queriam transformar o prédio da biblioteca em prédio da burocracia. Nós denunciávamos fortemente isso, foi nossa maior briga lá.

Você participou do DCE até quando?

RL- Eu fui vice-presidente do Stan. Todo o mandato dele eu fui vice-presidente. Nessa época, nós criamos duas vice-presidências. Uma ficou comigo, porque eu fazia Engenharia, e a outra ficou com o Ernesto Negris, que fazia Medicina. O Stan era do CCJE, então precisava dar uma balançada, a Medicina era muito forte, por isso criamos as duas vice-presidências. A chapa "Hora de Mudar", uma grande chapa, que sucedeu um período triste. O Paulo Hartung fez o mandato dele e a Unidade perdeu a sucessão. O "Pig" era o candidato. Perdeu para a outra tendência que era ligada ao PT, aos movimentos esquerdistas, um cara chamado Shaolin. O sobrenome dele era Ceolin, mas a gente chamava Shaolin. Depois o Shaolin renunciou, o DCE passou um tempo completamente desestruturado, perdeu o contato com a sociedade. Uma coisa que achávamos importante era fazer alianças com a sociedade. Com o Hartung, a gente tinha uma ligação com a Igreja, com D. Luís e com D. João, tinha alianças com o Sindicato dos Trabalhadores, com os partidos políticos. Quando chegou o Stan, nós fizemos a (chapa) "Hora de Mudar", porque estava uma esculhambação, e retomamos não só o projeto de fortalecer os movimentos da Universidade mas também de nos preocupar com a sociedade, e nessa época nós trouxemos grandes palestrantes para a Ufes, como Darcy Ribeiro, João Saldanha, Teotônio Vilela...

Existia, dentro do grupo, alguma hierarquia entre vocês?

RL- Sim. A partir de 1980, nós passamos a ser orientados pelo velho Partidão. O Partidão tinha uma organização formal. Tinha o Comitê Estadual (CE), que hoje é como se fosse o Diretório Estadual do PMDB. Os diretórios estaduais dos partidos eram como o Comitê Estadual do Partidão, que tinha gente de fora e de dentro da Universidade. As grandes linhas de trabalho nasciam nesse grupo. Na Universidade, tinha o Comitê Universitário (CU). As linhas de trabalho também nasciam ali. Abaixo dos Comitês Universitários havia as chamadas bases, que eram formadas por pessoas do mesmo curso. A hierarquia era essa. Ela ficava horizontal quando se faziam as grandes assembleias.

Dentro dessa hierarquia, em termos de nomes, como eram?

RL- O Comitê Estadual, em 80, 81, tinha Paulo Hartung, Idelberto Muniz, Lelo Coimbra, Isildo Leite, Lauro Ferreira Pinto, tinha um líder sindical que tinha sobrenome Crioulo, e hoje ele é um pelegão aí, todo cheio de contradições. No Comitê Universitário era eu, "Pig", Ernesto, Anselmo Tose, e claro que isso ia renovando à medida que os anos passavam.

Era muito difícil de alguém de fora entrar no grupo? Havia algum critério?

RL- No início não. O grupo era muito pequeno, queria crescer. Depois ficou mais seletivo. Nós não fazíamos seleção de massas, queríamos formação de quadros, no velho estilo bolchevique mesmo. Então, eram pessoas que tinham dedicação quase religiosa, quer dizer, eu e essas pessoas que eu citei, muitos de nós nos prejudicamos, no ponto de vista das relações pessoais, das relações de estudos, porque a gente trabalhava 10, 12, 14 horas entre o nosso estudo e nossa prática política. O difícil não era entrar, e sim ter quem topasse fazer isso, porque ninguém mais jogava uma pelada, ninguém praticava esporte.

Como eram feitas as tomadas de decisão entre os membros do grupo? Era um processo democrático ou as decisões já vinham tomadas e só se fazia uma reunião para legitimar sem que as pessoas soubessem?

RL- Todos nós éramos filhos da ditadura, por isso a nossa prática não era uma prática democrática. Por mais que a gente queira dizer que todos podiam falar nas assembléias, havia uma direção que encaminhava cerca de 90% daquilo que era decidido em grupos pequenos. Claro, nós perdíamos muitas vezes essas discussões nos grupos maiores, mas o grau de democracia era pequeno. Mesmo porque não tinha como ser muito grande. Volto a dizer, eram quadros, e eram quadros que faziam desde as decisões políticas, até colocar uma faixa, pintar um painel. Quantas vezes eu passava noites fazendo camisas naqueles *silk screens*. Chegou uma época, do Arimatéia, que começou a dar problemas entre jovens universitários que queriam maior participação. Nós também fomos avançando, vendo que não era a melhor forma de organização, que precisávamos de lugares maiores para discussão... Mas no início a democracia era muito restrita. A única ocasião que

realmente era democrática eram as nossas festas, que nós fazíamos no Anchietinha e o pau quebrava!!

Você entende que naquela época de movimento estudantil, de 76 a 81, mesmo com todas as dificuldades, vocês fizeram alguma influência na política capixaba? E como?

RL- Não tenho dúvida! Nós demos contribuição de organização social, de mostrar à sociedade capixaba o quanto era importante apostar nas suas instituições. Contribuições de como era importante uma sociedade democrática ter uma imprensa livre, apontando os defeitos dos governos, de como era importante ter o parlamento atuando com liberdade, são todos exemplos que eu vejo de como contribuimos para a sociedade capixaba.

APÊNDICE C

Entrevista com Anselmo Tose

Como e quando se iniciaram as articulações políticas dentro do movimento estudantil da Ufes que culminaram com a reabertura do DCE?

AT- O movimento estudantil para mim e para uma grande geração de pessoas se iniciou em março de 1977, quando a gente pisa na Universidade. Aí você vai incluir Fernando Pignaton, Adão Seglia, Carlinhos Bigode, Ernesto, Bezerra, Tião Lyrio, Marcos Santolim, uma turma muito grande que se envolveu com isso... Peruchi que é prefeito, Ademar Devens que é prefeito, Tadeu Marino que é Secretário de Saúde de Colatina. Era a minha turma. Tem um negócio muito forte que foi a nossa turma. A nossa turma foi muito participativa. O Lima, que hoje é do Hospital Infantil, o Chiquinho. Assim como teve uma turma no CCJE, do Paulo, Bragatto, nós tivemos no Centro Biomédico um movimento muito forte. O Centro Biomédico era meio à margem da Ufes. Nós fizemos as políticas de passagem ali, de junção. Nossa turma coincidiu uma coisa interessante. Tinha também Oscar Gama Filho, depois ele se afastou. Tem um padre que é extremamente participativo, Dauri Batista, que hoje está em Goiabeiras, ele é muito envolvido com esse movimento, muito radical. Então, teve uma turma que teve uma importância muito grande. Como diz o Vasco, que é professor aposentado da Ufes, a nossa turma quando chegou foi um movimento muito forte! Ele inclusive tinha uma tendência meio trotskista. Essa turma tem uma energia, um potencial muito grande e pega aí o bastão de Merli, Claudino, Fernandão, Geraldo, Adalto Emerich e de repente viram muitos. Ela consegue depois formar muita gente pelo envolvimento nos diretórios, com a luta mesmo que a gente tinha no Centro Biomédico, porque aquele lugar era ermo, devassado, pantanoso, não era cercado, não tinha nada. A grande briga nossa é que o básico da Medicina pertencia ao Centro de Estudos Gerais, era o patinho feio, nem existia (dentro da Ufes).

Essas pessoas eram pessoas envolvidas e que efetivamente eram lideranças?

AT- Se tornaram lideranças. Tudo começa em março. A gente entra, o grupo antigo nos joga dentro do Ecem (Encontro Nacional dos Estudantes de Medicina) em julho de 77, em Santa Catarina. Imagina isso, a gente mal pisou na Universidade e já está dentro de um Ecem, Santa Catarina, aquele negócio da ditadura, todo mundo ia meio escondido, chega lá, tira foto, vai invadir... Aquela coisa que ninguém sabia o que ia acontecer. E esse grupo volta muito firme, foram dois ônibus pelo menos. A Emescam foi no embalo, mas a Emescam nunca foi muito forte, brigava muito, rivalizava com a Ufes. Naquela época os esportes eram muito fortes, a atlética, os jogos pegavam fogo! Tinha muito grupo lá que era cultura, esporte e rock. Nós entramos na política, mas mantínhamos a participação esportiva, cultural. A gente disputava com todo mundo, do Brasil inteiro, nos encontros de Medicina. E esse grupo mobiliza muito o Centro Biomédico, a gente consegue ter uma representação nossa lá dentro do conselho, primeiro dentro do departamento. A gente criou uma transição, depois dividimos em quatro departamentos com base no Centro Biomédico. O dr. Jaime Santos Neves presidia essa transição, foi nomeado interventor. Tinha a Biologia e aquele complexo todo, Odontologia, Enfermagem e Medicina, pelo menos quatro períodos, dois anos a gente passava ali dentro, você era ligado à Ufes. A gente já chega na clínica muito forte. No quinto ou sexto período eu vou para a direção do Centro Acadêmico. Antes ou depois teve a primeira greve importante dos estudantes, pós 68. Foi uma greve massiva, bem organizada no Centro Biomédico. Aquele gramado grande à frente e ao lado do Centro Biomédico era o nosso auditório ao ar livre. Aí acontece a reabertura do DCE, em agosto ou setembro de 79. Eu era presidente do diretório acadêmico. Chiquinho era meu secretário. Sandra Fagundes era da chapa também, primeira tesoureira. Houve o movimento de reabertura do DCE, antes teve a nossa participação nas eleições de 1978, que foi muito forte, a gente já estava no Partidão. Foi tudo muito rápido. Grande parte dessas pessoas já estava dentro do Partidão, clandestino, e houve as eleições. Os candidatos, se não me falha a memória eram Geraldo Estaquino, Nilton Lyrio, Carlos Dorsh, Valadão, que não sei se era estadual ou federal, e Max Mauro, que era nosso candidato a deputado federal. Era uma participação muito intensa, eu lembro da gente disputando voto útil, não dava um ou outro...

Qual foi a influência do Partido Comunista nessa parte ideológica do grupo, tanto do ponto de vista político quanto na vida de cada um de vocês?

AT- Total, porque a disciplina rígida, a questão dos princípios, o coletivo, a visão da sociedade, era uma abnegação quase total, nós não abríamos mão de sermos bons alunos, nos matávamos estudando à noite, compensávamos em mutirões, íamos para a casa do Bigode, do Ernesto, do Fernando Pignaton, em Vila Velha. A mãe dele cozinhava para a gente, para a gente estudar. Tinha também a Kátia Moura, íamos para a casa dela, em frente ao Palácio. Kátia era muito organizada tinha os rascunhos. A gente tirava boas notas também, obviamente que tinha prejuízos. Passar nas salas de aula da Ufes demorava mais de um mês, então nós dividíamos; um lá, outro cá, então disciplina, organização, esse negócio de aprender a viver, aprender a aglutinar as pessoas, tudo!

Vocês estudavam teoria marxista?

AT- Tudo! A gente conseguia material, Marta Harnecker, "A história da riqueza do homem", os textos de Marx e Engels, uma pena que os meus sumiram, era tudo encapadinho. Eu tinha tudo lá em casa em um quarto fechado, que meus pais morriam de medo, mas chegou uma hora que eles sumiram tudo. Uma vez eu fui viajar, fui para Belém do Pará, fui sem avisar, passar muitos dias fora, em um congresso para discutir a reabertura da UNE, em junho de 78. Fomos eu, Fernando Pignaton e Dunga pela Rodovia do Sol, com prancha de surf em cima do carro para despistar, foi nessa época que nós fomos presos. Ia ter prova de farmacologia, eu era um dos melhores alunos. A professora era engajada, conversamos com ela, ela nos permitiu fazer a prova antecipadamente e nós fomos escondidos sem a turma fazer, sem nada.

Como vocês se organizavam em termos das ações políticas de vocês?

AT- Era muito dessa coisa de definir politicamente o que era importante, aí nos reuníamos, tirávamos uma posição, as tarefas e o pau quebrava!

Nessa época, de 76 a 81, na sua opinião, quais foram as principais lutas em que o grupo se envolveu, tanto dentro da Ufes quanto fora dela?

AT- Dentro da Ufes era a luta pela melhoria das condições de ensino, uma visão muito legal, não era oportunista. Era uma coisa de discussão das questões acadêmicas, nós conseguimos acabar com a coisa da matrícula, acabar com o negócio do crédito que eu esqueci o nome, o negócio da Biblioteca Central foi uma luta importantíssima, melhoria do RU. Tiveram muitas coisas que marcaram a gente. Essa coisa da luta pela melhoria das condições de ensino, da democracia dentro da Universidade foram coisas muito fortes, gerou um aprendizado coletivo para uma geração. Até hoje você encontra as pessoas e elas se recordam, você deve ter ouvido de outros. Quantas assembleias a gente fazia naquele ginásio da Ufes, lotado embaixo e em cima, para decidir as questões? Isso é um aprendizado sem igual, não há mais hoje. Fora da Ufes eu acho que fundamentalmente a participação nas eleições e alguma coisa como da usina, parceria com a Acapema, o Carlinhos Bigode foi um dos que puxaram muito isso, Carlos Alberto Rios Cavalcante, foi um dos que esteve à frente desse movimento, um movimento massivo, lotamos as ruas, as inúmeras passeatas, o enterro do MEC como se fosse hoje, Stan finalizando em frente ao Palácio Anchieta rezando uma missa em latin. Roubamos o caixão de uma funerária.

Vocês tinham algum tipo de hierarquia no grupo?

AT- Tinha. Tinha a hierarquia do partido. O partido, suas instâncias e quem estava em cima.

E antes de vocês se “partidarizarem”?

AT- Foi muito rápido. Era dentro do próprio movimento. As pessoas mais influentes eram Merli, Claudino eram as pessoas mais articuladas, mais presentes... Adalto, enfim. No partido, as instâncias. Eu participei de várias bases, fiz distribuição de material, essa coisa dos textos, dos jornais do partido. Eu rodava o jornal do partido, rodava em mimeógrafo, botava dentro do carro, saía, distribuía, voltava. Havia várias motos, pra lá e para cá. Era um trabalho pesado.

E como eram feitas as tomadas de decisão entre os membros do grupo? As coisas já vinham definidas ou não?

AT- Eu acho que, logicamente com muito cuidado de falar disso, mas as lideranças eram muito conseqüentes, tinham muita capacidade, muito tirocínio e isso é natural. As pessoas já chegam com alguns pensamentos, alguns caminhos. Quem dera que as pessoas enxergassem mais a parte dos cenários, das propostas. Tanto é que a gente tinha uma aceitação muito universal, porque as coisas tinham muita sintonia com a realidade, e isso depois se perdeu.

Era difícil entrar para o grupo? Tinha alguma avaliação?

AT- Não. (o grupo) Era seletivo na avaliação da disciplina, coerência ideológica, política, mas não era muito difícil...

Anselmo, na sua família existia alguém com essa orientação política? A que você atribui a sua entrada por esses caminhos?

AT- Não. Eu acho que isso está com a pessoa. Esse momento também. No Marista mesmo a gente participava muito, não era muito organizado, mas participava de algo ligado á discordância das coisas, principalmente com a ditadura, as nossas liberdades, e entendíamos que não se podia construir um país se não fosse com liberdade.

Na sua avaliação, nesse período você acha que conseguiram influenciar na política do Estado ou você entende que ficou só no núcleo universitário?

AT- Eu acho que sim. Nós conseguimos influenciar, inclusive, a gente tinha muito cuidado nisso, para não assumir, tomar as rédeas de outros movimentos, coisa que acontece. Nós estamos vendo um movimento no Estado que tem essas características, mas os quadros que trabalhavam fora da Universidade ou que foram para fora, que eram estudantes, fizeram opção por trabalhar em movimento sindical, movimento popular, muitos foram para a Serra, o Adão Seglia, o Fernandão, o Bezerra, o Carlos Alberto Rios. A gente seguramente conseguiu não só influenciar como ajudar, ter uma relação muito importante de articulação com a Igreja,

particularmente com a Arquidiocese de Vitória. Nós tivemos uma participação importante na situação da enchente de 79, foi muito vigorosa, marcou todo mundo. Marcou nossa geração. E uma coisa que é importante ressaltar é que a gente não se prendia a movimentos reivindicatórios, o movimento cultural também era muito forte. Tinha o Cine Clube, que a gente fazia questão que funcionasse ali perto do Centro Biomédico, movimento cultural, esportivo, a gente não abria mão... Os shows, Alegre, Inácio Dias, Salesiano, Wilson Freitas, Anchiétinha, Projeto Verão, nós organizamos um movimento na Praia da Costa, carregamos caixa de som nas costas, uma coisa de louco... Lembra do Paulo Boca Livre? Gonzaguinha marcou muito a gente, Darcy Ribeiro, Gregório Bezerra falando naquele ginásio lotado. Lembro também do Prestes no Rio. Eu fiz uma transição, do grupo antigo para o grupo atual, que já estava se desfazendo. Eu fiquei até o final de 82. Todo mundo largou e eu fiquei mais um pouco, no movimento estudantil e no partido. Do partido eu não estava dentro ainda mas não saí formalmente. No movimento estudantil eu ainda fui convidado para coordenar as últimas assembleias da Ufes, aquelas assembleias massivas... Eu me lembro que uma delas era a luta do RU, uma inseqüência brutal, nós vimos ali, eu fui contra, pedi licença da mesa, dividiu nosso pessoal... foi uma inseqüência danada. Foi nosso grande aprendizado. Quantas vezes nós defendemos (algo) em assembleia, fomos derrotados e a vida se encarregou? E também teve o contrário... Essas coisas foram muito marcantes, como é que isso ensina a gente.

APÊNDICE D

Entrevista com Welington Coimbra (Lelo Coimbra)

Quando começaram efetivamente as articulações políticas no movimento estudantil da Ufes que vieram a culminar com a reabertura do DCE?

LC- Os movimentos tomam forma exatamente em 1976. Eu entrei na Ufes em 73, segundo semestre, nós somos da primeira turma da reforma universitária. Quando estávamos entrando na parte clínica, no segundo ano e meio, Lauro Ferreira Pinto, eu, Fernando Herckenhoff, Marli, Claudino, Geraldo Corrêa éramos os mais envolvidos. E tinha uma turma que se nucleava conosco, menos envolvida, mas solidária. Isso no Centro Biomédico. Junto com ele tinham, na área da odonto, parceiros. Lá se destacava a família Emerich, particularmente o Adalto, porque o Nilton Emerich já era formado anteriormente. O Adalto é contemporâneo, tanto que é o nosso único parceiro que foi incurso na Lei de Segurança Nacional quando nós tentamos ir à Cesac, em Santo André. Ele foi o único enquadrado na Lei de Segurança Nacional. (Tinha ainda) Professor Aprígio, que era um professor e era uma referência na Odonto. Nós tínhamos o Movimento de Pensamento e Movimento no Centro Biomédico, via Medicina, Odonto e o curso de Ciências Biológicas, que era um curso que funcionava mais ou menos simultaneamente ao longo do dia. Mas o movimento principal era do Centro Biomédico, no curso de Medicina. Ao mesmo tempo nós tínhamos movimentos no CCJE, no CT, no CEG e no curso de Psicologia e Serviço Social. Eram os lugares de maior relevância. Nós começamos a nos organizar, havia um misto de organização partidária, envolvendo o Partidão. Nessa época quem tinha uma vinculação e uma interação com o Partidão maior era Merli. Ela namorava o Laerte, com cartunista, e lá tinha o Serjão, a turma do grupo Oboré. Era o grupo que fazia charges, revistas ilustrativas para o movimento sindical do ABC. Aí tinha o Laerte e o Serjão, são os dois que eu tenho referência do movimento que vinha com a Merli. A Merli buscava não se envolver com a idéia da organização e acabava ficando um círculo dentro e fora, durante o ano de 76 até o final de 77. Nós ingressamos no PCB no final de 1977, início de 78, quando a gente se organiza de fato. A história da reorganização do PCB se inicia em 78. Em 76, 77, nós nos envolvemos muito com as reaberturas dos Centros Acadêmicos. Foi o primeiro movimento. Nós tínhamos ao longo desse período um grande envolvimento

com a subreitoria comunitária. O subreitor comunitário era o professor Rômulo Penina, então havia uma convivência institucional junto da Comunitária, que tinha música, artes, apoiava os movimentos culturais, e nós nos organizávamos para fazer a reabertura dos diretórios. Nós reabrimos o Centro Acadêmico do Biomédico. Havia uma disputa também se iniciando no CCJE, a primeira chapa que teve Paulo Hartung presidente acho que era a chapa "Gota D'água", no Centro Biomédico nós disputamos com a chapa "Questão de Ordem" e as disputas do CT e CEG eu não me lembro. Primeiro ocorreram as reaberturas dos diretórios acadêmicos, depois que o DCE foi constituído é que vieram os CAs. Simultaneamente conosco também se organizavam as forças políticas mais à esquerda, onde se destacava à época a Libelu (Liberdade e Luta), uma insipiência do MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado. Tinha um grupo que respondia por ele na Cáritas da Diocese, um rapaz chamado Tatá e a Sara. Nós disputávamos com eles, mas nós não estávamos ainda organizados. Era um círculo da idéia dessa escola, porque depois entendemos como sendo uma escola, e não um partido, que era o Partidão. Aí nós tivemos as disputas no Centro Biomédico, no CCJE, no Centro de Estudos Gerais, no Centro Tecnológico. Foi uma seqüência. O Centro Biomédico e o CCJE foram os dois carros-chefes. Nós fazemos um corte, onde o partido é o momento do corte. Nós trabalhamos a organização dos diretórios e fizemos um movimento de debates, de disputas e promoção de eventos. Foi nesse período de 76 a 78 que a gente organiza, dá sentido cultural, sentido às lutas acadêmicas, que inclui luta por currículo, luta contra a reforma universitária, nós somos do movimento pós-reforma universitária, embora críticos à ela. Quem foi o movimento contra a reforma foi o movimento 68-70, reprimido pela ditadura, que aqui no Estado teve a condução do PC do B. Então nós fizemos essa movimentação e, ao longo dos dois anos, meados de 76 a meados de 78, a condução das lutas universitárias: restaurante universitário (preço), ensino público gratuito e as lutas gerais da redemocratização, que foram a constituinte, anistia, liberdade democrática, que eram as três bandeiras principais do movimento que a gente organizava. Já era um movimento de organização do PCB, mas nós ainda não éramos filiados formalmente ao PCB enquanto núcleo. O nosso corte do movimento estudantil puro para uma filiação formal se dá ao longo de 1978. Nós resistíamos um pouco. Havia questões de natureza pessoal, mas isso é irrelevante do ponto de vista histórico. Havia algumas indiossincrasias, algum desconforto na forma de tentar fazer a nossa organização, que ainda era não-

partidária, se tornar partidária. Um certo voluntarismo naquela transição do circulismo para organização formal. Isso retardou um pouco.

Nesse período que você falou da reabertura dos DAs, quem eram, efetivamente, as lideranças do movimento estudantil na Ufes?

LC- Da época, no Centro Biomédico éramos Merli, eu, Lauro, Fernando Herkenhoff, Adalto Emerich, Geraldo Corrêa Queiroz, éramos as lideranças que referenciavam. Na seqüência vieram Anselmo Tose, Ernesto Negris, o prefeito "Tampinha", o Peruchi, de João Neiva, Fernando Pignaton e a Kátia (Moura), que na época era "siamesa" do Fernando Pignaton. A Kátia chegou a ser vice na chapa do Rogério Medeiros para o governo do PT, na eleição de 80,82. Não! Em 1980 foi a Merli. Não me lembro direito... ele aparecia num cavalo branco... (risos). Nessa época tinha essas lideranças no Centro Biomédico. No CCJE eram o Bragatto, o José de Arimatéia, o Paulo Hartung, nós disputávamos contra o Quincas e contra o Ricardo. Tinha também o Stan, Kátia Maline, a esposa do Paulo, Cristina, a Vera (esposa do César Colnago), a Rosa Stein (irmã do Stan). No CT eu me lembro de círculo. Tinha um círculo muito interessante daquele menino que mexe com pesquisa e estatística hoje... O Gutemberg! Essas foram as lideranças que puxaram o movimento. Depois veio a filha do Ramos, Gleciara, que depois se envolveu com Balão Mágico depois, a irmã dela, Glecimar, se envolveu com outros movimentos mais tardes, não vou fazer juízo de valor, não vou usar nenhuma palavra. Era uma forma de negação, uma forma de, pessoalmente, cultivar outros valores, valores esses que muitos de nós viemos a cultivar depois... Deixa eu concluir: nós fizemos então, entramos no auge indo para a organização partidária, para o movimento popular, movimento sindical, culminando com a Comissão Pró-DCE, que se reúne pela primeira vez em outubro de 1978, em frente ao Pronto-socorro do Centro Biomédico, naquelas mangueiras ali. É o último evento do movimento estudantil em que eu participo como estudante. Foi em outubro, eu me formo em janeiro, me caso e vou para São Paulo, onde fico um ano e meio.

Do ponto de vista pessoal, o partido teve alguma influência?

LC- Ele só nos desviou um pouco de alguns caminhos. Ele nos colocou em outras opções. Na realidade, foram nossos sintomas que nos colocaram nele, mas alguns de nós não aprofundamos a formação universitária, isso foi um prejuízo. Daquele grupo, o Lauro fez uma formação conclusa, o Fernando fez uma formação tardia, mas concluiu, tipo mestrado. Ele se tornou cientista na área da farmacologia; aí vem a segunda geração, o Paraíba, o Colnago, Anselmo Tose, Ernesto Negris e Pignaton, já eram círculos nossos. Nós tínhamos uma organização, éramos assim... O Partidão tinha o Comitê Estadual e nós assistíamos as bases através de uma figura chamada assistente de base.

Isso eram os círculos?

LC- Não. Círculos eram aqueles que faziam a nossa política, mas não eram vinculados a nós. Às vezes até davam dinheiro, como o pai do Paulo, que sempre foi um contribuinte do Partidão sem ser filiado. Uma espécie de simpatizante da causa. O dono da Âncora, o sr. Nestor era um contribuinte nosso.

Vocês estudavam teoria marxista?

LC- Sim. Eu li quatro dos seis volumes de "O Capital". Não por apologia, por alternativa. O grupo tinha o hábito de estudar texto. Tinha a iniciação da Marta Harnecker, aos nossos olhos da época, era nosso primeiro estágio. Depois que a gente passou deles, era o último estágio da turma da esquerda. A Libelu (Liberdade e Luta) e a turma não conseguia ultrapassar deles. A gente tinha esse corte teórico também. Os clássicos do Lênin eu também li todos. A gente lia também por disciplina. "Dois passos atrás e um adiante", do Lênin, o período do Kerenski, todo aquele período que tratava de 1888 a 1912/17, nós líamos, com resistência à literatura trotskista. Já por orientação partidária nacional, a idéia de que a esquerda, o trotskismo era algo que negava o marxismo.

As ações políticas que vocês faziam no movimento estudantil, como eram organizadas?

LC- Elas eram discutidas nos chamados núcleos partidários, nós tirávamos as diretrizes e íamos para lá. Se era para levantar dinheiro, era para levantar dinheiro, era pra fazer debate cultural, debate político pegando as principais bandeiras do movimento, que eram redemocratização, anistia e a luta específica, que era o RU, o currículo, as condições de ensino, e as lutas gerais eram as bandeiras da redemocratização, todas segmentadas ali.

Dentre essas lutas, quais as que você pode citar com as principais?

LC- No movimento estudantil nós tínhamos uma vinculação importante com a luta do RU, porque o volume de usuários do RU era importante, o custo do RU, e a questão do currículo e uma certa discussão de currículo voltado para os interesses da sociedade, com uma linguagem difusa. No fundo, nós estávamos envolvidos com a discussão de sociedade, o movimento estudantil não estava. Eles queriam aprender e ter um diploma, tanto que a formação, especialização precoce de muitos, já no terceiro ano se dava. Essas eram duas lutas importantes. As outras eram condições de ensino mesmo. A gente também usava bandeiras específicas como forma de propagar as bandeiras gerais, que era uma forma de trazer para dentro da Universidade a preocupação com a dimensão da sociedade, que nós entendíamos que estava na redemocratização. Então, nós fomos nos envolvendo também com os movimentos sociais. Aí eu saio, o Paulo se torna, em 1979, o primeiro diretor do DCE, e nesse momento a esquerda da gente começa a formular os debates dos CAs. Aí eu já não estou na Universidade, quem pode falar bem disso é o Ernesto, o Pignaton, o Paraíba, o Stan, que foi o pós-Paulo. Aí entra o conceito do que é atrelado ou que não é atrelado, que se verbaliza com o tempo nos movimentos sociais, conselhos com independência ou não; construtivo ou deliberativo. Isso é um debate que vem lá de trás em relação a quais são os vínculos que se deve ter com instituição formal e um conselho que represente a sociedade. São as formas de concepção da democracia representativa via conselhais, via movimentação, mas lá nos movimentos dos CAs versus DAs, expressaram isso. O que é independente, o que é atrelado. Nós tínhamos uma vinculação importante com a reitoria comunitária, que era um parceiro importante, então nós éramos um grupo dentro daqueles conceitos clássicos de pelego... O nosso grupo, dentro da Universidade, comparado com os outros, Libelu, era considerado de direita. Tanto que a política dos Centros

Acadêmicos não vem pela nossa mão. Elas vêm pela mão da esquerda trotskista, que entende do conceito CA e CA livre, versus os Diretórios Acadêmicos. Tem algum momento em que todos nós nos envolvemos com o tema e isso vira uma política de todos, mas ela é introduzida no contraditório à nossa posição. Nós éramos os reformistas. Até porque a cultura do Partidão, e hoje eu tenho um outro conceito sobre outras coisas, hoje eu penso em alguns comportamentos como o da mariposa que vai em direção à luz. O seu sintoma é que te leva a algum lugar, não é isso? Nós tínhamos comportamentos e concepções comuns, e a política do Partidão expressava para nós uma forma de organizar aquela concepção. Era a idéia de que a luta institucional valia a pena. Valia a pena ir para o Colégio Eleitoral, e não negar o poder eleitoral como o PT fez. O PT votou contra a eleição indireta pelo colégio eleitoral, foi uma opção. Essa concepção do perfil democracia, democracia representativa, de conselhos, como ela se expressava, era democracia direta versus representativa. Como a população se expressa? Você monta um conselho? Como você valora ele? Como você dá qualidade a ele para que ele expresse alguma coisa de baixo, mesmo sem conceito nenhum? É aí que o PT se engancha na sua história, nas vastas horas de energia gasta para não fazer nada. Mas o fato é que quando nós começamos o movimento nós éramos os subversivos, queríamos restaurar a ordem que os militares tinham instaurado, reverter uma ordem que os militares tinham instaurado. Com esses movimentos, surgem outros, e nós somos aqueles que caminhávamos pela convivência com o poder para modificá-lo por dentro, usando forças externas, mas também modificando-o por dentro. Isso recebeu uma discussão posteriormente, para chegar à teoria dessa discussão que se tornou o debate da guerra de movimentos, guerra de posição. Aí vieram elementos do conceito do conceito de Gramsci, conceitos da guerra do papel da cultura, uma série de coisas que para nós foi importante. A gente entra na leitura de Gramsci, na nossa revolução a gente começa com a leitura de Marta Harnecker, vai por Lênin, Marx, até entrar no debate do Gramsci, quando nós nos envolvemos com temas já profissionais, do Partidão, com o tema do eurocomunismo, mas aí já é um corte no Partidão. Eu vou para o mundo da formação, eu saio em janeiro. A política continua aqui, o DCE, a história própria e o movimento muito grande de articulação com a Igreja e com a Construção Civil. A primeira greve da Construção Civil tem eles e nós. Nós vamos para a rua com eles. É um movimento de solidariedade que envolve a Igreja, naquele movimento da enchente, a "denúncia do salaminho". O salaminho é o

nome de um local (próximo à Rodoviária), foi um escândalo da época do Elcio Álvares que nós denunciámos. Aí se dá a entrada nos movimentos de bases, na discussão dos movimentos populares, das associações de moradores.

Existia alguma hierarquia no grupo de vocês?

LC- Existia. No primeiro momento, existia hierarquia a partir da legitimação que cada um fazia do seu movimento. A gente se reconhecia. O Paulo sempre foi um homem de massa. O Stan em certo momento também era um homem de massa, mas o Paulo Hartung sempre conservou essa característica. Nós fazíamos muitas atividades correlatas. Eu sempre fui muito de articulação. Assistência de base, articulação sindical, articulação popular. Eu sempre fui um homem de bastidores, por isso eu fui disputar uma eleição tardiamente, porque eu não me preparei para essa eleição. Se eu te contar como eu me tornei candidato... Eu me preparei para ser um profissional da saúde pública. Eu vim de São Paulo, fui para a Secretaria de Saúde, como sanitaria, em 83, quando o PMDB ganhou a eleição. Douglas Puppim era o secretário. Depois eu passei no concurso da DRT, me tornei agente fiscal da DRT, mas já envolvido com o tema saúde e trabalho. Lá em São Paulo eu já me envolvia com esse tema, porque eu participava da Semana de Saúde do Trabalhador, que era uma atividade puxada pelo Partidão. Cebes, Centro Brasileiro de Estudos e Saúde, nós já tínhamos ele também se organizando aqui no Espírito Santo. Nós tínhamos hierarquia por legitimação e posturas no movimento, por tempo de casa, que isso sempre conta, e por liderança investida. A partir do momento que a gente se organizou como Partidão, passamos a ter uma hierarquia de partido mesmo, com Comitê Central, com bases e vínculos entre o Comitê Central e as bases, através de um mecanismo chamado assistência de base. Um de nós era responsável por dar esse suporte teórico e de mando. Hora teórico, hora de mando.

Essas decisões, quando elas iam ser chamadas juntas em Assembléia, eram realmente decisões tomadas lá ou já vinham discutidas e tomadas de antes, buscando somente a legitimação?

LC- Essas coisas não são a rigor. Esse corte não é um corte claro nos grupos. Ulisses Guimarães dizia que reuniões só devem ser feitas quando as coisas já estão

decididas, se não você vai ficar enchendo o saco numa reunião e não vai dizer nada. É lógico que uma liderança principal formula, e ela é reconhecida e acatada. Havia um grupo de lideranças. Do ponto de vista teórico, o Isildo e o Júlio eram bons formuladores. Do grupo de liderança de rua e de percepção, Paulo era um cara bom, um cara importante. De acordo com o perfil, de acordo com que a gente foi se organizando isso acontecia. É claro que Paulo e Lauro tinham muita afinidade, sempre conversavam muito, então eles sempre vinham amarrados numa posição comum. No geral, nosso método era botar em discussão. Pelo debate, a gente fazia a prevalência de uma posição, mas em geral a gente sempre convergia. Nós éramos um grupo muito convergente. O que muda o perfil dessa convergência em algum momento é o embate entre recuperar para dentro do Partidão os velhos militantes, como Jairo Régis, Renato Soares, aí nós passamos a ser menos convergentes lá dentro, porque essas pessoas vinham de outros cantos. Tinha também outras pessoas que compunham a ala dos comunistas históricos. Nós também evoluímos para uma concepção de que o passo do PCB era insuficiente, e foram inseridas algumas questões que nos desencantaram. A ruptura tem dois níveis: de postura e conceitual. Acho que a de postura predominou, porque foi quando a turma veio do exílio. Vieram como os donos da verdade e com condutas que nós achávamos que não tinha a ver com aquilo que a gente trabalhava. Teve o envolvimento de um dos membros do Comitê Central com drogas, com a Anita Prestes, teve uma fofoca dessas na época, já eram divergências que eles vinham trazendo de lá e depois tomou forma conceitual, foi a experiência do comunismo na Europa versus o comunismo soviético, que também já entrava em exaustão. Eles já vieram da Europa com o debate do eurocomunismo, com os problemas da Polônia e da União Soviética. Eles chegaram aqui em 1979. Eu fui receber Gregório Bezerra lá no Sindicato do ABC. Um exemplo maravilhoso da história que eu vivenciei. Eu recebi Brizola, eu recebi Miguel Arraes, até me arrepio lembrando.

Era difícil, na época do movimento estudantil, entrar no grupo?

LC- Nós éramos muito homogêneos. Nós não tínhamos heterogeneidade que nos colocasse à prova. Quando o movimento, essa heterogeneidade se manifesta, ela se manifesta da forma de outro pensamento político, oriundo de outra característica ou de uma outra natureza com a formação original, que foram os movimentos que

formaram o PT depois. Eram concepções de democracia, de conceitos que perduram até hoje na sociedade, tipo socialismo... Essas forças já vinham com uma crítica mais acabada ao socialismo real e nós éramos ilusórios em relação a esse tema; depois eles ficaram ilusórios e nós caímos na real, nós trocamos de posição. Mas quando essa heterogeneidade se manifesta, ela se manifesta de maneira antagônica, que competia. Depois ela se estabelece e se tem uma hierarquia natural.

Dentro ainda do movimento estudantil, naquela época de 76 a 81, você avalia que as movimentações políticas de vocês contribuíram para influenciar os rumos da política naquela época?

LC- Com certeza. Se nós fizemos parte da crise de marcos que foi cortando e se apropriando daquele momento em que se abriram as comportas da democracia. Nós fomos referência de Sesac. Nós criamos alguns movimentos que foram legais, que foram referenciados nacionalmente, o trabalho do Segles, o Espírito Santo foi referenciado de maneira positiva, nós fomos para a Organização do Sindicato dos Médicos, nós entramos em todos os movimentos que tinham para organização de sociedade. Nós operamos e influenciamos. Nós disputamos esse espaço. Os outros grupos também fizeram serviços de sociedade, mas nós já viemos com conceitos de sociedade mais aprimorados, mais modernos e fomos nos adaptando a isso. Se o movimento estudantil permitia um certo maniqueísmo, a relação com sociedade não. Essa compreensão é que se torna o sucesso na saída. Todos saíram, mas nem todos foram bem-sucedidos. O Perly Cypriano fez uma campanha em 1980 como ex-presos políticos e ninguém queria votar em quem foi preso. "Eu vou votar em quem foi preso? O cara deve ter feito muita sacanagem!"... Mas cumpriu o papel dele naquela época.

APÊNDICE D

Entrevista com Fernando Pignaton

Como e quando começaram as articulações para a retomada do DCE e dos DAs lá dentro da Ufes?

FP- Quando eu entrei na Universidade, em janeiro de 1977, já havia uma articulação do Partidão, de pessoas ligadas ao Partidão, Geraldo Corrêa, Lauro Ferreira Pinto, Marli, Merli, com o Perdigão, o Haroldo, aquela turma toda lá. No ano anterior eles já tinham retomado o DA do Centro Biomédico e a gente começou a fazer a primeira eleição realmente participativa do Centro Biomédico. O nosso primeiro candidato foi o Paraíba, o Idelberto Muniz, e toda a montagem desse diretório do Centro Biomédico estava no contexto da redemocratização. Eu já vim para a Universidade tendo sofrido um recrutamento, um circulismo, era como a gente chamava, do Partido Comunista, através do meu irmão, Geraldo Pignaton, que era o vice-presidente do DCE quando ele foi fechado, em 1970. Então quando eu entrei lá no Centro Biomédico as pessoas já me recebiam como se eu fosse retomar o que tinha parado. Falavam que o Centro Biomédico era a central grevista, porque tinha tido muito movimento antes de fechar o DCE, lá em 70. Era como se eu tivesse que ocupar uma cadeira que meu irmão ocupava 10, 11 anos atrás. Os funcionários que já tinham uma tendência de esquerda, os professores, já me recebiam assim, entendeu? E eu tinha passado no vestibular de Medicina muito bem colocado, então estava tendo um movimento pela reabertura da UNE, pela redemocratização, pela anistia, pela constituinte, pela derrubada do regime. Ou a derrubada insurrecional, que é a base da ditadura, ou pelo movimento do Partidão que era pelas liberdades democráticas, pelo fim do Estado de direito, pela anistia, pela constituinte. Então eu já entrei ali encomendado, recrutado de antes. Não recrutado formalmente, mas, como a gente chamava no Partidão, feito o circulismo, que é fazer o cara ler o material do partido, é você circulando documentos. Você é um simpatizante. Mas como não tinha aqui o Partido Comunista organizado, ele estava desorganizado, ficou aquele negócio; tinha um monte de comunistas querendo ser do Partidão, por causa de família, do mesmo jeito foi o seu Paulo Pereira, que fez a cabeça do nosso sistema aqui, digamos, caricatural, a formação política do Paulo (Hartung). Então

nós chegamos ao Centro Biomético para ativar o Diretório, ele foi ativado mesmo, tinha o Aloísio, que era o presidente, lá de Venda Nova. Mas era uma composição, um diretório que não tinha tanto o movimento estudantil. Era muita repressão. Em 77 era o Geisel. Em 76 era muito pior. A cada ano que passava, o ano anterior era pior. Assim que o movimento começou, a partir de 77, teve a eleição da Chapa "Questão de Ordem", a disputa do diretório, entrou a chapa "Argumento" que era composta pela Elisa Lucinda, o Careca – que é o Hediron, homeopata famoso hoje em dia – e alguns outros membros, mas era uma chapa precursora daquele movimento do ócio, daquele movimento do Balão Mágico, de questionamento inclusive da forma de atuação da esquerda. Eu me lembro que Elisa saiu com um vestido todo de renda em cima de uma bicicleta, um guarda-chuva, vários professores não deixaram ela entrar em sala de aula, junto com o Magno Godoy, que era estudante de odontologia, hoje é bailarino. Essas duas chapas fizeram um grande movimento lá, "incendiaram" o Centro Biomédico. Logo na chegada, o Paraíba, Idelberto, era da chapa e começou as articulações para fazer o DCE. A gente já sabia, nos reuníamos todos, sentava também a turma do CCJE também ligada ao Partidão, Paulo Hartung. Tinha outros lá que tinham ligações com outros grupos armados, que fizeram a resistência armada à ditadura, o Perdigão. Esses caras vinham de contatos com grupos que fizeram a guerrilha, era um monte de siglas... PC do B tinha alguns. Depois que o Iran (Caetano) voltou, vários anos depois, ele retomou o PC do B. O PC do B não tinha muita presença não. O representante que falava que era do PC do B era o Vitor Buaiz, que era professor. Nessa época o movimento estudantil ajudou a organizar o Sindicato dos Médicos. Eram todos movimentos de democracia. O movimento estudantil botou a cabeça pra fora. O MDB era muito falado, a Igreja resistia. Então começou a ser criado, quando o DA do Centro Biomédico foi reativado e o DA do CCJE, porque era tudo junto, depois queria dividir, entre o Centro de Administração, foi o primeiro a ficar fora do diretório do CCJE. Os diretórios já estão no centro. Depois alguns centros se organizaram como CA livres. As articulações do DCE começaram aí. Tinha um braço mais forte no Centro Biomédico, porque tinha um diretório forte, e tinha outro braço forte no CCJE, que tinha o diretório do CCJE. Paulo Hartung não era presidente, mas era da diretoria, tinha uma participação enorme. Aí, logo no início, dividiu e formou o CCJE. Lá no CEG tinha o Adilson Vilaça, lá no CT tinha o Brozeguini, que depois ia falecer; tinha também o Reinaldinho, remanescente de guerrilha armada. O CT tinha uma tradição

de atlética. A atlética era aparelhada pela direita, e muita gente também não era direita, mas o movimento estudantil era tão politizado, tanto a questão da esquerda, da reorganização da esquerda, reorganização da UNE, do Partidão, do PC do B, o surgimento do PT, que eram outras tendências da esquerda.

E todos esses líderes aí foram do PCB?

FP- Não. Todos esses aí iam ser do PT, menos Três Fazendas. Depois que a gente foi ao Congresso da UNE, em 79, até lá a hegemonia do movimento estudantil foi do Partidão. As outras tendências tinham pessoas isoladas, que falavam que o Partidão era muito moderado, não queria fazer a revolução, era reformista. Naquela época, se falasse em fazer reforma para dar mais qualidade de vida à maioria população, você era considerado um traidor. Era uma linha muito moderada, tinha muito charme ser de esquerda mais radical. O PT estava surgindo com toda força. Então quando nós fomos ao Congresso da UNE e voltamos (em 79, mais ou menos), organizaram as tendências, nós já voltamos com a convergência socialista organizada. Lá no Centro de Estudos Gerais, além do Paulo Vinhas, que era da Biologia, tinha o Fred, que era da Liberdade e Luta. Aí nós fizemos uma comissão do DCE que era baseada nos diretórios, principalmente no diretório do Centro Biomédico e nos diretórios do CCJE. Em 78 aconteceu a primeira greve da Ufes, após 10 anos sem greve no Estado. Foi no Centro Biomédico. Uma greve geral do Centro Biomédico, ameaça de invasão. Pra você ter uma idéia, nessa Assembléia todas as lideranças defenderam que não deveria ter a greve: Marli, Fernando Herkenhoff, Laurinho, Paulo Hartung, Haroldo, todo mundo. A partir de 77, no movimento estudantil do Centro Biomédico, começou a se organizar os representantes de turma. A maior liderança nesse processo de organizar uma turma por representante foi o Anselmo Tose. Por isso ele ia ser presidente do DA do Centro Biomédico, depois o Paraíba, na gestão que começou (acho) que em 78 ainda. O Anselmo foi eleito um pouquinho antes (do Paraíba). Não me lembro se a chapa Argumento já era em 78, mas acho que era 77. A chapa "Argumento" contra a "Questão de Ordem", que era o Paraíba, o Anselmo... o Partidão! Aí foram escolher as lideranças. Ficou assim: o Centro Biomédico e o CCJE vão dar a cabeça do processo. Como o CCJE tinha mais gente lá dentro do campus, ficou decidido que indicaria a presidência e o Centro Biomédico indicaria a vice. O CEG indicaria um membro da Secretaria, o CT outro membro e o Centro de

Artes outro membro. Então do CT foi Evandro Broseguini. Do Centro de Artes foi Chailhub, e do CEG foi Adilson Villaça. Paulo Hartung presidente e eu vice-presidente. Logo na seqüência, foi feita uma comissão. Depois, essa comissão fez uma chapa que teve uma votação estrondosa. 76%, algo assim. Teve uma chapa da direita, do DEE, que não teve nada de votos. A gente foi para o Congresso da UNE e voltou com as tendências organizadas. Aí o movimento foi se dividindo. Surgiu a tendência Convergência Socialista, tinha a Liberdade de Luta, a Caminhando, que era o PC do B, e tinha a Correnteza, que era AAP. Eu acho que o Shaolin, que depois ganhou a eleição, do CT, organizou a chapa Alternativa, feita por todo mundo que era contra a Unidade (do Partidão), e o Paulo Hartung perdeu a reeleição (eu que fui o candidato a presidente, nessa eleição). Essa derrota começou lá no Congresso da UNE. Porque lá a intenção era organizar um movimento estudantil com todo o Brasil, o Partidão era minoria. Aqui ele tinha 90% dos quadros, o Partidão tinha uma organização grande no Espírito Santo. Eu acho que ficou muito pouca gente do PC do B. O Partidão aqui era muito maior que o PC do B, teve mais da metade dos votos da constituinte em Vitória, tinha influência no Espírito Santo. Aí essas pessoas influenciaram os familiares, organizou o movimento estudantil. Aí nós passamos a apoiar e participar do PMDB. Naquela eleição de 78 nós apoiamos Max Mauro para deputado federal; Berredo para senador e para deputado estadual vários candidatos da esquerda. Heráclito Aquino lançou um folheto "Esse País Está Com Fome", em vermelho, de chamada.

Você ainda tem algum material dessa época?

FP- Talvez possa ter lá em casa. Meu irmão Dunga deve ter. Ele fez a Renograf junto com Paulo Hartung e Bragatto. Nós todos participávamos, mas eles é que eram os donos mesmo. Aquilo foi a base da eleição do Hartung em 1982, foi fundamental. Para fazer o Partidão, para rodar os jornais, para soltar os panfletos do MDB. Aí nós entramos no MDB, porque o pessoal queria formar o PT. Acho que em 82 o Golbery proibiu que o Partidão fosse legalizado, então o PT disputou as eleições de 1982, depois 84, 86, e só depois o Partidão foi legalizado. Eles disputaram três eleições com a sigla do PT. E a turma da Unidade aqui foi para o MDB, como no Brasil inteiro.

Hoje você está filiado a algum partido?

Eu acho que ainda sou filiado ao PPS. Eu já não tenho ficha partidária, mas me considero de esquerda. Todo mundo que é de centro-esquerda eu colaboro, tem minha formulação política em torno de orçamento participativo, é uma luta acadêmica, foi um ideal democrático.

Você falou que nem todos eram do PCB. Mas qual foi a influência do PCB na vida pessoal de vocês?

FP- Muito grande. Naquela época nós tínhamos um compromisso com o social maior que o compromisso com a gente. A gente dedicava à vida, aquilo era 24 horas por dia. Nós fazíamos reuniões secretas, tinha que pegar pessoas de kombi, de carro, botar a venda nos olhos e levar para os lugares. As convenções estaduais do Partidão eram num sítio do meu pai, em Domingos Martins. Todo mundo saía vendado, o carro rodava, rodava, era tudo clandestino. Acho que foi em 1978. Essa reunião lá em Domingos Martins mesmo, que foi um Congresso Estadual do PCB, foi feita dessa maneira. Eu lembro que o Prestes voltou da anistia em 79 e a gente saiu daqui numa kombi, fez uma festa no Saldanha para disfarçar, pegou a kombi do meu pai, que é um cara integralista, de direita, e a gente usava a kombi do meu pai para fazer movimento de esquerda. Saímos por estradas sem sinais, estradas de chão, até chegar ao aeroporto do Rio de Janeiro.

E o vocês estudavam o socialismo, o Comunismo?

Eu acho que o Partidão, no Espírito Santo, tinha uma prática chamada Grupo de Estudo. Era o Grupo de Estudo que fazia o circulismo. Tinha mais de 200 pessoas que participavam do Grupo de Estudo, mas não eram do Partidão. Eu acho que uma das marcas do Partidão era que ele queria renovar o ensino, lutava pela reforma universitária, pela reforma na Constituição, pela anistia, pela luta dentro dos partidos legais, enquanto o pessoal lutava pela ruptura. Eles falavam que uma política de reforma do MEC, uma política reformista era aliada à burguesia, que isso iria ser varrido pela insurreição popular, pela rebelião operária. Eu acho que esses quadros de esquerda não davam a ênfase que a gente dava na formação técnica da pessoa,

tanto no conhecimento do marxismo, Marta Harnecker, tinha aqueles textos muito esquemáticos, os manuais, mas todo mundo estudava... "Os dez dias que abalaram o mundo", aí saía um texto novo, e todo Grupo de Estudo tinha. Esse Grupo de Estudo, no caso do CBM, era o que me salvava. Às vezes a gente passava dois, três meses para conseguir o PCB, andando Paraíba, Rio Grande do Norte, Manaus, aí a gente chegava, ia para a casa do prefeito de João Neiva, Peruchi, para a casa do Carlinhos Rio, que é dono do *spa* que tem dentro do Vitória Apart Hospital, e mais alguns, e eles me faziam a aplicação da teoria, de ginecologia, e eu sempre estava acima de oito. Nós, médicos, sempre tínhamos uma preocupação muito grande de melhorar a saúde pública, queríamos melhorar a saúde da população, era muito politizado. Aí, retomando, houve uma influência muito grande nas nossas vidas. O estilo de vida era de dedicação à causa, à revolução, mas a revolução democrática. Os caras lá que achavam que a revolução era a guerrilha, uma insurreição popular, se dedicavam a isso a vida inteira, o dia inteiro, estudavam o que dava! Eu acho que a trupe do Partidão desenvolveu, na militância política, uma atividade intelectual de estudos de textos e debates que também era usada na área acadêmica que, sinceramente, nos colocou entre os melhores alunos das escolas. Além de aumentar a capacidade de intervenção política, era útil, achavam que nós íamos mudar as coisas aos poucos e tinha uma influência do partido comunista italiano enorme aqui. Foi nessa época que entrou no Partidão o Luiz Paulo. Todo mundo entrou nessa época, mas o Luiz Paulo estava no Rio e ele ganhou um dos dois DCEs que tinha na mão do PC no Brasil inteiro. Tinha uns 15, 18 do PC do B. Nós tínhamos dois: o da PUC do Rio, onde foram as maiores manifestações pela anistia. Então eu acho que quem queria mudar para ir reformando tinha uma visão gramsciana, eurocomunista, de você ocupar posições na sociedade e fazer um movimento de opinião que vai demorar anos a fio para causar a revolução democrática. O cara tinha uma visão de que ele precisaria ser um bom profissional, estudar, embora essa atividade intensiva atrapalhava os quadros mais dedicados, isso atrapalhava um pouco, mas no CBM eu não ficava reprovado porque eu tinha o meu Grupo de Estudo, que quase todo ele eu fazia circulismo do PC. A casa era a mesma, mas só um ou dois não eram comunistas no meu grupo. Meu pai era integralista, eu cresci vendo meu pai brigando com meu irmão, queimando documentos.

Essa pergunta eu ia te fazer depois, mas já que você se adiantou, como é que, se você não tinha ninguém dentro de casa que tivesse te iniciado nesse caminho da política .

FP- O meu irmão mais velho, que era estudante de Medicina e vice-presidente do DCE quando o Diretório fechou. Então isso foi um pouco histórico familiar. Ele fechou o DCE, eu reabri.

Sim, mas dentro de casa vocês não tinham essa orientação política. Como é que vocês foram parar (na política, na militância)?

FP- Dentro de casa eu tinha o meu irmão. O meu irmão já foi formado de antes. O PC era muito influenciante (sic). Antes da ditadura destruir, o Partido Comunista era influenciante (sic). Meu irmão era seminarista. Mas depois ele saiu da Igreja Católica e foi para a Medicina, porque tinha aquele negócio de virar viado, aí todo mundo saiu do cristianismo lá em casa. Naquela época, a formação machista era muito anticristã. O Leônidas da Silva, do Botafogo, que é comunista, tinha muito prestígio. Comunista e católico, ele fazia questão de falar, ele não tinha prestígio. Era um negócio bem materialista, entendeu? Hoje em dia essa coisa materialista invadiu todo mundo. Você quer coisa mais materialista que o neoliberalismo? Não se tem nem alma mais. Nessa época, os comunistas eram muito estigmatizados pela ditadura como anticristãos, comedores de criancinhas, e a Igreja estava se transformando por dentro. Aqui no Espírito Santo havia a ala esquerdista, da teologia da libertação, mas no resto do Brasil e no senso comum havia uma posição dos cristãos muito contra os comunistas. Os que eram envolvidos na ala esquerdista aceitaram um diálogo com todo mundo que era marxista-leninista, do MEC, da AP, mas não era PC soviético, porque eles sim eram anticristãos. O PC sempre teve uma aliança com a cúpula aqui, isso é uma marca histórica do Partidão. E as principais mobilizações enquanto a gente estava no DCE eram com o D. João. Aquele "Só o povo salva o povo", com as enchentes de 78. Nós substituímos o Estado aqui. O Estado se omitiu às duas forças da sociedade, que eram a Igreja, que nunca deixou de funcionar, e o movimento estudantil, o Partidão. Foi um trabalho que deu reconhecimento social, e essa aliança se reproduziu em 1982, na eleição do Vasquinho. Ficaram os comunistas do Partidão com a Igreja. Todo mundo

da Igreja de Vila Velha entrou no MDB. Só um ou dois ficaram no PT. Através do Vasco Alves uma hegemonia dentro da Igreja fez aliança com o Partidão e já em 82 ganhou a eleição de Vila Velha. Enfrentamos Américo Bernardo, que tinha uma aliança com Max Mauro.

Nesse período, de 1976 a 1981, na sua opinião, quais foram as principais ações do grupo e como elas eram organizadas?

FP- A organização do grupo era o seguinte: primeiro, a organização dos diretórios. Aí ressaltou o movimento para a greve de 78, a primeira greve após dez anos; o ressurgimento do DCE; manifestações pela anistia, em 78; participação na eleição de Max Mauro; aí houve uma passeata do movimento estudantil pela anistia, contra a ditadura, que foi reprimida ali no Centro de Vitória. Ela começou a ser reprimida ali na Jerônimo Monteiro, nós subimos pelo Palácio (Anchieta), saímos na (rua) Gama Rosa, os homens (policiais) chegaram lá por trás e arregaçaram! Foi muita cacetada! Eu lembro que Tadeu Marino foi entrar por uma janela, ficou agarrado, tomou umas cacetadas e a partir dali entrou para a esquerda de vez.

E como eram organizadas essas ações?

FP- Foi assim até as eleições de 82, quando perdemos as eleições para a chapa do Shaolin e nos dedicamos a organizar o Partido Comunista e agir dentro dos diretórios e Paulo Hartung e Fernando Herkenhoff passaram a ter uma atuação muito maior dentro dos diretórios do PMDB. Fernando entrou, acho que o Paulo Hartung também entrou no diretório. Aí, houve a atuação na eleição de 78, com os candidatos mais da esquerda, Max, Berredo. Aí veio a eleição de 80, ganhamos de novo com o Stan. Stan fez sucesso, foi candidato em Vitória, e quando nós perdemos na Ufes, no DCE, nós passamos ao PMDB e pensamos "vamos fazer o Núcleo do Movimento Popular". Eu escrevo sobre esse Núcleo do Movimento Popular no meu livro. Aí o Hermógenes participava dessa reunião do Diretório Estadual. A essa altura, o Diretório Estadual já tinha feito contato com o Diretório Nacional e eles botaram os velhos e os jovens no Diretório Regional. Eu era do Diretório Estadual, o Paulo Hartung, Lauro, Paraíba, Geraldo Corrêa, Clementino, Hermógenes... esse era o Comitê Estadual, na clandestinidade. Com esse negócio

de organizar as bases do PC, começamos a participar do MDB, continuamos a campanha da constituinte. Os outros grupos começaram a se organizar como tendência na Ufes, mas muito pouco, porque a gestão da chapa Alternativa foi desastrosa. Tinha muitas assembleias... Greves na Ufes, greves nacionais para fundar a UNE, e todos esses movimentos, quem dirigia as assembleias éramos eu, Paulo Hartung. Eles não conseguiam dirigir a assembleia. Nós, como éramos muito a favor do Estado de Direito, não destuímos o Shaolin, porque ele tinha se eleito, mas não conseguia dirigir o movimento. Nas eleições seguintes foi uma lavada! Stan falava muito nas assembleias. Paulo Hartung dominava as assembleias por causa da capacidade de liderar. Mas o Stan falava muito, eu, Robinho falava em algumas assembleias. E também o pessoal do grupo deles, o Carlos Lobo, que era um dos que mais intervia da esquerda. Shaolin não sabia falar. Teve muita mobilização nacional. Greves da UNE, passeatas, era uma agitação direto!

No movimento estudantil tinha alguma hierarquia?

FP- No início, o partido tinha uma linha de que as entidades que ele entrava não deviam ser aparelhadas, mas que correspondia muito à nossa teoria geral de que um diretório não é para ser uma organização revolucionária, como o resto da esquerda pensava, mas que era para ser uma organização de defesa dos estudantes, porque se a gente organizar os estudantes e o sindicato, nós vamos ter um partido ao lado, e ele tem que ter todo mundo lá dentro, tem que ser forte para exercer a pressão que vai fazer a sociedade mudar, entendeu? Nós achávamos que as entidades tinham que ter gente de todas as tendências, defender que se a chapa tivesse 70% dos votos, colocava 7 integrantes, se tivesse 30% botava 3. Então, nós não podíamos criar uma hierarquia partidária dentro dos diretórios, mas tinha a hierarquia do DCE. Tinha a diretoria, que enquanto o Shaolin era o presidente, ela perdeu poder, mas era como a rainha da Inglaterra. A gente não queria destituir ele de lá, era contra os nossos princípios da defesa do Estado de Direito, a defesa da regra do jogo. Tinha aquela discussão do Lênin, com as Teses de Abril, que eles perderam na eleição da constituinte, a insurreição cresceu e ao invés de eles respeitarem o aberto do parlamento e eles destuíram o parlamento. Então, a gente lutava para que a diretoria do DCE e a segunda instância, que era Conselho de Entidades e a Assembleia Geral da Ufes funcionassem. A gente convocou muitas

assembléias gerais, porque lá dentro era soberano e a diretoria só dirige a palavra, mas a decisão é de todo mundo. Nós também convocamos muitos Conselhos de Entidades de Base, que também é soberano, é acima da diretoria.

O que são esses Conselhos?

FP- O Conselho de Identidade é a reunião de todos os diretórios de centros acadêmicos. Nós defendíamos uma hierarquia institucional, democrática. Antes das reuniões desses conselhos o Partidão se reunia, ele tinha uma comissão, que era ele que organizava o que ia defender, quem ia falar qual coisa. As coisas já vinham pré-discutidas. Quando tinha posições do Conselho Estadual, votava a quantidade de diretórios com a gente, com eles, e uns ficavam no meio, de um lado ou de outro.

No movimento estudantil, como era a questão da entrada de novas pessoas?

FP- Era difícil, mas não era difícil como discriminação. Havia uma hegemonia no seguinte: as pessoas tinham medo de política naquela época. O grupo era clandestino. Para você entrar no Partido Comunista, você tinha que começar a ler o material teórico, em um grupo desses de estudo, chamado circulismo, depois que você conhecesse a política do Partidão, vinha a política nacional que era diferente dos outros grupos por causa da questão da constituinte, do Estado de Direito. Uma visão gramsciana, na verdade. Aí quando você começava a entender isso, você ia para o movimento. Fazia parte do quadro do movimento estudantil, participava dos diretórios, ia para um dos grupos, tomava formação no Partidão e depois ia ser recrutado, fazer parte oficialmente daquela base do PC. Não era fechado porque as pessoas discriminavam, era fechado porque da pessoa comum decidir se dedicar à política era difícil; dela decidir se dedicar ao PC era difícilíssimo. Não conheço ninguém que quisesse participar do Partido Comunista e não tivesse conseguido. Se você não tivesse dedicação, ninguém ia te recrutar, era o dia inteiro, sábado, domingo. A Ufes foi invadida várias vezes pela Polícia Federal. Em 1979, aconteceu a prisão dos estudantes que foram para a Sesac. Foi a Sesac que criou o SUS. Era uma área que nós dominávamos no Brasil inteiro, era a Medicina. Foi a única área do movimento que apresentou uma proposta fechada de reforma para o Brasil, que era o SUS. Para eles, o SUS era traição, você vai reformar para a burguesia, e na Medicina era

hegemonia total. Aí quando nós fomos lançar o SUS, fomos presos eu, Kátia Moura e Fernando Machado, diretor da TV Record. Aí acamparam três mil estudantes na frente da reitoria, durante cinco dias. "Enquanto eles não forem soltos, a gente não sai daqui", ficava lotado. Foi o primeiro ônibus, a Polícia Federal pegou. Pararam algumas pessoas que iam comprar passagem usando nome falso, dentre as quais, eu, a Kátia e o Fernando Machado. Alguns conseguiram ir, mas fomos pegos. Fomos tirados de dentro do ônibus. Parou a viatura da Polícia Federal do lado e fomos tirados sem saber se iríamos sobreviver. Eu dei um empurrão em um cara, um cara pegou a Kátia Moura, que era minha esposa, pelo cabelo, a Kátia deu um empurrão nele. Paulo Hartung, eu, fomos várias vezes dar depoimento na Polícia Federal, a gente era fichado. Aí nós descobrimos lá dentro que o Emeri estava preso. Élcio Álvares e Mariazinha negociaram muito com a Polícia Federal e nós fomos soltos em quatro dias. A prisão dos estudantes e o acampamento dos estudantes foi uma coisa heróica.

Na sua opinião, mesmo sendo um acesso mais fechado, você acredita que esses fatos contribuíram para contribuir da política no Espírito Santo?

FP- Sem dúvidas. O desgaste do movimento estudantil saía na televisão. Enquanto a sociedade estava calada, os estudantes estavam protestando nas ruas, tomando cacete, e isso aí foram os elementos principais de desgaste dos governos de direita, de Eurico, de Élcio, depois para se ganhar a eleição com Camata. Quem decidiu a convenção para lançar Gerson Camatta foram os votos do PCB. Então, a influência foi enorme, nós achávamos que o Camata era mais eficiente para derrubar a ditadura, pois ele reunia mais setores, assim a gente conseguiria ganhar.

APÊNDICE E

Entrevista com Estanislau Kostka Stein (Stan Stein)

Como e quando se iniciaram as articulações políticas no movimento estudantil da Ufes que culminaram na reorganização dos DAs na reabertura do DCE?

SS- O meu envolvimento no movimento estudantil começa em 1977. Fiz o vestibular e, no primeiro período de 77 eu estava lá no básico, ainda não tinha nenhuma discussão, que vem a se dar, já com minha participação, no segundo semestre, quando as minhas aulas passaram a ser no CCJE. Aí já tinha um pouco de história acumulada, porque o processo de reabertura das entidades antecede um pouquinho, vem lá de 75, 76, tiveram reuniões em São Paulo, Belo Horizonte. Eu não participei, porque estava fora, estudando na Alemanha. Então em 77, quando eu começo minha vida acadêmica no CCJE, a gente tem os comentários do que havia acontecido nos anos de 76 e 75. Alguns capixabas teriam sido detidos em Belo Horizonte, nesse encontro. Havia vários encontros desses pelo Brasil, por regiões, alguns de caráter nacional, onde se fazia essa discussão visando que rumo dar à atividade estudantil, tanto no seu aspecto acadêmico como em seu aspecto político. A minha participação é de 77 para frente. Em um desses encontros de caráter nacional eu tomei conhecimento da chamada Sesac, que era um encontro que tinha forte poder de mobilização, porque era multidisciplinar. Não era um encontro de estudantes de economia, ou de Medicina, de Engenharia. Sesac era uma Semana de Estudos de Saúde e Atenção Comunitária. Dela participavam estudantes de Medicina, enfermagem, psicologia, Engenharia, economia, porque sob o foco saúde, visava-se ter a participação de todos que, direta ou indiretamente, teriam ligação na questão da saúde. O pessoal da Engenharia participava, e ali nós já ouvíamos dizer que para cada mil dólares investidos em saneamento básico, evitava-se o gasto de cinco mil na Medicina corretiva. O efeito do investimento no saneamento básico tinha um resultado muito maior, no nível da saúde, antes da doença ocorrer. Isso tornaria mais viável para o país, assegurar saúde para todos, não porque teria recursos para atacar as doenças, mas pelo contrário, evitar que elas ocorressem. Era interessantíssimo isso, porque em questão de você ter estudantes das áreas de humanas, tecnológicas, das áreas sociais, de todos esses anos da vida acadêmica

tornava o encontro muito mais atraente porque você recebia visões diferentes. A linguagem, o jargão do núcleo da psicologia, do pessoal da enfermagem, do pessoal da Medicina, da Engenharia. Os palestrantes que eram trazidos para esses eventos tinham autoridade técnico-científica nessas diferentes áreas. Era um show. Encontros da Sesac eram uma sedução geral do ponto de vista de novidade, do comprometimento político-científico com a mudança da sociedade. Em função da Sesac nós fizemos mobilizações para participar com a delegação de estudantes do Espírito Santo. Se não me engano, essa reunião aconteceria em Santo André, São Paulo. A nossa reunião foi abortada pela ação da Polícia Federal que deteve os motoristas e os determinou conduzir os ônibus de volta à garagem. A alternativa para se fazer chegar estudantes lá era trazer de volta as informações que estavam sendo discutidas nesses eventos. Sempre se trazia um conjunto de discussões que tinha um foco acadêmico, de melhoria dos currículos dos diferentes cursos, e o foco político, das análises de conjuntura, de como estava a ditadura, o próprio poder de pressão, de coação ou as brechas que se tinha... tudo isso era produto desses encontros. Tinham os encontros dos estudantes de Economia, tinham os encontros dos estudantes de enfermagem, depois dos estudantes de comunicação, que é mais à frente, no final da década de 70. Enfim, os encontros nacionais de estudantes, os específicos, também eram fóruns importantíssimos de discussão sobre essa perspectiva da política, o estudante vendo a sociedade brasileira e discutindo como ele poderia ampliar a sua participação como um todo além do seu aspecto acadêmico, o *stricto sensu* da política estudantil, da melhoria da qualidade do ensino. Retomando a sua pergunta inicial, isso tudo já em 1977, uma fase em que a fruta estava de vez, já acumulada pela experiência acumulada. Quando eu chego, ela está do de vez para o amadurecer, já com a finalização para, a nível nacional, os estudantes das Universidades federais e onde nas escolas particulares houvesse organizações estudantis fechadas para reabri-las. A primeira meta era assegurar a reabertura dos diretórios centrais dos estudantes, e onde tivesse força política acumulada, representatividade no conjunto da sociedade estudantil, de um Estado reabrir a sua União Estadual de Estudantes. No Espírito Santo nós não acumulamos força por uma representatividade globalizada de uma União Estadual dos Estudantes naquela época. A gente entendeu que passava por assegurar que o maior espaço político, que era a Universidade Federal do Espírito Santo tivesse o seu DCE reaberto e que o DCE pudesse esse aspecto de águia com asas longas

para defender as outras entidades estudantis e assegurar a ampliação do movimento em todas as faculdades isoladas. O campus de Alegre, que era a escola agrônômica, que integrava a Ufes, recebe uma atenção muito forte de nós estudantes, nós fizemos questão de inserir os estudantes de Alegre nesse processo de discussão, o que trouxe um amadurecimento muito grande da discussão da atuação estudantil no sul do Estado. Sobretudo em Cachoeiro do Itapemirim, que era o grande centro de vida acadêmica fora de Vitória. Para se chegar ao DCE, a organização das entidades estudantis de base, na nossa época os chamados de diretórios acadêmicos, porque a gente precisava usar a própria estrutura formal. O regime militar sufocou as entidades estudantis e tentou amordaçá-las fazendo-as parte da estrutura da Universidade. Para funcionar o Diretório Acadêmico, você tinha que ter de alguma forma uma participação do diretor do centro com verbas daquele departamento da Universidade. Nós tentamos fazer isso sem submeter a nossa liberdade de discussão à ingerência dele, mas sempre que possível trazendo a Universidade para fazer funcionar o Diretório Acadêmico. A gente já tinha o Diretório Acadêmico do CCJE, do CEG, da Engenharia, do Centro Biomédico, do CT, de Alegre e a reabertura dessas entidades como ponto inicial de fazer crescer o envolvimento dos estudantes com as discussões acadêmicas e políticas vai acumulando forças para que, em 1978, já com as forças amadoras e reuniões que se faziam com representantes de todas as entidades estudantis, deliberar sobre a reabertura do DCE. Em outubro, novembro de 78, a gente faz a Assembléia geral que elegeu a primeira diretoria do DCE após o regime militar. Essa diretoria teve o Paulo Hartung como presidente, numa eleição disputada ele reuniu 72% dos votos dos estudantes da Ufes, reabrindo o DCE.

Quem eram os líderes dessa época e quais eram as atividades políticas e acadêmicas deles dentro da Ufes?

SS- A Lucia Chequer, que era da economia, na Medicina havia o Lauro Ferreira Pinto, Fernando Herkenhoff, Ernesto Negriz, Idelberto Muniz, o Paraíba, que hoje é professor de uma Universidade em São Paulo, Geraldo Corrêa, que tinha uma passagem no movimento secundarista, se não me engano, os Pignatons...

Esse pessoal já participava de algum partido?

SS- Sim. A influência partidária mais marcante neste grupo era do PCB. Eu fui atraído para essas discussões a partir de uma tática que se chamava circulismo. No circulismo, você tinha um centro a partir do qual você realmente ia formar um círculo. O centro era uma pessoa já com discussão acumulada pelos líderes anteriores, já incorporando visão política, os aspectos teóricos de organização social, organização política e trazer então novos estudantes para essa discussão, em torno dessa visão. Outros grupos políticos na Universidade também faziam isso, não ligados ao PCB, acabaram sendo oposição a nós lá dentro e foram se alinhar a outras forças. Essa partidarização existia e eu acredito, com certo escrúpulo, no sentido de não ser o partido em si o centro da atração para atrair as pessoas "venha ser comunista", o foco partidário não era esse, (e sim) "venha discutir a realidade brasileira, participe da sua transformação". O partido enquanto estrutura de organização buscava ter sempre um grande número de pessoas, de estudantes... No caso do chamado ativo universitário, o maior número de estudantes participando dessa discussão.

Era nesse circulismo que vocês estudavam teoria política?

Nós tínhamos, além do estudo da teoria política, Marx, Engels, e todos aqueles teóricos italianos mais recentes da reflexão marxista, também o estudo de realidade brasileira. Tinham discussões de realidade que passavam pela leitura da Geografia da Fome, de Josué de Castro, Josué Monteiro, algo assim... E uma coleção de outros livros, não chegava a ser uma sumidade do campo científico, mas que a gente acabava se seduzindo, era muito interessante na ótica com que fazia a leitura dos fatos... o Leôncio Dadalmo, "História Sincera da República", uma coleção de três ou quatro volumes que tentava ser um enfoque de interpretação da história brasileira pelos olhos do trabalhador, do escravo, pelo olho de quem colocava a mão na massa. Me recordo muito desses dois livros que tinham a forma que a gente tinha contato com a realidade brasileira, pois tinha informações do Norte, do cerrado, do Nordeste, o Sul, as polêmicas que surgiam nas regiões industrializadas, a região portuária de Santos, a indústria de São Paulo, as contradições, as lutas dos operários. Através desses livros a gente tinha um enfoque prático, nacional, dentro de uma visão que eu acredito que tenha advindo de uma visão marxista, do materialismo histórico. Pelas mãos desses dois autores, depois alguns outros.

Também na questão da literatura, Jorge Amado era um autor muito recomendado. A gente procurava na coleção do Sebo do CCJE, disponibilizar literatura. Eram romances que tinham como plano de fundo um enfoque histórico, social, uma visão política que se somada a esse esforço, dentro desse circulismo, que preparava os jovens para uma visão mais ampla da sociedade que não fosse somente a "estreiteza" dos limites científicos da sua carreira. Que ele pudesse sair dali com uma visão mais ampla, e isso sim, permitiria um exercício mais amplo, mais fecundo, mais dinâmico da cidadania por parte deste jovem.

Como esse grupo se articulava para a organização das ações políticas?

SS- Eu acredito que a experiência do PCB em participar da vida nos diferentes segmentos, das diferentes forças sociais, fazia com que na reunião de todos os ativos - cada ativo representava um segmento da sociedade - o ativo universitário, o ativo operário, o ativo camponês, que eram militantes do PCB dentro dessa estrutura da organização social. E quando tinha essa reunião nós trocávamos experiências de como estava a discussão dentro do grupo de atuação operária. Dentro do grupo de atuação operária, quem estava no setor de serviços, o pessoal do comércio, da indústria... A gente passava a conhecer os dilemas deles, as dificuldades deles. A gente não tinha só um foco voltado para a Universidade. Na medida que o PCB tinha representação em outros segmentos sociais, eles faziam suas discussões também, e os estudantes recebiam cargas das pressões que eles viviam, da demanda. O movimento não ficava restrito. A gente recebia influência desse grupo de fora, isso vai culminar na nossa participação, no início de 79, num amplo movimento de solidariedade, quando ocorrem aquelas enchentes em Fundão, Ibirapu, Barra do Riacho, Castelo, sobretudo nessa parte do meio-norte do Estado onde a enchente foi avassaladora. Pelo fato de a gente já ter acumulado essa experiência de reuniões e compartilhar informações, a nossa percepção do sofrimento veio muito mais rapidamente à tona. Ficou mais fácil, quase que naturalmente, desabrochar um movimento de solidariedade, que depois veio se articular com o movimento da Igreja Católica e o arcebispo de Vitória naquele momento. O governo do Estado, preocupado com o aspecto do desenvolvimento, não queria enxergar a crise das enchentes, porque se efetivamente reagisse com a mesma sensibilidade que nós, teria declarado estado de calamidade e as disponibilidades financeiras poderiam ser

alocadas para fazer o socorro das pessoas e, no futuro, depois acertaria a questão do orçamento.

Que outras mobilizações de dentro e fora da Universidade você se lembra que tenham sido marcantes naquela época?

SS- Além dessa, que eu considero a mais importante de toda, porque transcendeu os limites de Vitória, foi além do Estado do Espírito Santo, tanto que a comunidade de Tubarão, de Santa Catarina, retribuiu atos anteriores de solidariedade do povo capixaba quando lá eles foram vítimas de enchentes. A comunidade de lá colheu donativos e encheu um avião enorme da FAB que chegou aqui no Espírito Santo com a recomendação de que não fossem entregues aqueles mantimentos aos órgãos do Governo do Estado. Dentre as entidades recomendadas para descarregar o avião estava o Diretório dos Estudantes da Universidade Federal, aberto em novembro de 1978. Poucos meses depois, nós estávamos lá no aeroporto ajudando a descarregar o avião. As igrejas de Vitória ficavam como centrais de coleta, eu fiquei responsável lá em Vila Velha, no santuário de Vila Velha, fazendo arrecadação de roupa, remédio, sapato, água, o que fosse, e dali tinha o grupo da própria comunidade da igreja fazendo a triagem; uma cesta para uma família de tantos adultos, tantas crianças... Outro movimento, que eu acredito até anterior a esse, era um movimento que discutia o combate à possibilidade da instalação de algo voltado à energia nuclear na região de Aracruz. Acredito que deve ter sido em 77. Nós fizemos também uma ampla mobilização, com deslocamento de estudantes populares daqui de Vitória para a região de Aracruz. Com maior ênfase, sobretudo, foi divulgado na imprensa o capitaneamento disso pela Igreja, pela Comissão de Justiça e Paz, pelas Cáritas. Nesse movimento, quando tem o seu desfecho, nós tínhamos em média 500 estudantes mobilizados em Vitória, Vila Velha e Cariacica. O Bragatto tinha saído já do diretório do CCJE (eu havia sido eleito) e foi ser coordenador do movimento estudantil em Colatina. Isso porque houve notícias de que alguns poderosos da economia local, para diminuir seus prejuízos, tinham retido parte dessas doações. Esses comerciantes perderam tudo o que tinham... Então Bragatto assumiu o acompanhamento das cargas. O caminhão saía daqui com um estudante e Bragatto lá sabia a quem deveria ser encaminhada a doação popular. Os estudantes tiveram essa participação. Outro movimento foi esse contra a

instalação de alguma atividade nuclear em Aracruz, não sei se era um reator, beneficiamento de urânio... Depois, no final de 79, início de 80, a greve dos operários da construção civil. A gente percebia um alto índice de acidentes nas obras, baixa proteção individual dos trabalhadores, baixos salários e que eles estavam fazendo um movimento para recompor o poder de compra do seu salário. A primeira contra-ofensiva dos patrões foi o não pagamento de salário. Como o trabalhador vai fazer greve sem salário daquele mês para pagar a fome daquele dia? A partir da presença dos nossos companheiros do Partidão no movimento operário se fez uma sensibilização de outras forças para que aquele movimento não fosse fadado ao fracasso pela inanição, pela fome. Eles tinham que ter o que comer. Então a gente disse "olha, cuidem da greve, das suas avaliações, que nós vamos trabalhar para prover alimentação. Que a fome não seja a causa do fim da greve". Tudo isso era um processo de reconstrução das entidades. As entidades estudantis, sindicais. As entidades estudantis foram as que acumularam mais forças, mais capacidade de resistência, denúncia. Depois, veio o movimento operário. Depois a situação se inverte, e o movimento operário passa a ser o grande ativo social nesse período. Nessa mobilização da greve da construção civil, nós continuamos aplicando a arrecadação de donativos para as famílias dos trabalhadores da construção civil, que estavam com fome, sem salário... A central de coleta e distribuição de alimentos foi feita na sede da Cáritas, no prédio da antiga Rádio Capixaba, na Cidade Alta. Além disso, a gente acompanhava os movimentos de ocupação dos lixões aqui na Grande Vitória, tinha São Pedro, Joana D'Arc, em que havia um grande embate entre a perspectiva de vida das pessoas que se encontravam ali e o impedimento de ocupação daquele lugar sem que o governo apresentasse uma alternativa. Então era uma disputa de ordem de despejo, polícia, fiscal da prefeitura para retirar... Mas e aí? Retirar e colocar onde? A gente já participava, muitas vezes junto com eles, fazendo resistência, se colocando na frente de trator, não deixando fazer a demolição. Não que a gente defendesse a ocupação do mangue. A gente era favorável à preservação do mangue. Mas éramos contra a remoção daquelas famílias como sendo uma simples remoção de lixo. Internamente, a nossa discussão passou por vários aspectos. As condições ambientais, de chegada e circulação dos estudantes dentro do campus era uma delas. O campus tinha um formato de depressão em relação à avenida Fernando Ferrari. As grandes chuvas provocavam alagamentos, os estudantes para chegar à sala de aula tinham

que atravessar água cinco dedos acima do tornozelo. Nas condições físicas do campus universitário, nós lutamos contra essa realidade. Daí vão surgir as passarelas mais elevadas, de maneira que podia encher lá, aqui, mas a gente passava seco. Também a iluminação do campus. Nós demos continuidade a um movimento iniciado em 74, 75, que era a construção do restaurante central e da biblioteca central. Nós acabamos sendo responsáveis por assegurar que isso fosse construído e destinado a ser restaurante e a ser biblioteca. No caso do restaurante, não houve polêmica, mas a biblioteca central corria o sério risco de ser metade biblioteca e outra metade uma central de ar condicionado para NPD e almoxarifado do NPD. Quando nós descobrimos isso, o reitor era Rômulo Penina, alguns colegas não acreditaram que isso fosse algo interessante, e eu tinha uma fixação pessoal nisso, em mostrar que a biblioteca era sim algo interessante, que isso daria mobilização, sobretudo se fosse dado aos estudantes o conhecimento do que era o projeto da biblioteca. Nós conseguimos com sortilégios e artifícios enganar o vigia e saber que tinha um acervo de todos os projetos arquitetônicos, de energia e tudo do que seria a biblioteca central. Nós conseguimos entrar, fazer xerox desse projeto na máquina do escritório do CT que cuidava da ampliação da Universidade. Ficamos surpresos com o que previa o projeto; cabines de leitura individual, cabines de reprodução de vídeo, cabines de leitura coletiva, salão de leitura silenciosa, pinacoteca, diferentes ramos de arquivo e acervo no seu formato de pirâmide invertida, um sistema organizado de fazer a logística do livro. Em fim, nós descobrimos que esse prédio seria ocupado, quase pela metade, por decisão do Giarnódoli, que era auxiliar do reitor, descobrimos essa coisa, a empresa do Rio de Janeiro que tinha sido contratada para fazer a instalação do novo NPD, com um computador que era um sucatão enorme, doado pelo Banco do Brasil porque lá já era obsoleto, aquele computador que seria novíssimo para a Universidade era um sucatão do banco... Era tão esquisito, porque ele ocupava um espaço enorme, com várias unidades. Os estudantes que iriam fazer aulas de informática teriam que elaborar o seu programa, fazer o seu algoritmo, levava para essa máquina e dois dias depois pegava o cartão perfurado, o algoritmo, e no outro dia levava os cartões para a máquina leitora de cartões executar o programa e no outro dia você sabia se tinha ou não erros nos seu programa. Nós lutamos para que isso não fosse ocupado, para que o prédio da Biblioteca permanecesse biblioteca, nós resistimos, fizemos assembléia, deu gente, e da assembléia nós fomos em passeata ao prédio

da reitoria sem nenhuma selvageria. Não tinha quebra-quebra na nossa época, a gente não pichava nada. A gente usava os restos de bobina da A Gazeta, fita crepe. A gente pixava o papel e colava na parede. Os grupos que contrastavam a gente pixavam parede, isso era uma diferença de postura.

Por que você acha que vocês tinham essa forma de se organizar, de serem tão pragmáticos, a ponto de serem considerados grupos de direita naquela época?

SS- No meu caso, particularmente, eu tive um pouquinho de banho de civilização, quando eu saí do Brasil, em 76, em 74 já tinha estado fora do Brasil, nos Estados Unidos, em 76 na Alemanha e de maio a agosto foi o período que eu viajei pela Europa, então eu pude ver movimentos na Itália, bandeiras vermelhas para todos os lados, eu ficava até assustado, "uau, é tudo comunista, no que vai dar isso?". Não dava em nada. Era tudo uma festa. Na França, quando eu estive lá era um grande movimento dos ferroviários e não tinha quebra-pedra. Estive em Munique, em Portugal, a um ano do fim da ditadura de Salazar, da Revolução dos Cravos, então eu pude ver uma série de experiências que nunca tinha visto. Eu pude ver manifestações por televisão quando o presidente Geisel foi a Alemanha, e passou por Londres, e lá em Londres, junto com a rainha, na carruagem, recebendo uma saraivada de ovos. Eu achei aquilo uma grosseria enorme. Mesmo que ele fosse um ditador, mas era o representante do meu país. O representante do meu país sendo causa de sujar a rainha da Inglaterra com ovos. Obviamente as lições da vida você deve aplicá-las. Eu tive um pouco dessa experiência, e acredito que outros colegas também tiveram contato com formas evoluídas de trato, de discussão na adversidade, de isso não se fazer com a destruição do oponente. Eu tive essa participação nisso, de usar o resto do jornal para colar na parede, depois usar peças de morim para fincar as faixas no gramado. Disso vão surgir os paredões da pixação, nessa época, e ali se poderia pixar, para preservar o patrimônio, que não era da ditadura, era do povo brasileiro. A gente incorporava essa visão. O pessoal do PCB tinha muito essa visão de que tudo é feito pelo patrimônio, e quem se lasca nas contradições é o trabalhador. Ele se consome no processo. Tudo isso é fruto do trabalho coletivo. A gente pôde vivenciar, na nossa prática, a coerência da visão de mundo com o que o mundo nos oferecia. A gente consegue buscar essa coerência pragmática no dia-a-dia. Continuando ainda dentro do que se fazia na Universidade

além das condições físicas; melhorar pontos de ônibus, surge aí a passarela onde hoje é frente do teatro, a iluminação do campus, ampliação de espaço para reuniões coletivas, e aí nós tivemos uma resistência, a transformação do auditório do CCJE em duas salas de aula. Quando nós chegamos, após um fim de semana, estava lá a parede pronta, dividindo o auditório que ficava na parte do curso de serviço social. Nós chegamos, tiramos tijolo por tijolo, desmontamos a parede e empilhamos os tijolos e lajotas no CCJE, na frente da entrada do diretor do centro. "O nosso auditório continua auditório" e nunca mais se tentou fechar o auditório. Nós enxergávamos que aquele auditório traria uma contribuição muito maior do que a criação de duas salas de aula. Superando o aspecto físico, outro aspecto era a reforma dos currículos. Uma luta muito grande, que passou pelos cursos de administração, contabilidade, Economia, Engenharia, para que os currículos tivessem foco também na realidade brasileira. Nos nossos livros do curso de Economia, dois ou três autores eram brasileiros. Os outros eram norte-americanos, predominando a escola de Chicago, uma visão monetarista. A gente começa a lutar pela reforma do currículo do curso de Economia, e assim todos os estudantes começaram um movimento para aumentar os laboratórios e outras coisas. A mudança dos currículos foi uma grande batalha que a gente travou. Somando-se a isso, a realização das chamadas Semanas Científicas no curso de direito, de serviço social, administração, ciências contábeis, Engenharia. Nós promovíamos encontros trazendo professores de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, que fossem grandes expoentes do enfoque renovador das ciências naquele ramo. Era uma festa! Vinham estudantes de outras escolas, a gente se mobilizava. A Universidade tem que ter compromisso com a discussão, mas nós tínhamos que fazer pressão. O enfoque acadêmico fazia brilhar no olho daquele estudante as questões que a gente tinha naqueles debates, nos encontros nacionais, que agora tinha enfoque específico em cada curso. Nós trouxemos em um evento junto com os estudantes da Engenharia um empresário alemão que estava sendo vítima de concorrência desleal, que tinha certa perseguição das multinacionais no Brasil, chamado Kurt Mirof, que escreveu o livro "A Ditadura dos Cartéis". Nós trouxemos ele para falar sobre o risco que ele corria como empresário de tecnologia, de produção de equipamentos, e a concorrência com equipamentos de grandes multinacionais dos Estados Unidos e da Europa. Ele expôs a vida dele como empresário, porque eu acho que nossos estudantes não eram vocacionados a serem empregados, era

importante que eles tivessem essa experiência. Kurt Miroff fez uma grande discussão com a comunidade e até mesmo com alguns empresários aqui do Estado. Nós trouxemos também, num evento de circulação interna, uma grande reunião no auditório do Colégio do Carmo, o professor Renée Armand Dreiffus, doutor em História, e a tese de doutorado dele foi o processo político de 64, que culminou em uma obra chamada "1964: a conquista do Estado", então o processo político, já que a gente tinha a luta pela constituinte, pela anistia, para que os companheiros exilados pudessem voltar com liberdade. Fazia parte desse movimento pela anistia, pela constituinte ampla, livre e democrática, trazer o debate científico sobre o que aconteceu com o Brasil para que chegasse à ditadura, o processo político de 64. Foi uma obra interessante, eu recomendo a qualquer estudante de história, como o capital internacional se articulou para financiar os seus precursores para implantar, através da imprensa, os fatores subjetivos que assegurariam a vitória do golpe. Essa é a história contada no livro do Renée Armand Dreiffus. Ele era professor da PUC de Minas Gerais. Foi um evento enorme em que ele pôde falar disso, não houve repressão, mas infelizmente ele foi muito acético, não transmitiu nenhuma emoção, foi monotônico, sendo para nós um motivo de profunda frustração quanto à capacidade dele, pelo discurso, mobilizar as pessoas. O conteúdo foi profundo, mas o resultado não. Talvez ainda sob o clima do regime militar, da ditadura, do autoritarismo ele tenha feito uma exposição acética como se estivesse defendendo a tese para os professores e doutores de Gladston. Nesse aspecto, foi um fiasco. A gente imaginava que, quando a gente levou o evento para o auditório do Colégio do Carmo, onde, no auge dele ninguém mais conseguia entrar e ninguém conseguia sair, de tanta gente, a mobilização não resultou em algo de empolgação das massas. Academicamente, quem participava das discussões da questão da história recendo do Brasil, que perspectiva dar aos movimentos de resistência à ditadura no Brasil, foi muito interessante. Nisso, a gente vinha consolidando uma visão de analisar a questão do Araguaia como um grande equívoco. Não foi um ato heróico. Foi um ato de gravíssimo equívoco se achar que se poderia enfrentar a ditadura a partir da guerrilha e o Araguaia chegar ao Brasil inteiro. Houve forças políticas dentro do Brasil contrárias à ditadura que enveredaram num caminho de enfrentamento absolutamente estéril, sem nenhuma chance de fecundar e disso nascer um resultado concreto. O que aconteceu foi um morticínio total. A gente tinha uma visão, que passava pela reflexão do partido, de como fazer as coisas. Então você tem força

social. Quem não tem força social não tem capacidade de mudança, e para ter capacidade de mudança você tem que perceber como isso está no imaginário do cidadão, daquele que pode se agregar ou se afastar do movimento, porque se não estiver na mente dele, ele não se agrega e será mais um transeunte. Essa visão de ser força social, de ser capaz de mudar as coisas orientou muito a nossa visão. Era a base teórica, o arcabouço científico que a leitura do marxismo trouxe para a gente foi fazer disso um instrumento de ação. Não cabia coisa da porra-louquice. Porra-louquice não transforma. Mas se você consegue reunir por envolvimento, discussão, entrar e fazer sentido na cabeça das pessoas aquilo que você diz, aquela pessoa vai aderir. E quando a pessoa adere, quando você coloca em movimento a coisa, ela continua andando, vira força social e muda. Nós mudamos muita coisa na Universidade. Mudamos muita coisa no Estado. Fechando essa questão, passamos pelas condições físicas, ambientais, a preservação desse ambiente, a melhoria das condições de ensino, a cobrança da qualidade do professor, o compromisso do professor com o aluno, na avaliação, o cumprimento do horário, aí vem a proposta de se ter a questão da média 7, que não foi uma unanimidade mas a grande maioria optou por defender essa bandeira, pois se o aluno tinha uma regularidade de desempenho e de compromisso ao longo do curso, evitar-se-ia, que algum professor pudesse fazer uma prova de final de ano com uma ênfase maior do que ele tivesse dado durante o ano e ali realizasse uma vingança, então a questão da média 7, de onde eu pude participar, teve esse pano de fundo. Alguns justificavam que na medida em que se tinha professores alinhados com o regime militar, que dificultavam a vida dos estudantes que tivessem participação com algum movimento, perseguiam. Tinham professores que eram algozes da fiscalização aqui.

Existia algum tipo de hierarquia entre vocês?

SS- Sim. A hierarquia era mais como uma questão de disciplina necessária, mas não pelo prazer de quem está hierarquicamente superior exercê-la sobre os demais. A hierarquia passava por uma organização de quem fazia o PCB e nesse sentido a nossa liberdade de pensar ou de agir era plena até que, havendo divergência na forma de agir, se reunisse o partido para decidir qual seria a forma, e aí não haveria mais divergência. Aquela forma deliberada seria de conduta obrigatória, parte do treinamento para a vida democrática. Essa hierarquia era uma forma de

organização. Não tinha na relação de vida pessoal. Eu pelo menos nunca aceitei isso. A gente tinha muita atuação de companheiro mesmo. Quando houve uma tentativa de fora do Estado, da Organização Nacional baixar uma decisão para nossa obediência e acatamento sem discussão, essa decisão não foi implementada. O apelido dessa coisa era "centralismo democrático". Como estávamos num processo estratégico de deslumbrar a construção democrática no país, não havia uma solução do tipo democracia só para nós, ou só para os outros. Tinha que ser algo que fosse para todos, para dentro do campus, para fora do campus, no local de trabalho... Isso nos preparou muito para essa vida, a capacidade de ouvir, de buscar as divergências e onde elas podem convergir. Isso influenciou muito. Essa base foi o que nos permitiu ter outros pontos de apoio para ter uma linha de continuidade, de evolução, de ampliação até do alcance das atividades que a gente vinha fazendo.

Como eram feitas as tomadas de decisão dentro do grupo? Era algo realmente democrático ou as decisões já vinham tomadas previamente?

SS- Pelo menos aqui no Espírito Santo, o nosso grupo era muito sequioso por participar. A gente estimulava o estudo antes de ir para a reunião onde seria tomada uma decisão sobre determinado assunto, para que a gente chegasse lá não com a carga de "eu acho que". Para a gente "achar" alguma coisa, precisava ter leitura prévia, e aí sim emitiria opinião tendo base em experiências que foram bem sucedidas em tal lugar, ou não adotar tal caminho porque tinha sido fracasso em tal lugar. A história já tinha experimentado alguns desses caminhos. E por que deu certo? Por isso, isso e isso. Então não vamos adotar tão somente porque deu certo. Vamos adotar por motivos que viabilizaram o processo. Não é tão somente copiar a idéia, é analisar e discernir. Não queríamos resultado. Queríamos assegurar o caminho. Se a gente soubesse fazer o caminho, chegaria onde quisesse. Não há como fazer isso sem o processo democrático. Você tem que estimular a discussão, o conhecimento, a visão múltipla de cada lado desse poliedro da realidade e assim essas visões estariam lá se encaixando, se complementando ou se excluindo, prevalecendo a idéia majoritária. Nós praticamos muito isso até em reuniões de assembléia, quando naquele ginásio do Centro de Educação Física, 5 ou 6 mil estudantes, nossos opositores do movimento estudantil, da corrente Libelu, Liberdade e Luta, uma das facções dentro da esquerda brasileira, que hoje se

reúnem no PT... Eu usaria hoje (para defini-los), com perdão da palavra, uma ejaculação precoce. Não tinha fecundidade. Não tinha sedução. "Vamos lá, vamos fazer" e não sabiam. Esse embate foi muito forte. Em uma das assembléias gerais, eles passaram uma proposta ultra-radical, era um movimento nosso para discutir o preço do bandeirão. Eu estava na presidência do DCE ou viria a ser candidato, e o preço do bandeirão subiu uma barbaridade. O pessoal de oposição a nós defendeu que o bandeirão tinha que ser custo zero. Porque era tudo pago pelo trabalhador, era a classe operária que fazia tudo, a classe operária estava pagando, então tinha que ser comida de graça. Um discurso muito farto. Quem quer pagar? Se for assim, vai andar todo mundo de ônibus de graça, avião de graça, vai cair tudo do céu! Um discurso muito oportunista, fácil de ser aglutinador. Pelo oportunismo, a proposta deles seria aprovada. Eu assumi o embate, já tendo tido discussão prévia com os grupos, o nosso grupo, e a gente sabia que essa proposta seria feita. Como enfrentá-la? Eu fui para a assembléia para defender o contrário. Eu lembro que fiz uma paródia, sobre "se correr, o bicho pega, se ficar, o bicho come. Não se cutuca o bicho com a vara curta" e aí, em cima dessa coisa do censo comum, eu construí a argumentação de qual deveria ser o nosso caminho em relação ao preço do bandeirão. A maioria de nós terá um familiar trabalhador, terá um parente, vizinho, cujo salário fica para ser corrigido em não sei quantos meses. E o que eles brasileiros ouviriam de nós se dissessem que o salário tem que ter zero de correção, que têm que trabalhar de graça? Ou pior, não faz sentido. Ele, lá, está pedindo correção do salário, faz parte do mundo de inflação em que vivemos corrigir, mas não dá como ser como o reitor quer. O preço que ele quer é acima não sei quantos da inflação de janeiro, de um certo período, e a gente estabeleceu que a inflação nesse período deu muito menos. Minha proposta: toda a inflação, para que também não seja o trabalhador quem tenha seu salário corrigido a menos. É toda a inflação. Com todos aqueles recursos de linguagem na argumentação na tentativa de persuadir. "E qual é o comprimento da nossa vara? Essa vara que vocês estão propondo é muito curta. E até quando o RU vai funcionar com custo zero? Depois que acabar o estoque dos alimentos, nós vamos tirar o dinheiro de onde? Do salário dos funcionários da Universidade, ou vamos pedir aos professores que não recebam para a gente usar o dinheiro para comprar alimentos? Quanto tempo nós vamos ficar sem alimentos? Bicho bravo não se cutuca com vara curta. Para a gente ter capacidade de enfrentar, propomos toda a inflação no bandeirão!" E passamos a

nossa proposta. Preparar-se para o embate foi sempre uma prática que nós vivemos em situações até mesmo muito difíceis. Acredito que foi uma agradável contaminação, porque isso nos prepara... Quando a gente saiu da Universidade, eu achando que ia fazer mestrado, pós-graduação em Campinas, fui chamado a participar da vida política do lado de fora, com mandato, voto aberto.

O que unia o grupo de vocês, naquele período (1976 a 1981), além da luta pela democracia?

SS- Havia laços de amizade a preencher a dimensão humana, cumplicidade no trato de dilemas pessoais, um suporte interpessoal que surgia, naturalmente, a partir das atividades que dava a cada um e ao grupo alta sensação de alegria e prazer, fosse acompanhando, articulando com a Universidade ou promovendo, diretamente, eventos culturais, shows, teatro, encontros de lazer, em acampamentos na beira de praia (Nova Almeida, Piúma, Marataízes, Barra do Jucú) e, igualmente, muita satisfação permeando os desafios de planejar e fazer acontecer, também, os debates acadêmico e científico com colegas de quase todos os cursos, ao largo de toda a discussão política acerca da realidade brasileira e local.

Sentíamos jovens com **causa** e uma boa dose de satisfação e alegria em pertencer ao grupo.

APÊNDICE F

Entrevista com Rosa Helena Stein

Nome completo e atividade?

RS- Rosa Helena Stein. Sou Assistente Social, trabalho como professora no departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Em 2005, me titulei com doutorado em sociologia, com especialização para a América Latina. Integro, hoje, o colegiado da pós-graduação do departamento de Serviço Social que é uma pós graduação – mestrado e doutorado – em Política Social. Estou completando agora, dia primeiro de maio, dois anos na chefia do departamento. Atuo também na diretoria do Conselho Federal de Serviço Social, como segunda-tesoureira (estamos indo para o terceiro ano do mandato que dura três anos). A gestão atual termina em janeiro de 2008.

Como e quando se iniciaram as articulações políticas dentro do movimento estudantil, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que culminaram com a reabertura do Diretório Central dos Estudantes (DCE)?

RS- Aí tem datas que eu não vou lembrar. Eu entrei na universidade em 1978. Então, tem um período que antecede e que eu ainda, nesse momento, eu não tinha... Quer dizer, eu acompanhava um pouco as coisas por conta de Stan, que já estava na universidade, mas assim o movimento em si eu acho que eu não estava ainda na universidade. Quanto eu entrei, em 78, se não me engano Paulo Hartung já era presidente do DCE. E aí, eu me envolvi mais no movimento estudantil no curso de Serviço Social (no Centro Acadêmico). E depois, numa outra gestão que foi para a diretoria de 1980 ou 1981, que já era a campanha com Stan na presidência do DCE.

Quem eram os principais líderes estudantis do grupo, na época, dentro da Ufes e quais suas atividades políticas e acadêmicas?

RS- Paulo Hartung, Lelo, Lauro, que tinham uma articulação grande muito presente do grupo da Medicina, algumas pessoas da Economia, com Paulo, com Stan; no Direito, com o Arimathéa; na Engenharia, com o Robson Leite. A gente tinha uma expressão, uma liderança em cada área da universidade. Mas era presente uma liderança grande, com Stan, Ernesto, Robson, o Fernando (Fernandão, do CEG). Então, eu acho que a expressão ali, maior, era desse grupo da Medicina e da Economia

Depois que você entrou para o movimento, qual era o seu papel dentro desse grupo, em termos políticos?

RS- Olha, na verdade eu acho que a gente tinha uma estrutura que a grande maioria desse grupo tinha uma vinculação política-partidária que era o “Partidão”. Então, eu acho que todos ali tinham um papel político que era de expandir o grupo; a defesa de princípios como o ensino público. Tínhamos o papel de propagar essa defesa. Por exemplo, no curso de Serviço Social, nós tínhamos um grupo que compunha a diretoria do Centro Acadêmico e que tinha como papel principal (e não era eu em particular) fortalecer a luta, a defesa de uma sociedade justa, a defesa da igualdade. Então, acho que o papel era o de articular em torno disso, dessas bandeiras.

Você ficava mais na articulação ou era mais uma pessoa de massas?

RS- Olha, eu acho que era mais de massa. Mas no curso de Serviço Social é que eu acho que a gente tinha um papel importante, que era (como falei antes) ampliar o número de pessoas adeptas a esse ideal. Então, aí a gente tinha um papel, porque eu ocupava a representação estudantil junto ao departamento, mobilizava. E nessa época, depois que eu compus a chapa do DCE, a gente tinha uma articulação com os movimentos sociais. Eu era diretora de assuntos comunitários. O objetivo era exatamente fazer essa articulação com os movimentos da sociedade. E eu me lembro que a gente mobilizava tanto o Centro Acadêmico, quanto o DCE para estar na rua mesmo. Quando tinha um movimento de ocupação, que aí o poder público chamava de invasão, ia lá com a polícia, lá íamos nós com faixas de DCE, de Centro Acadêmico, nos colocarmos ao lado da população. Então, nessa questão específica,

a gente tinha o papel de estar junto com o grupo, se mobilizando, para se fazer presente nas lutas da sociedade em geral.

Vocês todos, nesse momento, já pertenciam ao Partido Comunista?

RS- Eu acho que a minha entrada no próprio partido foi após 1980, quando eu participei da Assembléia da Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social, que foi em São Paulo. E lá, houve uma indicação do meu nome para representar os estudantes latino americanos nessa associação. E, naquele momento, eu achava que não tinha legitimidade para isso. Conversamos com as lideranças do movimento estudantil do Serviço Social e acabou sendo aprovado que eu permaneceria e que seria condicionado à aprovação do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social. Quando eu retorno desse evento, é que eu fui envolvida com a questão política e, aí, acabei indo para o partido. Então, fui motivada por um movimento político fora da Ufes e, em 1980, é que eu passo a compor esse grupo que eram todos filiados ao partido. Quer dizer, eu em 1980, mas os outros já estavam antes disso.

Qual foi a influência do Partido Comunista sobre o grupo, tanto do ponto de vista da ação política, quanto na construção de uma ideologia de vida?

RS- Eu acho que foi muito importante, viu Renato. Porque você tinha, além do movimento, da organização, você tinha também aquela coisa da disciplina, que era a discussão política, estudo. Não era uma coisa da movimentação por si, pura e simples, mas era um movimento com fundamento. Então, a gente tinha discussões acadêmicas, de pegar textos, discutir mesmo. Por exemplo, tinha uma discussão que era dentro do Serviço Social, que, em algum momento, se somava com os outros companheiros dos outros cursos. Isso contribuiu para uma formação e uma militância engajada, comprometida e fundamentada.

Vocês estudavam a teoria marxista, o socialismo, o comunismo? Como?

RS- Não sei as outras pessoas colocaram isso (risos), mas estudávamos. A gente recebia textos, fazia grupo, reuníamos. Por exemplo, no grupo do Serviço Social a

gente escolhia a casa de uma das pessoas e sentava para discutir. Às vezes vinha uma outra pessoa com mais experiência, com mais fundamento e fazia a discussão com a gente. Era uma coisa muito importante para todos nós.

Isso além dos estudos normais, acadêmicos, não é?

RS- Isso. Aí, a obrigação era: além de ser bom militante, tinha que ser bom estudante (risos). Era obrigação. Muitas vezes a ausência na sala de aula era compreendida pelos professores porque o engajamento era muito sério, comprometido. Então, se as vezes alguém faltava a uma prova ou trabalho, a gente justificava e conseguia fazer depois. Mas a obrigação da militância e ser um bom aluno era inseparável.

Como eram organizadas as ações políticas do grupo ainda no movimento estudantil?

RS- Era muito rico, porque tinha um objetivo claro, uma direção clara. Então, as coisas eram muito participadas e coletivas. Por exemplo, quando se discutia no Centro Acadêmico e tinha, pelo DCE, o momento em que se reuniam todas as entidades de base (os Centros Acadêmicos). Mas, na discussão como grupo, era aquela coisa de sentar, discutir, deliberar. E a condução disso, no movimento, era muito de estar envolvendo e deliberar coletivamente. Por exemplo, as reuniões deliberadas internamente e a condução, as estratégias de mobilização dentro da universidade... Eu me lembro quantos fins de semana, sábados, domingos dentro do DCE. Não era uma direção de cima para baixo, mas era pelo critério mesmo de participação das diferentes forças políticas que existiam dentro da universidade. Mas, como grupo, era o critério de articulação entre os diferentes, os companheiros que eram de outros cursos, mas que tinham de proceder à discussão lá na sua base para quando tivesse a reunião de todo o grupo poder apresentar a avaliação que de fato expressasse as particularidades de onde cada um de nós estivesse envolvido.

Quais foram, na sua opinião, nesse período entre 1976 e 1981, as principais ações políticas nas quais o grupo se envolveu, seja dentro da Ufes ou fora dela?

RS- Olha, eu acho que o papel importante desse grupo é que ele conseguiu levar as coisas que pareciam ser só da Ufes para a sociedade. Era a importância de vincular o debate da universidade com a sociedade. A defesa de mais verbas para a educação, de formação com qualidade. Interessante que eu localizei aqui um jornalzinho muito interessante. E o nome da chapa era “Hora de Mudar”; e com umas fotos ótimas, as carinhas tão juvenzinhas (risos). Aí eu estava lembrando, quando colocava aqui, por exemplo, “por mais verbas para a educação”. Era um movimento importante porque isso, na verdade, ia para a rua. Isso, naquele momento, era uma bandeira de luta. Eu me lembro de uma época, Renato, não sei que ano foi, mas acho que era ainda Paulo na presidência, que houve uma grande chuva e alagamentos. Foi em 1979 e eu me lembro que o DCE teve um papel importante de entrar, de se envolver com a Defesa Civil, de mobilizar estudantes. Então, era a importância de fazer o link entre a universidade e a sociedade. Acho que isso o grupo, não só nesse momento que era solidariedade a uma situação que a sociedade passava em relação a essa questão das enchentes, mas era de, em outros momentos, estar envolvido na luta mesmo, junto com os movimentos sociais. De levar para a rua a questão da universidade, de exigir e fazer movimentos em defesa de mais verbas para a educação. No âmbito interno, eu me lembro que as lutas eram em relação ao restaurante universitário, a preço de passagens, a cursos de verão (que era uma coisa importante no momento). Eu não me lembro assim, especificamente. O que eu me lembro agora, ocorrido em São Pedro, foi uma ação da administração municipal (acho que era o Carlito Von Schilgen) que foi para lá com a polícia derrubar as invasões. A gente foi para lá ficar junto com a população. A coisa da democracia. Acho que a gente estava com a presença muito forte ainda da ditadura, apesar de estar vivendo momentos já da abertura.

Existia algum tipo de hierarquia entre vocês do grupo?

RS- Olha, hierarquia... (para e demora para responder)... eu acho que tinham pessoas que detinham um acúmulo maior na discussão, na clareza política e que, às vezes, eram referência para a gente. Mas no momento de fazer a discussão política e tomar decisão – e aí me vem à cabeça aqui as reuniões no DCE – todos tinham a liberdade de estar pautando e buscar um encaminhamento que fosse comum às

reflexões que estavam sendo colocadas. Então, se você pega pela relação e vinculação desse grupo como partido também, aí você tem dentro da própria estrutura uma hierarquia, que é (vamos supor) o grupo que tem o papel de estar atento às questões que estão colocadas na sociedade, que exigem agilidade, posicionamento e de trazer isso para o grupo todo discutir. Não que isso se colocasse de uma forma hierárquica que menosprezasse a compreensão dos que estão na base, mas era o papel da direção política.

Era difícil, para alguém de fora, entrar no grupo?

RS- Eu acho que não, porque o objetivo era ampliar o grupo, no sentido de um grupo que pensasse e acreditasse nessas perspectivas que a gente tinha: o engajamento na defesa da democracia. A não ser quando você tinha grupos com o mesmo objetivo, mas com táticas de estratégias diferentes. Aí, eu acho que é onde demarca a identificação de grupos distintos na universidade.

Mas só o fato de ser “exigido” o engajamento e, como você disse antes, a pessoa fosse, além de ativista, bom aluno, você não acha que isso já não era uma forma de selecionar e dificultar a entrada no grupo?

RS- Porque por um lado (hesita), Renato, eu, até entrar, eu participava... Quer dizer, eu acho que tem a coisa de o quê a universidade proporciona a quem está entrando, ou seja, esse abrir de olhos, a amplitude do olhar que você passa a ter. Então, eu quando entrei, encontrei colegas que já estavam na luta ali reabrindo o Centro Acadêmico. Uma coisa é ser um dos que participam, outra coisa é entrar e fazer parte da direção. Eu, a partir do engajamento que fui tendo, automaticamente me levaram para dentro. Eu não tinha muito, naquele momento, idéia que além da organização estudantil você tinha também uma organização com uma vinculação política partidária. Porque tinha uma coisa também que era a qualidade dessa política. Então, eu não vejo como uma atitude para dificultar a entrada. Mas aqueles que se somavam à luta, com certeza entravam.

A pergunta não foi nem no sentido de que “as pessoas dificultavam”, mas que, automaticamente, isso era algo difícil. Você não entende dessa forma?

RS- Não, eu não acho difícil porque as pessoas engajadas... Quer dizer, você vai pensar “você coloca critérios para entrar no grupo?”. Para entrar no grupo não, porque a mobilização que o grupo fazia era permanente para que todas as mobilizações fossem com um elevado índice de participação e envolvimento dos estudantes ou de onde estivesse ocorrendo a situação, mas pensando pela universidade. As assembleias – coisa que hoje eu fico vendo os alunos aqui no curso fazendo aquela rodinha – quando eu me lembro da Ufes, passávamos nas salas para mobilizar e íamos para aquele ginásio de esportes lotado para fazer a assembleia. Então, o papel desse grupo político era de mobilizar, era de que as decisões fossem legitimadas realmente pelo conjunto dos estudantes. Eu acho que esse grupo conseguiu, naquele período, envolver os estudantes e conduzir, levar reivindicações à reitoria, à sociedade, que eram legitimadas por assembleias massivas.

Como eram feitas as tomadas de decisões entre os membros do grupo? Era um processo democrático, aberto e participativo ou as decisões já vinham tomadas previamente, apenas em busca de legitimação por parte do grupo maior de estudantes?

RS- Olha, Renato, eu acho primeiro que não dá para ser ingênuo e achar que quem está em uma direção política não faz uma discussão anterior. Você tem que ter uma discussão até para levar e propor. Agora, eu me lembro das assembleias em que as pessoas se inscreviam, iam lá, debatiam. E era na hora do voto mesmo, naquelas assembleias imensas fazendo a contagem dos votos ou por contraste ou, às vezes, tendo que contar voto a voto. Eu acho que com as forças políticas que tinham, as discussões apresentavam propostas, se discutia no grupo para avaliar, propor, fazer encaminhamentos. Mas, as assembleias, eram espaços de discussão democrática e ampla das forças políticas contrárias terem espaço para colocar, debater e contar voto mesmo. Em assembleias massivas como eram, não dá para pensar que você vai lá com uma proposta só para legitimar, porque não era uma assembleia de meia dúzia.

Você acha que conseguiram, de alguma forma, influenciar os rumos da política capixaba, à época?

RS- Olha, eu acho que esse grupo (apesar de eu estar distante) conseguiu influenciar e faz a história do Estado. Porque quando nós saímos da universidade e fizemos campanha, por exemplo, para uma chapa completa com Berredo de Menezes, Mirtes Bevilacqua, Paulo Hartung e Stan Stein, eram idéias que estavam colocadas na sociedade, nos comícios, na campanha política. Eram pessoas saindo da universidade, engajadas e comprometidas com as questões sociais de uma forma ampla. Então, eu acho que nesse período a gente pensava dentro da universidade levava a universidade para a rua. Eu me lembro de um episódio, do qual não me lembro bem a data, de uma grande manifestação, com uma passeata imensa no Centro da Cidade – e acho que Stan era o presidente nessa época – em que foi feito o chamado “Enterro do MEC”, que culminou com ato importantíssimo no auditório do Colégio do Carmo, se não me engano, com Gregório Bezerra, que era um comunista já com uma idade e com uma história de vida que era referência para nós. Mas, naquele momento, por exemplo, pensando o evento que era em Vitória, de uma grande manifestação em defesa do ensino público, estava na rua, não estava somente dentro da universidade. Então, eu acho que esse grupo conseguiu chamar a atenção da sociedade para as coisas que estavam acontecendo na universidade.

Havia, na sua família, alguém com essa orientação política e ideológica de esquerda? Se não, como você foi influenciado por essas tendências?

RS- Havia o Stan, que, na verdade, era o irmão mais velho que eu (pouco). E Stan já tinha o envolvimento e participação no movimento estudantil. Nesse momento, eu acho que ele já estava fazendo Economia. Mas antes, ele tinha entrado no curso de Engenharia. Acho que ele se deu conta de que outras questões chamavam a atenção dele do que aquele estudo mais exato, vamos dizer assim. É nesse momento, em que ele vai para a Economia, que ele passa a ter um engajamento, ele passou a ser uma referência para mim. Porque quando eu fui para o curso de Serviço Social, aí eu comecei a ver o que era isso dentro da universidade, mas ainda sem consciência política de como era esse engajamento, de que era um

comprometimento muito maior do que somente o movimento em si. Então, Stan foi sim uma referência para mim.

Você percebia algum tipo de preconceito dentro do movimento por você ser mulher?

RS- Acho que não. Nós tínhamos um grupo importante de outras mulheres também engajadas: Yasmin, Mirick. Cada um tinha o seu papel de contribuir com as discussões. Eu acho que no grupo não estou me lembrando de ter sentido isso, de nenhum registro que me leve a ter um sentimento de discriminação. A base da própria articulação, da composição, era da relação de igualdade.

Pergunto isso porque as lideranças que compunham a direção do grupo eram praticamente todas figuras masculinas, à exceção de algumas pessoas na Medicina, tais como Marli e Merli.

RS- É, são pessoas que foram mais presentes, eram referência. Aí você me lembrou agora a Marli; a Lucinha teve um papel fundamental na Economia; na Pedagogia, por exemplo, a Cristina, a Mirick; na Biologia a Carla; na Engenharia a Gleciara Ramos; na Física a Yasmin Poltronieri. Eu me lembro que a própria composição da nossa chapa, naquele momento, envolvia, por exemplo, na Física, o nome da Yasmin; na Engenharia, era o nome da Gleciara. Então, era uma chapa que mesclava. E nesse jornalzinho mesmo – que estou com ele aqui na mão – diz o seguinte: a participação da mulher na sociedade. Aqui, vai dizer que 51% da população brasileira, naquele momento, era de mulheres, mostrando como as desigualdades já estavam colocadas. Então, o grupo também fazia um esforço no sentido de que na composição houvesse um percentual de mulheres que pudesse expressar essa contraposição às desigualdades que existem hoje na sociedade.

Gostaria de acrescentar mais alguma coisa à entrevista?

RS- Hoje, você me fazendo lembrar dessas coisas, fiz uma viagem aqui me vendo nos corredores do Serviço Social, do Direito, as passadas nas turmas, os movimentos de fim de semana, quando a gente ia para o DCE fazer cartazes, colar

nos corredores – e quando chegava na segunda-feira não tinha mais nada porque os “olheiros” tinham arrancado tudo, apesar de já serem anos 80. Então, você me fez viajar no tempo e lembrar essas coisas; e hoje, o movimento estudantil tão desmobilizado. Por outro lado, vendo esse jornalzinho aqui falando de mais verba para educação, pedindo curso de verão, a gente vê a crise que vivemos na universidade hoje; um crescimento assombroso do ensino privado, do curso de graduação à distância. Acho que a gente tem que voltar a colocar a universidade pública na rua.

Fala mais um pouco desse jornalzinho que você achou, da época em que fez campanha e participou da chapa que levou Stan à presidência do DCE.

RS- Esse jornal tem quatro páginas e era da chapa. A chapa foi tirada em uma convenção. Aí, tem, na parte interna do jornal, uma foto dessa convenção. E ali sim, teve um furo engraçadíssimo que foi o seguinte – é lógico que já tinha havido uma discussão anterior para ver quem poderiam ser os candidatos: num dos cargos, uma pessoa das Ciências Contábeis, questionou o fato de ser o Jaci nosso candidato a primeiro tesoureiro. E aí, esse menino, que chamava-se Joel, questionou. Aí, ele foi um da base que entrou na chapa como segundo tesoureiro. Lógico que já tinha mais ou menos quem ia para onde. Mas, na hora, esse rapaz, na convenção, questionou e aí foi incluído na chapa como segundo tesoureiro, representando as Ciências Contábeis. Aí, tem, na capa, uma foto que era da chapa. Bem na frente, segurando a faixa, estão Fernando, Ernesto, Stan, Arimathéa, Robinho. Atrás, eu, Gleciara, Joel, Jaci, a Mirick e a Yasmin. Na parte interna tem a assembléia da convenção, com todo mundo já de braço para cima, falando palavras de ordem. Depois, uma outra foto que era em um corredor. Acho que estava tendo uma reunião no auditório do CEG e aí, quando saímos, fizemos a foto do grupo todo. Bem legal, gostei de rever isso aqui.

O que unia o grupo de vocês naquele período (1976 a 1981) além da luta pela democracia?

RS - Acho que era a importância de mobilizar pessoas na perspectiva de se envolverem na luta por uma sociedade melhor, menos desigual, mais justa.

Mas além disso, não tinha alguma coisa a mais?

RS - Isso passava pela relação entre nós, com os colegas de sala, com colegas de outros cursos. Acho que era a aposta na crença de que podíamos fazer diferente, ou seja, estabelecer relações diferentes.

Como assim “relações diferentes”?

RS - pautada na perspectiva da igualdade.

Então, pelo que vc me respondeu, no fundo não havia outro tipo de ligação entre vcs que não fosse o político.

RS - Eu me lembro que toda atividade tinha como "alvo", mobilizar o "outro" para que ele também entrasse na luta - por uma universidade melhor, por uma sociedade melhor!!! E para isso, fazia-se necessário ocupar espaços, tais como os conselhos, os centros acadêmicos, os centros comunitários. Espaços onde se pudesse transmitir uma mensagem de sociedade diferente.

APÊNDICE G

Entrevista com Neivaldo Bragato

Nome completo, atividade e formação?

NB- Eu sou Neivaldo Bragato, tenho 50 anos e sou nascido em Colatina (ES). Lá, fiz até o ginásio em escola pública. Depois, fiz três anos de Colégio Marista, ainda em Colatina. Vim para Vitória, fiz vestibular para Engenharia, entrei e fiquei seis meses. Consegui uma bolsa para os Estados Unidos. Fiquei um ano lá. Quando voltei, fiquei mais seis meses na Engenharia e fiz vestibular para Economia (em 1975). Entrei e larguei a Engenharia. Fiz o curso de Economia em quatro anos (de 1976 a 1979). Me formei mas não exerci a profissão. Em 1985, fiz concurso público e entrei para o serviço público desde então. Sou concursado do Estado – Fazenda Estadual – e depois fiz também concurso para o INSS. Entrei, em 1985, no Estado, como assessor de nível superior da Secretaria da Fazenda. Fui chamado, posteriormente, para ocupar o cargo de auditor do INSS, em 1995, quando eu larguei o Estado e fui ser auditor efetivo do INSS. Também assumi cargos de gerência. Fui subsecretário de Estado da Fazenda, por quatro anos; de Planejamento mais dois; fui secretário municipal da Fazenda, de Planejamento, de Gabinete, de Limpeza Urbana com Paulo Hartung e Luiz Paulo Vellozo Lucas. Depois, vim para o Governo, onde fiquei quatro anos como secretário de Governo e, agora, estou exercendo o cargo de Secretário Estadual de Obras, neste segundo mandato do governador Paulo Hartung.

Como foi essa retomada do movimento estudantil a partir dos DAs, a partir das lideranças? Como isso se deu até chegar na reabertura do DCE?

NB- Importante frisar que eu, antes de chega na Ufes, não tinha tido envolvimento com movimento nenhum. Colatina era muito fraquinha. Não tinha nada, nem cultural, nem esportivo, nem acadêmico. Não tinha nada. Eu fui tomar contato com isso quando me defini pelo curso de Economia. Aí você já via algum movimento na escola, mas mais voltado para o aspecto esportivo. As entidades tinham sido fechadas – em sua grande maioria – e as que ficaram voltaram-se mais para o lado

social, mais esportivo até do que social. Em 1976, nós tivemos a primeira eleição, que foi a chapa “Gota d’Água”. O Quincas Silva foi o presidente. Ali, você já tinha um primeiro esboço de movimento por melhoria da escola, reivindicar coisas básicas para a educação. Primeiro, um movimento incipiente no CCJE, que envolvia sete cursos: Serviço Social, Direito, Administração, Economia, etc. Tinha outro movimento na Engenharia e outro na Medicina. Eram os três grandes envolvidos. Nessa chapa eu já participei, mas não entrei. No ano seguinte, aí eu já fui candidato a presidente do DA do CCJE. Isso num outro movimento. Em 1977 já tinha mais movimento. O país estava com o movimento pela abertura – um movimento nacional – e a palavra de ordem era liberdade democrática. Democracia era a palavra de ordem. Então, você juntava tudo em torno da democracia. O MDB era o ponto de união partidária. Então, você começava a ver um fortalecimento desse movimento em diversos setores da sociedade, como também dentro da faculdade. O movimento universitário acabou sendo uma parte forte nisso porque tinha muita repercussão, muito espaço na mídia e estava num momento importante na sociedade. Acho que nossa chapa chamou-se “O Grito”. Passado mais um ano, em 1978, passamos do DA para o DCE. Aí, Paulo Hartung entrou encabeçando a chapa, já com algum vínculo, uma articulação nacional. E eu fui como tesoureiro (não me lembro da chapa completa) e mais um monte de gente aí que até hoje continua na luta. Então a gente foi eleito, reabriu o DCE em 1978, com uma grande plataforma de luta, nessa linha de liberdade democrática. Era melhoria do ensino, e liberdade democrática no país, que significava eleição para presidente, anistia para quem estava fora do país e espaço para respirar na sociedade.

Nesses centros que você disse que tinham as maiores movimentações, quem eram as maiores lideranças?

NB- Você tinha um grande foco na Medicina, com a Merli, o Lauro, o Lelo, o Geraldo. Tinha uma turma grande na Medicina. Tinha outro bloco de pessoas na Engenharia, que eu não saberia te lembrar, mas tinha, numa outra linha de pensamento. Na Pedagogia também tinham algumas pessoas e o CCJE que era um outro núcleo. Juntava tudo no CCJE. As eleições, geralmente, eram assim: Economia e Administração de um lado, Direito do outro. Como se o Direito fosse identificado com as bandeiras conservadoras. Isso, por causa dessa composição

que havia. Porque quando as faculdades são separadas, um DA de Direito é um DA forte. Ele, por natureza, é um DA forte, porque as pessoas têm, por natureza, falar, discutir. Aqui, você tinha Administração, Economia (talvez um dos principais núcleos estivesse na Economia) e Direito. Algumas pessoas também no Serviço Social, Biblioteconomia. Mas esses três cursos principalmente.

Essas pessoas que compunham esse grupo, na época, já pertenciam a algum partido?

NB- Legalmente, algumas pessoas pertenciam ao MDB. Quando tinha MDB, você tinha porta-vozes: prof. Berredo de Menezes, do Direito, era do MDB; dr. Argilano Dario. Berredo era mais porque era professor do Direito. Tinha uma participação importante nesse movimento quando da repressão, quando prenderam ônibus em que a gente ia viajar; Sesat; Encontro da UNE. Ficamos todos presos, fizemos um movimento na Ufes. Ficamos debaixo de uma barraca por dois dias lá. Berredo foi lá.

Mas e vocês do movimento estudantil?

NB- Não, algumas pessoas sim. Eu não sei te dizer, mas eu era filiado ao PMDB desde muito antes. Embora eu não tivesse ligado nessa época, tinha por trás uma vinculação ao PCB, o “Partidão”. Tinham uns núcleos, dentro da universidade, que eram vinculados. Eu também fazia parte do grupo, mas não era a liderança desse setor. Eu tinha uma vinculação oficial com o MDB e tinha alguma vinculação extra-partidária (não sei como graduar isso) com o “Partidão”. Você há de convir que ficou muito “gelatinoso”. Um monte de gente foi expulsa, um monte de gente fora do país, um monte de gente morreu. Então, você não achava o cara do “Partidão” na esquina, o antigo, o histórico. Ele estava expulso, estava não sei aonde, estava clandestino. Isso foi sendo remontado aos poucos. Mas eu só fui apresentado a isso mais tarde.

Mas você conviveu com essa, digamos, “escola” do “Partidão”?

NB- Sim

Na sua avaliação, qual foi a importância do “Partidão” para esse grupo político de vocês lá dentro da universidade, até os dias de hoje?

NB- Eu acho que você precisa ter uma linha de discussão, um encaminhamento. Naquele momento – 1976, 77, 78 – essa era a linha que mais se encaixava na minha visão de mundo para você lutar, reabrir, conseguir espaço democrático. Era o pensamento que mais coadunava. Tanto que tinham outros com os quais a gente não concordava, dentro da própria universidade. O “Partidão” não, o “Partidão” teve uma discussão depois, que rachou, teve uma crise interna e cada um tomou seu rumo. Eu, inclusive “tchau-tchau”. O mundo foi pra cá, o “Partidão” foi pra lá; eu peguei e fui com o mundo. O “Partidão” foi pra catacumba, tanto que rachou por causa de nome, etc. Virou briga de sigla. Mas nesse momento de reabertura do país, de remontagem dos movimentos, ele foi importante porque ele tinha história, as pessoas tinham história, tinham conhecimento da história. Você não vai começar do nada. Então você pega essas pessoas, com experiência em diversos níveis (histórico, cultural, com movimentos sociais) e vai passando a quem está chegando. Isso é uma forma de ir renovando. O que as vezes acabou acontecendo posteriormente, foi querer implantar dogmas. Só que o mundo mudou, estava muito aberto pra você ficar (nem de brincadeira) teleguiado por “A” ou “B”. Não tinha a menor chance disso. Tanto é que caiu, não só aqui como no mundo inteiro. E nós fomos mais cedo. Ah, porque vai intervir! Pode intervir e ficar com tudo, porque não tem nada. Vai intervir em quê? Se tivesse patrimônio, bens, mas não tem nada. Vai intervir em quê? Nas idéias das pessoas? Vai pegar as idéias delas e mudar suas cabeças com a marreta?

Um dos textos que li (de Dianary Sarmiento Régis) fala que ela veio para cá com a função de reestruturar o PCB aqui e, ao chegar, encontrou “aqueles jovens de Gramsci em punho”?

NB- Era isso mesmo, eram idéias novas, idéias do Norberto, idéias abertas para o mundo.

Até o perfil do movimento estudantil da década de 70 era diferente daquele existente na década de 60.

NB- Sim, era outra coisa. O que se queria era implantar a liberdade democrática, a democracia, eleição para presidente. Não se queria derrubar governo. A turma de derrubar governo com armas morreu lá atrás, no Araguaia. Nada contra, são momentos diferentes. Não é que um está certo e outro errado. Nós estávamos certos.

Vocês estudavam as teorias como Marxismo, Socialismo?

NB- Estudava sim, tinha papéis, textos, mas eu nunca fui o grande teórico, o grande estudioso do grupo. Eu lia o básico, o feijão com arroz.

E você atribui isso ao fato de vocês se identificarem com a teoria gramsciana ou não tinha nada a ver uma coisa com a outra?

NB- Acho que as pessoas da nossa convivência, na sua maioria, eram adeptas a essa linha de Gramsci, de abertura, de questionar essa coisa centralizada. Quem veio com outras idéias veio de fora. A quase totalidade do nosso pessoal era na linha de não só questionar o regime militar, mas também questionar regimes totalitários de outros lugares. Não tem porquê questionar um e não questionar o outro. Mas era como estou te falando, alguns liam e estudavam mais outros menos, como em qualquer organização.

Como eram organizadas as ações políticas do grupo lá ainda no movimento estudantil?

NB- Tudo é um processo. Do bandejão até a aula noturna, até tirar um professor ruim. O que prevalece, que é uma prática do grupo é se tenta resolver pela via da conversa, é a primeira via. Você vai, junta, senta, escuta, monta um grupo e vai conversar com quem de direito. Se puder resolver economiza-se tempo. Um ato seguinte é que você faz diferente, se não está fácil então junta, faz panfleto, faz papel, faz faixa, vai nas salas, convence as pessoas, convoca uma reunião, convoca uma assembléia, daí convoca uma greve. É um ritual. Obviamente, você não começa pela greve, nem fechando o trânsito. Uma coisa que a gente – e eu

particularmente – sempre teve na cabeça foi o seguinte: o seu direito termina quando começa o do outro. Não tem sentido você fazer passeata e deixar os caras se arrebentar no trânsito. É preciso deixar o outro ir trabalhar, fazer suas coisas. Isso é princípio básico. Do contrário eu não concordo, perde o apoio. Então, o raciocínio é esse: senta, discute, conversa com quem pode resolver, vê se é possível resolver. Se não resolveu, aí começam os mecanismos de pressão. Lembrando que greve é um instrumento meio perigoso, porque ao mesmo tempo que você defende melhores níveis educacionais, a greve é a não-aula. O tempo que você perdeu fazendo greve, nunca mais você vai repor. Se se conseguisse fazer greves mais curtas, ou greve-pipoca, greve de protesto, marcar sua presença... A universidade federal ficou 90 dias em greve. Não conta com o meu apoio, conta com o meu repúdio. Ainda é pior, recebendo salário, que é um vexame. O cara da iniciativa privada se fizer greve não recebe. O cara do serviço público faz greve e ainda recebe salário, seja ele (o salário) miserável ou não, pequeno ou não, pouco ou não. Aliás, esse pouco também é discutível. Pouco em relação a quê? E também porque ninguém é obrigado a ficar em lugar nenhum. As pessoas são livres. Se não está bom aqui para elas, podem se candidatar a outro emprego melhor. E serviço público não é lugar de ninguém ficar rico, todo mundo sabe disse quando faz opção de trabalho. Também pode montar um negócio particular, não é obrigado a ficar no serviço público. Mas, nessa linha de raciocínio, quanto mais pragmático você conseguir resolver, melhor. O “X” é que você precisa ter resultado. Nós éramos uma turma assim: queremos resultado, solução. Não queremos 90 dias de greve para nada. Queremos um ou dois dias de greve e solução para o problema, seja ela parcial, seja ela de pouco a pouco.

Você lembra de algumas das principais ações que vocês promoveram naquele período, tanto dentro quanto fora da Ufes?

NB- Stan conta muito um negócio da biblioteca, que a gente fez um movimento grande. Teve coisa de RU, fora que tinha muitos movimentos de anistia, liberdade, passeatas... Tiveram muitos atos aqui no Colégio do Carmo. Movimentos de melhoria para a escola, mais cursos, melhores cursos, bandejão, biblioteca. Melhorias, em geral, que envolviam a escola.

Você acha que aquele grupo conseguiu uma boa interface com os movimentos sociais fora da universidade?

NB- Conseguia sim, mas o movimento estava muito fraco. Que movimento social você tinha? Movimentos populares? Tinha pouquíssimo. Esse movimento foi surgindo depois, com associações de moradores. O regime militar deu uma “chapada” legal nesse negócio. Hoje você tem associação de moradores, Famopes... Se articulou bem isso aí. Tanto que em alguns lugares isso foi criado por prefeituras. Em Vila Velha, por exemplo, foi a Prefeitura que criou os movimentos comunitários. Você tinha muito movimento com OAB, com o MDB, que era partido, tinha envolvimento com igreja. Mas não tinha um movimento social forte. Quem era a outra parte? Sindicato de trabalhadores? Não estava muito forte. Lula foi surgir quando? Lá em São Bernardo. Não tinha um movimento sindicalista forte. Era muito insipiente. Posso estar até errado, mas o maior movimento da época era o nosso. Não é que ia fazer revolução não. Mas era o que movimentava mais gente, conseguia fazer uma assembléia, conseguia juntar mil ou duas mil pessoas numa assembléia, fazer um movimento, fazer uma passeata, porque ali você tinha um punhado de estudantes. Não era trabalhadores. Você tinha gato pingado de trabalhador, alguma coisa de movimento popular, mas muito pouco. Tinha mais o classe média (A-B), militantes de alguns movimentos sociais mais de classe média e movimentos partidários: o MDB já começando a dar a cara de oposição num partido organizado e legal.

Tinha, dentro do grupo, algum nível de hierarquia entre vocês?

NB- (demora a responder)... Se você falar em termos de movimento da universidade em si, você tinha o grupo, onde você senta e discute. O Paulo Hartung era presidente, era como um líder natural desse grupo. Como também tinha na Medicina o Lauro, Lelo, a Merli, os líderes daquela região. O Anselmo Tose, mais tarde, o César Colnago. Essas lideranças ficam praticamente conjuntas. Eles eram vistos e eram pessoas que coordenavam esse grupo em linha majoritária. Não tinha cargo de hierarquia, havia um reconhecimento de liderança e não liderança em caixinha hierárquica (chefe, subchefe).

E na hora das decisões políticas de vocês lá com os estudantes, essas lideranças efetivamente levavam as decisões a serem tomadas para a assembléia decidir espontaneamente ou havia já uma preparação disso para tentar direcionar a decisão?

NB- Tem que preparar. Não tem assembléia espontânea, não existe isso. Se você vai chamar para uma assembléia ou uma grande reunião, há um entendimento em todos os movimentos políticos que você vai sentar e traçar o que você vai levar de idéias para ele, do que você acha que é a linha majoritária. Não necessariamente a assembléia vai aprovar. Você combina o jogo com 10, 15 pessoas, vão lá 1500 pessoas, aparecem lá dois ou três que também tem outra opinião diferente, cria confusão, isso é natural. Como não se estava propondo pena de morte para ninguém, mas sim encaminhamentos de melhorias, de conquistas, havia quase que uma coisa natural de você... Ah, vamos fazer uma passeata. Tá, vamos fazer uma passeata no Centro da Cidade para protestar contra não sei o quê. Tudo bem, a pessoa não é obrigada a ir. Mas, geralmente, se discutia muito. Não necessariamente saía com um grupo homogêneo. Teve discussão que não se tem consenso. Se discute, um quer fazer de um jeito, outro do outro. Mesmo entre os membros que coordenavam esse grupo, sentava e discutia. Mas não tem assembléia sem reunião, sem um mínimo de organização. Senão, você perde o rumo da discussão. Até porque, umas duas ou três pessoas, geralmente, davam encaminhamentos. Tudo bem, a palavra está aberta, mas você precisa treinar umas quatro cinco pessoas para que elas falem. Até porque havia pessoas boas de formulação e outras boas de “falação”. Se você consegue ser bom nos dois, melhor ainda. Laurinho, por exemplo, é um cara bom de formulação e bom de convencimento.

Em relação a entrada de pessoas de fora do grupo que quisessem entrar. Isso era fácil ou existia algum pré-requisito, alguma dificuldade?

NB- Não, isso era questão de – como diz o outro – fazer circulismo. Aliás, muito pelo contrário, quanto mais pessoas pudesse trazer para o grupo melhor. Obviamente que é preciso convencer as pessoas. Não é fácil. Se a pessoa não tem o mínimo de tendência ela não entra no grupo. Na época, todo mundo entrava no grupo. Se é

bom, se quer mudar. Mas não é assim. Nas empresas e na sociedade, geralmente tem o seguinte: 10% são ativos (querem mudar), 80% estão no meio e outros 10% acham que não deve mudar nada. A maior parte está no meio e você vai tentando convencer. Quem convencer melhor leva. É essa a idéia. Se se consegue captar pessoas para fazer parte desse núcleo que coordena, que trabalha mais, excelente.

Mas somente o fato de que o militante tinha também que ser bom aluno não era por si só um elemento de seleção? Não que isso fosse exigido por vocês, mas sim pela própria vida acadêmica.

NB- Isso, de certa forma, tomou muitas horas de estudos de um monte de gente. Minha, principalmente. Tudo é a natureza. Se você for pegar a militância mesmo, é sábado, domingo, fazer faixa, rodar mimeógrafo, rodar papel, convidar as pessoas, sair colando. Isso tudo toma tempo, força física, madrugada, reunião sábado de manhã. Não tem jeito. Não é o grupo que limita, mas sim a situação. Tinham outros que as vezes estavam perto de você, mas preferem gastar mais tempo estudando. Tinham pessoas que estudavam mais, mas estavam com a gente nas assembléias, eram favoráveis às nossas idéias de abertura, de mais liberdade. Mas, acabava a aula e ia embora para casa estudar. E Bragatinho, não sei quem e não sei quem ia lá para o DA fazer reunião, etc, etc. Isso é mais das pessoas do que o grupo impôs ou não impôs. Mas acabava sendo uma seleção natural. Porque às vezes a família também não quer. Imagina o seguinte: quem éramos nós, quem eram nossos pais? Alguns pais tinham mais informações do que outros (os da Grande Vitória principalmente). Minha família tinha pouco, porque eu era do interior, de Colatina, pouca instrução. Mas um cara de classe média da Grande Vitória sabia o que era ditadura, regime militar, uma pessoa morreu, o amigo dele foi preso. Então, ao invés disso ser um incentivador, era um limitador. “Não entra nisso não, filho”. Você tinha um manancial grande de pessoas que poderiam entrar mas que não entram por diversas razões: um por natureza humana, outro porque a família não incentiva, por outra razão. E isso é a minoria.

O que te levou a esse caminho ideológico, já que na sua casa não havia esse tipo de orientação política?

NB- Uma coisa aparentemente contraditória, do ponto de vista dos comunistas retardados, eu fiquei um ano nos Estados Unidos. Num outro país que tinha eleição, democracia... Podia ser e falar o que for, mas lá tem eleição. De quatro em quatro anos a democracia deles reelege o xerife, reelege o promotor. Aí, você volta para um país que não pode eleger presidente, os prefeitos, o governador. É automática a reação. Tem que ser tapado demais para não reagir. Então, a minha ida para os Estados Unidos me mostrou o mundo. Quando eu voltei eu já tinha visto o mundo. Pra mim, que nasci lá no Córrego do Ouro, em São Silvano, Colatina, que conseguiu uma bolsa de US\$ 330,00 para passar um ano nos Estados Unidos, estudando, eu voltei cheio de idéias na cabeça. Tanto que a primeira coisa que fiz foi mudar de curso. Aí, você começa a ver – e eu gostava muito de ler. Então, foi natural isso. Pessoas podem ter vindo por outras razões: o pai já foi comunista ou tinha certa preferência, tinha certa simpatia por essas idéias de esquerda. Mas não tinha nada disso de esquerda quando começamos o movimento. Na minha leitura, no meu caso particular, foi muito de cidadania, de cabeça, desse tempo que eu fiquei fora do país e vi o que o país podia ser.

A vivência em um país extremamente capitalista, que era combatido pelos comunistas te influenciou a ser simpatizante do Comunismo

NB- Isso aí, foi dessa contradição que eu falei. Isso foi o meu caso. Cada caso é um caso. A família de cada um, o irmão de cada um, a origem de cada um, de onde que veio. O Pai do Paulo Hartung tinha isso nas veias. Eu tive grata experiência de viver fora do país com 18 anos, que não era uma coisa que muita gente fazia. Hoje, tem uma febre de bolsas, mas na época que eu fui tinha pouca gente, poucos programas. E eu, de duas bolsas para Colatina, consegui uma. Eu sou muito grato a isso e defendo que todo filho meu e de quem puder deve fazer um ano de estudo fora do Brasil. É bom, estará formando melhor um cidadão. A pessoa vai ver o mundo de outra forma. Vai saber que esse não é o único país do mundo. Esse pode ser um país bom, mas longe de conversa que esse é o melhor país do mundo. Isso é ufanismo idiota. O Brasil é um país bonito, a natureza ajudou muito, mas nós temos que melhorar muito quem mora aqui. É demorado fazer uma sociedade. Não se faz com decreto nem com projeto de lei, se faz com muita cultura, muita educação e muita multa, infelizmente. O ser humano “pequeno” aprende na escola, você vai

educando, mas o ser humano “grande” só aprende com multa e educação. Por que o cara se comporta na Alemanha e não se comporta no Brasil?

Você acha que conseguiram, enquanto movimento estudantil, influenciar os rumos da política capixaba daquela época ou não? Como?

NB- Eu acho que sim. Obviamente não mudamos a estrutura. Não vamos ter ilusão que um bando de estudantes universitários vão mudar a estrutura de um Estado, de uma nação. Mas ali a gente fez um movimento forte, a gente participou muito. Acho que a gente conseguiu mexer, abrir, questionar, participar, porque era uma mão-de-obra que todo político queria ter ao lado. Quem é que teria um grupo desse para fazer campanha para “A” ou para “B”? Não tinha. Então surgiu um grupo de pessoas muito grande disposto a entrar nisso. Tanto que em 82 nós acabamos entrando. Paulo ia entrar para vereador, entrou para deputado. Stan virou vereador, Felício também, com uma eleição estupenda. Se fosse fraquinho, não teria tido nada disso. Então, teve o reconhecimento. E eu acho que não só teve reconhecimento como foi apontando frutos. Paulo, hoje, já virou prefeito, governador, senador. Luiz Paulo, que não era daqui, mas também era do grupo e fazia uma interface com o Rio de Janeiro, já virou prefeito, deputado. Lelo virou deputado. Stan virou e parou. Felício virou e saiu. E você conseguiu espalhar isso aí pela sociedade como um todo. A gente, de certa forma, participou legalmente na eleição de Gerson Camata. Foi uma eleição que a gente fez uma opção. Qual foi o peso disso? Não sei, mas estávamos todos do lado. Um bando de jovens aí (500 ou mil) trabalhando com aquela candidatura que achava ser possível, a melhor para a época. O cara deu uma renovação, esperança. Tanto que até hoje, pelas coisas que fez, ele é benquisto. Acho que deu resultado. Eu não esperava assim... Quando você está lá, há 30 anos atrás, se não vai saber assim: “ah, nossa meta é chegar não sei onde”. Nós lutávamos com Elcio Álvares, Eurico Rezende. Se o caminho é esse, vamos no passo a passo, no método chinês (dando o primeiro passo é que se chega lá). Acho que essa é a linha. E nós continuamos no caminho. Estou com 50 anos e com gás para fazer um bocado de coisas ainda. E assim como eu, um punhado de gente que estava nesse grupo. Isso que é a vida: enquanto você não estiver impedido fisicamente (de forma grave), mentalmente que nós não vamos estar. A idéia não pode morrer. É possível melhorar sempre. O país está pronto? Está pronto nada,

longe disso. Estamos no meio de uma convulsão social, com um monte de denúncias para tudo quanto é lado. O que eu gostaria mesmo é que a escola gerasse novos líderes, novos movimentos. Ficou um buraco, o que é ruim. Pergunta-se: de onde vão nascer as novas lideranças? É uma pergunta séria, porque ou sai do sindicato, ou sai do movimento popular, ou de alguma associação de classe. De onde vão sair? Quem vão ser as lideranças que vão comandar o Espírito Santo e o Brasil? A escola é um lugar de treinar pessoas para ser dirigentes, em algum momento. A escola superior deveria ser um grande foco de fornecimento de novas lideranças. Hoje isso está parado. As pessoas passam por ali e tomam outro rumo.

APÊNDICE H

Entrevista com Paulo Cesar Hartung Gomes

Como foi a retomada do movimento estudantil na época em que começaram as articulações para a reabertura do DCE?

PH- Tem alguma coisa que antecede. Primeiro é minha formação familiar. Meu pai, pequeno comerciante no interior. Depois, pequeno e médio comerciante aqui na Grande Vitória. Meu pai era simpatizante do partidão. Então, isso tem uma influência dentro de casa. O debate político, a visão do socialismo como um caminho para a humanidade. A contestação ao regime militar, ao regime autoritário estava na nossa mesa de almoço. No dia-a-dia da nossa família. Quando a nossa família veio do interior (eu nasci em Guaçuí, depois a família foi para Lúna e depois para a Grande Vitória), eu estudei rapidamente em escola pública, o colégio Padre Anchieta, que, antigamente, era ali na avenida Vitória, em frente a antiga fábrica de juta. Meus pais, entendendo que a escola estava muito fraca no conteúdo, fizeram um sacrifício brutal e, então, me colocaram no Colégio Salesiano. Lá no Salesiano, eu já participei de atividade estudantil. Fui eleito pelas turmas o coordenador do Grêmio do Colégio. Eu estudei 10 anos no Colégio Salesiano. E, em algum momento dessa caminhada, eu virei coordenador (do Grêmio). Era uma coisa ainda pouco ligada à atividade política, mais ligada à atividade literária e esportiva. Mas já tive ali uma ligação com aquilo que é movimento estudantil secundarista.

Quando eu fui para a Universidade Federal do Espírito Santo, foi um pulo. No básico, ainda, a gente já começou um debate, uma articulação, que resultou na chapa Gota D'Água, que já dentro do CCJE, nós articulamos um movimento no sentido de retomar a entidade estudantil para uma agenda de luta estudantil, para melhora da qualidade do ensino, de verbas para a Educação, de um debate em torno de questões nacionais na luta pela reconquista da democracia, que, depois, embute a questão da anistia (um tema que mobilizou muito, à época). Curioso dessa história é que eu entro na Chapa Gota d'Água na posição de diretor. Eu me lembro da Dalva Ramaldes brincando comigo. Hoje professora da Universidade, dizendo ser um desperdício esse rapaz sendo diretor de esportes. Porque tanto no Salesiano, como no período inicial da minha atividade na Ufes, eu tive muita ligação com a

parte esportiva: joguei handebol, futebol de salão; ninguém acredita, mas joguei voleibol (baixinho desse jeito).

Já com a atuação desta nova diretoria do DA (Quincas era o presidente, Chico, Bragato), o Diretório Acadêmico do CCJE, nós fomos representar o Espírito Santo. Eu, Dr. Adalto Emerick e um terceiro estudante de Vila velha (ver quem é). Nós três fomos representar o ES no ENE que era o movimento que se fazia na época para reorganização da UNE. Este encontro foi em Belo Horizonte. Nós já saímos daqui sendo acompanhados pela Polícia Federal. Nós só descobrimos isso no meio da viagem quando o ônibus parava, checava as presenças e os três foram presos na entrada de Belo Horizonte. Fomos levados, acho que para o DOPS de Belo Horizonte. Eu me lembro do prédio até hoje e isso criou um bloqueio com a cidade de Belo Horizonte. Eu não gostava de voltar lá. E nós ficamos lá, presos de um dia para o outro. Me lembro até a motivação que nós fomos soltos às pressas no dia seguinte. Porque a esposa do Carter, presidente dos EUA de então (não me lembro do nome dela) estava visitando o Brasil, estava em uma campanha pelos direitos humanos no mundo e na América Latina. o Governo Brasileiro, envergonhado deste episódio, soltou os estudantes rapidamente. Mas o Adalto ainda teve que voltar à polícia aqui, para depor, e assim por diante. Esta é a retomada da construção das instituições estudantis. No bojo desta questão entra a discussão da reabertura do DCE da Ufes, que era uma entidade proibida, naquele momento. E, pelo Brasil a fora, começava esse processo de reorganização e o movimento caminhou nessa direção da gente ajudar, em nível nacional, na reorganização da UNE e trabalhar aqui em baixo no sentido da reorganização do Diretório Central dos Estudantes. Mas eu diria que esses foram os primeiros passos.

Passou por um processo de fortalecimento das entidades setoriais, os DAs?

PH- Isso aí. O biomédico teve uma marca muito forte porque o último ataque do Regime Militar na desarticulação do movimento estudantil foram lideranças do Biomédico que foram presos naquela época. Se não me engano, no ano de 72, quando Vitor foi preso, Iran Caetano foi preso. Dali do Biomédico, tem um núcleo que se organiza um pouco na frente da universidade. Claudino de Jesus, Merli (é figura chave dessa rearticulação, Lauro, Geraldo Correa).

E nos demais centros, quem eram as lideranças mais importantes?

PH- Eu me lembro do Broseguini, na Engenharia; mas depois tem lideranças que se formam em oposição ao movimento que a gente fazia: Shaolin; a Vera – esposa do Cesar Colnago – tem a ver com essa reorganização ali na área da Psicologia, no CEG (Centro de Estudos Gerais); (cita Centro de Artes e de Educação Física, mas não lembra dos nomes); lá em Alegre, no Centro Agropecuário, eu me lembro que era o falecido Barone. Acho que a reorganização do movimento cultural teve um papel muito grande, com o cineclubismo, a Martinha Baião – era mais fotografia, mas era um pouco teatro também –; a Lucinha Chequer. Essa volta com articulação cultural, de uma vida cultural dentro de um campus universitário é uma coisa importante. Esse Festival de Alegre nasce nesse período, por ação dos estudantes. Pouca gente sabe disso, o povo de Alegre não sabe, porque foi mudando muito o Festival de Alegre, tornando-se uma coisa profissionalizada. Mas isso nasce dentro daquele momento de movimento estudantil. A gente fez, na época, um festival de música, lá em Alegre; fizemos um aqui, em Vila Velha (se eu não estou enganado). O de Alegre seguiu em frente, tomou o seu formato próprio.

Mas eu me lembro bem da gente sentado ali naquele espaço onde era a Subreitoria Comunitária (Penina era o subreitor), com representantes de todos os centros, trabalhando os debates da reorganização do DCE. É isso, como você disse: a gente organiza nos centros, obtém musculatura e, aí, com um pouco mais de organização, dá o passo de organizar a entidade central e vai para o processo eleitoral. Concorrem 4 ou 5 chapas, entre elas a “Construção”, eu lembro o nome. A nossa chapa que eu presidi, que eu disputei e aí nós fomos eleitos com uma votação proporcional, na universidade, extraordinária (mais de 70%), que não tinha sido obtido por nada na história da universidade. E aí nós começamos a vida de uma entidade estudantil tratando do conjunto da Universidade Federal do ES, buscando articulação com o movimento secundarista, que era muito embrionário. Mas já tinha lá o Moisés, a Lana, Marcelo Ciano, um conjunto de jovens. A gente vai se articulando com as outras faculdades, tentando trazer a EMESCAM (Albernaz), trazer as outras faculdades privadas. Tentamos um movimento em Cachoeiro ... Aí você consegue ter um pouco mais de articulação no movimento. Não só na UFES, mas em algumas outras universidades privadas também. O DCE permite uma articulação maior.

Um corte que eu queria fazer é que a gente vivia um momento muito diferente desse. As vezes os estudantes me perguntam por que era tão diferente no tempo de vocês? Por que quando chamávamos os estudantes iam? Eu me lembro da primeira passeata. Depois de anos os estudantes fizeram a primeira passeata na Jerônimo Monteiro. Apanhamos muito da polícia (risos). Por que? O momento era muito rico. Você tinha uma fadiga do Regime Militar. Você tinha uma aspiração pela liberdade, pela democracia, pelo direito das pessoas escolherem seus representantes nos vários níveis... Você estava lutando para superar uma fase difícil que o país estava passando. E os estudantes saíram na frente aqui no estado. Depois os professores se organizaram aqui na Ufes. Organizaram sua entidade e outros grupos foram se organizar na sociedade e assim por diante. A intensidade das coisas explodia. Foi um momento riquíssimo que formou este monte de gente que está na vida pública, na atividade privada, como profissional liberal. São figuras que têm um traço próprio em alguns aspectos marcantes... Porque formou uma geração. Quando as pessoas me vêem falando de geração é por isso: formou uma geração. Em outros momentos da sociedade brasileira forma uma geração em termos de pensamento de compromissos, de valores, de princípios e assim por diante.

As imagens que me vem, por exemplo, a gente, dentro da universidade, carregando máquina de cinema para passar filme no centro. Mas o mesmo grupo que fez isso, foi para bairro passar filme, fazer debate com lideranças de bairro. Foi um momento muito rico. A Igreja católica teve um papel muito importante, cuja a liderança de Dom João Batista, na época, de Dom Luis, que também abriram espaço para estes movimentos nascentes na sociedade, também fizeram um trabalho importante de articulação nas comunidades eclesiais de base. Era um momento efervescente que, devagarzinho, os estudantes foram saindo dos muros da universidade. Veio o episódio das enchentes, em 1979. E aí, os estudantes se articularam com o movimento da igreja (foi quando eu conheci padre Alberto, que hoje trabalha comigo); foram para as ruas recolher alimentos; buscar solidariedade para os desabrigados. Foi um momento próprio do País e do Estado, que não tem como fazer um traço de comparação do porquê mobilizou ali e não mobilizou aqui. Se fazia assembléia para discutir média 7 e ia uma multidão. Se fosse média 8, também juntava. Na verdade, você tinha uma motivação, uma mobilização que era própria do nosso tempo. Essas coisas vão e voltam, com características diferentes. Não tem como comparar épocas distintas. Não é porque fulano ou cicrano estavam. São

circunstâncias da vida social. Eu tenho muito orgulho, porque acho que a minha geração aprendeu muito. Forjou valores e princípios que norteiam a nossa ação. Quando me perguntam o que eu aprendi no curso de Economia, aprendi muita coisa importante. Mas aprendi muito mais fora da sala de aula, nos corredores, nas assembleias, nas reuniões. Tudo isso treinou e formou o que eu sou e o que muita gente é.

O senhor lembra se, nessa época, já pertenciam a algum partido?

PH- O “Partidão”

Qual foi a influência do Partidão na vida de vocês?

PH- Muito grande. O velho Partido Comunista, eu posso dizer, que foi uma escola de formação de quadros no Brasil ao longo do tempo. E particularmente no período que nos militamos a questão da democracia foi ganhando um contorno muito interessante na formulação do partido. O partido já não tinha participado da luta armada. Não tenho nada a ver, não sou desta época, mas o partido tinha renegado a luta armada como meio de derrubar o Regime Militar. Na verdade, enquanto outras forças achavam que esse caminho, de um certo voluntarismo, na minha visão de alguém formado pelo partidão, era um caminho para derrubar o regime Militar, o velho Partido Comunista formulava uma idéia de frente ampla, de buscar uma costura na sociedade entre as várias forças políticas que tinham sido prejudicadas pelo Regime Militar e fazer um enfrentamento com uma política, que se mostrou vitorioso. A realidade mostra que o outro caminho foi quase uma aventura, onde se perderam vidas humanas, jovens idealistas e esse caminho, um pouco mais lento, mas que foi ampliando, que foi jogando no desgaste do regime militar, foi abrindo brechas e agregando forças que iam sendo contrariadas pelas ações do regime militar e pela própria fadiga do corpo.

Duas coisas que são importantes: é uma escola que valoriza a política. A política no sentido forte do termo. A política como alguma coisa que substitui a luta de todos contra todos. Acho que o partido ensinou isso para esta geração. E com a evolução da própria linha do partido com a influência do que estava acontecendo no PCI, no Partido Comunista Italiano, isso influenciou muito o partido no período, que eu entro

no partido... que eram os chamados de Eurocomunistas, na época. Você tem uma formulação que não mais é mais aquela do partido da década de 40, 50, que pensava a democracia como meio para atingir alguns fins. Depois tomavam o poder e implantavam a ditadura do proletariado. O pensamento que foi sendo lentamente desenvolvido no partido, já nessa época que eu entrei, era muito forte. Tinha um núcleo muito forte na PUC do Rio, que de certa forma influenciou o partido aqui no Espírito Santo, que o Luiz Paulo representava esta ponte, do Rio para cá. A PUC era um centro importante desse pensamento (me lembro da Dora, do Sergio Décimo – figuras importantes do movimento estudantil da PUC, naquela época). É a visão da democracia como valor que depois Carlos Nelson Coutinho escreve um texto que influenciou muito essa geração nossa: “Democracia como valor universal”.

De uma forma simplificada eu vou dizer: a democracia deixa de ter um papel tático e passa a ter um papel estratégico. Passa a ter um valor permanente, ou seja, nós temos que enfrentar o problema da desigualdade, nós temos que enfrentar o problema da miséria, nós temos que buscar a emancipação humana pela via da democracia. Essa é a forma correta da gente atingir os objetivos humanistas que estão engendrados no pensamento socialista. Isso marca muito a formação da nossa geração. Eu digo sempre que uma escola importante na minha vida foi o Partido Comunista Brasileiro.

Vocês estudavam as teorias?

PH- Estudei. Fizemos muito grupo de estudos, na época, que era chamado de circulismo, no sentido de formar gente. Lemos muitas porcarias. Hoje, passado o tempo, vemos isso. Mas não foi perda de tempo.

O senhor caracterizaria o grupo como gramsciano ou marxista-leninista?

PH- Gramsciano. Estudamos Lênin, estudamos Marx, mas evoluímos rapidamente em um pensamento de um olhar com admiração para os escritos italianos, para o movimento que o Partido Comunista Italiano vinha fazendo. Rapidamente recebemos os textos de Togliatti. Recebemos os textos de Gramsci. Fomos procurar entender um pouco a idéia do compromisso histórico. O que estava se pensando em termos de estratégia política na Itália. De certa forma isto influenciou muito essa

geração. Só para lembrar, nos refundamos o Partido Comunista daqui, a partir da Lilia, da Merli, do Luiz Paulo. Quem me convidou a voltar para o partido foi Luiz Paulo Velozo Lucas. Nós reorganizamos o partido aqui sem a direção Nacional do partido no Brasil. A direção estava no exílio. Tinham os velhinhos: Seu Clementino, Vespasiano, Antonio Granja (vem depois). São os velhos amigos do meu saudoso pai. O Prestes estava fora do país, o Gregório de Bezerra estava fora do país. Os dirigentes estavam fora.

Há um grande choque quando vem a anistia e a direção volta ao país e agente vai conversar com a direção. Um grande choque, uma grande decepção, porque a turma que estava estudando tudo isso, quando a direção volta trazendo como fato principal as disputas, as brigas muito pessoais entre eles, Arminio (?), Giocondo Dias. Quando a gente vê a baixa qualidade da briga que tinha de direção, muitas vezes vinculadas a questões pessoais, pouca formulação política, foi um banho de água fria. Aqui e em outras partes do Brasil. É diferente a figura legendária de Gregório Bezerra quando nós o trouxemos aqui era um amor de pessoa, uma figura humana belíssima. Mas era um quadro vindo do movimento social, da luta social. Não era um quadro formulador. Ao conhecer o que o partido tinha de quadros formuladores, era um pensamento que tinha ficado no tempo. Tinha como pano de fundo não uma luta em torno de teses, de idéias e propostas, mas era uma luta muito pequena, em torno de questões pessoais. Isso foi um choque de decepção.

Como, lá na Ufes, na época em que foi o presidente do DCE, eram organizadas as ações políticas dentro do movimento estudantil? Aproveitando a pergunta, existia algum tipo de hierarquia entre vocês?

PH- No movimento estudantil, a hierarquia era a própria direção das entidades. Toda entidade tinha presidente, secretário, tesoureiro e por aí vai. Agora, você tinha as tarefas de movimento estudantil e você tinha as tarefas partidárias. E tinha uma organização partidária. O partido tinha um secretário-geral, tinha sua estrutura, sua organização própria, tinha estrutura hierárquica organizada, tanto no movimento estudantil, quanto na vida partidária.

Sobre as ações políticas, era muito de sensibilidade sobre os problemas do cotidiano da vida universitária. A gente ia lá, discutia, ouvia. Normalmente o movimento era bem mandado para isso e para aquilo, para coisas importantes e desimportantes,

como é próprio da vida. E as coisas iam sendo feitas, fazendo assembléias, fazendo reuniões, organizando. Coisas que eram de centro, eram de centro; de curso... questões que unificavam os estudantes e questões da política do país, que também estava muito presente. Isso, é muito importante dizer: essa coisa do enfrentamento e da busca da democracia marca muito esse período. A retomada das liberdades de manifestação e expressão.

Quais foram, nesse período entre 1976 e 1981 as principais ações políticas do movimento estudantil dentro e fora da Ufes?

PH- Vou começar de traz para frente. Fora da Ufes, acho que as enchentes de 1979 marcaram muito; o movimento da anistia marcou muito esse período; a retomada da luta dos trabalhadores da construção civil – nós tivemos uma participação grande, massiva, nós e a igreja; a luta contra o lixo atômico. Dentro da universidade teve luta de tudo quanto é tipo: lutas para tirar professor incompetente (que não cabe citar o nome); lutas para democratizar a universidade – que foram vitoriosas em parte; tem lutas em relação ao restaurante universitário; luta em relação à biblioteca. Muita coisa não me vem à cabeça, mas tinha uma agenda permanente de curso, de centro, de universidade. Foi um movimento muito ativo. O restaurante universitário era no Centro. Lembro do Stan subindo na mesa para fazer discurso. Tinha um restaurante regional no CBM. Era uma hora boa para fazer convocações de assembléias. Teve um movimento grande no CBM, que era por materiais, condições de ensino. Esse movimento mobilizou e marcou muito a retomada do movimento estudantil. Anselmo, falecido Jaci, Ernesto Negris, o Paraíba (que era um pouco mais velho)... Isso marcou muito essa retomada do movimento estudantil. Pig e Dunga eram muito importantes nesse movimento. A Kátia Moura também.

Existia alguma dificuldade para pessoas de fora entrarem nesse grupo?

PH- Não, existia facilidade. O grupo vivia à cata de ampliar a sua participação na universidade e na sociedade. Recrutar novos membros para o grupo e para o partido, para o movimento estudantil, era uma tarefa permanente para todos nós. Tanto que o movimento agregou muita gente, gente que depois ajudou a formar PT, etc. Formou muita gente, estimulou muitas pessoas a participar da vida política do

Estado, do País, da universidade. Eu vou falando e vou lembrando de pessoas que estão aí na vida, tocando diversas atividades e que foram do movimento estudantil, do “Partidão”, que foram do movimento estudantil e não foram do “Partidão”. Então, o caminho era ao contrário. Não tinha nenhuma vontade de se criar grupinho, mas sim grupão. E foi isso que foi feito. A minha primeira votação fora da universidade é um pouco isso. Eu tive vinte e tantos mil votos para deputado estadual, na minha primeira eleição. E tive votos, se não me falha a memória, em todos os municípios do Estado do Espírito Santo. E eu posso dizer, com muita tranquilidade, que não conhecia boa parte dos municípios. O que é isso? Foi a rede que o “Partidão” e o movimento estudantil criaram. Porque eu disputei a eleição fora do “Partidão”, mas o “Partidão” me apoiou. Então, quando veio a minha votação, eu levei um susto de todo tamanho, porque ela foi surpreendente. Eu era candidato a vereador, a princípio. Depois, houve uma pressão do Moulin, de Guaçuí, para que eu fosse candidato a deputado. Por absoluto desconhecimento do que era uma disputa eleitoral o grupo topou. Eu subi para deputado estadual e Stan veio para o meu lugar, para vereador de Vitória.

Então, voltando a sua pergunta, eu tive uma votação que mostra muito bem a capilaridade e extensão do grupo político que se formou na universidade. Porque o único núcleo fixo que eu tinha era a universidade e Guaçuí, que acabou sendo uma surpresa.

As discussões da direção do DCE para algumas tomadas de decisão que eram levadas para as assembleias tinham alguma discussão prévia entre vocês ou tudo era totalmente decidido nas assembleias?

PH- Em qualquer discussão, evidentemente, que a dinâmica de um movimento de massa você muda lá na hora, reúne em um canto, discute, refaz e ajusta a estratégia. Mas, a gente ia com uma discussão prévia. O Stan, que é um orador brilhante, mas não é um formulador (como todos conhecem), precisava de ter uma discussão, para que ele chegasse a um raciocínio com começo, meio e fim. Uma vez com o raciocínio, ele era brilhante. O Ernesto Negris, que não tinha o brilhantismo de qualidade oratória, mas tinha uma voz que não precisa de microfone, nem caixa de som, também era outra pessoa. Então tinha uma estratégia de para onde queremos ir, para onde não queremos ir. O “Partidão” era aquela coisa: nada de

porra louquice, nada de aventura, um passo de cada vez. Não vamos fazer movimento que joga contra a gente. Não vamos quebrar porta de reitoria porque isso vai ser tiro no pé. A escola do “Partidão” é muito boa. Eu lembro muito bem quando nós fizemos a primeira passeata. Houve uma grande discussão antes: estrutura, segurança, a gente sabia que a polícia podia nos atacar com repressão no meio da passeata. Tinha toda uma discussão, avaliamos a conjuntura, era hora de fazer, tínhamos acumulado força para isso. Nós aí decidimos uma coisa interessantíssima: não vamos fechar a rua toda. Sensacional. Eu tenho orgulho disso até hoje. Por isso que a escola política do “Partidão” foi importante, o treinamento do movimento estudantil foi importante para toda essa geração. Por que não fechar a rua toda? Porque nós não vamos prejudicar a população. Nós precisamos desses carros passando e animando essa passeata, saudando a meninada na rua. E não os carros engarrafados atrás, xingando a gente. Precisamos de gente nos prédios vendo que o nosso movimento tem faixas importantes para a qualidade de vida, para as mudanças que precisam no Estado, no País, na educação. Mas não gente mal humorada com a gente. Precisava jogar papelzinho picada – como aconteceu de fato. Então, eu volto a dizer: foi uma boa escola, uma escola de fazer o cálculo das coisas, avaliar como que a gente ganha mais estudantes para o nosso movimento, como que a gente ganha a sociedade para o nosso movimento.

Eu me lembro do encontro lá do Paraná, que era um encontro de saúde (Sesac), que nós fomos proibidos de viajar. Nós tínhamos uma grande delegação e fomos proibidos pela polícia de viajar. Então o que fizemos? Fizemos um protesto inteligentíssimo, de estratégia bem montada, trazendo a sociedade para o nosso lado. Nós acampamos, durante o congresso, dentro da Ufes. Então vieram os políticos da época, os políticos de oposição, as entidades, jornal... Foi a primeira vez que eu entrei no Palácio Anchieta. Nós pedimos uma audiência com o governador, que era Élcio Álvares – hoje líder do meu governo – que me recebeu lá naquela mesa de trabalho dele. Mas ele não tinha o que fazer. Na verdade, era Brasília. Isso ficou mais ou menos patente na conversa. Nós tentamos ainda embarcar o Geraldo, o Fernando Herkenhoff por ônibus de carreira. A polícia estava monitorando a gente ali. Eles quase foram presos, tiveram que sair correndo dali. Os dois saíram correndo pelo Morro da Fonte Grande e foram parar na casa da D. Isaura, mãe de Merli e Marli.

Para finalizar, numa escala de zero a dez, quanto o senhor acha que o movimento estudantil, nessa época, influenciou na política capixaba, ou seja, fora dos muros da universidade?

PH- Influenciou muito. É difícil colocar um número, mas influenciou muito, porque o movimento me colocou na política. Você não me perguntou, mas a minha escolha para ser presidente do DCE foi uma coisa feita no CBM. Para mim, quando a primeira vez me falaram que havia um movimento para que eu fosse o presidente da chapa “Construção”, foi uma surpresa. Foi ali onde morava o Perdigão, numa pensão, no morro do Romão. Estávamos ali, numa conversa, eu, Perdigão, Táurio Tessarolo, Três Fazendas (um colega nosso de turma, lá de Iconha), a Merli. Acho que foi a Merli que falou isso comigo, de que estavam conversando e achavam que eu deveria presidir a chapa. Evidente que para mim foi uma surpresa, porque tinham ali pessoas mais vividas, mais qualificadas – na minha visão – do que eu para presidir aquela chapa. Da mesma forma, quando decidimos ter um candidato, o nome que vinha à cabeça de todo mundo era o do Lauro. Pela liderança pessoal que ele exercia, pela capacidade de formular, de escrever, de debater as questões e pela veia política. O Lauro é neto de Lauro Ferreira Pinto, que foi prefeito de Alfredo Chaves, presidente da Assembléia Legislativa (acho que mais de uma vez), aliado de dr. Carlos Lindemberg. Então, a visão óbvia que nós tínhamos é de que o nome era o do Lauro. Tivesse um segundo nome, seria o Fernando Herkenhoff. Também foi uma surpresa que derivasse para mim a escolha para ser candidato. Primeiro a vereador de Vitória. A idéia era plantar um vereador em Vitória para a gente entrar e ter participação na política do Estado; e depois essa história que eu já contei, de deputado. Então, tanto em uma como na outra, foram escolhas que, na verdade, tinham lideranças na época com melhores condições – na minha visão – de assumir essas funções. Acabou que isso veio, me colocou e essa geração veio comigo. Fomos parar em Assembléias Legislativas, em Câmaras Municipais, em secretarias de prefeituras, em órgãos do governo. E à medida que eu fui evoluindo na atividade política (deputado estadual duas vezes, federal, prefeito da capital, senador, passei pelo BNDES, até chegar ao governo do Estado), o movimento estudantil entra porta adentro, entra sala adentro na política do Estado. Isso de um a dez é quanto? Não sei. Mas é muito significativo. Se você olhar o dr Álvaro Bourgnon ele participou do movimento estudantil, lá no CCJE. Se você olhar tantas pessoas que estão aí em

atividades diversas, elas participaram. Tiveram militância, influência. Foi uma participação grande. O Vitor Buaiz, que foi prefeito e governador, teve uma participação anterior à nossa geração, também importante. Da nossa geração, eu acho que veio e está dando uma contribuição efetiva, positiva para a vida política do Estado do Espírito Santo. Mas é aquele negócio: isso é corrida de revezamento. Nós precisamos de outras gerações que venham ocupando, porque cada um tem um tempo. Atividade política eu acho que é igual a remédio: tem data de validade. Então, você tem que estar renovando. Eu dei uma contribuição importante. Cada espaço de executivo que eu ocupei eu me esforcei para formar gente nova, para que pudesse continuar com o fluxo. Porque se hoje não é possível formar, nesse momento, uma quantidade de lideranças no movimento estudantil como naquele período de efervescência que eu citei, você tem que achar os espaços onde se forma gente. Daqui a pouco, o Paulo Hartung e a geração do Paulo Hartung é página virada.

APÊNDICE I

Entrevista com Fernando Luiz Herkenhoff Vieira

Primeiramente, gostaria de pedir ao senhor que se apresentasse?

FH - Meu nome é Fernando Luiz Herkenhoff Vieira. Sou nascido em Cachoeiro do Itapemirim, fiz curso científico em Cachoeiro, com 18 anos vim para Vitória fazer pré-vestibular. Prestei vestibular na Ufes e na Emescam; obtive uma excelente classificação na Ufes, onde fui terceiro lugar geral e segundo na Emescam. Iniciei a minha vida acadêmica e comecei a conhecer pessoas aqui no Centro Biomédico (como se chamava). Nesse centro, havia ocorrido uma intervenção pelo Regime Militar, através de seus canais competentes, da Justiça Militar, dois anos antes, atingindo o PC do B, que era a organização mais forte, que tinha diversas pessoas conhecidas como o Guilherme Lara Leite, o Gustavinho, o Sebastião, o Marcos Vieira Brandão, Marcelo Neto (aquele jornalista conhecido), Luzimar Nogueira Dias (faleceu precocemente em um acidente de automóvel). Então, a gente pega, no início, um vácuo de quase dois anos. Havia muito medo. Alguns também não haviam sido condenados e ficavam como almas penadas aqui no centro. Então, houve dois anos aí de muito pouca discussão. E aquele clima ruim de que houve delação.

Isso foi em que ano?

FH – Isso foi em 1973 ou 1974. Então, dentro da minha turma é que eu acho que inicia a movimentação estudantil, que é a parte que mais me interessa aqui no Centro Biomédico. Além de mim, o Lauro Ferreira Pinto, que é médico; o Geraldo Corrêa, que é médico sanitaria; o Antonio Claudino, que vem um semestre depois; a Merli Alves dos Santos; o Adauto Emerich, que fazia odontologia; o Aluizio Falchetto, que não era do partido (a gente chamava de simpatizante), mas acompanhava muito a nossa política. Então, a gente começa a reorganizar o Diretório Acadêmico, representação estudantil nos departamentos. E assim começa

Esse início das rearticulações a gente pode afirmar que partiu da Medicina?

FH – Da Medicina! Partiu da Medicina, da rearticulação do Centro.

Havia algum motivo especial para isso?

FH – Eu não sei. Tenho impressão de que aquela intervenção, prisões, fugas que tiveram aqui, em 1970, no Diretório Acadêmico, gerou um anti-clímax. Pessoas que pareciam diferentes, em um ano, dois anos, descobrem que queriam fazer oposição ao regime militar. E pessoas que comungavam, de uma maneira bem genérica, vamos dizer assim, de um ideal socialista. Associava muito o regime militar a um capitalismo selvagem, agressivo, internacionalizado. Aqui, no Centro Biomédico, um contato muito importante com a Cáritas Diocesana, ligada à Igreja Católica. Alguns eram de origem católica, outros não. Criamos uma comissão de saúde na Cáritas Diocesana, da qual vale a pena destacar o papel, a convite do professor Vitor Buaiz, que não sei se militou no PC do B, mas foi aliado da luta do PC do B aqui no Centro Biomédico. Talvez um dos poucos professores, além da Elizabeth Madeira e a Rosaura Beato. Então, era um grupo de divulgação popular de saúde, que aliás era um trabalho muito interessante. Mas é claro tinha também um cunho subversivo (entre aspas). Isso dura aí uns dois anos. Aí, nós já estávamos mais ou menos no quinto ano. As pessoas começam a pensar em quais serão as suas especializações (clínica geral, cirurgia...). No meu caso, escolhi ser professor, outros escolheram outras coisas. Aí, já surge aqui dentro uma nova geração: Anselmo Tose, Ernesto Negris, Francisco Silva, Geisa Ramos, a Rita (que é casada com o Chiquinho). Mas nesse momento, já é uma articulação do “Partidão” (PCB) bastante enraizada em diversos centros, principalmente no CCJE (com Paulo Hartung, Neivaldo Bragato, Lucia e Cristina Gomes e diversas pessoas)

Dessas pessoas, quais a que você poderia citar como tendo sido efetivamente lideranças estudantis desse grupo?

FH – Liderança de massa eu ressaltaria o Adauto Emerich, o Fernando Pignaton (perdeu uma eleição, mas era uma grande liderança), o Ernesto Negris, o José de Arimathéa – que chegou a ser presidente do DCE, como o Estanislau Kostka (Stan Stein). Essas foram as grandes lideranças ligadas ao “Partidão”. Todos chegaram à

presidência ou quase do Diretório Central. Todos eles pertenciam ao “Partidão”, à seção de juventude e universidade.

Havia alguma tática ou estratégia do “Partidão” em puxar esse movimento pela Medicina em função de alguma característica do curso? A Medicina não foi escolhida para isso?

FH – Não, não houve um planejamento nesse sentido. Eu não acho que tenha havido. Acho que coincidiu de ter uma massa crítica de cinco ou seis pessoas que tinham uma presença, uma visibilidade e participavam do movimento. E tinham uma posição crítica. Eu tinha colegas que no segundo ano descobri que faziam oposição ao regime militar e queriam transformar a sociedade. Eu não acho que tenha sido (hesita um pouco)... Talvez tenha sido por acaso que isso nasce aqui, mas pode ter a ver com essa intervenção. Um clima assim é um clima ruim, né? Alguns professores eram vistos como subversivos – o Vitor Buaiz foi preso –, outros como delatores. E o jovem já gosta de um contraditório, né? Então, eu acredito que tenha sido isso. E já era o momento da abertura política. Então, já se sabia – pelo menos se imaginava... Poderíamos ser presos? Poderíamos. Mas poderíamos ser assassinados, mortos? Não. Não cabia mais em 1975, 1976. Seria uma excepcionalidade. Então, eu acho que houve uma certa coincidência. Desse núcleo jovem, que eu lhe falei anteriormente, era um grupo de muita garra, muita luta (o Eduardo Pignaton também). E nós tínhamos como meta – aí não só o “Partidão”, mas as outras forças políticas mais à esquerda, mais radicais – fundarmos o DCE e a União Nacional dos Estudantes. Só que nós tínhamos uma política “reformista”, o que na época era tratado como uma palavra de desprezo, em tom pejorativo. E hoje, o PT sequer é reformista. Essa era a divisão: os *Reformistas* e os *Revolucionários*. Então, tem esse outro grupo que juntava o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), alguns grupos trotskistas – a Liberdade e Luta (Libelu) – eram mais radicais, com palavras de ordem mais radicais, com ações mais radicais e que tinham um mal estar muito grande com o “Partidão”. O “Partidão” era a estagnação, o “Partidão” era reformista, o “Partidão” era um biombo da burguesia e assim por diante. Outro grupo que eu acho que vale a pena mencionar – que não teve tanta importância política, até porque não tinha essa ocupação de espaço – foi um grupo chamado Balão Mágico. Não era política deles vencer eleições compondo ou não

com correntes políticas. Mas sem dúvida nenhuma, do ponto de vista cultural, teve uma representação bastante importante. Acho que eles representavam mais a pós-modernidade do que nós e esses grupos verdadeiros revolucionários.

Como era a estrutura de funcionamento do “Partidão” em relação ao Movimento Estudantil. Como isso funcionava?

FH – Eu não sei não, mas imagino que tenha tido de 200 a 300 militantes aqui na Ufes. Era uma estrutura grande. A gente se embatia com todas as outras forças políticas. Ganhávamos e perdíamos eleições. Compúnhamos, eventualmente. Mas na área estudantil era uma estrutura muito forte. Tinha bases organizadas por setores, por cursos, que definiam as políticas específicas (as bandeiras, as demandas, o trabalho a ser feito e as críticas) e tinha uma política mais geral do “Partidão”, que era a unidade das forças democráticas para derrotar a ditadura militar.

Mas nesse momento o pensamento não era mais o mesmo lá da década de 1960?

FH – Não. É muito interessante você levantar isso. Isso é muito claro para mim e eu citaria o Lauro Ferreira Pinto o Paulo Hartung, o próprio Geraldo Corrêa, o Antonio Claudino (talvez fossemos os principais formuladores aqui no Estado). E tínhamos muita ligação com o Luiz Paulo Vellozo Lucas, no Rio de Janeiro, e com o Luiz Carlos Azedo, que veio a trabalhar diversos anos aqui no Estado. Eu tenho convicção que nós vínhamos da idéia do eurocomunismo, um socialismo, um caminho para o socialismo, para o comunismo através da via democrática, pela via gramsciana de conquista de hegemonia no debate, no contraditório. Era uma geração que já tinha ouvido Beatles, Rolling Stones, Pink Floyd, entendeu? Então, aquela mitologia soviética durante a Guerra Fria não nos era atraente. E os velhos comunistas daqui ficavam até meio incomodados, porque eles eram muito fiéis à União Soviética, ao Exército Vermelho, ao papel que o Exército Vermelho teve na Segunda Guerra Mundial (que foi quem ganhou a guerra. Não foi Estados Unidos porra nenhuma). Então, já tinha essa idéia de democracia, quer dizer, a unidade democrática para nós não era uma unidade golpista. Unidade você junta para depois

instalar um regime autoritário. Claramente, eu posso falar por mim, mas acho que também na cabeça dessas pessoas a coisa da liberdade democrática era nossa palavra de ordem.

Na sua avaliação, o grupo buscava hegemonia fora do movimento estudantil por qual via: a dos movimentos sociais ou da participação política partidária?

FH – Olha, eu não sei. A esquerda sempre teve em maior ou menor grau o aparelhismo. Basta ver o que está acontecendo no governo do Lula. É um governo aparelhado, que tem o desprate de dar agora um aumento de 100% para o seu aparelho, enquanto um funcionário de carreira está lá há dez, cinco anos ou sem aumento ou com aumentos insignificantes. Então, esse aparelhamento é uma tradição da esquerda mundial, infelizmente. Eu acho que nós éramos menos aparelhistas do que os outros grupos. E ao que me consta, as entidades não eram expropriadas, ou seja, não se usava uma entidade para obter fundos partidários (...). Nós tínhamos e queríamos ter – como era natural à época – penetração nos movimentos comunitários. Fomos particularmente influentes na Serra, disputando com essas correntes do PT – compondo, eventualmente – e em Vila Velha. Mas em Vila Velha já era um movimento comunitário e meio *hippie* também. Era um negócio muito moderno na minha visão, hoje.

Outro dado importante nessa história que foi uma coincidência histórica. Tem um cara chamado Cizenando Pechincha, um cripto-comunista. Ele gostava muito do “Partidão” e nos prestigiava muito (depois faleceu precocemente em um acidente de avião). E ele tinha uma influência enorme no movimento sindical. Ele era advogado de 60% ou 70% dos sindicatos importantes aqui do Estado. Se não me falha a memória, eu e o Lauro Ferreira Pinto – não sei se o Paulo Hartung (acho que nessa não) – começamos a entabular conversa com o Pechincha. De repente, a gente estava reunindo aí com 40 sindicatos, de cima pra baixo. Então, nós não fomos conquistando sindicato, formando gente na luta sindical. O Cizenando Pechincha colocou assim, no nosso colo, 40 sindicatos. Então, tivemos uma influência importante, durante um certo período, no movimento sindical. Tanto que na disputa lá da Central Única dos Trabalhadores, a gente disputou pau a pau com os grupos do PT. Depois, vem uma fragmentação e aí o PT passa a ter uma influência muito maior dentro do movimento sindical.

Você entende então que essa é uma característica maior do PT?

FH – Eu entendo, acho que é justo. Porque nós ganhamos, vamos dizer assim, de presente, lideranças sindicais de absoluta confiança desse advogado.

Não foi uma coisa que vocês se infiltraram e trabalharam para conseguir?

FH – Não, ou infiltramos, ou trabalhamos, ou formamos, ou discutimos... Eles não conheciam a política do “Partidão”. A verdade era essa. Como no PT também. Eles conheciam a política do PT? Era um socialismo difuso, era um agrupamento. Também era muito confuso. Mas certamente eles (os sindicatos) não eram socialistas, marxistas ou coisa do tipo. Tinham muita confiança no Cizenando Pechincha, que participava do MDB. O “Partidão” participava do MDB, os petistas não. O “Partidão” apoiou a Constituinte com Tancredo, lá no Colégio, os verdadeiros revolucionários não. O PT não assinou a Constituição Brasileira, meu caro! Até hoje! Isso é gravíssimo! Isso é uma coisa que só passa despercebido na América Latina. O PT não assinou a Constituição burguesa. Olha que coisa grave. Mas isso, diante de tanto escândalo que tem por aí, falar isso é uma discussão acadêmica.

O senhor acha que a identidade do grupo e do “Partidão” se confundiam?

FH – Não havia “grupo Paulo Hartung”. Depois houve o “grupo Paulo Hartung”, quando Paulo Hartung vira deputado estadual (no meu lugar). Paulo Hartung fazia parte de uma direção. Era um bom formulador, um bom organizador. Mas tinha que discutir no tete-a-tete. É um erro falar “grupo Paulo Hartung”. Havia um “grupo do ‘Partidão’”, no qual Paulo Hartung certamente era uma das figuras proeminentes pela sua capacidade de trabalho, pela sua inteligência, pela sua capacidade organizativa. Tinham mais oito ou nove pessoas. Agora, o “grupo Paulo Hartung” surge, eu diria, quando ele se torna deputado estadual e senador, e se desvincula. Mas sempre mantendo um laço muito bom, vamos dizer, com os *insiders* do “Partidão” e os *outsiders*. E depois, o Paulo entrou numa questão mal resolvida que ele tem, e que eu acho que faz mal à democracia, que é o fato dele não ter partido político. Ele tem partido político de conveniência. O que lhe convém e que talvez, na

cabeça dele, convenha ao Estado do Espírito Santo. Não existe democracia sem partidos políticos. Não existe democracia sem embate de forças políticas. Então, é uma questão que o Paulo tem que resolver. Talvez seja até pelo fato de ter passado pelo “Partidão” – um partido tão histórico e tão forte – e depois vê, no plano eleitoral, partidos muito frouxos, desamarrados e sem ideologia. Talvez passe por esse plano. Não no plano do mau ou do bom caráter, mas é uma coisa que ele não evoluiu.

Qual foi a influência do “Partidão” junto a esse grupo político que rearticulou o DCE, seja em relação às articulações políticas, seja na construção de uma ideologia de vida de cada um?

FH – Eu acho que muito, muito. Porque, proporcionalmente, talvez fôssemos o maior partido do Brasil. Eu não sei, a visão que eu tenho – e falo isso sem ilusões – é que a gente tinha uma visão generosa do socialismo, de uma sociedade mais igualitária, da sociedade não perversa como é a brasileira, que é muito cruel, hereditária. Você sabe que aquelas pessoas dificilmente sairão daquele lugar, assim como quem está lá em cima dificilmente sairá daquele lugar, usando os meios e métodos menos aceitáveis contra os que estão em baixo. Mas a visão que eu tenho é que quem, de alguma forma (e não somente em relação ao “Partidão”) teve alguma utopia, um sonho e, na época, enfrentou a ditadura (foi um fato concreto), quem formulou o fim do regime militar no Brasil foi o PCB e os autênticos do PMDB. Se não, esse negócio tinha durado alguns anos mais. E a transição não teria sido pacífica e razoavelmente tranqüila. Então, a visão que eu tenho é de que quem, um dia, foi atraído por essa idéia de transformação da sociedade, porque não foi atraído por outras idéias? Tenho a impressão que isso marca muito as pessoas, principalmente na década de 1970, que tinha uma contestação, mas tinha também medo, receio. Era um compromisso, um engajamento – a palavra que se usava na época era engajamento. Então, eu olho, hoje, muitas dessas pessoas e as vejo trabalhando bem. Com raras exceções, são pessoas de bem, bons profissionais, um ou outro se corrompeu (aqui no ES), outros estão na política – e eu esqueci de mencionar o Wellington Coimbra. Então, eu acho que deu um salto de qualidade na política aqui do Estado. Acho que talvez deva agregar aí – mas não com a sofisticação e com objetivos mais amplos – a família Mauro, que era do grupo dos autênticos que eu mencionei anteriormente.

Então, eu acho que mudou a política do Estado. Depois, houve um recuo. Muita gente se desencantou com a política, como continua desencantada até hoje.

Voltando à questão estrutural ainda no movimento estudantil, existia algum tipo de hierarquia entre vocês, no partido, e no movimento estudantil ou não?

FH – Tínhamos a direção estadual e tínhamos a direção de juventude, vamos dizer assim, como tínhamos as direções comunitária e sindical, que era a menos politizada pelo motivo que eu te falei anteriormente. Mas eu acho que não tinha linha de comando.... ‘oh, vamos sair e fazer isso’. Não era uma estrutura militarizada. Não funcionava tão bem.

Não tinha qualquer tipo de hierarquia?

FH – Tinha hierarquia. Nós tínhamos a direção estadual, que teve crise com a direção nacional. Uma crise até pela esquerda. Alguns ficaram com o Prestes, outros ficaram com a direção nacional, que sustenta a velha linha do sexto congresso, de unidade para derrotar a ditadura. O Prestes já queria avançar rumo ao socialismo, com todo valor que ele tem. Muito mais que o Lamarca e outros militares que partiram para a luta armada. E tem também uma dissidência ali nos anos 1980, 1982. Acho que houve um desencantamento com a política, que eu acho ser mais grave agora (...). Mas foi coisa da época mesmo. A queda do Muro de Berlim, o fim do socialismo real, o capitalismo mostrando – ao mesmo tempo – a sua punjança e a sua agressividade. Mas eu acho que até hoje não se construiu alguma coisa alternativa. E nem sei se há uma outra alternativa global. Acho que há alternativas parciais em diversos temas.

Na sua avaliação você acha que era difícil, em função de tudo que cercava aquele momento, para alguém de fora entrar naquele grupo de estudantes que liderava o movimento estudantil naquele momento?

FH – Não. Tinha criteriozinho sim. O recrutamento era enorme. O critério era sentar, discutir, explicar a política do partido. Aí, você tinha que falar mal do outro lado, é claro (risos). Era assim, conversa de pessoa a pessoa, marcava uma reunião... E as

peças também se sentiam numa rede de proteção, numa rede ideológica, numa rede política.

Essa fala de convencimento e recrutamento era uma fala com estudos?

FH – Estudávamos. Havia grupos de estudos, havia documentos, havia um jornal – A Voz da Unidade. Se estudava, se lia. Alguns liam até clássicos como Gramsci, Marx e assim por diante.

Você saiu da faculdade em que ano?

FH – 1980, me formei em janeiro de 1980

Como eram organizadas as ações políticas pelo movimento estudantil na época, tanto dentro, quanto fora da Ufes?

FH – Eu tinha uma relação muito grande com a direção estadual do partido e uma relação tensa com a direção nacional do partido.

Então você não participava do movimento estudantil?

FH – Particpei de encontros, mas não como membro do grupo decisório. Minha participação estava ligada à direção estadual do partido, na área sindical, na área comunitária, na área cultural do Estado.

Você acha que aquele grupo de estudantes conseguiu influenciar alguma coisa na política capixaba da época?

FH – Eu acho que muito. O pessoal do “Partidão” era muito bem visto, a não ser pela esquerda revolucionária e, talvez de uma forma bizarra, pelo pessoal do Balão Mágico. E nós entramos no PMDB, elegemos candidatos, elegemos vereadores e fomos muito respeitados. Agora, depois da eleição do Max Mauro, em meados do governo de Albuíno, você tem, primeiro, um recesso no movimento social aqui do Estado, que coincide, por exemplo, aqui em Vitória, com uma penetração do crime

organizado nos bairros da Grande Vitória. O Espírito Santo foi dominado por um grupo político muito pesado, chamado de “A era Gratz”. Ficamos 10 anos nas mãos de criminosos, gangsters, bandidos de colarinho branco. Acho que a vitória do Paulo Hartung, ou melhor, a derrota e a desmoralização de José Ignácio – tristemente, porque ele tinha uma história de um grande democrata – e sua dominação por esse grupo com raízes no judiciário, no legislativo, no tráfico, no bicho. Então, essa teia de aranha que o José Ignácio ou cai ou se joga, leva o ES a uma situação jamais vivida. A sociedade reage e José Ignácio termina seu último ano de governo desmoralizado. Quase houve a intervenção militar e política aqui no Estado. Só não houve porque se houvesse parava a pauta do Congresso. Isso já está descrito aí pelos historiadores. Tanto que eles não tiveram condições de lançar nenhum candidato para disputar com Paulo Hartung. A disputa se dá com o grupo reformista, com Paulo Hartung (“Partidão”), e, do outro lado, o Max Mauro com Magno Malta, que é o movimento evangélico (no meu entender, o que há de mais atrasado na política), e o PT. E quase derrotam o movimento reformista, com Paulo Hartung. Mas aí, houve a vitória, logo depois a composição e o panorama político aqui no Estado mudou. Então, por isso que eu estou te falando que houve um intervalo aí de seis a oito anos em que cada um foi tomar conta da sua vida. Mas não há vácuo em política.

Há, na sua família, alguém com essa orientação ideológica de esquerda?

FH – Olha, tem sim, mas do “Partidão” não. O meu irmão César Herkenhoff chegou inclusive a ser filiado ao “Partidão”. O agora desembargador Henrique Herkenhoff chegou a fazer parte de uma base do “Partidão”, uma base de jornalistas. Mas foram pessoas assim sem influência partidária. Tinha essa orientação de esquerda reformista. Mas meu pai era um militar de baixa oficialidade – morreu muito jovem, com 40 anos. Era brizolista, pedetista. Mas *light* também, nada demais, não foi para a Guerrilha do Caparão. E João Batista Herkenhoff, que é um juiz bastante conhecido e respeitado, assumiu o papel de meu pai. E ele é um homem cristão, católico, mas muito influenciado pelo papa João XXIII, que foi quando houve esse engajamento da igreja Católica nas lutas sociais, nas dores humanas. Então, citaria esses quatro nomes

APÊNDICE J

Entrevista com Kátia Moura

Primeiramente, gostaria de pedir que se identificasse?

KM - Meu nome é Kátia Oliveira Moura Repinaum, sou conhecida não só no meio oriundo do movimento estudantil, mas também no meio profissional como Kátia Moura; sou médica pediatra; fiz movimento estudantil, depois fui diretora do Sindicato dos Médicos. Hoje, não tenho uma atuação política direta. Hoje, sou mais uma formadora de opinião do que uma agente política.

Na sua lembrança, quando se iniciaram as articulações políticas, lá no movimento estudantil, que desembocaram na reabertura do DCE?

KM – A reabertura do DCE foi em 78, por aí. E a UNE em 79. Eu entrei para a universidade, no Centro Biomédico, em 1976. E ainda foi, para mim, 1976, um ano puramente acadêmico. Em 77, o Fernando Pignaton, que era meu namorado na época, passou no vestibular (ou em 76 ele passou e começou em 77 ele começou a atuação no movimento estudantil). O Fernando tinha um espírito de liderança muito grande. E aquela primeira geração – Fernando Herkenhoff, Geraldo Correia, Merli – sacaram isso; sacaram no Pig (Fernando Pignaton), no Anselmo, no Ernesto; e eles foram então sendo envolvidos. Então, foram chamados a serem os herdeiros, os sucessores daquela turma que estava deixando o Diretório do Centro Biomédico. Paulo Hartung, Bragato, Stan, esse pessoal, ficavam nos cursos do campus da Ufes (Goiabeiras). Todos estavam envolvidos no mesmo movimento. Havia também a articulação clandestina do Partidão. Mas eu entrei, talvez assim pelo envolvimento afetivo com o Pig. Durante muito tempo eu... (risos)... porque nós tínhamos uma hierarquia: existiam as lideranças, os “capas-preta”, as médias lideranças e o pessoal que era chamado de base.

Mas isso era tácito ou colocado abertamente?

KM – Sim, pelo menos entre nós não era camuflado. Entre nós, havia esse reconhecimento. Eu acho que porque a gente vivia muito a questão do centralismo democrático, isso era respeitado, assumido, bem administrado. Não havia traumas por causa disso.

E quem eram essas lideranças?

KM – As grandes lideranças eu consideram que eram Lauro, Merli, Fernando Herkenhoff, Geraldo Correia, Lelo. Isso, no Centro Biomédico. No Campus da Ufes, estávamos sempre juntos, Paulo Hartung (principalmente) e eu considero também Arimatheia, Neivaldo Bragato... Eu esqueci de falar do Paraíba porque ele é de um pouquinho depois. Ele não se formou junto com o Lauro, Geraldo Correia e esse pessoal. Mas ele também era uma grande liderança no Centro Biomédico e no movimento como um todo. Porque o Centro Biomédico e o CCJE (também tinha gente da Engenharia) tinham as maiores lideranças do movimento. As maiores lideranças do nosso grupo político estavam no Centro Biomédico e no CCJE. Então, no CCJE tinha Stan, Arimathéia, Neivaldo Bragato, Lucinha (cunhada de Paulo Hartung, irmã de Cristina, que está em São Paulo), Dayse e, a liderança maior (nessa segunda geração): Paulo Hartung.

E todos, nessa época, já eram lideranças somente no movimento estudantil ou também já o eram no Partidão?

KM – Eu acho que eles tinham. É como eu falei pra você, eu ainda era uma média liderança. Então, eu não tinha acesso a coisas que eles tinham. Havia reuniões, a gente percebia, que havia a reunião dos “capas” e as decisões eram trazidas a nós – médias lideranças – e nós então servíamos de correia de transmissão para as bases, para os círculos de influência que as médias lideranças tinham. Então, assim, eu tinha um relacionamento afetivo com o Fernando Pig, mas eu sabia que tinha coisas, assim, reuniões, coisas misteriosas que eu não tinha acesso. Mas eu sabia que aconteciam.

Era difícil alguém entrar para esse grupo político ou não?

KM – Não. Eu acho que havia interesse em fazer crescer a área de influência do grupo. Não era uma irmandade fechada igual a algumas que a gente sabe que acontece. É lógico que por questão de segurança – a gente vivia um momento delicado na área de segurança – você tinha que ter cuidados. Então, eu me lembro que – não as reuniões de movimento estudantil, porque elas eram abertas – as reuniões do Partidão, por exemplo, havia toda uma estratégia para pegar a pessoa na esquina. As vezes, a gente ia assim, de cabeça abaixada dentro do carro. Não sabia nem onde exatamente estava chegando para uma reunião mais ampla, onde estivesse envolvida a segurança de mais pessoas. Então, talvez a atração para os quadros da clandestinidade, tivesse que ter tomado mais cuidado. Mas na área do movimento estudantil havia um interesse em fazer crescer a área de influência. E havia fóruns, departamentos em que as pessoas podiam ser encaixadas. As vezes, poderiam não estar em um departamento financeiro ou de atuação política mais direta, mas havia o campo do esporte, o campo da comunicação, o campo das artes, para que as pessoas pudessem estar participando.

Você saberia descrever como era a estrutura do Partidão nessa época?

KM – Não. Como eu disse pra você, talvez eu tenha sido uma liderança maior no movimento estudantil do que nos quadros da clandestinidade. Nos quadros da clandestinidade, eu tive, sob a minha influência, um grupo de meninos mais novos do que eu, que começavam a entrar no Centro Biomédico, que hoje são médicos. Um deles é até irmão do Lauro, o Rodrigo Aboudib. O Ruy, ex-assessor do Anselmo, acho que hoje está com Ricardo Ferraço, na Agricultura; Gilson, que é psiquiatra. Eles eram mais novos do que eu. Então, eu os levava a conhecer as cartilhas da Marta Harnecker. A gente dizia que esse era meu círculo de influência, a minha base. Eu participei assim de fóruns, tipo assembléia do Partidão – inclusive um que foi no sítio dos Pig, lá em Domingos Martins, o sítio do seu Stéfano. Mas eu não participava das instâncias de decisão do Partidão na época da clandestinidade. Já no movimento estudantil eu tive uma área de influência maior, eu cheguei a ser diretora cultural do DCE.

Qual era a influência do Partidão na vida de vocês, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista da vida pessoal? Havia uma confusão de identidade entre o movimento estudantil e o Partidão?

KM – Os partidos todos de esquerda estavam na clandestinidade. Nós éramos do Partidão, mas havia outras tendências que também estavam na clandestinidade e precisavam de uma “cara” legal, de um instrumento legal. E lutavam para ter hegemonia nos movimentos. Eu acredito que isso se dava no movimento sindical – nós não participávamos ainda, a não ser em solidariedade à greve que teve do pessoal da construção civil. Mas, com certeza, o pau devia estar quebrando em quem já tinha saído da universidade e estava tentando ocupar um espaço no movimento sindical. O certo é que, se você era clandestino, você precisava de chegar com sua opinião e com a sua tese (fosse de radicalização, fosse de defesa das liberdades democráticas, que era a defesa do meu grupo), você precisava desse instrumento. E o movimento estudantil com certeza tinha área... Eu não vou dizer pra você que o partido, na clandestinidade detonava através das entidades. Mas com certeza quem estava tendo a hegemonia naquela entidade, ia fazer, naquela entidade, a defesa das teses que o seu partido tinha.

Como se dava a busca por essa hegemonia que você falou? Era pela via dos movimentos sociais ou pelas vias eleitorais?

KM – Nós achávamos que eram as duas vias. Achávamos que, na medida em fôssemos nos fortalecendo nos movimentos sociais, nós iríamos fazendo... Nós tínhamos a tese de que era importante voltar a ter eleições livres e democráticas. Nós defendíamos essa tese. Então, quando nós achávamos importante ocupar o espaço das entidades no movimento social, nós fazíamos isso como um veículo de se chegar à defesa das eleições democráticas. Nós não usávamos, não aparelhávamos as entidades pelo bel prazer de aparelhar as entidades. Nós não tínhamos essa visão golpista de aparelhamento. Muito se discutia, na época, essa questão de aparelho, aparelho, aparelho... e, na verdade, sem sombra de dúvida, lógico que as entidades se tornavam (entre aspas) aparelhos, no sentido de que eram veículos para você expor as suas teses. Dentro do próprio campus, dentro do próprio movimento, nós disputamos eleições. Nós defendíamos as eleições como

instrumento legítimo de tomada do poder. E assim que o grupo – que depois acabou se chamando grupo Paulo Hartung porque ele era a expressão política mais visível... Mas havia uma tese, um alvo, um objetivo. Eu considero inclusive, que se você for pegar esse grupo, eu não vou dizer que as pessoas, hoje, não trabalhem em órgãos de decisão, até como a sua própria profissão, seu próprio trabalho. Isso é legítimo, porque as pessoas precisam de trabalhar. Mas eu vejo – e se houver exceções são muito raras – um compromisso do grupo do qual eu fiz parte lá naquela época com a excelência no serviço público; com o compromisso em servir da melhor forma. A forma de encarar o trabalho no serviço público não é aquela forma relaxada que se tem de imagem do servidor. Não, é o servidor no sentido de servir. E eu acho que nós tivemos uma escola lá atrás. E essa escola, esse compromisso quase que ficou tatuado no coração, na mente, nas entranhas.

A atuação de vocês era mais pelos movimentos sociais ou vocês só apoiavam quando tinha algum tipo de movimentação como a que você citou da construção civil? Havia alguma atuação constante nos movimentos sociais?

KM – Sim, eu acho que não era uma coisa só de apoiar. Você tinha a oportunidade de estar ocupando o espaço na medida que fosse o tempo que você estivesse vivendo. No movimento estudantil, nós participamos da ocupação dos espaços no movimento estudantil. Os nossos companheiros que já tinham se formado – aquela primeira geração que você diz – já estavam ocupando espaço no movimento sindical. Nós não teríamos como ocupar espaço no movimento sindical porque nós éramos estudantes. Mas quando a minha geração começou a se formar, ela foi ocupar o espaço no movimento sindical, no movimento social. Inclusive, eu me lembro que vários companheiros foram fixar residência na Serra – muitos deles no bairro de Laranjeiras – e disputaram, e ganharam, e foram lideranças durante um algum período, do movimento comunitário no bairro de Laranjeiras. Aonde nós estivéssemos aptos, nós queríamos ocupar esses espaços. Porque eram espaços que nós queríamos transformar em espaços democráticos. E daí, esses espaços serem veículos para as campanhas das Diretas. E aí, nós fomos também ter nosso primeiro candidato, Paulo Hartung (candidato a deputado estadual, em uma eleição bem sucedida). Aonde houvesse espaço, nós participávamos, nós disputávamos. Aí então, nós vamos ter que pensar que, ao ocuparmos os espaços, no movimento

comunitário como Laranjeiras, Vila Velha, o pessoal do Partidão ocupou esses espaços. A não ser que esses espaços fossem simplesmente um espaço utilizado com o objetivo da via eleitoral, mas esses espaços foram utilizados. Agora, se a maior parte das pessoas que você entrevistou, que foram os “capas”, que de repente tinham discussões as quais eu não tinha acesso – eu recebia a correia de transmissão de determinadas decisões nas quais eu não influenciava -, então a gente vai poder interpretar que ao utilizar a disputa nesses espaços do movimento sindical e do movimento social isso seria só para fortalecer a candidatura de Paulo Hartung, por exemplo? Não sei

Não, na verdade todos falam o que você diz. O que estou dizendo é que a percepção que eu tenho é de que essa característica de atuar mais pelas bases dos movimentos sociais era mais do PT e vocês optavam mais pelas vias eleitorais.

KM – Não, eu continuo achando que nós tínhamos um objetivo de disputar espaços. Nós fomos disputar esses espaços na via eleitoral, que durante um tempo foi rechaçada pelo pessoal que depois acabou fundando o PT. Eles tinham uma interpretação de que isso (eleição) era coisa da burguesia. Então, eles tinham esse discurso mais radical, mas depois acabaram fundando um partido político.

Tanto que vocês eram tidos como o movimento de direita, não é?

KM – Exato, os reformistas. Mas nós achávamos que todo espaço era legítimo e que deveríamos disputá-los e fazer crescer a nossa área de influência e nosso pensamento, que era a luta pela volta das liberdades democráticas. Isso se dava no campo eleitoral, isso se dava no movimento social, fosse estudantil, sindical ou comunitário.

Você falou da Marta Harnecker. Vocês estudavam a teoria marxista? Como era esse processo, tinha uma rotina de estudos?

KM – Sim, eu acredito que houvesse gente que estudava mais, que se aprofundava mais. Quando nós respeitávamos as lideranças que estavam acima da gente no

campo de decisões, essas lideranças não eram impostas. Elas se destacavam. E se destacavam pelo estudo, pela capacidade de liderança, de aglutinação, de influência. Por isso elas eram respeitadas, por isso não havia questionamentos. Eu não considero que fosse uma ambição desmedida de uma média liderança se achar capacho de uma liderança maior. Não, as lideranças eram respeitadas e reconhecidas. No máximo, você poderia se esforçar, por admiração às lideranças maiores, a querer ter a mesma competência. Nós tínhamos disciplina para estudo, nós tínhamos grupo de estudo.

Isso era uma orientação do Partidão?

KM – Orientação do Partidão. E às vezes, essa orientação, dependendo do tema, que não fosse um tema que levasse a mostrar muito a cara clandestina, essa disciplina de estudo também resvalava para o movimento estudantil com abordagem de outros temas, como cultura. Nós estudávamos Engels, as cartilhas da Marta Harnecker. Eu me lembro que às vezes – como eu te falei, eu era uma média liderança - uma das grandes lideranças chegavam (depois você via que era um subterfúgio) e pediam: olha, eu vou precisar de um resumo desse livro. Então, eu queria que você lesse, porque eu estou sem tempo, e fizesse um resumo pra mim. Depois a gente sacava. O Fernando Pignaton fazia muito isso comigo. E eu achava que de fato era pela falta de tempo. Mas depois, eu comecei a perceber que talvez fosse uma forma de me fazer aprofundar e crescer um pouco mais em conhecimentos que ele estivesse tendo acesso por participar de um grupo, que na hierarquia, estava acima de mim. E na medida que nós íamos então nos aprofundando na discussão, nós passávamos também a poder levar essa influência a pessoas mais novas, pessoas que estavam chegando.

Na sua opinião, quais foram os principais movimentos feitos por vocês, dentro e fora da universidade, nessa época, entre 1976 e 1981?

KM - Teve o movimento na época da enchente, né. O movimento da construção civil nós fizemos quermesses; íamos para a porta dos supermercados fazer campanha do quilo. Nós tínhamos um respeito, um carinho muito grande por D. João Batista Mota de Albuquerque, que era uma figura amada por todos nós. Houve movimentos

que não tinham a ver, necessariamente, com alguém que estava passando uma dificuldade grande, mas nós tínhamos movimentos de reafirmação dos valores da cultura popular. Porque na época, havia aquela discussão do imperialismo, né... E aí então, havia aquela coisa do estudo e da reafirmação da questão dos valores da cultura popular, já havendo o diretório cultural. Paulo Hartung sempre valorizou muito, enquanto liderança maior do grupo, a atuação nos departamentos culturais. Alguém se lembrou de alguma coisa mais? Eu não estou conseguindo... Nós tivemos também um movimento no Diretório Acadêmico do Centro Biomédico, porque houve uma ameaça de fechamento – por falta de verba – do Hospital das Clínicas. Foi um movimento em defesa do Hucam.

Todas as leituras que eu fiz, todas as pessoas que eu entrevistei, me deram uma percepção muito forte de que parecia que o Partidão tinha escolhido o curso de Medicina para retomar toda essa movimentação política dentro do âmbito estudantil. Você avalia isso da mesma forma?

KM – Não sei, você já passou pelo Lelo, não é? Talvez você tenha que perguntar a Lauro, Fernando Herkenhoff. Porque quando eu entro, e eu estou no CBM, eu já pego uma influência grande também no campus da universidade. Mas nós – todos nós, inclusive Paulo Hartung – tivemos uma influência muito grande de Lauro, de Merli...

Então, é fato que essas coisas começaram no CBM?

KM – Sim. Muito provavelmente as coisas tenham começado no CBM. E eles que estavam sabendo que daí a um ano ou dois estariam saindo, começaram a ampliar o arco de influência. E aí eu não vou saber te dizer como foi... porque é fácil saber dizer como eles percebiam, estudavam, avaliavam e tentavam atrair as pessoas no CBM. Mas eu não sei, por exemplo, como isso se deu. Se por amizade, por parentesco. Eu não saberia te dizer como que, de repente, o Lauro, o Lelo, Vânia Quintão (esposa de Lelo), esse pessoal daquela turma, foi conhecer e foi... se bem que Paulo Hartung – e aí a gente vai ver – que é filho de seu Paulo, que é oriundo dos quadros do Partidão.

Porque fica muito forte essa imagem do CBM enquanto, digamos, elemento que puxa toda essa discussão. Quando faço a lista das pessoas que entrevisto, a maioria é do CBM. Há uma participação muito forte, embora o CBM não tenha sido cabeça de chapa. Quando tentou ser, perdeu a eleição, naquele intervalo entre Paulo e Stan em que se elegeu o Shaolin. Efim, fica parecendo um opção mesmo do Partidão em começar a coisa pela Medicina.

KM – Eu não vou me lembrar se a reconstrução do DA... Pode ser também que, naquele momento em que estava havendo a saída dessas grandes lideranças ainda havia... até se formarem... Porque, por exemplo, Paulo Hartung foi destacado como uma liderança, antes de Pig, Anselmo, Ernesto. Então, por exemplo, na época da reconstrução do DCE, e aí a primeira chapa foi do Paulo Hartung, que foi o primeiro presidente depois da reconstrução, já não era mais tempo para Lauro, Lelo. Eles estavam saindo da universidade. Naquele momento, no CBM, não havia ainda uma grande liderança substituta. Paulo Hartung era. Depois, chegou a vez de Pig. Mas aí, o movimento das tendências do PT estavam se aglutinando. E como nós éramos tidos como reformistas, muitos deles se aliaram contra nós. Então, tinha quem? Libelu, com Paulo e Luiz, que faziam muito barulho, mas não... E todas as outras tendências, inclusive gente do curso de Enfermagem, que começava a ter no CBM. Eles faziam parte desse outro grupo, não eram da mesma tendência, mas eles se aliaram contra os “reformistas de direita”. Aí, o Shaolin ganhou.

Eram os reformistas e os revolucionários, não é isso?

KM – É, os reformistas e os revolucionários. E o Shaolin não era nem uma pessoa brilhante. Eu não sei exatamente... Talvez, assim, por causa de conflitos internos das tendências chegou-se ao nome dele. Talvez fosse um nome que entre eles lá fosse consensual; talvez eles quisessem começar mudar a influência grande que nós tínhamos no CCJE e no CBM jogando o Shaolin, que era da Engenharia. Eu não sei exatamente o que se passou, mas o Shaolin não era uma liderança brilhante. Agora, o CBM, mesmo antes nos idos dos anos 60, ele foi gerador de grandes lideranças. Eu não conheci o Cesar (?), eu não sou da geração dele, mas dizem que ele era sedutor no movimento. Ele era médico, era do CBM. Mas eu acredito que tenha se dado dessa forma. As nossas maiores lideranças do CBM, que foram talvez

por onde o Partidão começou a se aglutinar, já estavam saindo. Naquele momento, talvez fosse mais destacado e mais confiável – porque filho de alguém dos quadros, que era o seu Paulo – foi feito então o Paulo Hartung, que se mostrou, depois, uma grande exuberância. Quer dizer, a história confirmou o talento de Paulo.

Você, como mulher, percebia, no movimento, algum tipo de preconceito ou não havia isso dentro do grupo?

KM – Havia e não havia. Eu não acho que não tenha sido dado valor às mulheres que se destacaram como liderança. E aí, eu vou colocar pra você que Merli era uma pessoa muito respeitada, exercia uma grande influência. Lucinha e Dayse Osleguer também eram muito respeitadas. Eu também não tenho queixa de não ter sido respeitada. Por outro lado, a gente percebia que, muitas vezes, as mulheres – se tivessem um pouquinho mais de atrativos – isso era usado na época de eleição, na época de campanha. Isso era muito nítido. Eu e Gleciara, fomos muito usadas para entrar mudas e sair caladas. Principalmente em alguns centros da Ufes, nós éramos destacadas. Obrigatoriamente, tínhamos que fazer parte das turmas que entravam nas salas onde iam com a propaganda da chapa e a chapa. Pra falar? Não. Pra nos mostrar. Da mesma forma como Eduardo Pignaton – irmão de Fernando Pig, que acabou nem se formando. Começou a fazer Medicina, largou, não sei nem se terminou Artes (depois foi para a Artes). O Eduardo Pignaton tinha uma identificação com as artes, mas, na minha opinião, ele foi colocado como tarefa do Partidão, fazer o vestibular do Centro de Artes, passar, ir para o Centro de Artes e disputar o espaço do DA do Centro de Artes. E o Centro de Artes tinha, basicamente, mulheres. E o Dunga (Eduardo) era usado no seu papel de sedutor. Então, eu não vou dizer que fosse só com as mulheres. Ninguém achava que a mulher era burra, não era isso. Se a mulher se destacasse ela era valorizada e ela chegava ao posto de liderança que ela tivesse que chegar. Embora se você me perguntar assim: “mas diz uma mulher que tenha ocupado cabeça de chapa nesses anos todos?” Aí eu vou ter dificuldade de me lembrar. Mas elas eram respeitadas. Mas havia, por outro lado, essa questão de usar os atrativos físicos como arma de sedução. Fernando Pignaton foi muito usado pra isso. Não que esse fosse o valor dele, mas ele tinha assim uma figura diferente, cabelo comprido, loiro, aquele jeito meio relaxado de

cantor de rock, de Led Zeppelin, aquela coisa. E isso tudo podia ser usado, era legítimo que tudo fosse usado.

Na sua família há alguém que já tivesse essa orientação de esquerda que tenha te influenciado?

KM – Não, de esquerda não. Eu diria, assim, que de defesa da democracia sim. Eu sou de Cachoeiro. O meu pai nunca se candidatou a nada, mas era uma pessoa muito bem quista na cidade. Lá, Arena e MDB tentaram puxá-lo para candidatura, mas ele nunca quis. A minha mãe, sempre foi MDB, depois PMDB. E assim, nunca foi candidata a nada. Mas nas administrações de Helio Carlos Manhães, lá na época que a gente tava começando a retomar essa questão das liberdades, ela atuava no movimento social, movimento de solidariedade, no movimento de caridade, junto com a administração. Então, somente nisso é que teria vindo de minha família. Eu diria que o meu relacionamento com Fernando Pignaton e a coincidência de eu estar vivendo no CBM e na Ufes aquele tempo de reconstrução – e como o jovem é pixotesco, tem o pensamento mágico, já passou da fase de que o pai é herói, ele começa a se estabelecer como herói, estabelecer outros como heróis – foram as minhas maiores influências. Porque eu entrei na universidade um ano antes de Fernando Pignaton, eu sou meses mais velha do que ele. E no meu primeiro ano de universidade eu não tive qualquer ligação, participação, nem fui abordada... nada disso. A minha ligação começa dentro do CBM, quando Fernando Pignaton começou a participação dele. Foi a minha vinculação afetiva com ele que me leva. E eu acredito que muitas das mulheres... Nós vamos ter no movimento mulheres que talvez tenham vindo por elas mesmas, por influência de família ou que foram atraídas por aí. Mas nós tivemos muitas mulheres que vieram com o envolvimento afetivo com lideranças.

Você acha que, naquela época, como movimento estudantil, vocês conseguiram contribuir e influir de alguma maneira na política capixaba?

KM – Não tenho dúvida disso. Eu acho que nós influenciemos dentro da universidade. Até porque, ao reafirmar os nossos valores e ao ocupar espaços, nós sempre buscamos também um relacionamento respeitoso, mas de afirmação de

valores junto à própria estrutura que comandava a universidade. Os nossos reitores da época eram respeitadores das lideranças que estavam... Eles eu acho que percebiam e que respeitavam o espaço que nós começávamos a ocupar. E Penina foi um grande aliado nessa época. Na política, também acredito que sim, porque nós não podíamos aparecer com a nossa cara clandestina. Nós fomos para dentro do PMDB, estivemos dentro do PMDB jovem. E, com certeza, influenciámos fóruns importantes de decisão política dentro do partido que nos abrigava. E acredito que também acabamos por influenciar a Assembléia Legislativa da época. Porque nós tínhamos aliados entre os deputados. Antes de nós fazermos o nosso deputado estadual, nós, ainda enquanto movimento estudantil, tivemos grandes aliados no legislativo capixaba: Roberto Valadão, Nelson Aguiar, Berredo (era uma figura). Então, se eles funcionavam como aliados e, ao mesmo tempo, como correia de transmissão do nosso pensamento (porque era uma mão cá e uma mão lá, nós sofríamos influência deles e eles nossa), com certeza que nós marcamos. Eu acho que esse grupo marcou. Marcou o Estado, marcou a universidade, marcou a vida de cada um de nós. Como eu falei agora mesmo, no início da entrevista, eu acho que salvo raras exceções – que sempre tem e eu nem nominaria que exceções são essas – foi um tempo tão intensamente vivido... Porque como eu falei pra você: nós estudávamos juntos, acampávamos juntos, fazíamos política juntos, dividíamos as nossas dúvidas, os nossos conflitos. Nós, mulheres, começando a reafirmar os valores femininos, a buscar nossa liberdade, nossos direitos, a expressão do nosso corpo. Nós tínhamos dúvidas e nós nos sentávamos e compartilhávamos daquilo. Então, isso é uma marca que fica na vida de cada um. Eu acho que isso é tão claro, é como se nós permanecêssemos iguais com algum parentesco, com alguma familiaridade, que quando se passam muitos anos sem que um esteja sabendo do outro e a gente de repente se encontra num estacionamento de supermercado ou coisa assim, é uma coisa bárbara. É um carinho, é um amor, é aquele reconhecimento de que assim: “eu estou tatuado na tua vida e você está tatuado na minha”. E eu acho então, que, nós marcamos época e essa época me marcou (nesse instante, a entrevistada se emociona).

Você acha que existia alguma coisa a mais que unia o grupo além da luta pelas liberdades democráticas? Se sim, o que era?

KM – Sim. Talvez tudo tenha começado pela luta política. Mas nós fomos nos identificando como iguais. Éramos jovens, éramos ousados. Estávamos vivendo um momento de pensamento mágico, de construção de valores, de negação de alguns valores do *status quo*. E tínhamos uma vida pessoal, uma vida cultural, uma vida social sempre muito juntos. Então eu creio que não era só a questão da luta política. Por isso, os vínculos existem até hoje. Eu acho que todos sentem saudades uns dos outros. Todos querem saber como fulano ou cicrano está quando fica sem saber notícia muito tempo. Eu acho que é isso que nos faz nos regozijarmos, termos uma alegria muito grande quando nos vemos. É isso que faz Paulo Hartung dizer quando recebeu o título de Honoris Causa da universidade, que recebia ali junto com todas as pessoas que têm construído com ele a construção que o levou a receber aquele título. É isso que faz com que ele, hoje no poder, não faça o discurso de que ele é o governador, mas que não estaria fazendo esse trabalho se não tivesse pessoas junto com ele. Então, eu creio que talvez a primeira argamassa tenha sido isso, mas outras se juntaram e fizeram esse cimento, que nos une até hoje, com certeza.

APÊNDICE K

Entrevista com Lauro Ferreira Pinto Neto

Na sua lembrança, quando começam as articulações políticas, dentro do movimento estudantil, que vão culminar lá na reabertura do DCE?

LF - Eu entrei na universidade em 73. Na minha lembrança, já em 75 estávamos vivendo um movimento de discussão de reabertura dos DAs. Você não tinha nem um DA, não tinha nada de movimento estudantil. O primeiro movimento que eu me lembro, foi o de tentar reabrir o DA da Medicina. E esse movimento estava muito ligado às próprias questões que os estudantes viviam. Como havia uma escola de Medicina sólida... não havia problemas na universidade de falta de estrutura física... Havia um amordaçamento do estudante. Você não tinha fóruns para discutir, para reivindicar, não tinha diretório (porque foi fechado em determinada época). Então, começou a surgir discussões em turmas. E junto com o clima de absoluta ausência de qualquer tipo de discussão política no país... O que é muito interessante nessa história do movimento estudantil é que as lideranças estudantis foram tão decepadas, quer dizer, a repressão atuou de uma forma tão consistentes, que não houve uma geração para ensinar. A gente tinha que aprender por conta própria, saber como começar a se reunir, como começar a protestar, como começar a fazer movimentos de reivindicação. E aí, eu não sei situar bem isso no tempo, mas algumas coisas são muito marcantes. Houve um movimento para tentar reabrir o diretório e a gente começou a lutar e tal. E eu lembro que o grupo que ganhou a primeira eleição do diretório não foi o meu grupo, foi o grupo do Aloísio Falcheto. Ele foi o primeiro presidente do DA na reabertura – hoje ele é professor. Mas era um camarada meio conservador, uma pessoa maravilhosa, professor da Ufes, faz parasitologia, faz pesquisa de doenças infecciosas. Mas não tem nenhuma relação com a nossa história porque ele representava aqueles setores mais tradicionais. Ele parece um padre! E eu lembro que a gente falou assim: “puxa vida, nós tentamos, tentamos e morremos na praia”. Ele ganhou a eleição. E ficou aquela coisa, assim... Então, houve um momento que foi a abertura do DA da Medicina. Tinham algumas lideranças da Odontologia, tinham algumas pessoas da Medicina... Tinha um rapaz da Odonto, mas eu não consigo lembrar do nome dele, um barbudinho, magrelo que

fazia parte das coisas bem embrionárias. Estou com a imagem dele na cabeça, talvez o Geraldo Queirós lembre... Fazia parte do embrião da Medicina. O embrião da Medicina era eu, Geraldo Queirós, Fernando Herkenhoff, Merli Santos – que não está mais em Vitória – e Antonio Claudino de Jesus. Mas eu lembro que a gente fez um movimento – eu não sei se antes ou depois (?) – houve uma visita do Nei Braga. O Nei Braga ia fazer uma visita ao Espírito Santo – o Nei Braga era ministro da Educação, mas eu não consigo situar se foi em 75 ou 76. Mas foi um momento de ebulição, porque vinha um ministro da ditadura visitar o Estado. E a gente com muitos problemas, aquela questão de reabertura de DA. E nós começamos: ora, o ministro vem, vem aqui na universidade... E começou a surgir um movimento de fazer um manifesto ao Nei Braga. Imagina, que isso, naquela época, era uma coisa absolutamente proibida. Então, nós criamos algumas discussões e conseguimos elaborar algum tipo de texto. Foi o primeiro texto do movimento estudantil, foi o manifesto à visita do ministro Nei Braga ao Espírito Santo. Mas aí, foi que aconteceu uma coisa muito interessante, na minha lembrança, que foi a aproximação do grupo da Medicina com o grupo da Ufes. Porque havia uma ciuqueira do campus de Maruípe com o campus da Ufes. E quem puxou esse primeiro embrião de movimento contra o Nei Braga fomos nós da Medicina. Fizemos o texto e, quando nós íamos entregar, chegou aos nossos ouvidos que a turma do CCJE não concordava e ia fazer um contramanifesto. Aí, nós ficamos pra morrer – e era a turma da atlética do CCJE. Então, nós soubemos que eram liderados por um tal de Paulo Hartung (risos). Eu lembro que isso criou um clima...”desgraçado”. A primeira sensação da gente foi que “a, esse pessoal da atlética ó, é um pessoal de cabeça assim (faz gesto mostrando algo pequeno)... não estão nem aí”. A gente ficou achando que era coisa de direita, de reacionário. E aí, a Merli, na época, falou o seguinte: olha, esse cara não é um cara reacionário não. O pai dele tem um histórico, foi participante do Partidão. Por que a gente não faz uma visita a ele? Ah, esse pessoal da Ufes são todos metidos, e tal. Então vamos fazer a visita. Ele morava na Beira-Mar. Fomos um grupo da Medicina visitar a turma do CCJE, e chegamos beligerantes. Você imagina, dispostos a... na época Paulo Hartung estava lá. Eu não lembro se o Quincas já estava envolvido nessa coisa... Tinha o Pataca começando a fazer alguma coisa. E tinha mais uma turma da Economia, mas o Paulo era a cabeça pensante. E assim, nós tivemos uma conversa muito ruim, muito agressiva. Eles muito desconfiados e a gente... Ficou um clima ruim, sabe. A gente

falou “pô, vocês só pensam em atlética”; e eles diziam “ah, vocês estão querendo puxar, a Medicina está querendo mandar em tudo”. Ficou uma coisa muito ruim. E o pai dele fez algum tipo de interferência, tipo assim: “bando de garotos, ponham juízo na cabeça e conversa”. Algum tipo de interferência assim que eu não lembro, que o pai dele fez, e quase que sai faísca. E ali, eles toparam não soltar nenhum contra-manifesto. Quer dizer, a gente fazia o manifesto ao Nei Braga, mas o que aconteceu de muito interessante ali. Foi o primeiro momento que o embrião do movimento estudantil em Maruípe se aproximou do embrião do movimento estudantil do campus. E era atlética, imagina, uma coisa bem despolitizada. Então, eu acho esse negócio muito interessante. Foi quando eu conheci o governador e foi quando começou a haver uma proximidade de Maruípe com o campus do CCJE. E ali houve um tipo de pacto, quer dizer, a gente soltou o manifesto ao Nei Braga. Logo depois, pouco tempo depois, teve a primeira assembléia da Ufes. Eu lembro que foi a primeira assembléia – ainda não havia DCE – que eu fui mesário. A gente não sabia nem como fazer isso. Aquela multidão de alunos e eu fui o que conduziu. Eu não sabia nem como fazia aquele negócio, como conduzir uma assembléia daquela magnitude. Mas eu lembro que a primeira assembléia da Ufes aconteceu na Medicina. E, de certa forma, a gente passou a respeitar a turma do CCJE no sentido de não impor a condução. E começou a haver ali uma aproximação de respeito, de dois grupos que começaram a querer entrar em beligerância. Essa questão do primeiro contato, com a interferência do pai do governador, na casa dele, quando morava na Beira-Mar, com a visita do ministro Nei Braga, eu relaciono muito bem como o momento que eu conheci o Paulo. Foi o momento em começou a criar o movimento estudantil na Ufes (referindo-se ao campus de Goiabeiras). Porque, até então, tinha alguma coisa no campus de Maruípe e alguma coisa no CCJE. Então, a partir daí, passou a haver, de uma forma muito desconfiada, uma coisa legal de aproximação. Muito bem, isso foi crescendo e o que eu acho muito interessante ao longo de toda essa época – isso culminou na reabertura do DCE, em 1978 (dúvida do entrevistado quanto à data), quando eu estava no sexto ano, eu estava me formando. Mas a construção do DCE derivou (acho que a chapa se chamava Construção, não me lembro bem) desse embrião do movimento em 1975, 1976. Então, isso aconteceu de uma iniciativa muito importante que foi a Sesac (Semana de Saúde Comunitária que nós fizemos aqui em Vitória). Na época, era um dos movimentos políticos de discussão. Eu me lembro que a gente – antes de fazer a

Sesac aqui – nós fizemos toda uma discussão para participar da Sesac em São Paulo, tiramos uma delegação e a polícia impediu a gente de sair. Ficamos trancados no campus e impedidos de sair do Estado. Tivemos a visita, na época, do Nelson Aguiar, do Max Mauro, políticos que foram lá. Mas era importante participar. Eu tinha um fiat velho, na época, fomos eu, Paulo e mais duas pessoas, pegamos um caminho pra fugir de tudo quanto é barreira. Fizemos um caminho maluco pra chegar em São Paulo e participar da Sesac. O que eu acho interessante nessa coisa toda? A gente foi organizando o movimento estudantil e criando discussões – a gente dizia “do bebedor ao socialismo” – do tipo de sociedade que se vivia, da ditadura, da democracia, estar questionando uma sociedade exploratória. Tentava pegar desde as necessidades básicas dos alunos até criar um grau de conscientização política. E aí, a gente tinha relação praticamente com estudantes de todo o Brasil e correntes. A gente começava a ir nos grandes encontros de grupos, articulados, e as pessoas perguntavam: “escuta, de que tendência vocês são?” E a gente não sabia.

Vocês não tinham partido?

LF – Porra nenhuma! O movimento estudantil era uma explosão de correntes as mais diversas. Mas a gente queria ter uma identificação com algumas pessoas que se mostravam mais sensatas. A gente sempre teve a noção de tentar fazer um movimento amplo, que não tentasse queimar etapas. E quem tinha um discurso mais amplo, menos sectário, era o pessoal do Partidão. Então, nós passamos a ser identificados nos encontros como a turma do Partidão do Espírito Santo sem ter nada a ver, nenhuma ligação. E ficava uma situação... até que alguém chegou e disse: “vem cá, nós temos que resolver essa história, porque nós passamos por Partidão em tudo quanto é lugar e nós não temos contato nenhum”. Então, o que a gente precisava fazer? Assinar carteirinha? Fazer filiação? Mas, ao mesmo tempo, a gente tinha um certo preconceito de alguém vir fazer a cabeça da gente. A gente achava que estava bem assim. Mas a coisa foi caminhando, caminhando, e eu penso que a gente demorou muito pra ter coragem de ter algum tipo de aproximação partidária. A gente já fazia textos, tínhamos mimeógrafo, a gente escrevia, escondia. Chegamos a fazer um jornalzinho do nosso movimento aqui e eu não consigo lembrar o nome desse jornal. Eu e o Paulo escrevíamos a maior parte dos artigos.

Eu não lembro o nome, já tentei lembrar. Não sei se era Voz do Trabalhador ou A Voz do Estudante. Eu sei que, na minha lembrança, foi em 78, quando a gente estava já no movimento de construção do DCE, que decide fazer uma chapa, e aí, na montagem dessa chapa, teve a sucessão do Aloísio Falchetto – o Paraíba entrou e eu entrei como vice dele (no DA de Medicina). E na hora de fazer a chapa do DCE eu estava formando, eu estava no meu sexto ano. Medicina tem uma situação muito complicada que o estágio é muito absorvente. A época do internato é muito absorvente. E eu comecei a viver uma angústia que durou muito tempo, se eu iria enveredar para o lado da política ou se iria enveredar pelo lado da Medicina. Mas eu amava demais (referindo-se à Medicina). O Fernandão (Herkenhoff), o Lelo e o Geraldo não viveram essa crise como eu vivi. O Lelo foi fazer Saúde Pública, o Fernando foi fazer Básico, o Geraldo..., mas eles viveram a política com uma intensidade que os manteve na atividade política e não se envolveram demais com a Medicina. Eu tinha um problema: eu gostava da saúde pública, mas eu gostava mais de clinicar, eu gostava demais de ver doente. E eu tive um momento que eu tinha uma posição hierárquica na estrutura até em cima deles. Mas na hora de fazer a chapa do DCE, eu disse: “olha, eu não vou entrar. Eu vou ajudar, mas não vou entrar na chapa porque eu estou me formando, preciso investir na minha profissão”. E aí, tá, você não vai entrar, mas e a questão política da organização? O que que a gente faz. Então, nesse ponto, foi que a gente começou a ter algumas conversas com membros do Partidão do Rio e de São Paulo. E eles falaram assim: “olha, tudo bem, você não entra na chapa do DCE, mas você ajuda a estruturar o partido”. E aí, eu fui o primeiro secretário ou o organizador desse embrião do Partidão aqui. O secretário geralção era o Prestes, mas o primeiro secretário do Estado fui eu. Então começou a pegar, fui eu, o Fernando (Herkenhoff), o Paulo, o Lelo, o Geraldo, a turma do CCJE.

Como era essa estrutura do Partidão aqui, nessa época?

LF – Essa estrutura do Partidão nós é que criamos, nós fizemos, nós mantivemos os contatos com São Paulo e com Rio. Na medida que nós nos filiamos, eu passei a receber A Voz Operária em casa. A Voz Operária chegava, dobradinha; a gente lia, passava pra turma. Era um negócio assim emocionante. E aí, nós descobrimos que havia alguma coisa de Partidão aqui antiga. Nós não sabíamos. Nós recebemos a

informação e disseram: “você têm que fazer contato com os ‘velhinhos’”. Aí, nós fomos atrás do Parafuso (Vespaziano Meireles), do Clementino, do dr Magalhães – que era um médico antigo – e deve ter mais algum que eu não lembro mais. Então, nós fomos procurar esse pessoal e foi emocionante, porque eles choraram, se emocionaram, eles ficaram assim extremamente sensibilizados. E a orientação que nós recebemos de fora foi: “você criam a direção e absorvem essa turma”. Aí a gente falou: “poxa, que coisa chata, vamos criar uma direção de quatro, dois velhos e dois novos”. Então, a primeira direção dos quatro foi eu, Paulo e dois velhos. Só que os dois velhinhos ficaram assim tão felizes, tão embevecidos, que tudo que a gente queria eles tavam concordando, sabe? Imagina, eles estavam recriando aquilo que foi a vida deles por setenta e poucos anos. Eu tenho a impressão que a direção era ou Clementino, ou Magalhães, Vespaziano eu e Paulo. Nós quatro. Bem, essa questão do movimento estudantil então, eu me envolvi profundamente até 78, que foi o meu ano de internato. Em 78 eu ajudei na reconstrução, eu fiz campanha, mas eu passei a ser o homem do partido que fazia a coordenação política do grupo, vamos dizer assim. E eu acho que a visão de conselheiro de Paulo vem dessa época, passou a ser da dupla que comandava o partido no Estado, sendo que eu era superior a ele hierarquicamente, eu era primeiro secretário. E assim, conduzimos. Quando Luiz Carlos Prestes veio ao Brasil, com a anistia, eles convidaram dirigentes do partido. Nós fomos ao Rio reunir com o Prestes, eu e o Paulo. E foi muito interessante porque nós fomos reunir com o Prestes – um velhinho de memória espantosa. E na época que estivemos lá – estava a Anita Leocádia Prestes – eu lembro que estava começando a acontecer as questões do Solidariedade, na Polônia. E a gente apavorado com aquilo tudo. Eu falava: “Paulo, esse é o Comunismo que a gente quer? A gente lutou pela democracia! A gente quer ditadura... Que coisa estranha, vamos perguntar, vamos conversar?” Aí nós batemos um papo muito interessante, me contou as histórias dele; o Prestes irradiava um carisma muito grande. Lá pelas tantas, eu falei assim: “comandante, deixa eu lhe fazer uma pergunta. Nós estamos aí todos empolgados, recriamos o partido no Estado, trouxemos os antigos militantes (naquela época já estava começando uma base operária com bancários, metalúrgicos), mas a gente está um pouco assustado com isso que está acontecendo na Polônia. Quer dizer, está havendo um movimento operário contra o partido. O que está acontecendo?” Ele virou e disse assim: “Meu filho, você está vendo muito jornal e muita televisão

também. Isso é coisa do imperialismo”. Aí, eu falei assim: “mas comandante, as notícias estão aí, aquele partido vai acabar”. E ele disse: “Não meu filho, não se preocupa. O Imperialismo fica divulgando essas coisas da gente. Não acredita em tudo que você vê na imprensa não”. Mas foi um banho de água fria. Ele falou a cartilhazinha dele. E quando nós saímos no elevador, eu olhei para o Paulo e disse: “Paulo, nós estamos numa fria”. Paulo respondeu: “É”. E agora?. Quer dizer, isso foi quase no momento dele se candidatar a deputado estadual. Eu tenho que ver a época em que o Prestes voltou ao Brasil com a anistia. Mas assim, nós fomos para o DCE, Paulo ganhou o DCE. Foi um negócio arrasador. Na época, nossa força no movimento estudantil não tinha dissidência. Porque a gente tinha um cuidado de fazer política de ser bastante democrático. Quando o partido começou havia órgãos de direção, mas as coisas eram discutidas nas células. Não havia autoritarismo, a gente acostumou a fazer política partidária da forma mais democrática possível, ouvindo, recrutando gente e esse troço foi crescendo.

Mas havia hierarquia entre vocês?

LF – Tinha hierarquia. Claro que tinha que ter. Tinha preocupação com segurança. Mas havia a preocupação de respeitar as instâncias de discussão democrática. Essas instâncias, quando tinha uma discussão – a gente chamava de pleno – para tomar uma decisão qualquer, tinha os representantes de cada grupo, fazia o pleno escondido, mas num lugar com 40 ou 50 pessoas, as coisas eram colocadas em discussão. Eu perdia discussão, Paulo perdia discussão também. E se foi aprovado, levava-se adiante. Então, nós vivemos um aprendizado de democracia partidária de verdade. Eu acho que esse grupo que a gente começou e criou essa criação afetiva... porque não era sectário, era uma coisa de batismo de fogo. Paulo foi preso, na época. Eu nunca fui preso, fui vigiado, seguido, telefonema anônimo. Paulo foi preso naquele encontro de estudante de recriação da Une, em Belo Horizonte. Mas a gente tinha uma solidariedade, um ponto de união, que acho que esse troço cresceu. E na hierarquia, era eu e Paulo acima. Depois, nos níveis inferiores tinha lá Fernando (Herkenhoff), Geraldo, tinha Anselmo. Mas o Partidão do Espírito Santo começou comigo, Paulo e dois velhinhos. Era um comitê estadual, eram quatro. Eu era o secretário que fazia a ponte com o comitê central. Então eu acho que vem daí

essa coisa de estar discutindo, estar conversando, de confiança mútua, de confiança enorme, enfim.

Havia mais alguma coisa além da política que unia vocês?

LF – Tinha, claro que tinha. Eu acho que tinha muita afetividade. A gente aprendeu a fazer política sem negar os valores pessoais. Cada um tem o direito de ser feliz, de poder gostar de fazer festa, de estar apaixonado, de ter namorada. O Paulo, na época, eu namorava a irmã dele – mais velha – quando ele começou a namorar a Cristina. E eu lembro que quando ele começou a namorar a Cristina eu dei um pulo. Falei: “você está namorando uma criança”, ela é bem mais nova. Depois essa coisa foi melhorando, se aproximando. Depois, quando ele quis casar com a Cristina, eu lembro que, nossa relação de amizade... éramos quase irmãos, ele falou: “quem vai pedir ao pai é você” (risos). E eu fui pedir a seu Custódio. Fui junto com ele. Eu falei: “seu Custódio, eu namorei sua filha – tinha acabado meu namoro com a filha dele – o senhor sempre me respeitou e o Paulo quer pedir a mão de sua filha em casamento. Eu estou aqui em nome dele (risos)”. Entendeu, então foi assim. A gente tinha essa questão afetiva muito legal, de muita proximidade. Quando Lelo casou com a Vânia... Eu acho que além de uma questão política havia uma questão de amizade verdadeira, uma questão de vida comum. Acho que isso foi muito forte. Quando eu formei na Ufes, eu fiquei na Ufes, eu fiquei fazendo residência, em clínica médica, em 79 e 80. Então, eu continuei dirigindo o partido e tendo influência no movimento estudantil, mesmo fora do movimento estudantil. Aí, através do movimento de médicos e residentes. E aí, a gente começou a tentar um movimento de ir para o Sindicato dos Médicos. Foi quando Vitor Buaiz...de certa forma, a gente se aproximou... Convencer Vitor Buaiz a ser candidato a presidente, foi numa conversa que a gente foi ter com a mulher dele. Porque a mulher dele não queria. Fui eu e Fernandão (Herkenhoff). Porque Lurdinha, bem ressabiada com a época da repressão que o Vitor enfrentou, nós tivemos que ir na casa dela convencer – eu já era médico, já envolvido com o movimento, mas era do Partidão. Falamos: “seu marido tem que ser o presidente do Sindicato, nós temos que tomar o Sindicato dos Médicos”. Vitor não era do Partidão, mas a gente tinha uma forma de fazer política muito... não tinha filiação política, mas havia uma relação de amizade com ele. Vitor é meu amigo até hoje, tenho uma ótima relação com ele. Mas você entende? Havia,

talvez, na política partidária daquela época... política era uma coisa mais pura do que hoje. Eu não sei. A gente começou a fazer política naquela época, com mais ideal. Eu acho que a gente vive hoje uma crise de ética que talvez reflita isso. Eu atendi, hoje, no consultório, Alcino Santos. Alcino, Arena, está com 90 anos de idade. Mas eu fui até levantar a história dele e era um cara extremamente ético. E ele disse: “não, doutor, eu saí desse negócio. Esse negócio de política hoje está muito complicado”. Então, essa questão dos Renans da vida, essas histórias, não tinha nada disso na época. Política era uma coisa nobre, de você lutar por uma democracia. Eu acho que havia alguma coisa de meio mágico, muito idealista mesmo, de muito sonho, de muita utopia. E isso aproximava as pessoas além, vamos dizer assim, só do Partidão. Se misturava o sonho com o trabalho.

Qual foi a influência do Partidão na vida de vocês, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista pessoal?

LF – Eu acho que disciplina. Na minha vida pessoal, eu aprendi a ser extremamente disciplinado com as coisas que eu fazia. Na medida que a gente começou a trabalhar no Partidão, claro que a gente criou um monte de identidade, mas logo logo, essa coisa... Porque, para nós, a questão da democracia... Existe uma frase do Carlos Nelson Coutinho – Democracia como valor universal. Isso era muito forte, nós discutíamos os textos do Carlos Nelson Coutinho, a gente acreditava nisso. A gente lia Gramsci. Então, a gente tinha aquela questão da importância da democracia. E não entendia nunca a democracia como uma coisa para derrotar a burguesia. Achava aquela coisa da ditadura do proletariado de Lênin foi, mas...

Mesmo lendo Gramsci, aquela coisa da conquista da hegemonia?

LF – Não. Quer dizer, até entendíamos, mas como uma coisa pra exercer lá na democracia. A gente entendia que a ditadura era uma coisa tão terrível e mexia na vida da gente... a gente se sentia controlado. Eu dava aula no cursinho, eu tinha a sensação que tinha um sargento da aeronáutica na minha aula, que ficava vigiando da janela. Então, a democracia era tão importante, era uma coisa que a gente valorizava tanto, era um valor que a gente não queria abrir mão. Isso foi solidificando na minha cabeça, na cabeça do Paulo, na cabeça do Fernando, na cabeça do Lelo,

na cabeça de todas essas lideranças. E isso começou a criar entrechoque com o Partidão. Porque, na medida em que o tempo foi passando, o Partidão continuava com aquela coisa... ou o sectarismo de Prestes, ou a turma nova (Giocondo). Não tinha a mesma clareza, vamos dizer, ideológica de entender que a democracia é uma coisa que tem que se aprofundar no socialismo, ou então não interessa o socialismo. O partido cresceu muito nessa época. Ele estava em todos os cursos. Ele saiu da universidade e foi para o movimento secundarista. Aí, foi para o sindicato dos metalúrgicos, foi para o sindicato dos bancários, foi pra outros... Então, isso foi crescendo. Só que eu vivi uma época menos de movimento de massa. A essa altura, eu tinha... Qual a disciplina que o Partidão me deu? Aprender a conciliar a Medicina – que eu amava (dar plantão e tal) – e arranjar horário pra escrever, pra coordenar reunião. Mas eu tive um trabalho muito mais, talvez, de bastidor, junto com o Paulo. Só que Paulo era, ao mesmo tempo, presidente do DCE, depois teve a sucessão dele. Então, o Paulo sempre foi muito mais uma liderança. A não ser na minha época, em que eu fiz a primeira presidência de mesa da..., depois eu me afastei do movimento de massa – eu fui presidente da Associação de Médicos Residentes. Depois, eu me afastei um pouco disso, fui mais um elemento de bastidor. Então, a gente foi começando a entrar em crise, logo depois dessa visita do Prestes. E aí, começou a idéia de se lançar, pra eleição de 82, candidatos pra deputado e vereador. E aí, a discussão no partido era: “então, por que não vai você e Paulo ou você e Fernando?”. Então, e o Paulo fala essas coisas, o primeiro nome cogitado foi o meu. E aí, teve uma reunião do partido em que eu fiquei numa situação muito difícil. E eu disse: “gente, vocês tentam me enfiar pra política, mas eu gosto demais do que eu faço. Eu posso continuar, mas eu não quero ser político. Eu quero ser médico, eu tenho prazer...”. Eu lembro que uma vez alguém falou pra mim: “gostar de ver doente, tratar doente, ficar em hospital, você gosta disso?”. Eu falei: “gosto”. E teve uma vez que falaram assim: “ainda bem que você vai tratar da gente, porque isso é coisa de gente doida. Você podia esta aí, virar um deputado”. Eu falei: “não”. Então, foram escolhidos o Fernandão (Herkenhoff) e o Paulo. A dupla que o Partidão escolheu foi Fernando Herkenhoff para deputado estadual e Paulo Hartung para vereador. Então, nós começamos a trabalhar essa chapa. Até que um dia... você conhece o Fernando? Fernando é um cara todo seco. Eu lembro que uma vez os velhos do Partidão disseram pra mim: “é doutor, esse tal de Paulo Hartung tem jeito pra política, mas esse outro não tem como carregar não, não vamos conseguir”

(risos). Até que um dia eu falei: “Fernando, você tá muito pesado”. E ele disse: “é, eu não faço muita questão”. Aí, então bota o Paulo. [...] Eu e o Paulo chegamos a um ponto de insatisfação com a estrutura pesada do Partidão que nos colocou numa situação muito complicada. Aí, o Paulo falou: “Lauro, eu acho que não é ético eu sair candidato pelo Partidão com esse grau de dúvida. Eu vou sair do partido e abrir mão da candidatura”. E assim ele fez. E eu fiquei, porque se sair os dois vai ficar um negócio tão complicado, tão esquisito... Mas ele saiu. Fez uma discussão uma vez em uma reunião, com muita clareza, de que ele estava saindo. E aí, o partido todo disse: “de jeito nenhum, você pode sair, mas você vai ser o candidato”. Então, houve um jogo muito limpo, muito legal, quando ele saiu do Partidão e foi candidato com o apoio do partido. Logo depois, eu saí e foi uma debandada. Fernando ficou segurando aquilo lá um tempão porque era uma contradição muito grande com tudo que a gente tinha acreditado, tudo que a gente tinha vivido. Não era nem só a questão da democracia, mas era porque o Partidão tinha defeitos graves. Tanto tinha que perdeu a influência que ele tinha na sociedade por postura equivocadas. E ali nós saímos. Houve uma intervenção pesada, via comitê central, e que foi uma merda, porque eles não conseguiram ter controle da capilaridade que a gente tinha. Quer dizer, o partido nunca conseguiu controlar essa estrutura. Nós tínhamos um grau de respeito. As pessoas nos conheciam com a militância toda. E nós continuamos trabalhando, elegendo, né? Paulo saiu deputado estadual muito bem votado, depois vereador (referindo-se a Stan). Eu lembro que nessa época, o Berredo foi para prefeito e havia a expectativa de que eu fosse o secretário municipal de saúde do Berredo. Mas o Berredo não me colocou e acabou que o Camata me chamou pra trabalhar com o Douglas (Pupim), na Secretaria de Saúde. Eu não estava mais no Partidão, mas a gente ainda tinha toda uma relação de influência. E eu fui ser assessor do Douglas e, depois, virei subsecretário dele, em 1982.

Dá para afirmar que o grupo buscava a hegemonia, fora do movimento estudantil, pela via partidária eleitoral ou não? Já ouvi dizer que a característica de atuação, via movimentos sociais, não era uma característica desse grupo. Esse grupo fez uma opção pela via partidária. Isso é verdade?

LF – Não. A gente tentou o movimento social, tentamos muito. Eu estava em Praia Grande quando o PT foi criado, eu estava lá, como dirigente sindical (Sindicato dos Médicos). O que aconteceu é que a esquerda católica criou o PT. A gente tentou chegar aos movimentos sociais. Não houve uma opção partidária-eleitoral. Nós jogamos duro pra chegar aos movimentos sociais. Eu ia muito atrás de sindicato. Tentamos muito com a militância sindical e operária. Eu fui da pastoral de saúde. Não sei se você sabe disso, eu fiz contato com Frei Beto. Olha a nossa história. Frei Beto, na época morava em favela aqui em vitória. Frei Dominicano, perseguido pela ditadura... Lembra do episódio Mariel? Frei Beto, D. Luis deu acolhida a ele aqui na igreja de Vitória. Ele morava numa favela, e, na época, D. Luis começou a criar o surgimento das comunidades eclesiais de base, que é um movimento importante. Gerou Vereza – eu tenho relação de amizade com e Vereza que vem dessa época. Nessa época, muitos de nós fomos da Pastoral de Saúde. Eu, Lelo, Fernando, Geraldo. Eu, quando fiz parte da Pastoral de Saúde, fui pra comunidade, fazia reunião com a comunidade. A gente ia pras comunidades fazer discussão política. Ensinar a matar verminose, ensinar saneamento básico e criar alguma conscientização política. Então, esse grupo fez opção de ir para a base, de ir para o movimento social. Só que o que havia aqui? Havia, vamos dizer assim, um movimento de esquerda católica que estava sinalizando – foi a época de D. Luis, de um movimento engajado, sob a inspiração da teologia da libertação. E que tinha aquela moça do PT, vereadora, Maria Clara, Vereza é dessa época. Tem um monte de gente do PT que é dessa época. E tinha Rogério Medeiros, chegando ao Sindicato dos Jornalistas; Vitor Buaiz, chegando ao Sindicato dos Médicos. A gente fazia política e tentava alguma proximidade com essas feras antigas. E essa coisa desaguou, se não me engano em Praia Grande, no momento de fundação do PT. Eu conheci o Lula. E aí, houve uma formação de um partido político que a gente não via com muita simpatia, por causa da ligação com o movimento sindical e com a esquerda católica. A gente achava que era uma coisa que surgia de uma forma muito cadeia de transmissão, como é até hoje. E aí, a gente se desgarrou um pouco desse povo. Eu acho que a gente tentou entrar em movimento social, a gente teve papel em movimento social. E tivemos. A gente teve contato com associações de bairro, movimentos de bairro, movimento sindical. Só que houve um momento em que o surgimento do PT amalgamou essas coisas junto com a esquerda católica – está aí o Vereza (...) muito bem. E a gente ficou um pouco batendo espaço com

esse pessoal. E isso nos empurrou mais, vamos dizer assim, para governo, disputar eleição, por aí afora. Não foi uma questão de opção não. Te digo isso com muita clareza. Foi uma questão de sobrevivência. A gente não tinha nada contra participar de eleição. A gente entendia que era uma forma importante de combater a ditadura a questão do parlamento. Mas a gente tentou mexer muito com movimento social.

Era muito difícil entrar no grupo, naquela época?

LF – Não. Basicamente o que havia era o seguinte: as pessoas que iam se destacando com o movimento estudantil e essas coisas, eram recrutadas, eram trazidas e eram chamadas. Entrou Anselmo, entrou Ernesto Negris, entrou um rapaz da Petrobras, foi um monte de gente. A questão é que, a gente, na época, tinha uma formação leninista, que o partido era vanguarda e que era uma coisa pequena. Mas a gente ia tentando aumentar. Havia o partido, havia, depois do partido o movimento estudantil, havia os simpatizantes. Mas assim, não era uma porta aberta. Era uma organização clandestina perseguida pela ditadura. Então, era uma coisa que você tinha que ter um certo cuidado. Mas não digo que era fechado.

Como eram organizadas as ações políticas lá no movimento estudantil?

LF – Do que eu lembro, a gente tinha um cuidado muito grande de não impor decisões do partido para o Diretório respeitar. Dentro da estrutura partidária você tinha alguma discussão mais geral, algumas linhas gerais, mas tinha a preocupação das decisões do cotidiano serem discutidas nas entidades de classe reais e ter o maior envolvimento possível. Então, tentava envolver as lideranças de classe, em cima muito das necessidades do dia-a-dia das turmas. Quando uma turma estava com um problema de falta de professor ou o professor era autoritário, então a gente ia à turma, discutia com a turma, encaminhava ao DA. Toda a preocupação de ver a realidade das turmas, envolver representação de classe. Pessoas as mais diversas começaram a se aproximar. Pedro Benevenuto foi um cara que teve alguma proximidade aí com lideranças de classe; Alexandre Ruschi... Pessoas que não faziam movimento estudantil, mas que eventualmente eram lideranças de classe e que nós fazíamos contato e que depois foram amigos que vieram a se fortalecer. Eu acho que esse grupo deu certo, ele cresceu, teve uma inserção tão grande na

sociedade... porque tinha uma preocupação muito grande de usar as instâncias de representação formal dentro da faculdade. Que instâncias? Líderes de classe, estimular associações de classe, representações para o DA, enfim, por aí a fora. Tem todo um cuidado de não atropelar isso. Tanto que, as vezes, pessoas extremamente conservadoras tinham laços ótimos com a gente. Você vai ver na sociedade, hoje. Nós interagíamos. Não havia um bloqueio ideológico. A gente era de esquerda, era socialista, mas que a gente só ia se envolver com quem era socialista, de esquerda, não. O ponto de corte era democrático. Tem questionamento do regime ditatorial? Então, vamos...

Nesse período, de 76 a 81, quais foram os principais movimentos políticos do grupo, tanto fora quanto dentro da Ufes?

LF – O que eu me lembro de mais marcante foi a Sesac. Foi a primeira vez que a gente tentou organizar alguma coisa fora. Criamos uma puta discussão interna por curso pra tirar uma delegação que levasse propostas lá pra fora – e foi reprimida aqui. Eu acho que a repressão que teve aqui gerou toda essa discussão que depois trouxe a Sesac pra cá. A reabertura do DA da Medicina; a reabertura do DCE – a construção da primeira chapa foi um processo que envolveu todos os cursos. Aquilo não foi uma eleição, foi uma mobilização. Teve “n” outras, mas aí a minha cabeça não vai me ajudar.

As tomas de decisão eram democráticas ou tinham aquela questão de somente legitimar uma decisão já tomada?

LF – (risos)... Eu acho que eram democráticas, você tem que perguntar ao grupo (risos). Eu acho que eram. A formação do centralismo democrático – essa concepção foi superada pela história – mas a concepção do centralismo democrático ele tem uma... a questão do partido leninista, que dizer, a gente lia muito Lênin, a gente acreditava muito no que Lênin falava. Então, você tem uma cabeça que tem um grau de responsabilidade e que tem que ter um grau de imposição perante o grupo. Então, a gente tinha a preocupação de criar discussões nos plenos as mais democráticas possíveis. Mas a gente lutava pelas nossas idéias, defendia... a gente fazia política dentro do partido. Óbvio que a gente fazia política dentro do partido. Eu

acho que eram democráticas, mas, assim, não é a visão de democracia que eu tenho hoje. Eu tenho que ver isso à luz daquela época. Eu acho que a gente era democrata, mas é possível que muita gente achasse que a gente era muito... brigava muito pelas idéias, era muito autoritário. Difícil dizer. Eu acho que era (democrático), mas eu acho que à luz da época e à luz do que era um partido clandestino.

De alguma forma acha que esse grupo conseguiu influenciar os rumos da política capixaba? De que forma?

LF – Acho que sim. Esse grupo recriou o movimento estudantil no Estado. Foi onde se começou a fazer política. Esse grupo teve alguma contribuição, vamos dizer assim, em trabalhos sociais da igreja no Estado de uma maneira que foi determinante. Esse Estado teve a graça de ter tido D. João e D. Luis, bispos extremamente importantes na época da ditadura, porque foram personagens de resistência. Agora, esse grupo, se você parar para pensar, ele interagiu com o movimento dos professores, cuja liderança maior, à época, era Mirtes Bevilacqua. Era a grande liderança sindical do movimento dos professores e que depois foi candidata a deputada federal na dobradinha com Paulo Hartung. Nós montamos essa chapa. Então, esse grupo interagiu com o movimento sindical, movimento sindical dos bancários – nós tínhamos ligação, nós ganhamos a eleição do Sindicato dos Bancários na época –, interagiu com diversos movimentos sindicais e não desaguou em partido. Na verdade, depois o PT ganhou isonomia, mas ele (o grupo) interagiu com os movimentos sociais. E eu acho que esse grupo acabou interagindo na política capixaba. Esse grupo foi muito importante para a primeira eleição de Camata; esse grupo foi importante para a eleição de Max; para a democratização que veio depois e para o movimento que, depois, levou Paulo para a Prefeitura.

Por último, havia, na sua família, alguém com esses mesmos valores ideológicos que o tenha influenciado ou não?

LF – Não. Tinha sangue de política na minha família. Meu avô foi constituinte de 1946. Meu avô foi presidente da Assembléia. Lauro Ferreira Pinto foi presidente da Assembléia, mas era Arena, na época do PSD, nem era Arena. Então, muito pelo

contrário, a minha formação política é PSD. Essa minha coisa de esquerda é totalmente independente disso.

APÊNDICE L

Entrevista com Ildeberto Muniz de Almeida (Paraíba)

O senhor podeira identificar-se?

IM - Bom, o meu nome é Ildeberto Muniz de Almeida, eu nasci no dia 27 de agosto de 1956, numa cidade chamada Monteiro, lá na Paraíba. Até que provem o contrário, lá é o centro do universo. Sou médico, formado aqui na Ufes. Fiz meu curso aqui, de 1975 a 1980. Depois, em 89, eu fui morar em Botucatu (SP), onde sou professor de Medicina do Trabalho, no departamento de Saúde Pública da Unesp, em Botucatu.

Na sua lembrança, quando começam os movimentos e articulações políticas dentro da Ufes que culminaram na reabertura do DCE?

IM – Olha, eu tenho um problema com a memória das datas exatas. Nesse período que eu fiquei na faculdade – de 75 a 90 – eu lembro que os dois primeiros anos as coisas aconteciam lá no básico da universidade. Nesses dois primeiros anos, eu lembro que comecei a ter contato com a existência do movimento na universidade. Eu não participava diretamente, mas eu lembro que... por exemplo, minha ida para o movimento se deu quando eu assistia uma aula e entra um pessoal ligado ao Diretório Acadêmico do Centro Biomédico – onde as pessoas que tinham papel proeminente ali era a Merli Alves dos Santos – e eles estava levando o número do Questão de Ordem, que era o jornalzinho do Diretório Acadêmico que eles já tinham criado. Eu tenho impressão que, nessa época, o presidente do Diretório já era o Adalto Emerich. E a Merli me conhecia, conhecia minhas irmãs, e ela me deu uma cutucada direta: “Paraíba, você podia ir lá no Diretório”. E eu atendi o chamado (risos). Isso foi ainda nesse período de 75/76 (mais provavelmente em 76). Então, indicando que, por exemplo, o Diretório já tinha sido aberto antes. O primeiro presidente foi o Aloísio Falcheto, hoje é professor aqui na faculdade. Eu não me lembro se entre o Aloísio e o Adalto houve um outro presidente de transição. Eu tenho a impressão – quase certeza – que eu assumi a presidência do Diretório Acadêmico após a saída do Adalto. Eu sei que, em 78, nós tivemos a abertura do

DCE aqui. E aí, eu fui para a diretoria do DCE. Eu não sei se estava terminando o meu mandato no Diretório Acadêmico ou se já tinha sido feita a transição. Aliás, quem me sucedeu lá foi o Anselmo Tose, secretário aqui. Em 79, o Paulo Hartung foi eleito presidente do DCE. A nossa gestão à frente do DCE foi nesse período, que pegou o ano de criação da UNE (79, essa data eu não esqueci). Nossa gestão foi terminar aí em setembro ou outubro, no final de 79.

Quem eram, nessa época, os líderes estudantis que mais se destacavam?

IM – No Biomédico, nós tínhamos um grupo de pessoas mais atuantes que incluía a Merli – que eu já falei –, o Claudino de Jesus, o Fernando Herkenhoff, o Laurinho Ferreira e o Geraldo Correia. Eles eram pessoas que... por exemplo, todos eles eram bons oradores, o Lelo com um pouco mais de dificuldade com a dicção, mas eu tinha piores do que o dele (risos). E as pessoas que, eu diria assim, exerciam mais um papel de liderança por pensarem politicamente dobre o que estava acontecendo e sugerirem caminhos e atividades com a gente.

Essas pessoas já eram ligadas ao Partidão nessa época?

IM – Não. Até onde eu lembro, no início a primeira pessoa que a gente descobriu que era vinculada ao PCB aqui era a Merli. Foi a Merli, por exemplo, que me introduziu, me deu as primeiras leituras marxistas. A Merli era a pessoa que tinha um vínculo mais formal. Ela, se não me engano, naquela época, era noiva ou namorada do Laerte, de São Paulo, e tinha contato com jornalistas e pessoas ligadas ao PCB. Principalmente em relação a esse contato de São Paulo, que estava mais longe da gente, mas pela relação pessoal tinha esse contato aí. E a gente era simpatizante daquela política, às vezes sem ter uma clareza exata do que fosse o Partidão e de quais eram as outras opções existentes. Aqui, a gente tinha muito mais contato com essa política do Partidão, mesmo sem uma apresentação formal. Eu tenho a impressão que foi em 77, eu era presidente do Diretório do Biomédico e tivemos a primeira greve de estudantes lá no Centro Biomédico. Simultaneamente àquele movimento de preparação da greve, a gente teve um movimento entre pessoas. Eu lembro bem, tinha o Paulo Hartung, o Lelo, o Lauro. E na primeira reunião para criar o PCB, eu fui chamado por engano, porque o Lelo (eu acho) confundiu. Achou que

ia ser uma reunião de discussão da greve – e a reunião foi na casa dele, lá em Santo Antônio. Mas eu já tinha um contato com a política, não foi uma surpresa.

Mas quem estava nessa reunião? Porque pelos depoimentos obtidos até agora, a minha percepção é de que parecia haver uma estratégia do Partidão iniciar as atividades, dentro do movimento estudantil, pelo curso de Medicina. Porque é grande o número de lideranças da Medicina que tomaram a frente disso.

IM – Veja bem, tem duas coisas: a Merli, nós sabíamos que ela era vinculada ao partido. Mas a Merli tinha uma personalidade difícil. É engraçado que nós tomamos – como se diria na Paraíba – um “carão” do Partidão quando... As pessoas não queriam ter a Merli ali. Eu fiquei sabendo disso lá. A Merli era uma oradora brilhante, mas alguém que detestava perder uma discussão. E, por causa disso, às vezes tinha algum comportamento impositivo, poderia até dizer autoritário nas discussões. E isso, a gente não tinha, vamos dizer assim, nenhuma diferença em relação à visão de política que ela trazia normalmente, vindo de outro país – liberdades democráticas, a tese do Partidão naquela época era do central, a luta pela democracia, a grande frente era a democracia. Mas em relação à maneira como ela se conduzia, havia... Então, a gente pode dizer o seguinte: muito provavelmente... Bom, se você conversar com a Merli, aí só ela pode contar essa história. Ela fazia uma política de construção do Partidão. Tanto que não foi ela quem me chamou para entrar no Partidão. A discussão organizada, Merli fazia com alguém diferente de nós, embora ela nos passasse sugestões de leitura. Fizesse o que a gente chamava de circulismo – distribuir materiais, convidar para discutir. Quando era para discutir um texto ou coisa assim, não havia grandes problemas. As divergências maiores surgiam, às vezes, no encaminhamento das questões do movimento. No cotidiano.

Então, a partir de que momento você entra efetivamente no Partidão?

IM – A primeira reunião que participei, foi uma reunião em que tínhamos nas mãos um documento, uma resolução da sexta conferência nacional do Partidão. E os meninos chegaram... “tá aqui, pra ler esse documento...”. Isso foi em 77. O que eu

lembro dos fatos acontecendo nessa época, é que nós era o mesmo período em que a gente vinha discutindo a greve do CBM. Então nós tínhamos as reuniões, mas as reuniões da greve eram todas abertas. Havia sim algumas reuniões, desse grupo de pessoas, um pouco mais fechado, mas a gente não era ainda, formalmente... a gente fazia uma política no PCB – até por toda a influência que já tínhamos, mas, por exemplo, dificilmente a gente faria uma reunião sobre essa questão da greve sem chamar a Merli.

E vocês já sabiam como funcionava a estrutura do PCB?

IM – Não. Essa reunião, o meu contato primeiro foi nessa reunião. A assembléia que decretou a greve nos surpreendeu. A gente sentia que o movimento estava crescendo e caminhava para isso. Mas nós não tínhamos antecipado, assim: “vamos propor uma greve”. E aí, acontece, num discurso enraivecido de uma pessoa da universidade, de um aluno do sexto ano, parecia até meio provocador... “faz a greve”. E aí, a assembléia...

Você lembra da estrutura do Partidão, na época, como partido político?

IM – O primeiro núcleo que nós criamos, era de um grupo de pessoas que estava naquela reunião. E discutimos o seguinte: “olha, a vinculação ao partido implica em discutir esse documento, concordar com essa visão de mundo que tem aí. Sabíamos que vamos precisar construir um vínculo com a direção fora do Estado – e tínhamos idéia de algumas pessoas a procurar em São Paulo e no Rio. Então, foi que levamos o “carão”, como se diz na Paraíba: “que fricote pequeno burgês é esse de não querer a Merli na reunião?”. E terminou acontecendo isso. Eu acho que formalmente, aqui no Estado, eu não sei se cheguei a participar de nenhuma reunião com a Merli. Não sei se ela foi fazer o último ano fora, casou e aí facilitou essa convivência. Agora, quanto aos dados da estrutura do partido, tinha essa idéia: “olha, a gente vai se organizar em células – como se falava na época –, bases e vamos procurar nos dividir e criar...”. Aí essa questão do primeiro local que tinha uma potencialidade de ter uma base grande e poderosa era o Biomédico. Porque no movimento, já havia um grande número de pessoas que as lideranças próximas já vinham discutindo com a gente. E, além disso, tinha o pessoal que não estava naquela primeira reunião, o

Geraldo e o Fernando – que eu me lembro agora –, que foram chamados logo. E do CCJE – agora eu não lembro, além do Paulinho (Paulo Hartung), quem estava na reunião. Mas, rapidamente, a gente sabia que o Bragato devia ser trazido – se é que ele já não estava nessa primeira reunião.

Qual foi, para o senhor, a influência do Partidão no que diz respeito à política e mesmo de uma construção de ideologia de vida para vocês, naquela época?

IM – Pra mim foi muito importante. O contato com o que era a visão marxista de mundo, num primeiro momento até com algumas leituras bem doutrinárias, com os manuais da Marta Harnecker... Esse começo, por exemplo, eu sempre fui muito vinculado à leitura. Livro me fascinava. Lênin a gente não tinha acesso. Foi nesse período que começa a abertura que vai poder encontrar um livro de Lênin na livraria e comprar. Então, a gente começava e depois vieram os próprios textos de Marx, Engels... E aí, a gente recebe essa discussão, dessa visão de mundo, o papel do trabalho como um determinante na vida das pessoas. E isso foi muito importante também para eu construir assim... Quer dizer, eu era meio gago (ainda sou um pouco), baita de uma timidez e, que pela aproximação com o movimento, me deu uma reviravolta na cabeça. Eu já tinha uma experiência da infância de ter participado de pequenas organizações. Por exemplo, eu organizava uma biblioteca no centro estudantil, ginásio ou coisa assim; participava de grupos de jovens; gostava de escrever; organizar atividades na cidade para ir na rádio; na igreja fazia as leituras lá para o padre. Então, eu já tinha uma postura de procurar um pouco o movimento. Mas esse momento aqui foi... O partido tinha atividades – a gente estava construindo um movimento – com iniciativas culturais, tendo contato com o cinema, com o mundo da cultura. Por exemplo, o que era o mundo do cinema? A gente chegou a fazer, por exemplo, a “Semana do Cinema Russo”. Então, abria um mundo por esse lado. As primeiras pessoas que terminaram o curso de Medicina, como o Laurinho, rapidamente ele se vinculou a uma vida associativa sindical. Tinha a Associação dos Médicos Residentes e outra, naquele período lá, que foi a reabertura do Sindicato dos Médicos com o Vitor Buaz sendo candidato a presidente, ganhando a eleição na primeira disputa. E a gente, naturalmente, depois, volta a relação com o movimento sindical. Eu diria que, pra mim, criou uma influência de ligação com valores que são mantidos até hoje. Eu abandonei a Medicina e comecei a fazer o

curso de Direito depois que terminei o curso de Medicina, porque eu descobri a Medicina do Trabalho. E foi a vinculação com o trabalho que me manteve nessa especialidade. Então, na verdade, guiou minha vida.

Você acha que por essa influência poderia haver uma confusão entre a identidade do grupo e do Partidão?

IM – Olha, a partir do surgimento do DCE é que vão surgir, num primeiro período aqui, em que a gente fazia uma política praticamente com uma única grande força importante. Na eleição do DCE, por exemplo – não sei se era seis ou quantas chapas –, a chapa da gente teve mais de dez vezes o número de votos da segunda colocada. Quer dizer, éramos uma força reconhecida. E nessa época, quando vem a eleição no DCE, aquilo que já acontecia mais fortemente fora do Estado – de você identificar forças políticas –, tinha um nome. Por exemplo, o PCB usava muito “unidade”. Mas essa coisa de identificar o grupo como partido existia. Eu fui, dentro do partido, um tarefeiro. Eu como gostava da leitura, então, quando a gente recebia o jornal da Voz Operária, que vinha de fora do país, passou a caber para mim a tarefa de reproduzir esse jornal. Eu digitava em mimeógrafo, no stencil, e reproduzia. Nós chegamos a distribuir mais de 200 números da Voz Operária – um jornal clandestino, dentro do movimento estudantil, já nessa época de 79, aqui. Então, tinha uma influência grande. Então, pra muita gente eu não diria confusão não, era uma identificação.

Havia entre vocês algum tipo de hierarquia?

IM – Tinha. No começo, era aquele único grupo lá, mas com o crescimento do partido, a estrutura do partido... A gente lia os livros e uma das críticas que desenvolvemos ao partido era em relação a estrutura hierárquica dele. A idéia era chamada de centralismo democrático. Mas a estrutura era: tinham as organizações de base, que quase todas eram feitas por setor de atuação. Então, em 79, já existia, dentro da universidade, uma organização dentro do Biomédico, uma organização dentro do CCJE. Uma pessoa importante aqui, pensando não mais no CBM, mas no movimento como um todo, era a Mirick – primeira esposa do Bragato – lá no Centro Pedagógico. Durante muito tempo, era meio que uma andorinha que trabalhava

sozinha lá. Depois foi agregando, crescendo uma organização própria no Pedagógico, com a Cristina, a Yasmin, acho que a Ana. Mas quando as organizações eram pequenas podiam se vincular. Acredito que a Mirick, durante algum tempo, tenha se vinculado ao grupo do CCJE. E criamos, depois, uma estrutura que tinha um comitê estadual e um comitê universitário.

Isso dentro do partido?

IM – Dentro do partido. A estrutura era assim: você tinha as organizações de base e uma direção estadual, durante muito tempo. E que era uma direção estadual que a gente... era assim, uma coisa da história, de quando foi criada a primeira organização, ela continuava funcionando. Mas, ao mesmo tempo, a gente vai ajustar isso. Aí, a primeira estrutura depois de nível intermediário criada, foi uma estrutura para a universidade. Aí, o representante daqui, das organizações de base, vinham para o comitê universitário. Era uma pequena descentralização. E tinha atividades fora. Quando não tinha organização, aparecia umas duas ou três pessoas para aquela função. Por exemplo, eu, quando saí da universidade, fui trabalhar com a área sindical, que a gente chamava de sindical e popular, porque tinha um trabalho com os movimentos de bairros, moradores.

Na sua avaliação a busca pela hegemonia feita pelo grupo ela se dava mais pela via partidária – no que diz respeito ao processo eleitoral – ou pelas vias de base, entranhadas nos movimentos sociais?

IM – Havia uma discussão interna da política no partido que valorizava muito essa questão que a gente chamava de trabalho por dentro das estruturas. Então, por exemplo, no movimento sindical, havia, naquela época, no trabalho da igreja, de criar as oposições operárias, fazendo um movimento de trabalhadores. Por exemplo, o pessoal que ganhou o Sindicato da Construção Civil aqui, que foi o primeiro grande sindicato de trabalhadores, em momento algum, antes da primeira eleição que eles ganharam, eles participaram da diretoria como pelegos que estivessem lá anteriormente. Eles se organizavam por fora, desenvolviam uma estrutura, aí disputavam a eleição e conseguiam ganhar. Foi uma coisa parecida com o que aconteceu nos Comerciais, depois, que criou lideranças como o Coser, prefeito

aqui. Mas o partido tinha uma orientação política de valorizar a atuação por dentro das entidades. Então, a agente procurava essa aproximação e abrindo espaço. Por exemplo, o caso do Sindicato dos Metalúrgicos teve um militante comunista que foi eleito presidente, o Luiz Carlos Crioulo, ele tinha orientação do partido para se aproximar do sindicato. E na primeira eleição em que ele foi candidato a presidente, ele teve o apoio do presidente que saía (se não me engano era o Vitor Cristo). Ao mesmo tempo, havia a intenção de fazer o trabalho de base. Uma das coisas que a gente admirava muito e aprendeu a respeitar, apesar das diferenças políticas com esse pessoal da igreja, por exemplo, é que a igreja fazia com muito mais eficiência esse trabalho de base fora do sindicato. Mas, por exemplo, quando eu fui trabalhar no Sindicato dos Metalúrgicos, uma das coisas que a gente fazia era uma atividade vinculada à questão da saúde no trabalho para tentar formar pessoas. Nessa eleição do Crioulo, eu fui inúmeras vezes reunir com metalúrgico em Guarapari para tentar criar um núcleo. E aí, eu lembro de pessoas que vieram para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos – o Dinei, o Chê... O Chê foi um metalúrgico que depois o Luiz Carlos quase assassina ele, atirou no peito dele numa discussão de bar. Mas havia um esforço, por exemplo, na área popular a gente tentava essa ligação de várias maneiras. Eu, além dos trabalhos sindicais, na área popular eu acompanhei a invasão, as primeiras invasões ali em São Pedro. Eu fui ajudado por uma menina que era do PCB, depois passou para o PC do B, chamada Lili. Lili, na época, fazia trabalhos no curso de Serviço Social. Ela tinha atividades que a colocava em contato com lideranças populares, ainda na universidade. Então, eu fui várias vezes reunir com pessoas lá... tive embates políticos bem desagradáveis, porque as pessoas me identificavam como comunista. Quando Fernando Herkenhoff foi fazer uma defesa da minha pessoa, lá em São Pedro tinha umas pessoas ligadas à igreja. Tinha uma pessoa chamada Rui, uma pessoa chamada Graça e tinha o Nelson Aguiar, vinculado ao PT. Eu estava chegando numa área que era a área de atuação deles, de igreja, né. Então, o Nelson Aguiar e o Rui vieram me procurar pra me avisar que se eu não saísse de lá eles iam denunciar pra todo mundo que eu era comunista. E aí, o Fernando deu uma “peitada”: “se acontecer alguma coisa ao Paraíba...”

Essa pergunta vem mais no sentido de tentar desvendar uma característica. Porque o tempo inteiro você fala que isso era uma coisa do Partidão. Mas isso era incorporado pelo grupo dos estudantes ou era só uma orientação do

Partidão. Porque a percepção que eu tenho é de que isso era uma característica muito mais do PT, essa atuação pelos movimentos sociais, do que de vocês.

IM – Veja bem, essa coisa de crescer a organização era uma orientação de partido. Toda base que era criada ela discutia o seu trabalho, suas atividades. Por exemplo, parte de nossas atividades era difundir o marxismo, difundir a literatura e os documentos do partido, convidar as pessoas a virem para o partido. A gente chamava isso de circulismo, era um trabalho preliminar de apresentar as idéias. Então, tinha um objetivo específico aí que era de crescer o partido com esse material. Mas ao mesmo tempo, na vida social a gente trabalhava com as idéias do que estava acontecendo na sociedade. Então, por exemplo, tem uma invasão em São Pedro, havia mesmo o seguinte: a nossa inserção no movimento social, fora da universidade, era muito pequena no começo. E sempre foi meio desproporcional, talvez tenha sido sempre maior mesmo dentro da universidade. Mas, a gente sabia o seguinte: olha, vamos procurar o movimento lá fora. O Lelo, o Lauro, o Fernando tinham ligações que eu não tinha com pessoas da igreja. Porque eles tinham participado do movimento dentro da igreja e conheciam muito as lideranças dentro da igreja que faziam, que organizavam esse trabalho com os trabalhadores fora. Então, por exemplo, parte do nosso trabalho foi o de procurar várias dessas lideranças da igreja para tentar trazê-las para o PCB. Muitas não conseguimos, mas eu lembro, por exemplo, tinha uma enfermeira que se chamava Sara. Ela foi casada com um camarada chamado Tatá, depois entraram no MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado). Mas eu fui várias vezes na casa da Sara, junto com o Lelo, levando os documentos do partido, discutindo com o Tatá. Mas a crítica ao PCB terminou o levando para o MEP. Então, havia essa tentativa de chegar às lideranças, que era um dos caminhos. E o outro caminho era ir para o movimento de base. Quando a gente começa a perceber que o curso de Serviço Social também era uma ponte para esse contato com os movimentos sociais, a gente passa a usá-lo. Mas, durante muito tempo, os estudantes que eram trazidos para o movimento eles faziam só o movimento estudantil. Mas, a minha ida para São Pedro, por exemplo, foi, vamos dizer assim, mediada pelas mãos da Lili que, na época, acho que tinha terminado o curso de Serviço Social, mas ela tinha entrado lá como estudante. Então, havia essa busca. Eu posso te falar: na Serra, o Lelo fez muito

desse trabalho na Serra, no Sossêgo. Eu fui a reuniões lá. O que passa a acontecer aqui, em 79, é que se instala a crise do PCB. Eu acho que fui sair do Partido em 82, fui um dos últimos do grupo a sair. Com a crise, eu perdi o tesão e a coragem de convidar alguém para dentro do partido. Uma das últimas pessoas com quem eu fui fazer esse trabalho – levar textos e discutir – eu não tive coragem de convidar. Era um músico que tinha aqui em Vitória, ele tocava violão clássico e era professor.

Era difícil para alguém de fora entrar no grupo?

IM – Não, porque o grupo estava procurando essas pessoas. Havia sempre uma certa preocupação, uma desconfiança de infiltração. Mas a gente sabia que nossas atividades eram muito abertas. Por exemplo, em 78/77, quando teve a greve do CBM, teve polícia na minha casa. Eu não estava em casa e uma das minhas irmãs recém-chegadas da Paraíba – jovem e inexperiente e que depois entrou para o curso de História, a Yolanda – abriu a porta... “ah, eu sou amigo do Paraíba, queria ver umas coisas dele”... E ela deixou a pessoa entrar. O cara xeretou, pegou livros... Tinha um pacote de Voz Operária lá dentro que ficou – eu não sei se ele tirou algum exemplar pra levar, mas estava num local que não era tão difícil de ser encontrado dentro do apartamento. E livros assim – minha casa sempre teve muitos livros – Marx, Engels... Então, a gente sabia que estava sendo acompanhado. Mas, quando teve o congresso do PCB, quando eu fui preso lá em São Paulo, o sétimo congresso – acho que era 82 – o partido tinha feito uma eleição aqui para indicar delegados. Agora eu não lembro mais das regras, mas a gente elegeu dois delegados. Eu era o primeiro suplente. Nenhum dos delegados eleitos pôde ir e o segundo suplente também não pôde ir. Então, eu fui só. Mas isso quer dizer que a gente tinha, dentro da universidade, do Estado, vinculados ao partido, mais de 200 pessoas. Se você pensar que quem termina entrando é mais uma liderança, não era tão difícil não.

Quais foram as principais ações políticas que o grupo se envolveu nessa época (entre 76 a 81), dentro e fora da universidade?

IM – Primeiro, houve esse processo de reconstrução do movimento estudantil. As entidades ganharam uma vida que não tinham antes. Ainda dentro desse processo – e aí não foi tanto uma política do PCB – começou a surgir a entidade específica de

curso. Por exemplo, o Centro Acadêmico da Enfermagem ele nasce muito mais como uma estratégia do pessoal que não era do PCB, dentro do Biomédico, de perceber o seguinte: “olha, no CBM a gente não ganha eleição, mas na Enfermagem a gente pode criar uma entidade e até ter uma hegemonia”. Porque a Sara era uma pessoa vinculada lá ao curso, uma liderança importante; depois veio a Janete, que depois foi deputada aqui, e várias outras lideranças aí. Mas a fase de reconstrução principalmente do DCE, foi de grande peso; grandes mobilizações que tinham um significado político. O Stan, quando sai da diretoria do DCE, eu lembro de uma discussão para lançar candidatos. E o Stan não era aquele jovem assim, despretensioso, que se vestisse de forma relaxada. As vezes a gente brincava com aquele jeitão físico dele. O Berredo participava de discussões com a gente. O Berredo, numa reunião, onde eu estava presente, falou: “ele tem cheiro de voto”. E ele teve uma votação estupenda, como teve dentro da universidade quando a gente voltou a ganhar a diretoria do DCE. Fora da universidade, muitos de nós fomos para o PMDB. Passamos a ter uma participação política e influenciar a luta pela democracia, tanto com promoções de dentro da universidade, como de fora da universidade. Nós ajudamos a ativar a Fundação Pedroso Horta, dentro do PMDB, a organizar atividades políticas, tentar trazer lideranças de fora e criar esse debate político dos temas de nosso interesse. Ao mesmo tempo, na área da saúde, foi outra grande questão. A idéia da reforma sanitária, o desenho da proposta do SUS – que é o desenho de uma política pública assim que dificilmente a gente encontre no mundo uma política tão generosa, que reconheça tanto a noção de cidadania, como a noção de SUS. Com o SUS, basta ser gente, você é cidadão. Essa construção de política pública o PCB contribuiu muito, de forma decisiva. E aqui no Estado, fomos nós que ajudamos a difundir, a trazer essas idéias, fazendo esse debate. Temas como o da anistia, da constituinte, nós organizávamos publicações. Na área da literatura, nós trouxemos o Ferreira Goulart. No campo da politização dessa luta, a repressão deu uma contribuição que, sem ela, a gente não tinha conseguido fazer isso. Porque, por exemplo, a gente organizava viagens. Vamos para um encontro, vamos para a Sesac em Santo André. A atitude deles de bloquear os ônibus e prender os ônibus permitia que a gente tivesse um grupo... fizemos acampamento dentro da universidade. Então esses momentos da repressão eram os momentos que mais facilitavam a politização, porque não era fácil, por exemplo, fazer uma campanha eleitoral e justificar que a minha carta, a minha plataforma tivesse falando

da minha visão da universidade mas, também, tivesse lá, uma visão do mundo, uma proposta. O embate era muito duro, era uma repressão.

Como eram feitas as tomadas de decisão dentro do grupo? Era um processo realmente democrático, aberto, ou elas já vinham para as assembléias previamente tomadas, essas decisões, ou só buscando uma legitimação?

IM – Havia duas coisas, por exemplo, a organização de base do Biomédico, contava com as propostas políticas pro Biomédico. Visivelmente dava uns “pitacos” na política. Depois haviam as instâncias, por exemplo, na Universidade, nós chegamos a criar, a usar uma figura da vida partidária que era um encontro que a gente chamava de Ativo, por que o pessoal da base do Biomédico não ia se reunir com o pessoal da outra base. Em alguns momentos, alguém da base do Biomédico podia ter alguma dúvida, se você também era do partido, ou se você era alguém do círculo, da aproximação. A figura do Ativo foi de discutir a proposta política para a Universidade. Então, por exemplo, eu me lembro de fazer um encontro desses dentro de dois locais. A família do Pignaton tinha um sítio em Domingos Martins, onde se juntaram umas vinte e poucas pessoas da Universidade e ficaram uns dois, três dias montando uma proposta política, sobre o que fazer. Então, algumas dessas decisões mais abertas eram tomadas dessa forma, mas a idéia do centralismo democrático era, você pode levar sua sugestão. Por exemplo, houve aquele movimento da rejeição de trazer o depósito de lixo nuclear para o estado. Houve uma dessas reuniões, até grandes, que o partido ia colocar pra o Carlinho Bigode participar mais. Então havia esse tipo de decisão. Uma decisão como a de lançar a candidatura ao Stan era mais com o grupo da Direção Estadual, que discutia num primeiro momento e, eventualmente as pessoas que estavam no núcleo da política eram chamadas a fazer uma reunião aberta, e isso acontecia. Por exemplo, há uma assembléia, como as grandes assembléias que o Stan defendeu as propostas dele. A gente fazia uma reunião prévia, montava uma proposta e se era uma discussão pro DCE, se era uma assembléia da Universidade, aí tudo bem. Mas havia uma reunião prévia do partido que levava já um esboço de proposta, e as pessoas iam eventualmente fazer um aperfeiçoamento na proposta, mas se a proposta do partido fosse questionada pra valer a gente fazia uma nova estratégia. Na assembléia dos estudantes o partido ia lá para defender a proposta que já tava fechada. Havia

também, por exemplo, de vir algum problema grave na questão da UNE quando a Direção Nacional tomou a decisão de lançar a chapa Unidade. Porque era uma proposta que contraditava com o discurso do partido. O partido defendia a idéia de uma grande frente política, então a gente daqui de Vitória enxergava a idéia de chegar lá com uma chapa unida, e aí vem uma política que é do tipo “essa é a hora de valorizar mais o partido do que o movimento estudantil”. Isso foi um baque. Será que acontecia de a direção universitária impor alguma coisa pra base? Talvez tenham acontecidos algumas coisas, havia momentos de crise política que para discutir isso era preciso.

Havia algum outro vínculo que unia vocês, enquanto grupo, que não fosse a questão política?

IM – No começo era um grupo de amigos. Os meus amigos dentro da Universidade, a maioria deles, não eram pessoas da minha turma de medicina. Eu gostava de sair, por exemplo, pra beber, com Geraldo. Pra conversar, com Laurinho. Eu sempre tive uma paixão pela leitura, e eram pessoas que me davam sugestões de leitura, que mostravam uma forma organizada de pensar, e como eu era mais limitado, porque, por exemplo, tem político que tem uma sensibilidade de ouvir você dizer uma palavra, ele percebe o que você quer ouvir na segunda. Eu não sou desse tipo. Eu acho que o Stan, por exemplo, não é desse tipo. Ele, nesse sentido é até mais parecido comigo. O partido me fez até melhorar no perceber das relações pessoais, nessa vivência política, de uma maneira enorme e, em função disso, eu gostava das pessoas que tinham uma interlocução com essa base. Pra mim era muito mais fácil lidar com um livro do que com uma pessoa, e se a pessoa lidava com o livro, facilitava o caminho. Mas essa relação do pessoal, provavelmente se você olhar aí, na vida de uns e de outros, deve ter padrinho de filho, padrinho de casamento, marido e mulher... Foi se dando dessa maneira. Agora, quando deu a abertura na crise, aí se deu uma ruptura que foi dolorida. O Paulinho saiu do partido e ele continuou tendo, dentro do partido, uma ajuda enorme e aí se confundia a relação de amizade com a percepção da capacidade política que ele mostrava. Não é a toa que ele é governador do Estado. Eu sou um privilegiado de ter tido a oportunidade de estar na Universidade no momento que havia pessoas como o Lauro, o Lelo, o Fernando, a Merli. O Claudino estava um pouco mais distante, mas quando vinha

também era uma figura que contribuía muito e fazia o trabalho paralelo com a cultura. E ainda havia o Paulinho, o Bragato. Nós morávamos na república na Curva do Saldanha, e íamos lá tomar cachaça, fazer festas.

Você acha que esse grupo, naquela época, ainda que fosse um grupo de estudantes, conseguiu influenciar nos rumos da política capixaba?

IM – Eu diria que sim. É difícil dimensionar essa coisa. No plano das idéias, com certeza. Por exemplo, eu não sei se o material de campanha do Berredo seria tão favorável na discussão da democracia, da anistia, se a gente não tivesse colado na campanha dele, e depois quando começou a eleição das próprias pessoas do grupo. Então eu acho que o que acontece hoje no estado, de certa maneira, é uma resposta afirmativa à sua pergunta. Agora, é óbvio que o Paulo é um produto da competência dele mesmo. Ele ainda mantém vínculos que tem origens ali, mas ele é muito maior do que era no movimento estudantil.

Na sua família havia alguém já com essas orientações ideológicas de esquerda, ou não?

IM – Eu distribuí muito material comunista dentro da minha família. O meu pai era uma figura sem formação universitária e que tinha desenvolvido uma espécie de senso de gratidão por pessoas que o ajudavam. Havia um político conservador ligado a Arena, um médico, que o ajudou num momento de doença da primeira esposa dele, e depois de doença de uma das minhas irmãs. Então, ele sempre teve uma atuação política, lá na cidade, conservadora. Quando eu me envolvi com o movimento de esquerda aqui e voltei para visitar meu pai, na Paraíba, no primeiro momento houve uma reação de profunda intolerância. Ele mostrava muito uma preocupação com a minha segurança. Talvez, na forma de ver, havia um julgamento dos fatos de que eles me pegaram e podem me matar, podem me bater, e ele não queria que isso acontecesse. Mas eu não conseguia ver, naquele meu momento de “cristão novo”. Então, eu fiquei uns dois anos com dificuldades na relação com o meu pai, até que esse processo da crise dentro partido, que aconteceu em 69, nos levou a uma discussão para desenvolver uma crítica à intolerância, às posturas autoritárias no partido. Tem um número da Voz dos Trabalhadores que foi muito

importante pra minha estruturação, que é mais ou menos assim: é incrível como uma estrutura que quer desenvolver nas pessoas uma consciência crítica, cobra delas uma adesão baseada na fé que anula a sua consciência crítica. Então, a partir dessa crítica, que eu me autocritiquei e fui procurar o meu pai. Se ele puxar assunto para política, eu concordo, ou desconverso, mas eu não vou brigar com ele porque eu não vou mudá-lo. Também me mudou na questão pessoal, por exemplo, eu morei com minhas irmãs durante anos aqui no apartamento e eu não ajudava em nada, com um comportamento extremamente machista. Às vezes eu saía cedo de casa e voltava à noite, trazia comunista pra casa, fazia mil e uma coisas, não às respeitava nessa relação, me colocando como chefe, numa atitude autoritária.

E você acha que esta era uma característica de todos, ou isto era uma coisa específica sua?

IM – A formação política traz essa postura autoritária. A maneira de apresentar o partido era muito doutrinária e não era uma coisa de estimular tanto uma consciência crítica. Era fácil fazer uma crítica ao autoritarismo, fazer crítica ao erro de uma política, do tipo da escolha da saída pela luta armada, justificar a escolha da luta pela democracia e de acumular forças, gradativamente, pra derrotar a ditadura. Isso era fácil. Mas o problema era a forma de apresentar isso, de discutir. Eu acho que essa postura doutrinária ela forma pequenos ditadores. E dentro do partido o processo da crise, nesse sentido, foi extremamente salutar para mim, porque nos levou a rever todos os dogmas, e eu tive a sorte de estar ao lado de pessoas muito críticas.